

**Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP  
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas - IFCH  
Mestrado em História**

Luis Fernando Tosta Barbato

**Brasil, um país tropical:**  
O clima na construção da identidade nacional brasileira  
(1839-1889)

CAMPINAS  
2011

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA  
BIBLIOTECA DO IFCH - UNICAMP  
Bibliotecária: Cecília Maria Jorge Nicolau CRB nº 3387**

**B232b**      **Barbato, Luis Fernando Tosta**  
**Brasil, um país tropical: o clima na construção da identidade nacional brasileira (1839-1889) / Luis Fernando Tosta Barbato. -**  
**- Campinas, SP : [s. n.], 2011.**

**Orientador: Edgar Salvadori De Decca.**  
**Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.**

**1. Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. 2. Nação. 3. Memória. 4. Brasil – Clima. 5. Brasil – História – II Reinado, 1840-1889. 6. Brasil – Política e governo, 1839-1889. I. De Decca, Edgar Salvadori. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.**

**Título em inglês: Brazil, a tropical country: the climate in the construction of a Brazilian national identity (1839-1889)**

**Palavras chaves em inglês (keywords) :    Nation**  
**Memory**  
**Brazil – Climate**  
**Brazil – History – II Reign, 1840-1889**  
**Brazil – Politics and government, 1839-1889**

**Área de Concentração: Política, Memória e Cidade**

**Titulação: Mestre em História**

**Banca examinadora:    Edgar Salvadori De Decca, Leandro Karnal, Gilmar Arruda**

**Data da defesa: 09-02-2011**

**Programa de Pós-Graduação: História**

LUIS FERNANDO TOSTA BARBATO

**BRASIL, UM PAÍS TROPICAL:**

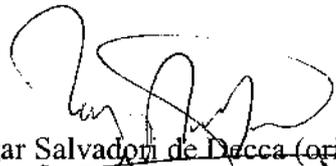
O CLIMA NA CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE NACIONAL BRASILEIRA

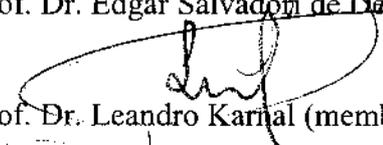
(1839-1889)

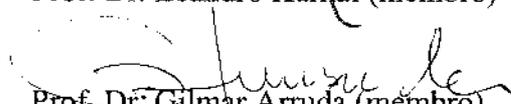
Dissertação de Mestrado apresentada ao  
Departamento de História do Instituto de Filosofia e  
Ciências Humanas da Universidade Estadual de  
Campinas sob a orientação do Prof. Dr. Edgar  
Salvadori de Decca.

Este exemplar corresponde à redação final  
da Dissertação defendida e aprovada pela  
Comissão Julgadora em 09 / 02 / 2011.

**BANCA**

  
Prof. Dr. Edgar Salvadori de Decca (orientador)

  
Prof. Dr. Leandro Karnal (membro)

  
Prof. Dr. Gilmar Arruda (membro)

Prof.<sup>a</sup>. Dr.<sup>a</sup>. Eliane Moura da Silva (suplente)

Prof.<sup>a</sup>. Dr.<sup>a</sup>. Ana Aparecida Villanueva Rodrigues (suplente)

## **Agradecimentos**

Essa é sem dúvida a parte mais gratificante de todo o trabalho que é fazer um mestrado, pois é a oportunidade de mostrarmos a todos que não o fizemos sozinhos, e que por trás de cada página de cada palavra escrita, há a ajuda de muitas pessoas que contribuíram para que não enlouquecêssemos nos momentos de desespero ou que nos ajudaram a tirar forças mesmo naqueles momentos mais difíceis, nos quais só pensamos em desistir de tudo.

Primeiramente, gostaria de agradecer ao Prof. Leandro Karnal, que gentilmente aceitou o convite para compor a minha banca de defesa, e que antes disso já havia dado conselhos preciosos no Exame de Qualificação, muito obrigado. Também gostaria de agradecer ao Prof. Gilmar Arruda, que há anos vem se mostrando um grande amigo, disposto sempre a me ajudar no que for preciso. É com muita honra que o terei em minha banca mestrado, muito obrigado mesmo. Também não poderia deixar de dar meus votos à Prof<sup>a</sup>. Ivone Gallo, que participou da banca de meu Exame de Qualificação, e também às professoras Eliane Moura da Silva, e Ana Villanueva, que gentilmente aceitaram ser suplentes em minha banca. Muito obrigado a todas vocês.

Os amigos não poderiam ficar de fora, afinal, essa dissertação possui um pouco dos sorrisos, das leituras, dos conselhos, das apreensões, do carinho, enfim, da amizade de cada um deles. Robgol, Lari, Pri, Paulinha, Layana e Chico, vocês transformaram tardes cansativas de estudo em momentos de alegria única, todos aqueles momentos que passamos juntos, regados a “mini-temas”, café e Dom Pedro II foram mágicos, e ficarão guardadas na minha memória, no lugar dos melhores momentos de minha vida. Além disso, não poderia deixar de aqui citar a Lud, o Cleverton e a Renata, que foram amigos muito solícitos e sempre presentes nesses anos de pós-graduação. Muito obrigado a todos vocês, por tudo.

Também não poderia deixar de agradecer aos funcionários da biblioteca, que muito bem me atenderam dias nesses três anos de estudos, e que hoje são amigos que fazem parte de minha vida. Outra pessoa que merece meus agradecimentos é a Érica, secretária muito eficiente, um verdadeiro anjo em muitos momentos, que ajudou a contornar os problemas da burocracia que ficam escondidos nos bastidores.

Os meus amigos da G8 também não poderiam ficar de fora, afinal, foram oito anos de convivência e de muita amizade, amo muito cada um de vocês. À minha família, ficarei sempre com a sensação de que qualquer agradecimento será sempre insuficiente, pois todos sempre me apoiaram muito, em todos os sentidos, e sem eles, hoje eu não estaria com esse mestrado finalizado. Pai, mãe, Guto, Ana Paula e Ana Lúcia, obrigado por existirem em minha vida.

À FAPESP também devo meus sinceros votos de agradecimento, afinal foi ela quem viabilizou esse trabalho através do seu apoio financeiro.

E por último, gostaria de agradecer ao Prof. Edgar de Decca, homem que confiou em meu trabalho desde que eu era um garoto da graduação, e que me guiou, e ainda continuará me guiando, nesse início de vida acadêmica. Muito obrigado mesmo, professor, é uma honra poder dizer que sou seu orientando.

*Daí-me a carta de um paiz, sua configuração, seu clima, suas aguas, seus ventos, e toda sua geographia physica; informai-me de suas producções naturaes, de sua flora, de sua zoologia, etc., e eu me comprometo a dizer-vos à priori qual será o homem deste paiz, e que logar gozara na historia, não accidentalmente, mas necessariamente; não em tal época, mas em todas; enfim, a idéia que este paiz é chama a representar.*

Cônego Januário da Cunha Barbosa, **in**: RIHGB, 1839

## **Resumo**

O presente trabalho tem por objetivo compreender o papel do clima na construção da identidade nacional brasileira, tendo por fontes principais as Revistas do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – o IHGB -, no período correspondente entre a fundação da revista do instituto – em 1839 – e o fim do Segundo Reinado – em 1889.

Através de tal estudo, buscamos entender como os intelectuais brasileiros desse período, preocupados em criar um sentimento nacional em um Brasil, a princípio, carente de laços de união e à beira do colapso territorial, utilizaram o clima tropical para tal finalidade. Além de compreender as dificuldades de se aplicar a então noção de civilização a um país detentor de um clima considerado hostil e insalubre, muito diferente do temperado que possuía a Europa, o continente modelo para nossos “construtores da nação”.

**Palavras-chave:** 1. Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. 2. Nação. 3. Memória. 4. Brasil – Clima. 5. Brasil – História – II Reinado, 1840-1889. 6. Brasil – Política e governo, 1839-1889.

## **Abstract**

This study aims to understand the role of climate in the construction of a Brazilian national identity. The main research sources are the magazines of the Brazilian Historical and Geographical Institute - the IHGB - in the corresponding period between the foundation of the institute's magazine - in 1839 - and the end of the Second Reign - in 1889.

Through this study, we sought to understand how the Brazilian intellectuals of this period, concerned with creating a national feeling in a Brazil, in principle, lacking ties of union and on the verge of territorial collapse, used the tropical climate for this purpose. In addition to understanding the difficulties of applying the notion of civilization to a country with a climate considered hostile and unhealthy, very different than the tempered climate in Europe, the model continent for our "nation builders".

**Keywords:** 1. Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. 2. Nation. 3. Memory. 4. Brazil - Climate. 5. Brazil - History - II Reign, 1840-1889. 6. Brazil - Politics and government, 1839 - 1889.

## Índice

<b>Apresentação.....</b>	<b>01</b>
<b>1. Introdução.....</b>	<b>05</b>
1. A questão da identidade nacional.....	05
1. Brasil recém-independente: Um contexto de crise.....	05
2. Uma identidade nacional para o Brasil.....	08
3. A emergência e a necessidade da nação.....	15
2. O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.....	21
1. O IHGB: Introdução.....	21
2. IHGB: Origem, estrutura e funcionamento.....	22
3. IHGB: Tecendo a Memória Nacional.....	26
3. A Construção de um paradigma tropical.....	40
4. Os trópicos brasileiros no século XIX: a construção de um paradigma tropical.....	40
<b>2. Os Alegres Trópicos.....</b>	<b>75</b>
1. O IHGB e a noção tropical do Brasil.....	75
<b>3. Os Tristes Trópicos.....</b>	<b>105</b>
1. O Antiparaíso.....	105
2. Portugueses e os trópicos: um mal de origem.....	106
3. Negro, índio e mestiços: perigos no paraíso.....	114
4. Em terras de vagabundos e vagabundas.....	131
<b>4. Trópicos Reais, Trópicos Possíveis.....</b>	<b>155</b>
1. Seria um paraíso tropical?.....	155
2. Trópicos quentes, secos e duros.....	156
3. Trópicos da doença e da civilização.....	166
<b>Considerações Finais.....</b>	<b>187</b>
<b>Fontes e referências bibliográficas.....</b>	<b>191</b>

## **Apresentação**

Iniciamos o projeto, *Brasil, um país tropical: o clima na construção da identidade nacional brasileira (1839 - 1889)*, com a pretensão de estudar o papel do clima na constituição da identidade nacional brasileira. A partir da análise dos artigos publicados nas Revistas do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, o IHGB, buscamos entender como o nosso clima, marcado pelo calor e umidade dos trópicos, participou ativamente do projeto de construção de uma identidade nacional para o Brasil, empreendido por homens ligados aos interesses do Governo Imperial, e que viam nesses fatores pontos de união essenciais para um país jovem, que nos primórdios de sua independência passou por momentos de grave crise política, evidenciando assim a fragilidade do recém-instaurado Império Brasileiro.

Encontrar e sedimentar esses pontos de união era fundamental para reverter os perigos de uma fragmentação territorial com moldes hispano-americanos, e esses pontos de união deveriam estar em elementos capazes de gerar orgulho e pertencimento a todo aquele que habitava o Brasil oitocentista. Separados por grandes extensões de terra, morros, rios ou florestas, havia a necessidade de encontrar esses elementos capazes de despertar um sentimento nacional, e nesse sentido, o clima tropical todas as especificidades que isso implicava atendeu a esse propósito, e assim buscamos como ele desempenhou essa função.

Desta maneira, a dissertação aqui apresentada está dividida em cinco capítulos, sendo que no primeiro, o capítulo introdutório, é apresentada a problematização do tema. Os sujeitos, o objeto e o contexto são postos em cena, e a partir de então, mostramos a situação política do Brasil que levou a essa busca por elementos nacionais, dentro de uma conjuntura de emergência das nações mundo a fora, movimento do qual o Brasil se encontrava perigosamente distante. É no capítulo

introdutório também que trabalhamos a formação do paradigma tropical do século XIX, que, a partir de noções transmitidas por uma série de relatos nativos e estrangeiros, ajudou a construir uma representação ambivalente de nosso clima tropical, ora tendendo ao orgulho e exaltação, ora ao temor e à ação – que visava matizar seus efeitos negativos. Essa tônica ambivalente, no qual o inferno e o paraíso, o bem e o mal, o belo e o feio, se entrecruzam o tempo todo, será desenvolvida no decorrer de todo o trabalho, ora tendendo para o positivo, ora para o negativo.

Além disso, nesse capítulo de introdução também há a apresentação da fonte, ou seja, do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro - o IHGB - e suas publicações, destacando seu lugar de produção e as características dessa produção.

No segundo capítulo, intitulado *Os Alegres Trópicos*, buscamos abordar às visões positivas sobre os trópicos presentes no IHGB. Nesse capítulo, há a aceitação e defesa – perante as opiniões e imagens pouco alentadoras – dos trópicos, assume-se a condição de país tropical, e as virtudes parecem suplantar as intempéries. Há todo um sentimento de união a partir dessa característica marcadamente tropical e aparentemente benéfica do Brasil. Entretanto, nesse capítulo exploramos o desejo europeu de civilização presente nesses intelectuais brasileiros, o que evidencia, mesmo que muitas vezes de forma latente e subentendida, um temor em relação a essa importante condição brasileira.

Ponto esse, que será desenvolvido no capítulo *Os Tristes Trópicos*<sup>1</sup>, dedicado aos temores e apreensões advindos dessa condição tropical para o Brasil. É nesse ponto que o clima vai de encontro a outro tema importante dentro do processo de construção da identidade nacional brasileira, a raça, pois ela também era fator importante sobre a moral e o físico das gentes brasileiras, e a partir desse encontro entre clima e raça, fica evidente as preocupações desses

---

<sup>1</sup> Vale ressaltar que apesar da referência à expressão de Claude Lévi-Strauss, o título do capítulo não remete à obra do antropólogo francês, sendo utilizado apenas como um recurso de estilo.

intelectuais que vêem o material humano do país ser formado no seio do calor, da umidade e da fartura tropicais. Como confiar os futuros da nação em homens e mulheres entregues às ações deletérias do clima tropical? Como acreditar em um Brasil povoado por raças que se desenvolveram sob o sol forte da América tropical ou da África, e que aqui se misturaram com os desejados europeus vindos das altas latitudes? Perguntas como essa infestaram as mentes de nossos escritores do IHGB ajudando a construir imagens de horror sobre os futuros de uma nação tropical, como fica evidente no capítulo.

O quarto capítulo, intitulado de *Trópico reais, Trópicos possíveis* é marcado por uma visão que quebra a noção de paraíso tratada no segundo capítulo, e traz esperanças sobre as visões pouco alentadoras tratadas no terceiro capítulo. Umidade dá lugar às secas, borboletas e papagaios dão lugar a serpentes e pernilongos, a vida fácil e saudável cede lugar a doenças, no entanto, fica evidente uma esperança de futuro melhor, depositada na confiança da ciência, no triunfo da civilização sobre os trópicos, mostrando que os trópicos eram avessos a qualquer generalização, não sendo nem absolutamente positivos, a ponto de não existir problemas, e nem absolutamente negativos, a ponto de estar fadado ao fracasso civilizacional.

Por fim, nas *Considerações Finais*, buscamos encerrar o trabalho, evidenciando o aspecto da ambivalência sobre a condição tropical que permeou todo o trabalho, mostrando os resultados da pesquisa na qual se observou que sobre os trópicos pairavam múltiplas visões, algumas tendendo ao positivo e outras ao negativo. Assim, concluímos que as visões acerca do clima tropical entre aqueles que escreveram e foram publicados pelo IHGB não obedece a nenhuma grande generalização, e que acabaram por trazer os trópicos nem como algo positivo, nem como negativo, porém reais, e carregados de esperança.

# **1. Introdução**

## **1. A questão da identidade nacional**

### *1.1. Brasil recém-independente: Um contexto de crise*

Com a ruptura política do Brasil em relação à metrópole portuguesa, em 1822, sua fonte original de legitimação para os antigos domínios lusitanos na América foi de uma só vez suprimida. A partir desse momento, até meados do século XIX, o Brasil viveu um período de real perigo de fragmentação territorial uma vez que o centralismo político-administrativo impingido pela corte portuguesa não mais existia.

Com Dom Pedro I à frente da Casa de Bragança, houve a garantia de certa “continuidade na ruptura”. Pois apesar de independente, o Brasil ainda teria um português no governo, evitando assim uma mudança brusca no corpo político do novo país.

O governo de Dom Pedro I se mostrou bastante eficaz nos anos iniciais do Império. No plano externo, engajou-se na busca pelo reconhecimento diplomático da nova nação, diante da comunidade internacional. No ambiente da reação conservadora e legitimadora vigente na Europa do Congresso de Viena e da Santa Aliança, conseguiu que o Brasil, via mediação da Inglaterra, fosse reconhecido como país independente.

No plano interno, a Casa de Bragança serviu como uma espécie de escudo de proteção para as elites regionais dependentes da mão-de-obra escrava, haja vista que a proibição do tráfico negreiro no Atlântico e a crescente campanha pelo fim da escravidão, movida pela Inglaterra, eram já uma realidade. Assim sendo, essa questão exigia a intermediação de todo o corpo

diplomático do Estado, já que tal problemática era extremamente desgastante para as heterogêneas oligarquias regionais, dispersas pelo vasto território brasileiro<sup>2</sup>.

Se o primeiro governo imperial brasileiro se mostrou eficiente, no que diz respeito à questão da escravidão, por outro lado sua política não foi suficiente para as elites regionais brasileiras. Bastante centralizador, o Estado Imperial não permitia a participação destas nas decisões da política nacional, e assim, não era capaz de contemplar seus diversos interesses e anseios.

Neste sentido, não se sentindo representadas dentro do próprio país, essas oligarquias começaram a conspirar contra a unidade política do Império, não raro, invocando a origem lusitana do Imperador e afirmando que o Brasil ainda estava atrelado aos interesses de Portugal<sup>3</sup>.

Essa situação de descontentamento das elites regionais se intensifica nos anos de 1830. Com a abdicação de Dom Pedro I, que retorna para Portugal e inicia uma intensa disputa dinástica pelo trono lusitano contra seu irmão Dom Miguel, tem-se início o Período Regencial (1831 – 1840), no qual o perigo de fragmentação territorial do Brasil se torna bastante efetivo<sup>4</sup>.

Segundo Ariel Feldman, nos momentos iniciais do período regencial, o Brasil passa por um processo de nacionalização dos quadros dirigentes do Estado e a identidade brasileira é, assim, contraposta e polarizada à identidade lusitana, visto que a restauração do ex-imperador – mais do que nunca vinculado a grupos lusos – era um projeto altamente viável<sup>5</sup>.

---

<sup>2</sup> MAGNOLI, Demétrio. “O Estado em busca do seu território” In JANCSÓ, Istvan. *Brasil: Formação do Estado e da Nação*. São Paulo: HUCITEC; Ed. Unijuí; Fapesp, 2003. pp. 285-286

<sup>3</sup> Idem, p. 286

<sup>4</sup> A historiadora Maria Janotti registra a ocorrência de exatamente 20 movimentos provinciais entre 1831 e 1848, que atingiram quase todo o território nacional, o que comprova que os anos posteriores à independência foram críticos para a formação do Estado Brasileiro. In. JANOTTI, Maria de Lourdes Mônaco. *A Balaiada*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

<sup>5</sup> FELDMAN, Ariel. “A construção do Estado e da Nação no Brasil: Identidades políticas e imprensa no período regencial (1831-1840)” In *Revista Aulas* Nº 2, 2006. p. 6

Nos finais daquela década, com Dom Pedro I já falecido, e o perigo de restauração atenuado, foram as chamadas rebeliões regenciais que acentuaram a fragilidade política do novo país. A Cabanagem no Pará (1835 – 1840), a Balaiada no Maranhão (1838 – 1841), a Sabinada na Bahia (1837 – 1838), e a Revolução Farroupilha no Rio Grande do Sul (1835 – 1845), em meio às manifestações de lusofobia ainda presentes e o fantasma da restauração portuguesa, mostraram que providências precisavam ser tomadas, ou logo o Brasil poderia seguir o exemplo da América espanhola e ser dividido em vários Estados independentes.

A saída militar poderia ser uma opção para conter essa fragmentação, no entanto, essa não era a maneira mais efetiva e nem sempre seus resultados eram os esperados – a perda da Província da Cisplatina para separatistas uruguaios, em 1828, ainda estava muito viva na memória dos dirigentes do Estado. Por isso buscou-se uma outra forma de assegurar a unidade do país: a construção de uma identidade nacional brasileira<sup>6</sup>.

Segundo Eric Hobsbawm e Terence Ranger, provavelmente não há lugar ou tempo investigados pelos historiadores nos quais não ocorreram a “invenção das tradições”<sup>7</sup>. Contudo, segundo os autores, espera-se que esse processo ocorra com mais frequência em momentos nos quais transformações rápidas da sociedade debilitam ou destroem os padrões sociais para quais as “velhas tradições” foram feitas, produzindo novos padrões com os quais essas tradições são incompatíveis<sup>8</sup>.

Como podemos observar, o Brasil passava por uma grande crise institucional, marcada por tensões que provocavam o temor de separatismos, produzindo assim uma série de países com

---

<sup>6</sup> PAZ, Francisco de Moraes. *Na poética da História: a revitalização da Utopia Nacional Oitocentista*. Curitiba: UFPR, 1996. pp. 224-225.

<sup>7</sup> Entende-se “por “tradição inventada” um conjunto de práticas normalmente reguladas por regras tácitas ou abertamente aceitas; tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam incultar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que significa, automaticamente, uma continuidade em relação ao passado”. HOBBSAWM, Eric & RANGER, Terence (orgs.). *Op. Cit.* p. 9.

<sup>8</sup> Idem, p. 12.

origem na América portuguesa – a despeito do que ocorreu na América espanhola. Portanto, era o momento ideal para se operar um processo de “invenção das tradições”, prover uma identidade nacional capaz de produzir códigos de comunhão entre brasileiros de norte a sul, de leste a oeste do país, separados por rios, montanhas e florestas, que pouco – ou quase nada – enxergavam semelhanças entre si, além das semelhanças de viverem sob um mesmo governo.

### *1.2. Uma identidade nacional para o Brasil*

Como podemos observar, o Brasil pós-independente não apresentava um quadro político estável. Movimentos separatistas pululavam por toda a parte<sup>9</sup>, o Brasil corria um grande risco de fragmentação territorial, e o Governo Imperial, aliado a grupos de intelectuais, lançaram o projeto de construir uma identidade nacional para o Brasil, a fim que essa ajudasse a atenuar o efeito da crise política. No entanto, no que essa identidade nacional seria baseada?

Como nos disse Eduardo Lourenço:

“Cada povo só o é por se conceber e viver justamente como destino. Quer dizer, simbolicamente, como se existisse desde sempre e tivesse consigo uma promessa de duração eterna. É essa convicção que confere a cada povo, a cada cultura, pois um e outro são indissociáveis, o que chamamos de “identidade”<sup>10</sup>.

No entanto, faltava essa convicção ao brasileiro, faltava a tal “identidade”, e isso representava um sério problema, uma séria desvantagem para o Brasil, pois, como nos ressalta Eric Hobsbawm, foram os nacionalismos que deram origem à formação dos Estados nacionais,

---

<sup>9</sup> Sobre essa questão, José Murilo de Carvalho nos traz um quadro bastante enaltecido, no qual enumera e nomeia as principais movimentos rebeldes que ocorreram no Brasil entre os anos de 1831 e 1848. Cf. CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial. Teatro das sombras: a política imperial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 250.

<sup>10</sup> LOURENÇO, Eduardo. *Op. Cit.* p. 89.

ou seja, o sentimento nacional é anterior à nação como corpo político<sup>11</sup>. E, nesse sentido, o Brasil estava no caminho inverso do usual, com um Estado formado, mas sem uma nação própria.

Era necessário sanar esse verdadeiro problema do Estado brasileiro, e para isso, os homens do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro precisavam de elementos que servissem de códigos de reconhecimento mútuo entre os nacionais, precisavam de uma História para esse povo, uma história que enfocasse as virtudes da jovem nação, que desse orgulho a seus habitantes, e assim, confiança em relação ao seu futuro. Nesse momento, o Brasil não precisava de uma História que falasse das tensões e que mostrasse as debilidades do jovem país<sup>12</sup>. Ou seja, era preciso construir uma identidade nacional para o Brasil. Mas essa identidade seria baseada em que? Afinal, o que tornava alguém brasileiro em meados do século XIX?

Vale lembrar, que neste período da História do nosso país, a Europa era a referência no que se tratava de modelo de civilização. E se o Brasil procurava galgar um lugar entre as “nações civilizadas”, era entre a Europa e seus descendentes do norte – em especial os Estados Unidos – que precisava se destacar.

Portanto, a Europa era o modelo a ser seguido, era o continente considerado mais avançado, e era em seu modelo de civilização que o Brasil deveria se espelhar. No entanto, para realmente conseguir um lugar entre as pressupostas “grandes nações”, não bastava apenas o Brasil apresentar-se como uma cópia da Europa, necessitava também mostrar que se tratava de uma nação original<sup>13</sup>, detentora de elementos próprios que a caracterizavam, mas sem se distanciar do padrão europeu<sup>14</sup>.

---

<sup>11</sup> HOBBSAWM, E. J. *Nações e nacionalismos desde 1870 – programa mito e realidade*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1990. pp. 17-19

<sup>12</sup> REIS, José Carlos. *As identidades do Brasil: de Varhagen a FHC*. Rio de Janeiro: FGV, 2007. pp. 25-28

<sup>13</sup> Como resumiu Naxara: “O desejo de pertencer simultaneamente a um e outro lado”. NAXARA, Márcia Regina Capelari. “Natureza e Civilização: Sensibilidades românticas e representações do Brasil no século XIX” In

Entretanto, quais são os elementos originais e singulares que o Brasil necessitava para delimitar seu lugar entre as “grandes nações”? Na Europa, o romantismo recuperou o passado histórico representado pelo medieval, pelo gótico, como símbolos para a construção de seus ideários nacionais. Todavia, no Brasil essa questão é um tanto mais complexa, já que não houve uma Idade Média, segundo o modelo romantizado europeu, a ser recuperada. Isso levou autores brasileiros – notadamente românticos - a construir uma Idade Média imaginária. Ou seja, no contexto em que se dá a origem da nação brasileira, o tempo e o cenário de sua narrativa são mitológicos<sup>15</sup>.

Encontramos um exemplo desse caso na obra *O Guarani*, de José de Alencar, no qual, segundo Valéria de Marco, o rio Paquequer constitui um cenário que elide o tempo, passando, através das descrições do autor romântico, a imagem da natureza primordial plena e pura do Brasil, insinuando ainda, referências à época medieval<sup>16</sup> europeia<sup>17</sup>.

Nesse contexto, a natureza serve como enfoque para a construção de uma cultura marcadamente nacional, pois se tratava de um elemento tido como originalmente brasileiro<sup>18</sup>.

Nesse sentido, Francisco Paz traz o exemplo de Ferdinand Denis, que ao valorizar a natureza

---

BRESCIANI, Stella & NAXARA, Márcia(orgs.). *Memória e (re)Sentimento: Indagações sobre uma questão sensível*. Campinas.SP: Editora da Unicamp, 2001. p. 432

<sup>14</sup> Nesse sentido, a frase de Paz nos é bastante esclarecedora sobre o intuito brasileiro: “Das singularidades do meio e da natureza emerge uma Europa diferente chamada Brasil” Idem, p. 253

<sup>15</sup> Idem, p. 232

<sup>16</sup> O trecho a seguir é um bom exemplo dessas referências medievais: “Dir-se-ia que, vassalo e tributário desse rei das águas, o pequeno rio, altivo e sobranceiro contra os rochedos, curva-se humildemente aos pés do suserano.”(grifos nossos). In ALENCAR, José de. *O Guarani*. Rio de Janeiro: Cia. Aguilar Editora, 1964. p. 31

<sup>17</sup> MARCO, Valéria de. *A perda das ilusões: O romance histórico de José de Alencar*. Campinas-Sp: Editora da Unicamp, 1993. pp. 27-28

<sup>18</sup> Segundo Edgar de Decca, o romance de José de Alencar, apesar de, à primeira vista nos conduzir por cenários brasileiros que mais parecem a Europa Medieval que o Brasil tropical, carrega inúmeros elementos fundadores da identidade nacional, pois, ainda que procure medidas europeias, Alencar desmancha os supostos cenários europeus, mostrando uma identidade brasileira em contraposição à europeia. Portanto, Alencar carrega as duas tendências apontadas anteriormente, que seriam a busca pelo exótico – aqui figurado na natureza tropical e na constituição racial brasileira – e na criação da realidade por meio de padrões estéticos europeus. Cf. DECCA, Edgar Salvadori de. “Tal pai, qual filho? Narrativas histórico-literárias da identidade nacional”. In. *Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-graduados em História e do Departamento de História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo*. São Paulo, n° 24, 2002. p. 96.

tropical do Brasil, potencializa aquilo que a Europa não é ou não tem. Este viajante reconhece o europeu como símbolo da história sem natureza, e observa o índio brasileiro como o seu oposto direto, o representante da natureza sem<sup>19</sup> história<sup>20</sup>.

Segundo Paz, restava somente então configurar o caráter singular da natureza tropical como marca do valor nacional, e através do discurso histórico, transformar “tal tropicalidade como verdadeiro alimento do espírito de nacionalidade”, como diz abaixo:

“[A busca pelo elemento original brasileiro] Resulta na elaboração de uma verdadeira “historiografia tropical”, caracterizada pela busca da nação, pelo ideal de progresso e pelo entendimento da natureza como elemento definidor da unidade natural da Pátria, diante da falta de uma unidade cultural”<sup>21</sup>.

Além disso, Paz afirma que enquanto a História prende-se às questões do devir, enfatizando as mudanças resultantes da marcha da civilização, a literatura busca o ser e os valores permanentes, que promovem a natureza como expressão primeira da originalidade brasileira.

Portanto, notamos um engajamento especial dos literatos brasileiros nessa busca pela identidade nacional, que se mostra de uma maneira um tanto diferente da empreendida pelos intelectuais que tinham como base os estudos da História. Essa diferença entre literatos e historiadores – se é que podemos utilizar esses termos em uma época em que as linhas que demarcavam as humanidades eram ainda mais tênues que as atuais – farão se sentir dentro do IHGB, como veremos no decorrer do trabalho.

---

<sup>19</sup> Desta maneira, ter natureza sem ter história não era visto como algo positivo, mas acreditava-se na época que o Brasil ainda era uma nação jovem, que ainda não alcançara a maturidade dos países do norte. Pensavam os intelectuais brasileiros que essa situação se corrigiria com o tempo, era apenas algo transitório, já que o país passava por um processo de avanço intelectual no período, principalmente pelo advento dos museus, universidades, hortos, e demais institutos ligados à ciência. Cf. PAZ, Francisco de Moraes. *Op. Cit.* pp. 236-248.

<sup>20</sup> Idem, p. 247.

<sup>21</sup> Idem, p. 236

Nas obras de Gonçalves Dias, Álvares de Azevedo ou Casimiro de Abreu, entre inúmeros outros exemplos, aparecem estes engajamentos de valorização da natureza brasileira<sup>22</sup> no momento em quem seus versos cantam nossas belezas naturais<sup>23</sup>.

Flora Süssekind ressalta esses usos do meio natural brasileiro pelos literatos do período. Assim como Paz, ela afirma que a natureza brasileira serve como enfoque para a construção de uma literatura marcadamente nacional. Ela trás os dizeres de Pereira da Silva como exemplo deste momento de valorização dos elementos nacionais:

“Nossos vates renegam sua pátria, deixam de cantar as belezas das palmeiras, as deliciosas margens do Amazonas e do Prata, as virgens florestas, as superstições e pensamentos de nossos patrícios, seus usos, costumes, e religião, para saudarem os Deuses do Politeísmo Grego”<sup>24</sup>.

Süssekind conclui que não é, pois, qualquer lugar que se pode chamar de Brasil, ou qualquer literatura de brasileira. Antes é necessário que isso seja submetido à “malha fina da originalidade”, “da “natureza exuberante”, ou dos “costumes peculiares”.

Segundo Süssekind, variam as trilhas da prosa de ficção brasileira – novela histórica, melodramática, de costumes ou de mistério – nas décadas de 30 e 40 do século XIX –, mas repete-se a nota, a meta quase geográfica, de demarcação de um centro, de uma origem, de uma cena primitiva de descoberta da cultura brasileira<sup>25</sup>.

Literatura, História e Geografia – esta última envolvida de maneira bastante pragmática, no que toca às questões fronteiriças do Império – engajaram-se, cada uma à sua maneira, em um

---

<sup>22</sup> Os versos da Canção do Exílio – ex. “(...)Nosso céu tem mais estrelas, Nossas várzeas têm mais flores, Nossas flores têm mais vida, Nossa vida mais amores (...)” -, de Gonçalves Dias cabem perfeitamente nesse caso, já que expressam o ufanismo do ideal romântico em relação à natureza brasileira. DIAS, Gonçalves. “Canção do Exílio”. In: DE NICOLA, José e INFANTE, Ulisses. *Análise e interpretação de poesia*. São Paulo: Scipione, 1995.p 63.

<sup>23</sup> VENTURA, Roberto. *Estilo Tropical: História Cultural e Polêmicas literárias no Brasil 1870 – 1914*. São Paulo: Cia. Das Letras, 1991. p. 246

<sup>24</sup> SÜSSEKIND, Flora. *O Brasil não é longe daqui: o narrado, a viagem*. São Paulo: Cia. Das Letras, 1990. p. 24

<sup>25</sup> Idem, p. 35

movimento que usa esta natureza como ponto de união do Brasil e de diferenciação em relação aos demais, afinal, todo o país era naturalmente exuberante.

No entanto, a natureza não ocupa sozinha o posto de elemento original e singular do Brasil. O homem brasileiro, representado principalmente pelos elementos indígenas e mestiços, também têm lugar central nesse contexto.

No ano de 1840, o IHGB lança um concurso para premiar o trabalho que melhor elaborasse um plano para se escrever a história do Brasil. O vencedor do concurso foi o cientista alemão, ocupado de assuntos brasileiros, Karl Friedrich von Martius.

Em sua monografia<sup>26</sup>, Martius confere ao Brasil um papel bastante singular enquanto nação: realizar a ideia da mestiçagem das três raças, lançando os alicerces para a construção do mito da democracia racial<sup>27</sup>. Dentro deste contexto racial, o Brasil encontrava-se em uma situação *sui generis* no mundo: era palco da miscigenação entre as três raças. Cabia então ao Brasil o papel de aperfeiçoar essas raças – através do branqueamento de sua população e a civilização do indígena – para o desenvolvimento da nação<sup>28</sup>.

Estavam então determinados os elementos que definiriam a identidade nacional brasileira: sua natureza e sua gente. Também já se sabia o modelo civilizacional que o Brasil deveria seguir e o modo como ele se destacaria entre essas nações. Restava então levar este projeto adiante, fazê-lo acontecer.

Nesse sentido, o IHGB desempenhou um papel fundamental, e a análise das suas publicações, contidas na revista do instituto, só vêm a corroborar as teses de autores como

---

<sup>26</sup> O título da monografia é “Como se deve escrever a história do Brasil” In. Revista Trimensal de Historia e Geographia ou Jornal do Instituto Historico e Geographico Brasileiro. Tomo VI, 1865 (1844).

<sup>27</sup> GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. "Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional". In: *Estudos históricos*, nº 1, 1988. p. 17

<sup>28</sup> Não me alonguei muito nesse assunto da raça porque ele é central deste estudo e por isso será discutido mais à frente.

Francisco Paz, José Carlos Reis, Roberto Ventura, Renato Ortiz, Flora Süssekind, entre outros, que veem na natureza um dos principais símbolos utilizados para a construção da identidade nacional brasileira, símbolo esse capaz de dar orgulho a um povo carente de raízes e laços de união.

A exaltação do mundo natural brasileiro é bastante recorrente nessas publicações<sup>29</sup>, o clima é posto como benigno e ameno na maioria das vezes<sup>30</sup>, suas paisagens são descritas como belas e variadas capazes de “sensações despertar e interromper a tediosa monotonia”<sup>31</sup>. Suas terras são relatadas como muito férteis, e suas matas e rios como generosas em caça e pesca, além disso, há a presença de ricas minas espalhadas pelo território nacional.

Por isso, podemos afirmar que a natureza – portadora da indelével marca dos trópicos – veio a se tornar um importante ponto de comunhão nacional, já que todos os brasileiros, independentes da região do país em que se encontravam, podiam partilhar do mesmo sentimento de orgulho em relação ao meio em que viviam, pois ele era descrito como exuberante em toda sua extensão, não havendo discriminação de acordo com a localidade.

Levar à população o conhecimento dessas belezas naturais que o Brasil oferecia, e que era de causar inveja em outras nações do mundo, dava então ao empreendimento da intelectualidade brasileira da época um objetivo de união nacional, muito importante para assegurar a manutenção do ainda jovem e frágil Estado brasileiro. Agora veremos como os trópicos, e suas intensas

---

<sup>29</sup> No discurso de abertura do IHGB, Januário da Cunha Barbosa dá mostras de que a exaltação da natureza brasileira seria uma das tônicas no processo de criação da identidade nacional brasileira, particularmente no caso do grêmio cariocas: “(...) finalmente pelas riquezas de suas minas e mattas, pelos productos de seus campos e serras, pela grandeza de seus rios e bahias, variedades e pompas de seus vegetaes, abundância e preciosidade de seus fructos, pasmosa novidade de seus animaes, e finalmente pela constante benignidade de um clima, que faz tão fecundo os engenhos de nosso patrícios como o solo abençoado que habitam; acharemos sempre um thesouro inextinguível de honrosa recordação e de interessantes idéias, que se deve manifestar ao mundo em sua verdadeira luz”. Cf. BARBOSA, Januario da Cunha. “Discurso”. In. Revista do Instituto Historico e Geographico do Brazil. Tomo I., 1856 (1939). pp. 12-13.

<sup>30</sup> O que não necessariamente significa que isso seja algo positivo, como veremos no decorrer do trabalho.

<sup>31</sup> Idem. p. 61

sensações, serviram de aliados a esses homens do IHGB, intelectuais engajados em sua própria missão patriótica, observando todas as alegrias e ambiguidades que essa nossa condição natural era capaz de despertar.

No entanto, antes de prosseguirmos sobre a construção da identidade nacional brasileira, amparada, sobretudo, nos usos e desusos do clima tropical, é importante que conheçamos o que é nação, como ela surgiu, e o que ela significa, e principalmente, qual o sentido da “identidade nacional” no século XIX.

### *1.3. A emergência e a necessidade da nação*

Como certa vez observou Max Weber, uma sociedade não é algo muito palpável, mas sim é um conceito muito flexível e difícil de ser percebido concretamente<sup>32</sup>. Nesse sentido, a discussão sobre identidade nacional, como componente intrínseco dessa complexa e fluida sociedade, mostra-se um conceito bastante complexo, e compreender o seu significado, e o que ele representa dentro de nossa história e historiografia, é tarefa bastante árdua.

Maria Stella Bresciani vê nas recentes publicações de coletâneas que versam sobre o tema<sup>33</sup> exemplos que confirmam “releituras quase obsessivas e sugerem a importância dessa produção, pois sinalizam uma preocupação persistente no meio acadêmico e intelectual brasileiro”<sup>34</sup>. O que vem a corroborar a ideia de que o tema da identidade nacional ainda está muito vivo dentro de nossa historiografia, e que ainda suscita uma série de debates.

---

<sup>32</sup> DECCA, Edgar Salvadori de. “Cidadão, mostre-me a identidade!”. In. Caderno Cedes, Campinas, V.22, n° 58. 2002. p. 8.

<sup>33</sup> Nesse caso: SANTIAGO, Silvano (org.). *Intérpretes do Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2002; MOTA, Lourenço Dantas. (org.) *Introdução ao Brasil: um banquete no trópico*. São Paulo: SENAC, 2001.

<sup>34</sup> BRESCIANI, Maria Stella Martins. “Identidades Inconclusas no Brasil do séc. XX – Fundamentos de um lugar comum”. In. BRESCIANI, Maria Stella Martins. & CAPELARI, Márcia Regina Naxara (orgs.). *Memória e (re)sentimento: indagações sobre uma questão sensível*. Campinas-SP: Editora da Unicamp, 2001. p. 403.

Assim, é fundamental que conheçamos o embrião de toda essa questão, entendendo como surgiram os nacionalismos, que evocaram, pela primeira vez, sentimentos de identificação entre pessoas encerradas dentro de um mesmo Estado. Lembranças (e também esquecimentos) partilhadas, heróis imaginários comuns e situações capazes de prover condições para que pessoas conheçam seus concidadãos, somente a partir de experiências compartilhadas.

Desta maneira, podemos localizar a emergência do nacionalismo em um período compreendido entre finais do século XVIII e inícios do século XIX. Anthony Smith nos elenca uma série de eventos, como as divisões da Polônia, a Guerra de Independência dos EUA, e a reação alemã e prussiana à Revolução Francesa e às conquistas napoleônicas, como exemplos que atestam o nascimento do nacionalismo no período supracitado<sup>35</sup>.

Benedict Anderson, por sua vez, não nega o nascimento do nacionalismo nesse momento de nossa história, pois, segundo ele, tal período marca “o anoitecer dos modos de pensamento religioso”. Isso porque, o século do Iluminismo e do secularismo racionalista trouxe consigo suas “próprias trevas modernas”, pois houve um declínio da fé religiosa, mas o sofrimento que ela ajudava a atenuar não desapareceu, persistia. Assim, uma outra linha de continuidade deveria suprir a lacuna deixada pela salvação religiosa, e, como frisa Anderson, poucas coisas se mostraram (e ainda se mostram) mais adequadas a essa finalidade que a ideia de nação<sup>36</sup>.

Nesse sentido, aproveitando-se de determinado momento histórico propício, certos grupos – representados principalmente pelos Governos de Estado – procuraram meios de construir um sentimento de nação a fim de obter interesses próprios. Ernest Gellner, por exemplo, vê o

---

<sup>35</sup> SMITH, Anthony D. “O nacionalismo e os historiadores”. In. BALAKRISHNAN, Gopal. *Um mapa da questão nacional*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000. p. 187.

<sup>36</sup> ANDERSON, Benedict. *Comunidades Imaginadas: Reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. São Paulo: Cia. Das Letras, 2008. p. 38.

nacionalismo como uma ideologia criada a fim de ajudar na construção e garantir a consolidação do poder do Estado, sendo um elemento necessário ao desenvolvimento capitalista na Europa.

Segundo o autor, o desenvolvimento capitalista foi dirigido por unidades nacionais, como é o caso do capitalismo inglês, francês ou alemão. Cabia assim ao nacionalismo atuar no fortalecimento e na expansão das economias europeias, que eram nacionais. Em uma disputa “inter-nacional” – que era o que ocorria nesse momento histórico –, o Estado promovia uma suposta homogeneidade cultural a fim de acelerar o desenvolvimento econômico<sup>37</sup>.

Portanto, podemos analisar a nação como algo construído historicamente – principalmente por filólogos e historiadores, que sob muitos aspectos, forneceram a lógica e o mapeamento de suas nações ainda aspirantes, como nos traz Smith –, que buscou dar ao mundo a noção de que ele era formado por diversas comunidades, cada uma possuidora de um caráter e de uma história singulares, cada uma resultado de origens e acontecimentos específicos, que interagiam entre si<sup>38</sup>. Um complexo de características físicas e mentais, capazes de distinguir uma nação da outra era trazido à tona. Surgia então o conceito de caráter nacional na nossa história<sup>39</sup>.

A partir disso, notamos que para que uma nação se sustentasse, havia também a necessidade de distinção, havia a necessidade do outro. Ou seja, elementos capazes de garantir uma identidade nacional eram necessários, como nos mostra José Carlos Reis:

“As identidades são relacionais e mudam em cada relação. A identidade precisa de algo fora dela, da alteridade, outra identidade, que ela não é, e nessa relação com o outro, as identidades são construídas. Uma identidade exclui, cria o exterior. Ela é uma

---

<sup>37</sup> REIS, José Carlos. *As identidades do Brasil 2: de Calmon a Bonfim: a favor do Brasil: direita ou esquerda?* Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. p. 15

<sup>38</sup> SMITH, Anthony. D. *Op. Cit.* p. 185.

<sup>39</sup> BAUER, Otto. “A nação”. In. BALAKRISHNAN, Gopal. *Um mapa da questão nacional*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000. p. 47.

homogeneidade interna, um fechamento. É um ato de poder. As identidades são construídas no interior do jogo de poder e da exclusão. Não são naturais, mas difundidas em lutas históricas”<sup>40</sup>.

Portanto, como diz Edgar de Decca, “a identidade de um grupo forma-se normalmente por sinais externos<sup>41</sup> e por um conjunto de símbolos e valores a partir dos quais se opera uma identificação”<sup>42</sup>. Segundo Stuart Hall, há o que ele chama de *narrativa da nação*, que, tal como é contada e recontada nas histórias e nas literaturas nacionais, na mídia e na cultura popular, fornece uma série de estórias, imagens, panoramas, cenários, eventos históricos, símbolos e rituais nacionais que simbolizam ou representam as experiências partilhadas, as perdas, os triunfos e os desastres que dão sentido<sup>43</sup> à nação<sup>44</sup>.

Assim podemos notar que há a noção de que a nação não se trata de um sentimento intemporal, mas sim um fenômeno histórico recente, advindo da consolidação da Europa como um conjunto de nações fortes. No entanto, essa visão não é alheia a críticas. Hobsbawm, por exemplo, é bastante crítico a esse respeito, pois, apesar de não negar a atuação do Estado na formação de certos padrões sociais<sup>45</sup>, faz uma crítica contundente às opiniões de Gellner sobre as formações dos nacionalismos, acusando-o de expressar somente o ponto de vista das elites

---

<sup>40</sup> REIS, José Carlos. *As identidades do Brasil 2: de Calmon a Bonfim: a favor do Brasil: direita ou esquerda?* Op. Cit. p. 12.

<sup>41</sup> Além de Edgar de Decca, e do já citado José Carlos Reis, uma série de autores nos traz essa afirmação, entre eles podemos citar: WOODWARD, Kathryn. “Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual”. In. SILVA, Tomaz Tadeu (org.); WOODWARD, Kathryn; HALL, Stuart. *Identidade e Diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis, RJ; Vozes, 2000. p. 9.; ORTIZ, Renato. *Cultura Brasileira e Identidade Nacional*. São Paulo: Editora Brasiliense, 2006. pp. 7-8; LOURENÇO, Eduardo. *Mitologia da saudade: seguido de Portugal como destino*. São Paulo: Cia. Das Letras, 1999. p. 89.

<sup>42</sup> DECCA, Edgar Salvadori de. “Cidadão, mostre-me a identidade!”. Op. Cit. p. 8.

<sup>43</sup> Segundo Benedict Anderson, a imprensa desempenhou papel fundamental na construção do que ele chamou de “comunidades imaginadas”, pois segundo o autor, a imprensa permitiu “narrar” a nação, possibilitando assim que aqueles as sensações de identificação entre seus membros fosse fortalecida, construindo assim a nação imaginariamente. Cf. SMITH, Anthony D. Op. Cit. pp. 199-200.

<sup>44</sup> HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2005. p. 52

<sup>45</sup> Posição essa que fica evidente em sua análise sobre a “invenção das tradições”, conceito que abordaremos mais à frente. Cf. HOBSBAWM, Eric & RANGER, Terence (orgs.). Op. Cit. p. 9.

burguesas dos Estados-nações, uma vez que não levou em consideração o ponto de vista do povo. Afinal, será que todos os pensamentos do povo são estimulados e controlados pelo Estado? Será que a cultura popular não teria um sentimento espontâneo e sincero de pertencimento a uma terra natal<sup>46</sup>?

José Carlos Reis, também não vê a nação como uma mera construção estatal, na qual o povo participa apenas como absorvedor de uma suposta identidade construída a fim de atender certos interesses. Reis não nega que o Estado se apresenta como o “conquistador” da nação, mas também não nega que o sentimento de pertença a uma comunidade nacional é sincero e vivo por parte do povo.

Assim, o uso de termos como “invenção”, “imaginário” e “construção narrativa” não têm o intuito de dizer que a nação seja algo irreal, que se trata apenas de uma construção abstrata, pois cria-se e conserva-se linguagens, códigos, imagens, eventos, personagens e datas históricas, estabelecendo assim suas características e o que são suas referências internas e externas<sup>47</sup>.

Antes de adentrarmos na questão da identidade nacional brasileira, objeto de nosso estudo, vale lembrar que durante o século XIX, propagou-se uma visão *essencialista* da nacionalidade, na qual cada povo se percebia como engajado em uma missão especial para o progresso da humanidade<sup>48</sup>, e para tal, acreditava-se na existência de um conjunto cristalino, autêntico, de características que um povo partilha, e que não se alteram no decorrer do tempo. Trata-se de uma concepção na qual a identidade é vista como algo fixo e imutável<sup>49</sup>.

Já para os estudiosos que veem a nacionalidade como algo *não-essencialista*, a nação é algo mais problemático, pois apresenta-se como um discurso que classifica grupos de seres humanos,

---

<sup>46</sup> REIS, José Carlos. *As identidades do Brasil 2: de Calmon a Bonfim: a favor do Brasil: direita ou esquerda?* Op. Cit. p. 15.

<sup>47</sup> Idem, pp. 15-17.

<sup>48</sup> Idem, p. 14.

<sup>49</sup> WOODWARD, Kathryn. Op. Cit. p. 12.

em um modo de classificação difícil de se operar. Afinal, que critérios definiriam uma nação? Seriam critérios objetivos, como uma língua comum, uma história ou traços culturais comuns? Isso se mostra problemático, na medida em que, as populações não são homogêneas na língua, território, história ou cultura. Segundo José Carlos Reis, esses critérios valem mais para uma devida propaganda estatal, do que para uma descrição objetiva de um suposto fenômeno nacional<sup>50</sup>.

Nesse viés, a identidade não é vista como uma “essência”, como algo inerente a cada suposto povo, mas sim como uma comunidade constituída historicamente com forte coesão, através de uma efetiva comunicação entre seus membros, pelo entendimento tácito, pela cultura compartilhada<sup>51</sup>.

Assim, assumiremos aqui uma visão *não-essencialista* da nação, afinal, nem sempre nos enxergamos como membros de uma comunidade chamada Brasil, nem sempre acreditamos que a feijoada, o samba ou a caipirinha eram coisas típicas de nosso país, mas assumiremos que isso nos foi dado a partir da ordenação e organização das coisas a partir de sistemas simbólicos, produzidas a partir de locais históricos e institucionais específicos, no interior de formações e práticas discursivas específicas, por estratégias e iniciativas específicas<sup>52</sup>.

Pois, a partir de agora, trabalharemos a construção da identidade nacional do Brasil dentro de um contexto histórico específico, a fim de atender a interesses que serão apresentados a seguir, e a partir do qual, uma série de símbolos foram produzidos e instituídos. Símbolos esses que atuaram como instrumentos de comunicação, conhecimento e integração social<sup>53</sup> aos brasileiros

---

<sup>50</sup> REIS, José Carlos. *As identidades do Brasil 2: de Calmon a Bonfim: a favor do Brasil: direita ou esquerda?* Op. Cit. p. 14.

<sup>51</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>52</sup> HALL, Stuart. “Quem precisa de Identidade?” In. SILVA, Tomaz Tadeu (org.); WOODWARD, Kathryn; HALL, Stuart. *Identidade e Diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis, RJ; Vozes, 2000. p.109.

<sup>53</sup> BORDIEU, Pierre. *Op. Cit.* p. 10.

espalhados por um território de proporções continentais, e muito mal comunicado entre si, à beira do colapso político.

## ***2. O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro***

### ***2.1. O IHGB: Introdução***

O Brasil, recém-saído da condição de colônia, precisava firmar-se como nação independente. Entretanto, a conjuntura do período subsequente à independência não era nada favorável a esse intuito, como veremos nos capítulos seguintes. Oligarquias descontentes, dispersas por um heterogêneo e extenso território, ameaçavam a qualquer momento reivindicar suas autonomias, e dar fim à unidade, pelo menos territorial, do jovem Império brasileiro.

A elite intelectual brasileira, muito atrelada ao corpo político do Estado, engajou-se então na luta pela proteção do país, e a arma escolhida por esses homens de letras e ciências, nessa luta contra a fragmentação territorial foi a criação de uma identidade nacional própria, capaz de unir as mais diversas populações em torno de um sentimento pela nova pátria. Nesse projeto, uma organização desempenhou um papel fundamental: trata-se do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, ou como é mais conhecido, o IHGB.

## 2.2. IHGB: Origem, estrutura e funcionamento

Criado em 1838, na então capital do Império, o Rio de Janeiro, o IHGB nasceu a partir da SAIN<sup>54</sup>, através da iniciativa do marechal Raymundo José da Cunha Mattos e do cônego Januário da Cunha Barbosa, como uma instituição dedicada aos estudos da História e da Geografia<sup>55</sup>, e com objetivos já traçados: “deveria ministrar grandes auxílios à administração pública e ao esclarecimento de todos os brasileiros”<sup>56</sup>.

A composição funcional do recém-fundado grêmio revelava a forte ligação deste com o círculo ilustrado Imperial, e com o próprio Estado brasileiro, representado pela figura do monarca Dom Pedro II. Sobre essa relação, Schwarcz nos revela que dos 27 membros fundadores do instituto, nada menos que 22 ocupavam posições de destaque na hierarquia interna do governo. Eram eles procuradores, desembargadores, chefes da secretaria de Negócios do Império, entre outros cargos de prestígio, o que, segundo a autora, formava no IHGB um conjunto que “mais se assemelhava a uma sociedade de corte”<sup>57</sup>.

Boa parte desses membros fundadores era nascida em Portugal<sup>58</sup>, o que, atrelado às suas ocupações diretamente ligadas ao Estado Imperial<sup>59</sup>, legou ao instituto o caráter

---

<sup>54</sup> Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, entidade que tinha por objetivo promover o desenvolvimento da agricultura e pecuária no país, e que, segundo Schwarcz, fazia parte de conjunto de medidas criadas na época que visava a centralização do Estado. Cf SCHWARCZ, Lília Moritz. *Op.Cit.* p.101

<sup>55</sup> Lúcia Guimarães vê a criação do IHGB como um reflexo do movimento de vanguarda que vinha ocorrendo na Europa, num momento que Le Goff identificou como “destinado a fornecer à memória coletiva das nações os monumentos da lembrança”.

<sup>56</sup> GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. “Debaixo da imediata proteção de Sua Majestade Imperial: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838-1889)” In *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, nº 388, 1995. p. 473

<sup>57</sup> SCHWARCZ, Lília Moritz. *O Espetáculo das Raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)*. *Op. Cit.* pp. 101-102

<sup>58</sup> Pelo menos 8 deles, se buscarmos no quadro de funções e origens elaborado por Lúcia Guimarães sobre os 27 sócios fundadores do instituto. Cf GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. “Debaixo da imediata proteção de Sua Majestade Imperial: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838-1889)”. *Op. Cit.* 476-478

<sup>59</sup> Segundo Sérgio Buarque de Holanda, nessa época, cerca de 90% dos eleitores e deputados – onde se incluía esses fundadores do IHGB – viviam de empregos públicos, dependendo, portanto, dos favores do governo, o que, em partes, nos explica esse apoio ao regime monárquico brasileiro. *Apud* GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal.

de uma instituição científico-cultural<sup>60</sup>, controlada por uma forte oligarquia local, associada a um monarca ilustrado, além de forte defensora da Casa de Bragança. Essa ligação com o monarca Dom Pedro II foi muito importante para o grêmio carioca, já que, além de contribuir com cerca de 75% de seus recursos financeiros até o fim do regime imperial, o imperador era assíduo frequentador das reuniões desde sua tenra juventude<sup>61</sup>.

O Imperador, em troca desse apoio dado ao instituto, ganhava fiéis escudeiros que, além de produzir letras que ajudavam a assegurar a manutenção de seu império, construía cuidadosamente sua imagem pública como monarca, calcada na sua naturalidade da Terra de Santa Cruz, na sua origem, vinda das mais tradicionais linhagens reais europeias e também na sua juventude, o que, segundo Lúcia Guimarães, concernia a Dom Pedro II a efígie do “príncipe perfeito”, que representava a perspectiva de um futuro brilhante para o Brasil.<sup>62</sup>

Podemos perceber que a participação nesse instituto era muito restrita, cabendo ela somente aos pertencentes das poderosas oligarquias locais, ou se não das camadas mais abastadas do Império, das que tinham benesses reais<sup>63</sup>. Assim, o ingresso nesse grêmio também obedecia a regras bastante rígidas.

---

“Debaixo da imediata proteção de Sua Majestade Imperial: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838-1889)”. *Op. Cit.* 464

<sup>60</sup> Havia uma alegada neutralidade política dentro do IHGB, no entanto, segundo Manoel Guimarães, havia uma articulação entre a produção intelectual e a política, ainda que fosse restrita a um diálogo com projetos políticos mais gerais, engajados na constituição e manutenção do país/nação. Cf. DOMINGOS, Simone Tiago. *Política e Memória: A polêmica sobre os jesuítas na Revista do IHGB e a política imperial (1839-1886)*. Campinas, SP: [s.n.], 2009. p. 14; Segundo Schwarcz, em geral, instituições como os institutos históricos aliavam um discurso de suposto racionalismo com o papel da imparcialidade no ofício do historiador, o que acabava por assegurar-lhes uma conotação de ‘a-política porque científica e neutra’, sendo essa característica uma das marcas registradas desses grêmios. Cf. SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O Espetáculo das Raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)*. *Op. Cit.* p. 58.

<sup>61</sup> SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O Espetáculo das Raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)*. *Op. Cit.* p. 102

<sup>62</sup> GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. “Debaixo da imediata proteção de Sua Majestade Imperial: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838-1889)”. *Op. Cit.* pp. 544-545

<sup>63</sup> Não que isso provocasse a falta de literatos ou pesquisadores de renome nos quadros do instituto, como é o caso de Varnhagen e Gonçalves Dias ou, em anos posteriores, Sílvio Romero e Euclides da Cunha. Cf. SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O Espetáculo das Raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)*. *Op. Cit.* p. 104

O candidato a um posto no IHGB deveria ser aprovado por uma série de instâncias dentro órgão até tornar-se componente do instituto, sendo que o primeiro passo era a apresentação do seu *curriculum vitae*<sup>64</sup> por um membro efetivo do grêmio, o que evidenciava que a seleção não obedecia a critérios acadêmicos<sup>65</sup>, já que o pretendente não precisava provar sua competência na área em que atuaria, mas sim a critérios sociais<sup>66</sup>.

A entrada no grêmio tinha objetivos diferentes para os diversos candidatos, já que alguns viam nele a chance de promoção pessoal, enquanto outros a enxergavam como um trampolim para a ascensão na carreira intelectual<sup>67</sup>.

Após aprovado, o novo sócio integrar-se-ia a uma rígida hierarquia interna que vigorava no instituto, que obedecia as seguintes subdivisões: 1) *efetivos*: para esses sócios era exigida a residência na Capital Federal, além da apresentação de trabalho sobre história, geografia ou etnologia do Brasil, o que servia para abonar a capacidade literária do autor. 2) *correspondentes*: não era exigida a residência na Corte, apesar de ser requerida a mesma idoneidade intelectual dos sócios efetivo, ou a oferta de um “presente de valor” que se destinasse ao museu do instituto. 3) *honorários*: para ocupar essa posição, o sócio deveria apresentar, além de “idade provecta”, o “consumado saber e distinta representação”. 4) *beneméritos*: tratava-se de sócios efetivos que eram elevados a essa condição graças ao valor da obra prestada ao grêmio, ou a pessoas que contribuíssem ao instituto com uma soma superior a 2:000\$ em dinheiro ou em

---

<sup>64</sup> Vale aqui ressaltar que apesar da necessidade de apresentação do *curriculum vitae* por parte do candidato para a entrada no grêmio, o que remete a critérios profissionais e acadêmicos na seleção, esse *curriculum* apresentado tinha a função e o enfoque de mostrar mais a inserção do candidato nas redes sociais da época do que de mostrar uma produção acadêmica ou uma trajetória profissional.

<sup>65</sup> Situação que só seria alterada pelos estatutos de 1851.

<sup>66</sup> GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. *Op. Cit.* “Debaixo da imediata proteção de Sua Majestade Imperial: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838-1889)”. p. 484

<sup>67</sup> Exemplo desse prestígio que detinha o IHGB se mostrava na grande quantidade de memórias remetidas ao instituto por letrados de várias partes do Brasil, buscando sua publicação, que servia como uma espécie de endosso intelectual, servindo ao autor como um indicador legítimo de sua inserção no meio acadêmico. *Cf.* SCHIAVINATTO, Iara Lis. *Op. Cit.* p. 627

objetos de valor. 5) *presidente honorário*: só conferido ao chefe de Estado e a líderes de outras nações.<sup>68</sup>

Esses sócios estavam distribuídos em diferentes cargos dentro da organização, sendo eles: 1) *os presidentes*: cargo normalmente ocupado por grandes expoentes da política nacional, ao qual cabia o papel de apresentar e representar o instituto, e que também deveria estabelecer as normas entre a associação e as grandes diretrizes da política oficial. 2) *os secretários*: esses membros em geral destoavam dos demais do IHGB por ocuparem postos de menor evidência no país, como profissionais liberais. Eram os responsáveis pelo dia-a-dia do instituto, já que montavam as pautas e atas de reuniões, organizavam trabalhos, propunham a abertura de concursos e a realização de homenagens, redigiam pareceres para a efetivação de novos sócios, enfim, eram os responsáveis pelo funcionamento do grêmio. Tratava-se de uma atividade bastante árdua e que exigia enorme dedicação de seu ocupante<sup>69</sup>. 3) *os oradores*: cargo ocupado por intelectuais respeitados e destacados na época, que desempenhavam certas funções nas reuniões do instituto – como leitura de programas, pronunciamentos finais, entre outros -, configurando assim uma tarefa mais branda que as realizadas pelos secretários<sup>70</sup>.

Agora que sabemos como se constituiu e qual era a estrutura do grêmio carioca, nascido sob os auspícios do governo monárquico brasileiro, e com a nobre incumbência de dar ao recém-independente Brasil, carente de suas raízes, uma história da qual pudesse se orgulhar e assim evitar sua fragmentação. Podemos nos remeter a quais eram as características do

---

<sup>68</sup> SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O Espetáculo das Raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)*. Op. Cit. p. 104

<sup>69</sup> O cônego Januário da Cunha Barbosa retrata bem o perfil dessa categoria, já que, trabalhador incessante e dedicado, representava o esforço de quem acreditava e pretendia sustentar uma organização cuja viabilidade ainda era incerta e também a imagem de um pensador que fez da exaltação do próprio grupo a sua atividade intelectual fundamental. Idem, p. 106

<sup>70</sup> Idem, pp. 105-108

saber produzido no interior dessa instituição e qual é a sua importância para o desenvolvimento da História no país.

### 2.3. IHGB: Tecendo a Memória Nacional

Segundo Manoel Guimarães, o pensar a História é uma das marcas características do século XIX, ao logo do qual foram elaborados os parâmetros para o moderno tratamento do tema. Nesse período, o discurso histórico ganhou foros de cientificidade e o historiador passou de homem de letras à categoria de pesquisador, de igual status entre seus pares nos diversos ramos da ciência<sup>71</sup>.

Nesse sentido, ainda segundo Manoel Guimarães, a vitória da cultura histórica oitocentista viabilizou o surgimento de diversas formas institucionais, capazes de por em marcha o projeto de uma história, que, ao mesmo tempo em que se apropriava da tradição e dos métodos da pesquisa erudita, também estava submetida às exigências de uma cultura histórica modificada, definitivamente submetida às regras da ciência<sup>72</sup>.

Na Europa, essa valorização do pensamento histórico está articulada em um quadro mais amplo<sup>73</sup>, no qual a questão nacional ocupa posição de destaque, o que também se

---

<sup>71</sup> GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. "Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional". *Op. Cit.* p. 5

<sup>72</sup> GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. "Para reescrever o passado como história: o IHGB e a Sociedade dos Antiquários do Norte". In. HEZER, Alda & VIDEIRA, Antonio Augusto Passos. *Ciência, Civilização e Império nos trópicos*. Rio de Janeiro: Acces, 2001. p. 1

<sup>73</sup> Segundo Cláudia Regina Callari, fica clara a relação entre a constituição do IHGB com o movimento que se desenrolava na Europa no início dos oitocentos, que conciliava no mesmo espaço um discurso historiográfico emergente e nacionalismo. Movimento esse marcado pelo romantismo e pelo nacionalismo, e que contava no Estado como o principal gerenciador da pesquisa histórica. Além disso, podemos elencar como marcas do pensamento europeu que influenciou o Brasil no século XIX o amadurecimento da história erudita, e da crítica documental – consolidada por Leopold Von Ranke – além do positivismo comteano, após a década de 1870. Cf. CALLARI, Cláudia Regina. "Os Institutos Históricos: do Patronato de D. Pedro II à construção de Tiradentes". In. *Revista Brasileira de História*. São Paulo: ANPUH/Humanitas Publicações, Vol. 21, nº 40, 2001. p. 72.

observa aqui – lembremos que o IHGB surgiu justamente com objetivo de criar uma identidade nacional para o Brasil, e a produção histórica estava inserida nesse contexto.

Dentro do ímpeto lançado pelo movimento europeu, o IHGB se propôs a construir a memória nacional brasileira, tal como definiu Pierre Nora<sup>74</sup>, ou seja, da “constituição gigantesca e vertiginosa de estoque material, de tudo que nos é impossível lembrar; o repertório insondável daquilo que poderíamos ter necessidade de recordar”, como frisou Lucia Guimarães<sup>75</sup>.

No entanto, aqui esse advento do saber histórico tem suas especificidades em relação ao padrão europeu. Enquanto no Velho Continente seu espaço principal de desenvolvimento se deu no seio das universidades, marcadas pela acirrada competição intelectual, no Brasil foi nas academias de modelo ilustrado, que conheceram seu auge na Europa dos fins do século XVII e durante o século XVIII, e que tinham critérios de seleção que obedeciam a relações sociais, que esse saber se desenvolveu<sup>76</sup>. Esse espaço de inspiração iluminista e marcadamente elitista será o *locus* privilegiado da produção historiográfica brasileira até períodos avançados do século XX<sup>77</sup>.

No Brasil do século XIX, o IHGB era o principal representante desse tipo de instituição. Ele fora criado para servir de exemplo para instituições congêneres nas diversas províncias brasileiras<sup>78</sup>, o que segundo Manoel Guimarães ressalta o caráter iluminista da

---

<sup>74</sup> NORA, Pierre. *Les Lieux de Mémoire*. Apud. GUMARÃES, Lucia Maria Paschoal. “O Império de Santa Cruz: a gênese da memória nacional”. *Op. Cit.*

<sup>75</sup> GUMARÃES, Lucia Maria Paschoal. “O Império de Santa Cruz: a gênese da memória nacional”. *Op. Cit.* 267

<sup>76</sup> GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. “Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional”. *Op. Cit.* p. 5

<sup>77</sup> Segundo Lúcia Guimarães, essa posição se manteve até as três primeiras décadas do século XX, quando esse tipo de instituição começou a perder importância para as universidades. As duas instituições nunca mantiveram muito contato, o que, ainda segundo Guimarães, explica-se pelo suposto papel de vanguarda que as universidades acreditavam possuir, que não condiziam tanto com caráter teórico-metodológico, quanto com o político-social do IHGB. Cf. GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. “O Império de Santa Cruz: a gênese da memória nacional”. *Op. Cit.* p. 464

<sup>78</sup> Além de colaborar com o conhecimento das heterogêneas regiões brasileiras, essas instituições deveriam garantir suas especificidades regionais, e quando possível, definir certa hegemonia cultural, mas sem se distanciar do modelo

associação<sup>79</sup>, já que foi inspirado no modelo adotado na França do século XVIII, no qual as academias científicas e literárias provinciais articulavam-se na teia mais ampla do processo de centralização conduzido pelo Estado, com sede em Paris.

No Brasil, o Rio de Janeiro<sup>80</sup> representaria o papel de Paris, assumindo a posição de irradiador das Luzes, no sentido capital-províncias, integrando-as assim ao projeto de centralização do Estado, e criando os suportes necessários para a construção da Nação brasileira<sup>81</sup>.

Enfim, todo esse contexto do século XIX, como ilustra o desenvolvimento do nacionalismo na Europa, a necessidade da criação de uma memória nacional no Brasil, o forte apoio imperial ao grêmio, a influência francesa, a participação das elites na conformação do instituto e o advento da História como ciência, refletiu-se na produção historiográfica do IHGB, conferindo-lhe características próprias.

Como já frisamos, o IHGB surgiu no momento em que a história se firmava como ciência, pois até esse período o gênero se confundia com o que hoje chamamos de “literário”. No entanto, ele vinha alterando seu status desde o século anterior, quando os filósofos das Luzes separaram a história da literatura, classificando a primeira no âmbito das ciências, o que significava que se tratava de um conhecimento adquirido através de um exame crítico da

---

unificador da nação que guiava o IHGB. Cf. SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O Espetáculo das Raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)*. *Op. Cit.* p. 100

<sup>79</sup> Notadamente do iluminismo português, que segundo Manoel Guimarães é marcado pelo conservadorismo e pela tradição católica. Cf. GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. "Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional". *Op. Cit.* p. 14

<sup>80</sup> Segundo Cláudia Callari, o fato de o IHGB estar sediado no Rio de Janeiro, então sede da Corte, o credenciava a ser o representante de toda a nação brasileira. Cf. CALLARI, Cláudia Regina. *Op. Cit.* p. 60

<sup>81</sup> GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. "Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional". *Op. Cit.* p. 8

documentação. Já a segunda entrou no sistema das artes, que pode ser considerado como um conjunto de produtos semióticos orientados para a obtenção de efeitos estéticos<sup>82</sup>.

O IHGB não escapou a essa influência, o que pode ser notado ao observarmos tanto no grande valor que seus membros dão tanto à exatidão dos fatos, quanto à valorização dos documentos<sup>83</sup> que promoveram<sup>84</sup>, algo até então inusitado no Brasil. Segundo a proposta do IHGB, havia a necessidade de produzir informações corretas e precisas, imparciais e objetivas sobre a nação<sup>85</sup>, despertando assim o patriotismo nacional, o que atesta que o instituto estava sintonizado com as modernas concepções europeias sobre o tema<sup>86</sup>.

Essa consonância do grêmio brasileiro com o Velho Mundo fica mais ainda clara se observarmos o modelo institucional que o IHGB tomou para si: o Institut Historique de Paris<sup>87</sup>. O que endossa os dizeres de Manoel Guimarães, segundo os quais os

---

<sup>82</sup> BENATTI, Antonio Paulo. "História, Ciência, Escritura e Política" In RAGO, Margareth & GIMENES, Renato Aloizio de Oliveira (orgs.). *Narrar o Passado, Repensar a História*. Campinas-SP: UNICAMP, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2000. pp. 66-76

<sup>83</sup> Dentro do IHGB recém criado, percebemos que, ao lado dos interesses regionais de se escrever histórias particulares de cada província, e não uma história geral para o Brasil, percebemos através do discurso inaugural de Cunha Barbosa que a coleta de documentos se mostrava como um dos pontos cruciais e mais críticos para esse então moderno historiador do instituto, uma vez que esses documentos encontravam-se desorganizados e espalhados por todo Brasil, e mesmo no exterior. Cf. BARBOSA, Januário da Cunha & MATTOS, Raymundo José da Cunha. "Breve Notícia sobre a criação do Instituto Historico e Geographico Brasileiro". In. Revista do Instituto Historico e Geographico Brasileiro. Tomo I. Rio de Janeiro: Typographia Universal Laemmert, 1856 (1839).

<sup>84</sup> Isso pode ser evidenciado nas diversas viagens de coleta de documentos promovidas pelo instituto e na sugestão proposta em 1842, que transformaria o IHGB em depósito obrigatório das obras publicadas no Brasil. Cf. GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. "Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional". *Op. Cit.* p. 16

<sup>85</sup> Já que seus membros alegavam que o Brasil estava sendo relatado por olhos tendenciosos e desinteressados de estrangeiros, responsáveis por informações errôneas sobre o país. O que explica a ocorrência de pareceres do instituto sobre obras referentes ao Brasil e publicadas no exterior, como é o caso do parecer sobre a obra *Voyage Pittoresque au Brésil*, do artista francês Debret, no qual os analistas, apesar dos elogios, acusam a obra de "caricaturar" demais o país, por estar desatualizada em relação ao então Brasil do período. Cf. MORCOVO, J.D. de Attaide & LISBOA, Bento da Silva. "Parecer sobre 1 e 2 volume da obra intitulada Voyage Pittoresque au Brésil, ou séjour d'un artiste français au Bresil, depuis 1816 jusqu'em 1831 inclusivement. Par J.B. Debret". Revista Trimensal de Historia e Geographia ou Jornal do Instituto Historico Geographico Brasileiro. Rio de Janeiro: Tupographia de D. L. dos Santos, 1841. p. 96

<sup>86</sup> PAZ, Francisco de Moraes. *Op.Cit.* pp. 228-229

<sup>87</sup> Para Manoel Luiz Salgado Guimarães, a associação ao Institut Historique de Paris, à Sociedade de Antiquários do Norte, entre outros de renome internacional, servia também para assegurar uma legitimação política para o Império Brasileiro, inserindo assim a história do Brasil numa história universal da civilização. A tarefa de constituir um passado como História, dentro dos cânones da cultura europeia se mostrava como fundamental para um país recém-

intelectuais brasileiros buscaram transformar o Brasil em uma frente avançada da civilização francesa nos trópicos, já que enxergavam na França um modelo de vida social, trabalho intelectual, e mesmo de civilização a ser seguido.

Além disso, num caso muito próprio do Brasil dentro da América Latina, a construção da ideia de nação aqui não se calcou sobre a oposição à antiga metrópole portuguesa, mas, pelo contrário, já que o IHGB reconhecia a nova nação brasileira como continuadora da missão civilizadora iniciada pela colonização portuguesa. Isso, aliado à influência francesa, conferiu à produção histórica do instituto uma de suas características mais marcantes: a definição do modelo branco e europeu de civilização<sup>88</sup>.

Isso pode ser confirmado se analisarmos o artigo de Martius *Como se deve escrever a História do Brasil*<sup>89</sup>, vencedor do concurso promovido pelo instituto para premiar a monografia que melhor sugerisse um plano para a escrita da história brasileira<sup>90</sup>. Esse artigo confere ao Brasil, inserido no conjunto mais amplo das nações, o papel de promover a mistura das três raças humanas em seu interior, sendo que cada uma delas desempenharia um papel pré-definido, cabendo ao homem branco a missão de “civilizar” o país, sendo uma espécie de guia para o progresso, ficando os índios e negros, excluídos de tal processo<sup>91</sup>.

A forte ligação do monarca com o instituto, além da grande participação de funcionários estatais, grandes defensores da Casa de Bragança, também refletiram na

---

saído da condição de colônia e percebido pelo olhar europeu como desprovido de história, condição fundamental para a civilização. GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. “Para reescrever o passado como história: o IHGB e a Sociedade dos Antiquários do Norte”. *Op. Cit.* PP. 2-3

<sup>88</sup> GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. “Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional”. *Op. Cit.* pp. 6-8

<sup>89</sup> MARTIUS, Carlos Frederico Ph. de. “Como se deve escrever a história do Brasil” In. *Revista Trimensal de Historia e Geographia ou Jornal do Instituto Historico e Geographico Brasileiro*. Tomo VI, 1865 (1844).

<sup>90</sup> Segundo Cláudia Callari, essa obra de Martius apresenta-se como um exemplo de uma história que combinava as teorias em voga na Europa do século XIX, como é o caso da hierarquização racial, presente na obra do naturalista, sem deixar de apontar as particularidades nacionais, no caso, a particularidade do Brasil, calcada no cruzamento entre as raças. CALLARI, Cláudia Regina. *Op. Cit.* p. 73

<sup>91</sup> Esse assunto será melhor desenvolvido no capítulo O Homem Americano, mais a frente.

produção historiográfica do grêmio, que se deu na escrita da história brasileira enquanto palco de atuação de um Estado ilustrado, esclarecido e civilizador<sup>92</sup>.

Todas essas características da historiografia produzida no IHGB podem ser observadas na revista do instituto, principal meio de divulgação de suas ideias <sup>93</sup>. Esse periódico pode ser dividido em três partes distintas, segundo Schwarcz, sendo a primeira composta de artigos e documentos, que tratavam de temas relevantes ao instituto, ou que interpretavam textos históricos, ou ainda que discorriam sobre os limites territoriais do Brasil ou sobre os hábitos de nossos indígenas – o que revelava a importante participação do movimento romântico no grêmio.

Na segunda parte concentravam-se as biografias de brasileiros “distintos por letras, armas e virtudes”, que como veremos mais a frente, desempenhavam um papel específico dentro do projeto do IHGB, e na terceira parte, encontramos os extratos das atas das sessões quinzenais, que reproduzem o cotidiano do instituto<sup>94</sup>.

Se analisarmos o material publicado nessas revistas, notaremos que se trata de documentos bastante heterogêneos entre si: são cartas de sócios, necrologias de

---

<sup>92</sup> GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. "Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional". *Op. Cit.* p. 10

<sup>93</sup> Vale ressaltar que como periódico, o IHGB foi publicado todos os anos, entre seu volume inicial, 1839, e o marco temporal final de nossa pesquisa, 1889. Até 1864, sua tiragem era trimestral, e todo o conteúdo era organizado em um único volume; a partir dessa data, passou a ser apresentada em dois volumes, assim permanecendo até 1932. O nome do periódico também não passou incólume ao tempo: chamado originalmente de *Revista Trimensal de Historia e Geographia ou Jornal do Instituto Historico e Geographico Brasileiro*, em 1850 passou-se a chamar *Revista do Instituto Histórico e Geographico do Brazil*; em 1859 o periódico passou a se chamar *Revista do Instituto Historico, Geographico e Ethnographico do Brazil*; em 1886, passou a se chamar *Revista do Instituto Historico e Geographico Brasileiro*. Cf. DOMINGOS, Simone Tiago. *Op. Cit.* p. 20.

<sup>94</sup> SCHWARCZ, Lília Moritz. *O Espetáculo das Raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)*. *Op. Cit.* pp. 109-110

personagens importantes, estudos indígenas, discursos de autoridades, memórias e relatos de viagem<sup>95</sup>, estudos geológicos, transcrições de papéis oficiais, entre muitos outros exemplos.

Lúcia Guimarães aponta para o grande número de documentos não contemporâneos – termo que ela usou para designar os documentos produzidos em épocas anteriores à fundação do instituto – frente às produções historiográficas de seus membros, que no período compreendido entre 1839 e 1849, corresponde a 5,2 publicações do primeiro tipo, para cada publicação o segundo tipo.

Segundo a historiadora, esse fato se explica pela carência de pesquisa sistemática no Brasil, iniciada somente em 1838 com a criação do IHGB, ou ainda, sugere também, ser um reflexo da falta de fatores acadêmicos nos critérios de seleção dos sócios, o que refletia na produção deles<sup>96</sup>.

Através dessas publicações periódicas, o IHGB ia tecendo a memória do país, que se configurou em um longo e seletivo empreendimento, no qual se procurou pinçar no repertório do passado, os esclarecimentos que pudessem auxiliar na definição do presente.

Nesse projeto de construção de uma memória nacional e unificadora, o passado recente – configurado entre a independência e a fundação do instituto –, marcado pelo temor de desagregação não poderia ser escolhido para dar forças para que o Brasil caminhasse com segurança rumo ao futuro, por isso encontramos uma ênfase maior na publicação de documentos referentes ao passado distante, ou seja, ao Brasil colônia.

---

<sup>95</sup> Segundo Schiavinatto, essas memórias desempenhavam um papel importante na construção da memória nacional, já que se tratava de fontes complementares, ou até mesmo substitutivas, às fontes consumidas pela voragem do tempo. Cf. SCHIAVINATTO, Iara Lis. *Op. Cit.* p. 627

<sup>96</sup> GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. “Debaixo da imediata proteção de Sua Majestade Imperial: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838-1889)”. *Op. Cit.* pp. 509-514

Evidência desse intuito de evitar publicações que remetessem à desunião nacional<sup>97</sup> foi o episódio em que um documento raro sobre a Revolução Pernambucana de 1817 – segundo Mota “o primeiro traço realmente significativo de um processo de descolonização rápido e radical”<sup>98</sup> – foi doado ao instituto. Contudo, mesmo tratando-se de um documento importante, teve sua publicação “censurada” na revista do instituto, sob alegação de que constaria nele relatos de pessoas ainda vivas<sup>99</sup>.

Nesse sentido, pode-se inferir que tal arquivamento desse documento refere-se ao intuito de evitar testemunhos que pudessem comprometer o difícil e complexo “processo de enraizamento e legitimação da Coroa”<sup>100</sup>. Por isso, encontramos uma ênfase no passado longínquo do Brasil, no qual biografias de donatários, capitães-gerais, governadores, vice-reis, e outras autoridades, além das várias fontes relacionadas à presença da Companhia de Jesus em território brasileiro, eram priorizadas na revista.

Segundo Lúcia Guimarães, não se encontra no período imperial do IHGB um único impresso que evidencie qualquer indício de contestação do sistema colonial, o que, segundo ela, reforça a ideia de continuidade entre a missão civilizadora portuguesa e a missão do reinado atual. As biografias também ressaltam esse caráter, já que a distinção entre brasileiros e portugueses tornara-se secundária, o que enfatiza os laços de união entre os dois povos, além do

---

<sup>97</sup> Lucia Guimarães observa nesses fatos o fenômeno que James Fentress e Chris Wickham denominaram de *memórias partilhadas*. Que são, segundo a autora, a produção de narrativas escritas que tomam forma dentro de um quadro de significado, proporcionado pelo grupo que as produz. Assim, percebe-se a exclusão deliberada de conflitos que, quando consignados, seriam atribuídos à mocidade do país, e aos arroubos da juventude. Cf. GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. “O Império de Santa Cruz: a gênese da memória nacional”. In. Revista Brasileira de História. São Paulo: ANPUH/Humanitas Publicações, Vol. 21, n° 40, 2001. p. 280.

<sup>98</sup> MOTA, Carlos Guilherme. *Nordeste 1817: estruturas e argumentos*. São Paulo: Perspectiva – Ed. USP, 1972. p. 2

<sup>99</sup> Essa questão se mostra evidente a partir da chamada *Arca do Sigilo*, que se tratava de uma espécie de cofre-forte, proposto pelo sócio Francisco Freire Allemão, como o objetivo de “censurar” obras que apresentassem versões dos episódios históricos incompatíveis com o projeto político defendido pelo instituto, ou ainda, como já dissemos, para evitar que a imagem de pessoas ainda vivas fosse prejudicada por esses documentos. Cf. GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. “O Império de Santa Cruz: a gênese da memória nacional”. Op. Cit. p. 268

<sup>100</sup> Idem, pp. 517-519

que servia também para reforçar as linhas de legitimidade entre o Estado português e o atual, e contribuir para a formação de uma galeria de heróis nacionais<sup>101</sup>.

Segundo o sociólogo francês Maurice Halbwachs, quando as instituições sociais e políticas estão abaladas, seja por problemas internos, seja por guerras, uma maneira de superar essa crise é retomar as coisas do início, e depois, imagina-se que nada mudou, porque se reata o fio da continuidade<sup>102</sup>.

A teoria de Halbwachs encaixa-se bem nesse momento em que se encontra a fundação do IHGB, no qual o Brasil sofria com eventos recentes que abalaram as estruturas do país, evidenciando a fragilidade do Império. O instituto recorreu, então, ao passado remoto brasileiro e na união entre brasileiros e portugueses para dar ao país uma continuidade não marcada pelos elementos desagregadores do passado recente, que tanto assombravam os pensadores que compunham esse grêmio.

Nesse mesmo contexto, também poderíamos remontar ao livro de Hobsbawm e Ranger sobre a invenção das tradições, que se entende por um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácitas ou abertamente aceitas, que visam inserir certos valores ou normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente, uma continuidade em relação ao passado. Essa prática também ocorre quando acontecem transformações suficientemente amplas e rápidas, tanto do lado da demanda, quanto da oferta<sup>103</sup>.

Assim, dava o IHGB início a uma série de repetições, que tinham por objetivo amalgamar o brasileiro à noção de que se tratava de um povo nascido do ímpeto colonizador e civilizador português, atualmente liderado por um monarca esclarecido, legítimo

---

<sup>101</sup> Idem, pp. 520-523

<sup>102</sup> HALBWACHS, Maurice. *A Memória Coletiva*. São Paulo: Vértice, Ed. Revista dos Tribunais, 1990. p. 84

<sup>103</sup> HOBSBAWM, Eric & RANGER, Terence(orgs.). *A Invenção das Tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984. pp. 9-13

sucessor da missão lusitana. E que apesar de disperso em um território de extensão continental, tratava-se um povo único, que compartilhava dessas mesmas tradições.

Portanto, observamos no IHGB um quadro no qual o Estado se apoiava em Instituições a fim de estabelecer uma história nacional. Podemos encontrar a origem dessa ligação entre Estado e intelectuais em finais do século XVIII, através da inserção desses em projetos ilustrados da Coroa Portuguesa. Segundo Lucia Maria Bastos P. Neves, essa ligação entre Estado e intelectuais se manteve forte ao longo de todo século XIX, tanto em Portugal, quanto no Brasil<sup>104</sup>.

Isso porque, a partir das reformas ilustradas empreendidas pelo Governo Português, na segunda metade do século XVIII, os dirigentes do império passaram a recorrer a certas ideias da ilustração, com o intuito de atualizar suas leis, seu sistema educacional, suas políticas econômicas e suas práticas administrativas, garantindo assim a conservação do reino, e se possível, seu engrandecimento. Para isso, contou-se com o apoio do que Neves chamou de “famílias de intelectuais”, ou seja, pensadores, em geral formados pela reformada Universidade de Coimbra e ligados ao governo central e engajados nos diversos empreendimentos lançados pelo governo ilustrado português<sup>105</sup>. Dessa maneira, o conhecimento e a cultura apresentavam-se como uma forma de poder<sup>106</sup>.

---

<sup>104</sup> NEVES, Lucia Maria Bastos P. “Intelectuais brasileiros nos oitocentos: a constituição de uma “família” sob a proteção do poder imperial (1821-1838)”. In. PRADO, Maria Emília (org.). *O Estado como vocação: idéias e práticas políticas no Brasil oitocentista*. Rio de Janeiro: Access, 1999. p. 9.

<sup>105</sup> Sobre essa questão, um bom exemplo dessa união entre o governo português e as chamadas “família de intelectuais” de Neves se dá na criação da Academia de Ciências de Lisboa, em 1779, que foi criada como uma dos mecanismos do Estado para combater a crise econômica que se instaurara no Império Português nos finais do século XVIII, uma vez que, dentro da visão ilustrada, a ciência apresentava-se como uma forte aliada na luta contra a decadência econômica. Cf. BARBATO, Luis Fernando Tosta. “Natureza, Ciência e Progresso: A natureza brasileira no debate letrado do IHGB (1839-1845)” In. *Aedos. Revista do Corpo Discente do Programa de Pós-Graduação em História da UFRGS*. Vol. 2, Nº 3, 2009. pp. 97-99.

<sup>106</sup> NEVES, Lucia Maria Bastos P. *Op. Cit.* pp. 9-15

Assim, notamos que o IHGB, o Colégio Pedro II e o Arquivo Público podem ser compreendidos dentro dessa ótica, na qual o Estado, com o apoio de suas elites buscou através de medidas de caráter cultural e pedagógico conseguir meios para atingir seus objetivos<sup>107</sup>, no caso, a preservação de sua unidade territorial e o estabelecimento de aspectos nacionais, para o já formado Estado Nacional brasileiro<sup>108</sup>.

A partir dessas análises, podemos perceber que dentro do IHGB predominava uma visão pedagógica da história, baseada na *historia magistra vitae*, que remonta a Cícero<sup>109</sup>, o tornava o passado um lugar a ser constantemente revisitado pelo historiador, para que nele fossem resgatados os exemplos que legitimariam o presente. Simone Domingos nos lembra que, segundo Manoel Guimarães, “da associação entre os interesses nacionais e o projeto científico para a História, nasceu uma cultura histórica responsável em afirmar a centralidade da História no processo de definição e sentidos para o homem contemporâneo”<sup>110</sup>. Assim, essa cultura histórica congrega passado, presente e futuro, e nos remete ao passado, lugar de excelência de definição de um sentido original, razão que explica a própria existência do presente<sup>111</sup>.

Assim, ainda segundo Simone Domingos, o passado foi lido de acordo com as demandas do presente, sendo possível, assim, transformar e organizar lembranças na forma de um relato coerente, capaz de sedimentar projetos para a vida coletiva no futuro, através de valores como os de pertencimento a um grupo, legitimidade e autoridade da nova ordem em constituição. Dessa maneira, a História se mostrava, nos momentos de incerteza, como uma

---

<sup>107</sup> Idem, pp. 16-25

<sup>108</sup> DOMINGOS, Simone Tiago. *Op. Cit.* p. 28.

<sup>109</sup> CALLARI, Cláudia Regina. *Op. Cit.* p. 74.

<sup>110</sup> DOMINGOS, Simone Tiago. *Op. Cit.* p. 25.

<sup>111</sup> GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. “A cultura histórica oitocentista: a constituição de uma memória disciplinar”. Apud. DOMINGOS, Simone Tiago. Idem, *Ibidem*.

espécie de porto-seguro, pois era capaz de gerar imagens e sentidos para a ação no presente, marcando uma profunda relação de identidade coletiva e individual: “o que se busca nela agora não serão mais os modelos, mas explicações, as razões do presente”<sup>112</sup>.

Nesse sentido, a *Breve notícia sobre a criação do Instituto Historico e Geographico Brasileiro*, de Januário da Cunha Barbosa e Raymundo José da Cunha Mattos, nos dá clara amostra desse sentido pedagógico que os estudos da História – juntamente com o de outras *letras* - desempenhavam dentro do IHGB, tanto na formação social, quanto nos serviços prestados à administração pública:

“Sendo innegavel que as letras, além de concorrerem para o adorno da sociedade, influem poderosamente na firmeza de seus alicerces, ou seja, no esclarecimento de seus membros, ou pelo adoçamento dos costumes publicos, é evidente que em uma monarchia constitucional,... a maior soma de luzes deve formar a maior... felicidade publica, são as letras de uma absoluta... necessidade, principalmente aquellas que, versando sobre a historia e geographia do paiz, devem ministrar grandes auxílios á publica administração para o esclarecimento de todos brasileiros”<sup>113</sup>.

Dessa maneira, assumindo a História em seu caráter pedagógico, como aliada do Estado e de suma importância dentro do contexto social da época, o historiador surge como um pensador de grande importância dentro dos quadros do Estado, pois era ele o portador

---

<sup>112</sup> DOMINGOS, Simone Tiago. *Op. Cit.* p. 26.

<sup>113</sup> BARBOSA, Januário da Cunha & MATTOS, Raymundo José da Cunha. “Breve Notícia sobre a criação do Instituto Historico e Geographico Brasileiro”. In. *Revista do Instituto Historico e Geographico Brasileiro*. Tomo I. Rio de Janeiro: Typographia Universal Laemmert, 1856 (1839). p. 05.

da metodologia correta – no caso, a científica – para fazer uma visita responsável ao passado, e dele retirar aquilo que fosse útil para a construção de um presente, e também de um futuro, melhores. A partir do trecho abaixo, de Araújo Porto-Alegre, fica evidente a valorização do trabalho do historiador dentro do contexto das letras oitocentistas:

“O historiador quando preenche devidamente a sua missão é um benemérito da pátria e da humanidade: poderosa dualidade na demolição e reconstrução do passado, prepara os espíritos para o futuro na indicação moral dos resultados da experiência humana”<sup>114</sup>.

O historiador assumia então uma função patriótica, e sua função era levar uma história uma aos brasileiros, cumprindo seu dever para com sua pátria, que nesse caso, era o de despertar em seus leitores o amor pelo seu país, difundindo entre eles suas inúmeras virtudes, além de afastar “ideias políticas imaturas”, como de “republicanos de todas as cores, ideólogos de todas as qualidades”, marcando assim a visão na qual o Brasil estava unido sob os auspícios de um Estado Monárquico. Essa dupla tarefa, de criar laços de união, e ao mesmo tempo afastar ideias contrárias ao projeto político vigente que cabiam ao “historiador patriótico”, podem ser observadas no trecho abaixo<sup>115</sup>:

“deve o historiador patriótico aproveitar toda e qualquer ocasião afin de mostrar que todas as províncias do Imperio por lei orgânica se pertencem mutuamente, que seu propicio adiantamento só póde ser garantido pela mais intima união entre ellas. Justamente

---

<sup>114</sup> PORTO-ALEGRE, Manoel de Araujo. “Relatorio do Primeiro Secretario o Sr. Manoel de Araujo Porto Alegre”. In. Revista do Instituto Histotico e Geographico Brasileiro. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 1930 (1858). p. 465.

<sup>115</sup> DOMINGOS, Simone Tiago. *Op. Cit.* p. 36.

na vasta extensão do paiz, na variedade de seus produtos, ao mesmo tempo que os seus habitantes tem a mesma origem, o mesmo fundo histórico, e as mesmas esperanças para um futuro lisongeiro, achase fundando o poder e a grandeza do paiz. Nunca se esqueça, pois, o historiador do Brazil, que para prestar um verdadeiro serviço a sua pátria deverá escrever como author Monarchico-Constitucional, como unitário no mais puro sentido da palavra”<sup>116</sup>.

Assim, podemos concluir que o IHGB era uma instituição cultural, porém fortemente vinculada à política imperial brasileira, e que surgiu perante uma necessidade de construção de uma então necessária identidade nacional brasileira. A partir de 1851, novidades se instalaram na Academia, através da revisão de seus estatutos, o que, segundo Lucia Guimarães, ampliou suas linhas de pesquisa e mudou os critérios de admissão de novos sócios, dando mais privilégio às virtudes intelectuais em relação às sociais<sup>117</sup>.

No entanto, Lucia Guimarães nos mostra que, mesmo com as renovações dos estatutos, o IHGB ainda permaneceria muito tempo nas mãos do grupo de fundadores, responsáveis por garantir as características fundamentais do grêmio. Esses primeiros homens, conscientes de suas responsabilidades para com o império, e do envolvimento pessoal com a figura do monarca, tomaram todas as medidas para que as renovações no quadro social fossem

---

<sup>116</sup>MARTIUS, Carlos Frederico Ph. de. “Como se deve escrever a história do Brasil” In. Revista Trimensal de Historia e Geographia ou Jornal do Instituto Historico e Geographico Brasileiro. Tomo VI, 1865 (1844). p. 410

<sup>117</sup> GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. “O Tribunal da Posteridade”. In. PRADO, Maria Emilia(org.). *O Estado como vocação: idéias e práticas políticas no Brasil oitocentista*. Rio de Janeiro: Acces, 1999. p. 36.

gradativas e não fugisse aos ideais<sup>118</sup> iniciais propostos por aqueles ilustres guardiões da história oficial<sup>119</sup>.

### **3. A Construção de um paradigma propical**

#### *3.1. Os trópicos brasileiros no século XIX: a construção de um paradigma tropical*

Como vimos anteriormente, coube à natureza brasileira um papel de destaque dentro do projeto de construção da identidade nacional brasileira empreendido por aqueles engajados nesse processo no século XIX. Afinal, essa natureza, forjada sob a pujança do calor e da umidade dos trópicos se apresentava como um elemento capaz atender aos princípios norteadores desse ideal, pois era bela, era fértil, era generosa, e despertava inveja aos estrangeiros visitantes, vindos de terras frias e cansadas, ou seja, era aquele necessário elemento capaz de despertar o orgulho nacional, nas pessoas espalhadas pelas mais distantes porções do império.

No mais, como dissemos, era ela tropical, e isso por si só bastava para distingui-la da natureza da Europa – nosso paradoxal modelo de aproximação e distinção –, caracterizada por ser menos rica, menos variada, menos generosa na oferta de caça, pesca, madeiras e terras férteis. Ou seja, era um elemento ideal para aqueles que buscavam atender às necessidades de elevação do orgulho nacional e distinção do modelo europeu.

No entanto, a construção desse ideal nacional tropical no século XIX, não foi simples como as palavras acima podem dar a entender. Os trópicos há muito vinham sendo visitados, estudados

---

<sup>118</sup> Cláudia Callari nos traz o exemplo da inserção do Positivismo no IHGB, pois essa doutrina filosófica era abertamente criticada dentro do grêmio, uma vez que abalava as bases sobre as quais ele estava fundado: a monarquia e a religião. No entanto, como a homogeneidade entre os membros não era absoluta dentro do IHGB, com a morte da velha guarda do instituto, paulatinamente esses intelectuais foram substituídos por outros mais jovens, sendo muito deles educados à luz do positivismo, principalmente aqueles da geração de 1870, formados dentro da Escola Militar. No entanto, segundo Callari, muitos desses jovens intelectuais, ao incorporarem-se ao grêmio, cederam à sua forma organizacional, à ideia de consenso e ao temor de que as ideias fossem interpretadas como políticas. CF. CALLARI, Cláudia Regina. Op. Cit. pp. 75-76

<sup>119</sup> GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. “O Tribunal da Posteridade”. Op. Cit. p. 57.

e debatidos na Europa, e no decorrer de séculos, desde que pela primeira vez os europeus aqui pisaram, um turbilhão de informações detratoras e exaltantes percorreu o Velho e o Novo Mundo. Imagens essas que se faziam refletir nas opiniões dos próprios brasileiros no século XIX, ajudando a construir trópicos ambivalentes, às vezes sufocantes, perigosos e avessos ao almejado progresso europeu, outras calcadas em suas imagens paradisíacas, em suas florestas virgens, e em sua terra fértil, detentora de um futuro de boas esperanças. Assim, chegamos aos oitocentos com uma visão tropical já marcada pelas experiências europeias, e que não deixariam de deixar suas marcas nas revistas do IHGB.

Sobre essa rede de opiniões, estudos e experiências europeias, que ajudaram a construir nossas próprias noções e visões de trópicos no século XIX, como veremos adiante, podemos começar a tratar dos primeiros europeus que cá pisaram e que deixaram suas impressões. Viajantes e colonizadores que pela primeira vez aproximaram os trópicos e sua natureza exuberante de um paraíso terreal, e que, através dessas boas impressões, ajudariam, séculos depois, o IHGB a construir uma identidade tropical brasileira, que muito guardava do paraíso – não isento de problemas, como veremos – descrito por esses estrangeiros.

Para ilustrar isso, temos os textos de Pero Vaz de Caminha e Américo Vespúcio, que podem ser considerados pioneiros na empreitada marítimo-comercial que atingiu as terras situadas do outro lado do Atlântico. Caminha disse sobre a terra encontrada que ela em “si é de muitos bons ares, assim frios e temperados... As águas são muitas, infindas”. Vespúcio afirmou sobre o Brasil: “E, em verdade, se o paraíso terrestre está localizado em alguma parte da terra, julgo que não dista muito daquelas regiões [referindo-se ao Brasil]”<sup>120</sup>.

---

<sup>120</sup> PARKER, Richard. *Corpos, prazeres e paixões: A cultura sexual no Brasil contemporâneo*. São Paulo: Editora Best Seller, 1991. pp. 25 - 28.

Com Cristóvão Colombo não foi diferente, assim, como Caminha e Vespúcio, suas impressões sobre as terras tropicais encontradas no Novo Mundo foram muito positivas, chegando ele a afirmar que “esta terra [referindo-se a uma ilha que visitava no mar do Caribe] é a melhor e mais fértil, temperada, plana e boa que tem no mundo”<sup>121</sup>.

As imagens edênicas aparecem em várias oportunidades nos relatos de Colombo acerca da América, no entanto, em algumas passagens, é possível notar que o clima tropical, apesar de salutar a princípio, poderia também mostrar aspectos negativos:

“Nunca vi céu mais aterrador: um dia ardeu feito forno até de noite, a ponto de eu olhar para ver se não me havia levado os mastros e a velas. A tripulação estava tão alquebrada que sonhava até com a morte para se livrar de tantos padecimentos”<sup>122</sup>.

Colombo também deixa transparecer em seus relatos que o clima tropical não era tão salutar como acreditava:

“Eu [Colombo], muito só, do lado de fora, numa costa tão bravia, com febre alta e tanto cansaço”<sup>123</sup>.

Nos séculos XVI e XVII temos uma farta gama de relatos de europeus que - desembarcando como religiosos, militares, comerciantes, exploradores, ou apenas curiosos -

---

<sup>121</sup> COLOMBO, Cristóvão. *Diários da Descoberta da América: as quatro viagens e o testamento*. L&PM: Porto Alegre, 1984. p. 51.

<sup>122</sup> Idem, p. 153.

<sup>123</sup> Idem, p. 155.

passaram pelas regiões tropicais e deixaram suas impressões, sendo o Brasil um local privilegiado no que toca a essa questão.

Em relação aos viajantes europeus que passaram pelo Brasil, as visões positivas sobre o clima e a natureza do país também são bastante significativas. Segundo Sant'anna Neto, esses viajantes percorriam um território natural e selvagem, muito diferente da Europa com a qual estavam acostumados. Repletos de simbologia, e envoltos em mitos e fábulas, seus relatos apresentam descrições que evidenciam muito mais visões do que fatos<sup>124</sup>.

Lilia Schwarcz corrobora os dizeres de Sant'anna Neto, ao afirmar que a literatura de viagem produzida nos séculos XVI e XVII aliava a fantasia com a realidade e buscava no mundo natural americano aquilo que os europeus já imaginavam previamente, o que, segundo a autora, seria justamente o mito do Paraíso Terrestre. Para esses cronistas do Velho Mundo, em meio àquelas maravilhosas terras americanas, poderia estar o Paraíso Terrestre, como sua primavera eterna, seus campos férteis, suas fontes da juventude... Mas essas terras também poderiam ser inóspitas, habitadas por monstros disformes<sup>125</sup>.

Desta maneira, podemos aqui elencar os numerosos relatos de viajantes, alguns estabelecidos na colônia, que trata da questão do clima no Brasil, e suas ambivalências. Podemos começar pelos relatos dos missionários jesuítas que aportaram no Brasil logo no início da colonização, os quais enaltecem a natureza e o clima brasileiro. Exemplo disso é a carta de Pe. Manuel da Nóbrega, enviada em 1549, que descreve a Bahia como uma terra agradável, “muito

---

<sup>124</sup> SANT'ANNA NETO, João Lima. *Op. Cit.*, p. 14.

<sup>125</sup> A verdade é que os verdadeiros “monstros disformes” que mostrariam o outro lado das presumíveis paradisíacas terras tropicais se apresentariam na forma humana. Eram os indígenas, que com sua nudez, seu canibalismo, poligamia, e outras atitudes condenáveis aos olhos europeus, seriam os formadores do antiparaíso, e até do inferno. Como veremos mais à frente.

temperada. De tal maneira que o inverno não é nem frio nem quente, e o verão, ainda que seja mais quente, bem se pode sofrer<sup>126</sup> (...)”<sup>127</sup>.

Fernão Cardim, por exemplo, que esteve no Brasil entre os anos de 1583 e 1599, é outro desses exemplos de cronistas que deixaram relatos positivos sobre o clima e as terras brasileiras. Afinal, o viajante de seus *Tratados da Terra e Gente do Brasil*, compara o clima brasileiro com o clima de Portugal, e constata que os climas do Rio de Janeiro e de São Paulo são bastante agradáveis<sup>128</sup>, enfatizando ainda a fertilidade do solo paulista<sup>129</sup>.

Entre os portugueses que por aqui estiveram e deixaram suas impressões, vale citar os tratados de Pero de Magalhães Gândavo, que escreveu as obras *História da Província de Santa Cruz*, de 1576, e *Tratado de Terra & História do Brasil*, e também a obra de Ambrósio Fernandes Brandão, *Diálogo das grandezas do Brasil*, de 1618.

Ambos os autores enfatizaram expoentes da vertente edenizadora das terras brasílicas, no entanto, como ressalta Laura de Mello e Souza, há uma matização dessa edenização nesses cronistas, reiterando a ideia de que o caráter edênico se reelabora, transmutando-se, com o processo de colonização. A natureza tropical da colônia portuguesa era reafirmada como pródiga e generosa, mas desde que transformada pelo homem<sup>130</sup>.

---

<sup>126</sup> Para esses missionários da Companhia de Jesus, como ressalta Ronaldo Vainfas, os males das terras tropicais não estavam em seu clima e natureza, que viam com bons olhos, mas sim em suas gentes, tanto as nativas, como as de origem lusitana que aqui aportavam, prontas a desobedecer as ordens de Deus. Não vamos nos alongar agora sobre essa questão, porque ela será retomada mais afundo no decorrer do trabalho. Cf. VAINFAS, Ronaldo. *Trópicos dos Pecados: Moral, Sexualidade e Inquisição no Brasil Colonial*. Rio de Janeiro: Campus, 1989. pp. 18-31.

<sup>127</sup> HUE, Sheila Moura. *Primeiras Cartas do Brasil (1551 – 1555)*. Rio de Janeiro: Jorge Zaluar, 2006. p. 32.

<sup>128</sup> Se ao descrever as terras brasileiras com ares que as aproximam do Paraíso, sobre os homens nativos destas terras suas descrições não foram tão positivas, chegando a comparar a oca indígena a um labirinto infernal, onde o fogo acesso dia e noite, verão e inverno fazia as vezes de única roupa que conheciam, além de ali serem praticados atos de promiscuidade, em ambientes sem divisórias nos quais viviam cem ou duzentas pessoas, tudo isso às vistas uns dos outros, e como testemunha o fogo que ardia sem parar. Cf. VAINFAS, Ronaldo. *Op. Cit.* p. 152.

<sup>129</sup> SANT’ANNA NETO, João Lima. *Op. Cit.*, pp. 16-17.

<sup>130</sup> MELLO E SOUZA, Laura de. *O Diabo e a Terra de Santa Cruz: feitiçaria e religiosidade popular no Brasil colonial*. São Paulo: Cia. Das Letras, 1986. p. 40.

Gândavo escreve, como diz Schwarcz, “em tom de eterna propaganda”<sup>131</sup> a respeito das terras brasileiras, uma vez que não se cansa de elogiar suas qualidades. Suas obras fazem referência ao clima ameno, ao solo fértil e viçoso, à luminosidade do sol, às boas águas, que são sadias para beber, finalmente sintetizando: “Esta terra é tão deleitosa e temperada que nunca nela se sente frio nem quentura sobeja”<sup>132</sup>.

Sobre Gândavo, Laura de Mello e Souza observou que as imagens empregadas para qualificar a Província de Santa Cruz são as normalmente empregadas nas descrições europeias dos Paraísos Terrestres, como nas passagens: a terra é “mui deliciosa e fresca (...) onde permanece sempre a verdura com aquela temperança da primavera que cá [Europa] nos oferece abril e maio”. No, entanto, para Gândavo, segundo Mello e Souza, essas potencialidades do trabalho humano se reverterem em favor do trabalho humano, facilitando-o<sup>133</sup>. O trecho abaixo mostra como a fertilidade da terra, unida ao esforço humano pode ser fonte geradora de grandes riquezas, como o açúcar e o algodão:

“Além das plantas que produzem essas frutas e mantimentos que na terra se comem, há outras de que os moradores fazem suas fazendas, convém a saber, muitas canas-de-açúcar e algodões, que são a principal riqueza que há nestas partes, de que todos se ajudam e fazem muito proveito em todas as capitânicas, especialmente na de

---

<sup>131</sup> O que é plenamente justificável, a notar que Gândavo desfere palavras alentadoras acerca da colônia portuguesa na América, a fim de incentivar a imigração de portugueses para o Brasil, como pode observar no trecho: “(...) achei que não se podia dum fraco homem esperar maior serviço (ainda que não pareça) que lançar mão desta informação da terra do Brasil (cousa que ategora não empreendeu pessoa alguma) pera que nestes Reinos se divulgue sua fertilidade e provoque a muitas pessoas pobres que se vão viver a esta província, que nisso consiste a felicidade e augmento della”. GÂNDAVO, Pero de Magalhães. *Tratado da Terra do Brasil – História a Província Santa Cruz*. São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1980. p. 21.

<sup>132</sup> SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O Sol do Brasil: Nicolas-Antoine Taunay e as desventuras dos artistas franceses na corte de D. João*. Op. Cit. p. 26.

<sup>133</sup> MELLO E SOUZA, Laura de. *O Diabo e a Terra de Santa Cruz: feitiçaria e religiosidade popular no Brasil colonial*. Op. Cit. p. 40.

Pernambuco, onde foram feitos perto e trinta engenhos, e na Bahia do Salvador quase outros tantos, donde se tira a cada ano grande quantidade de açúcares, e se dá infinito algodão (...).<sup>134</sup>

Brandônio também ressalta as qualidades climáticas das terras brasileiras, com seus ventos frescos, a simetria na duração de dias e noites, o que faz com que também se atrele à vertente edênica das terras tropicais do Novo Mundo, como podemos observar na seguinte passagem: “Não faltam autores que querem afirmar estar nessa parte situado o paraíso terreal”<sup>135</sup>.

Segundo Mello e Souza, Brandônio incorpora a edenização, um elemento importante do imaginário europeu, mas dela faz uma leitura nova, pois o Éden é formado a partir da união da natureza pródiga e generosa, ao trabalho humano.

Mello e Souza mostra isso ao defender que, de todas as riquezas fundamentais do Brasil, arroladas por Brandônio, com exceção da madeira e do pau-brasil, todas as demais - lavoura do açúcar, mercancia, algodões, lavouras de mantimentos e criação de gado - pressupõem atividade colonizadora<sup>136</sup>.

Podemos ainda citar aqui, como exemplo da vertente edenizadora das terras brasílicas entre os portugueses, Rocha Pita, que em sua *História da América Portuguesa*, de 1730, dá a seguinte opinião sobre nossas terras:

“Em nenhuma outra Região se mostra o Ceu mais sereno,  
nem madrugada mais bella a Aurora: o Sol em nenhum outro

---

<sup>134</sup> GÂNDAVO, Pero de Magalhães. *A Primeira história o Brasil: história da Província Santa Cruz a que vulgarmente chamamos de Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004. p. 84.

<sup>135</sup> BRANDÃO, Ambrósio Fernandes. *Diálogo das Grandezas do Brasil*. Rio de Janeiro: Dois Mundos Editora, s.d. p. 44.

<sup>136</sup> MELLO E SOUZA, Laura de. *O Diabo e a Terra de Santa Cruz: feitiçaria e religiosidade popular no Brasil colonial*. Op. Cit. p. 41.

Hemisferio tem os rayos tão dourados, nem os reflexos nocturnos tão brilhantes: as Estrellas são as mais benignas, e se mostrarão sempre alegres: os horisontes, ou nasça o Sol, ou se sepulte, estão sempre claros: as aguas ou se tomem nas fontes pelos campos, ou dentro das povoações no aqueductos, são as mais puras: é enfim o Brasil Terreal Paraíso descoberto, onde têm nascimento e curso os mayores rios: domina salutifero clima; influem benignos Astros e respirão auras suavissimas, que o fazem fértil, e povoado de innumeráveis habitadores, posto que por ficar debaixo da Torrida Zona, o desacreditassem, e dessem por inabitavel Aristoteles, Plinio e Cicero(...)"<sup>137</sup>

Como podemos notar, entre os portugueses que aqui vieram nos séculos XVI e XVII, as imagens do clima e das terras brasílicas foram positivas. Em relação aos primeiros franceses que passaram pelo Brasil<sup>138</sup>, tais imagens também foram levantadas, pois da mesma forma relataram uma terra de belezas, fertilidade e alegria. Em todos estes relatos, é quase unânime a boa impressão da flora, fauna e habitantes. Léry, Abbeville e Evreux, Barré<sup>139</sup>, entre outros defendiam a existência de um quadro natural puro, sadio e paradisíaco.

---

<sup>137</sup> PITA, Sebastião da Rocha. *História da América Portuguesa*. Salvador: Livraria Progresso Editora, 1950. p. 23.

<sup>138</sup> É importante lembrar que até a chegada da Corte portuguesa no Rio de Janeiro, em 1808, a entrada de estrangeiros era basicamente impedida ou limitada no Brasil. No entanto, essa proibição não evitou a vinda de religiosos, soldados, comandantes, corsários ou meros curiosos, como ressaltou Lilia Schwarcz, pessoas que deixaram uma série de relatos sobre nossas terras, passados avidamente de mão em mão. Cf. SCHWARCZ, Lilia Moritz. . *O Sol do Brasil: Nicolas-Antoine Taunay e as desventuras dos artistas franceses na corte de D. João*. Op. Cit. p. 23.

<sup>139</sup> Os quatro eram membros das missões francesas que tentaram colonizar áreas do Brasil. Jean de Lery visitou o Brasil em 1557, na chamada França Antártica, situada no Rio de Janeiro. Já Claude d'Abbeville e o capuchinho Yves d'Evreux participaram da missão francesa na chamada França Equinocial, o primeiro em 1612, permanecendo por 4

Como, a esse respeito, ressaltou Leyla Perrone-Moisés:

“O Brasil desses primeiros viajantes franceses é uma terra de beleza, fertilidade e alegria. A opinião sobre os bons ares, a riqueza e o colorido da flora e fauna, assim como a boa impressão sobre os habitantes é unânime”<sup>140</sup>.

Isso vem a ser corroborado nos diversos trechos retirados dos relatos desses viajantes franceses, que veem certa aproximação entre as terras brasileiras e o Éden. Nicolas Barré, por exemplo, entusiasmado com a abundância de peixes, plantas e metais à disposição humana, mostra seu aspecto positivo em relação ao clima e terras que encontrou na colônia portuguesa na América: “A terra é irrigada e tem belos rios de água doce, a mais saudável que jamais bebi. O ar é temperado, tendendo mais ao calor que ao frio (...) a terra é fértil e salubre”<sup>141</sup>.

André Thevet<sup>142</sup> a princípio descreveu o Rio de Janeiro como um lugar inóspito, de chuvas incessantes e calor insuportável, acreditando ser a natureza brasileira perigosa e corrompida. No entanto, após sua estadia no Brasil, Thevet mudou sua postura em relação ao clima do país, acreditando que os antigos falavam mais por conjecturas do que por experiência sobre a vida nos trópicos, e que, depois de morar nos trópicos, constatou que não lhe restavam dúvidas a respeito

---

meses, e o segundo durante os anos de 1613 e 1614. Já Nicolas Barre foi um dos calvinistas enviados ao Brasil a fim de participar dos empreendimentos de Villegagnon no Brasil, em 1555.

<sup>140</sup> PERRONE-MOISÉS, Leyla. “Alegres trópicos: Gonnevillle, Thevet e Lery” In *Revista USP*. São Paulo: USP, CCS, 1989. p. 90.

<sup>141</sup> SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O Sol do Brasil: Nicolas-Antoine Taunay e as desventuras dos artistas franceses na corte de D. João*. Op. Cit. p. 32.

<sup>142</sup> O franciscano Thevet permaneceu por 3 meses na chamada França Antártica durante o ano de 1555, em companhia de Villegaignon.

da superioridade dos trópicos para a sobrevivência e habitabilidade humanas<sup>143</sup>. O Brasil acabaria sendo apresentada por Thevet como um lugar “tropical e fértil”.

Jean de Léry publicou seu relato referente à sua estada na França Antártica, em 1578, segundo o autor, com o objetivo principal de desmentir “mentiras e erros” contidos no livro de Thevet<sup>144</sup>. Léry, nessa sua empreitada, como diz Schwarcz, “faz o leitor seguir viagem ao seu lado e logo se refere ao impacto que sentiu diante da natureza brasileira (...)”<sup>145</sup>. Como podemos ver no trecho abaixo:

“Por isso, quando a imagem desse novo mundo, que Deus me permitiu ver, se apresenta aos meus olhos, quando revejo assim a bondade do ar, a abundância de animais, a variedade de aves, a formosura das árvores e das plantas, a excelência das frutas e em geral, as riquezas que embelezam essa terra o Brasil, logo me acode a exaltação do profeta no salmo 104:

*Ó seigneur Dieu, que tes oeuvres divers  
Sont merveilleux par Le monde univers:  
Ó que tu as tout fait par grande sagesse!  
Bref, La terre est pleine de ta largesse<sup>146</sup>.*

O trecho acima, ainda nos serve de exemplo para a divinização da natureza brasileira, entre viajantes que percorreram nossas terras nos séculos XVI e XVII, atrelando a sua magnitude à prova da obra de Deus na Terra, como nos mostra Laura de Mello e Souza:

---

<sup>143</sup> SANT’ANNA NETO, João Lima. *Op. Cit.* pp. 19 - 20.

<sup>144</sup> Em seu relato, Thevet demonstrou devesas repulsa a hábitos indígenas como a poligamia e o canibalismo, afirmando assim a certeza da ausência de regras entre eles. Já Léry vem justamente em defesa dos nativos, mostrando que entre eles também haveria regras e valores como entre os colonizadores. Cf. SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O Sol do Brasil: Nicolas-Antoine Taunay e as desventuras dos artistas franceses na corte de D. João.* *Op. Cit.* p. 34.

<sup>145</sup> Idem, p. 34.

<sup>146</sup> “Senhor Deus, como tuas obras diversas são maravilhosas em todo o universo! Como tudo fizeste com grande sabedoria! Em suma, a terra está cheia de tua magnificência.” LÉRY, Jean de. *Viagem à terra do Brasil.* São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1980. p. 181.

“associar a fertilidade, a vegetação luxuriante, a amenidade do clima às descrições tradicionais do Paraíso Terrestre tornava mais fácil e familiar para os europeus a terra tão distante e desconhecida. A presença divina fazia-se sentir também na natureza; esta, elevada à esfera divina, mais uma vez reiterava a presença de Deus no universo”<sup>147</sup>.

Nesse rol de viajantes que valorizaram e elogiaram a natureza brasileira, vendo em seu clima, terras, rios, águas, fauna e flora componentes de uma imagem edênica, poderíamos ainda enquadrar as *Memoires de M. Du Gué-Trouim* (1730), de Duguay Trouim; *Relation historique et géographique de la grande rivière des Amazones* (1655), de Blaise-François Pagan e *Historie du Nouveau Monde ou Description de Indes Occidentales* (1640), de Joannes de Laet<sup>148</sup>. Há ainda uma gama diversa de outros autores que poderiam ser citados como exemplos desse vertente edênica da natureza tropical brasileira, o que ressalta esse caráter primordialmente positivo de nossa condição tropical propagado por esses primeiros visitantes estrangeiros que aqui estiveram.

Schwarcz, em seu *O Sol do Brasil*, afirma que “a mística da terra do mel surge por toda a parte”, referindo-se às terras brasileiras nesses idos dos séculos XVI e XVII, o que não deixa de ser verdade. No entanto, cabe aqui frisar que nesses relatos, apesar de haver um maior número de imagens positivas a respeito do clima e terras do Brasil, há também o aparecimento de imagens

---

<sup>147</sup> MELLO E SOUZA, Laura de . *O Diabo e a Terra de Santa Cruz: feitiçaria e religiosidade popular no Brasil colonial*. São Paulo: Cia. Das Letras, 1986. p. 35.

<sup>148</sup> Todos esses exemplos foram retirados da obra de Schwarcz. *O Sol do Brasil: Nicolas-Antoine Taunay e as desventuras dos artistas franceses na corte de D. João*. Op. Cit. pp.39-40.

negativas, por isso, o correto é afirmar que nesse período da História, o clima tropical apresentava uma visão globalmente positiva, como afirma Perrone-Moisés<sup>149</sup>.

Gândavo, apesar de relatar um Brasil de maravilhas e salubridade, mostra que aqui também havia perigos: “Este vento da terra é mui perigoso e doentio e se acerta de permanecer alguns dias, morre muita gente, assim portugueses, como índios da terra”<sup>150</sup>.

Em outra passagem, Gândavo culpa o clima do Brasil pela grande quantidade de animais peçonhentos que possui:

“Dos climas que a senhoreiam [a Terra], não pode deixar de os haver [os animais peçonhentos]. Porque como os ventos que procedem da mesma terra se tornem infeccionados das podridões das ervas, matos e alagadiços geram-se com a influência do sol que muito concorre, muitos e mui peçonhentos, que por toda a terra estão esparzidos, e esta causa se criam e acham nas partes marítimas, e pelo sertão dentro infinitos da maneira que digo”<sup>151</sup>.

Ainda sobre a questão da abundância de animais peçonhentos no Brasil, Cardim nos dá o seguinte relato:

“Parece que este clima influi peçonha, assim pelas infinitas cobras que há, como pelos muitos Alacrás, aranhas e outros animais

---

<sup>149</sup> PERRONE-MOISÉS, Leyla. *Op. Cit.* p. 90.

<sup>150</sup> MELLO E SOUZA, Laura de. *O Diabo e a Terra de Santa Cruz: feitiçaria e religiosidade popular no Brasil colonial.* *Op. Cit.* p. 45.

<sup>151</sup> GÂNDAVO, Pero de Magalhães. *A Primeira história o Brasil: história da Província Santa Cruz a que vulgarmente chamamos de Brasil.* *Op. Cit.* p. 106.

imundos, e as lagartixas são tantas que cobrem as paredes das casas”<sup>152</sup>.

Esses dois trechos servem para exemplificar o que afirma Mello e Souza, segundo o qual não houve uma sequência ordenada entre os movimentos de edenização e detração do clima tropical, assim, como da natureza do Novo Mundo. Mesmo os maiores edenizadores das terras tropicais não pouparam observações, em maior ou menor grau, sobre as terras que visitaram no Novo Mundo. Como a historiadora afirma: “Houve, portanto, tendência à edenização da natureza, predomínio dela, mas não exclusividade”<sup>153</sup>.

A fim de entender esse outro aspecto da edenização, “detratora e mesmo infernalizante”, Mello e Souza vai até o Renascimento, e o traz como inspiração dessa dualidade. “O Renascimento teria sido enigmático e contraditório. Seus contemporâneos tiveram consciência disso”<sup>154</sup>. Para corroborar seus dizeres, a historiadora apresenta a seguinte sentença, de Delumeau: “Tudo [no Renascimento] foi misturado, o mais alto com o mais baixo, o inferno com o céu, o melhor com o pior”<sup>155</sup>.

Mello e Souza, conclui então, que “sendo assim, não é de admirar que o céu e inferno se misturassem também nas crônicas sobre a América, e que o mais edenizador dos autores se visse também às voltas com a detração”<sup>156</sup>.

Vale ainda ressaltar que até agora, não tocamos no assunto que entre esses autores mais aproximava o Brasil, agradável de se viver, e divino em sua natureza, em uma espécie de

---

<sup>152</sup> CARDIM, Fernão. *Tratado da Terra e gente do Brasil*. São Paulo: Cia. Editora Nacional-MEC, 1978. pp. 33-34.

<sup>153</sup> MELLO E SOUZA, Laura de. *O Diabo e a Terra de Santa Cruz: feitiçaria e religiosidade popular no Brasil colonial*. Op. Cit. p. 43.

<sup>154</sup> Idem, p. 44.

<sup>155</sup> DELUMEAU, Jean. *Le Peché e la peur*. Apud. MELLO E SOUZA, Laura de. *O Diabo e a Terra de Santa Cruz: feitiçaria e religiosidade popular no Brasil colonial*. Op. Cit. p. 44.

<sup>156</sup> Idem, Ibidem.

antiparaíso, que são suas gentes nativas, com seus hábitos que para alguns eram a evidência de que o diabo havia se instalado na América<sup>157</sup>. Tocamos apenas no ponto referente à natureza e ao clima do Novo Mundo, que mesmo apresentando uma nítida tendência à edenização, ainda contava com elementos de detração. Em relação aos seus homens, esses fatores de detração pesam bem mais na sua balança com a edenização, como veremos no decorrer do trabalho.

Esses são apenas alguns exemplos de europeus que aprovaram a vida nos trópicos, que foram cantados em suas maravilhas por muitos outros que aqui estiveram, e que assim, contribuíram para a construção de um paradigma sobre os trópicos que marcariam o século XIX no Brasil, e também os textos publicados pelo IHGB, no qual essa mítica do paraíso terreal seria recuperada a todo momento, como veremos mais a frente.

No entanto, como foi dito, a visão europeia sobre os trópicos era ambivalente, se os aspectos positivos eram exaltados, os negativos também eram, em alguns momentos mais, em outros menos, mas a verdade é que os trópicos nunca foram uma unanimidade. E algumas dessas teorias que difamavam os trópicos e os que estavam sob sua influência tiveram longa vida no pensamento social brasileiro, sendo frequentes no século XIX e nas publicações do IHGB.

Por mais que o ideal e a vontade de mostrar um país tropical belo e simultaneamente apto ao progresso fizessem parte de uma missão patriótica e de uma agenda oficial, a verdade é que certas incredulidades acerca dos trópicos e de seu potencial assombravam aqueles intelectuais e políticos oitocentistas, que acostumados a ver e analisar o Brasil através de um “jogo de espelhos deformantes”, ou seja, através do olhar estrangeiro, e nesse caso, principalmente francês, não conseguiam se desvincular das teorias do Velho Mundo que inferiorizavam os trópicos e o

---

<sup>157</sup> MELLO E SOUZA, Laura de. *Inferno Atlântico: demonologia e colonização: séculos XVI-VXIII*. São Paulo: Cia. Das Letras, 1993. p. 30.

condenavam, juntamente com seus habitantes, a ocupar um lugar secundário no rol das grandes nações, como ficará mais claro no decorrer do trabalho.

Referências negativas ao clima tropical existem há séculos, um dos motivos das vivas de Sérgio Buarque de Holanda foi justamente a habilidade do português de se trasladar às zonas tórridas e de habitá-las, desafiando o conceito quinhentista que os homens nela se degeneravam. Isso, para não citarmos as teorias hipocráticas, que ainda na Grécia antiga, já viam a chamada “zona tórrida” como um lugar de inferioridade frente às consideradas zonas médias<sup>158</sup>. Todavia, esse debate sobre a interferência do clima e da natureza em geral na vida e desenvolvimento das pessoas e povo se intensificou no século XVIII, principalmente na parte que toca a América. Tanto que Antonello Gerbi batizou essas discussões acerca da natureza americana de “A Disputa do Novo Mundo”<sup>159</sup>.

Inclusive, os filósofos pertencentes ao movimento da Ilustração europeia discutiram as relações entre a natureza, o corpo social e a política, como é o caso de Montesquieu em seu *O Espírito das Leis* (1748), no qual defende que os homens não são guiados apenas por suas fantasias, mas haveria princípios que governariam as leis e os costumes, válidos em todo o mundo. Ao contrário de Hobbes, Locke e Rousseau, Montesquieu não se interessa pelo contrato social. Sua reflexão se volta para os tipos de sociedade, buscando nelas suas regras objetivas. Constrói assim uma teoria geral do clima, que ajuda a explicar a pluralidade dos costumes e das leis: “o império do clima é o primeiro de todos os impérios”, afirma ele<sup>160</sup>.

Essa teoria tem como centro a natureza e as instituições da Europa, produzindo uma hierarquia do espaço natural e social, no qual o clima temperado e a monarquia constitucional são

---

<sup>158</sup> ARNOLD, David. *Op. Cit.* p. 22; GLACKEN, Clarence. *Traces on the Rhodian Shore: Nature and Culture Western Thought from Ancient Times to the End of the Eighteenth Century*. Berkeley, 1967. p. 87.

<sup>159</sup> GERBI, Antonello. *O Novo Mundo – História de uma polêmica 1750 -1900*. São Paulo: Cia das Letras, 1996.

<sup>160</sup> VENTURA, Roberto. *Estilo Tropical: História Cultural e Polêmicas literárias no Brasil 1870 – 1914*. São Paulo: Cia. Das Letras, 1991. p. 19.

considerados os modelos ideais, tendo como opostos os climas tórridos e glaciais, e seus respectivos padrões de governo, segundo Montesquieu: a república e o despotismo oriental.

O trecho de Ventura abaixo relata bem o pensamento de Montesquieu:

“A escravidão, a poligamia e o despotismo resultam, na sua visão [de Montesquieu], da apatia geral dos habitantes dos climas quentes, em que o calor traria o ”relaxamento” das fibras nervosas. Com isso o indivíduo perderia toda sua força e vitalidade, seu espírito ficaria abatido, entregue à preguiça e à ausência de curiosidade, enervando o corpo e enfraquecendo a coragem. O clima quente favorece a aceitação da servitude: “não surpreende que a covardia dos povos dos climas quentes os tenha tornado quase sempre escravos, e que, a coragem dos povos dos climas frios os tenha mantido livres. É um efeito que deriva de sua causa natural [aqui citando Montesquieu]”<sup>161</sup>.

Notamos por esse trecho que a visão do filósofo francês a respeito dos ambientes de clima quente é extremamente negativa. O mesmo valia para os climas extremamente frios. A liberdade predominante na Europa poderia então ser explicada em virtude de estar posicionada na zona temperada ideal do globo<sup>162</sup>.

Nos demais continentes, as condições naturais teriam trazido o despotismo e a escravidão. Assim sendo, a Ásia seria um continente cuja predisposição à tirania seria explicada devido ao clima muito frio, que se altera com áreas excessivamente quentes; já a África teria como

---

<sup>161</sup> Idem, p. 20.

<sup>162</sup> Nesse ponto, é interessante ressaltar que Montesquieu simplesmente não toca na escravidão presente nas sociedades gregas e romana, consideradas os berços da civilização europeia.

características a escravidão e a debilidade de seus governos, por causa precisamente do clima tórrido. Sobre a América, que ele divide em duas áreas, a posição de Montesquieu é ambígua.

Havia a América próxima ao Equador, terra dos “impérios despóticos do México e do Peru”, e uma outra fora dos trópicos, povoada por “pequenos povos livres”. Montesquieu apontava que a existência dessas populações no continente poderia ser atribuída à fertilidade do solo americano, que produzia por si só frutos, independente da ação do homem.

Portanto, notamos que na teoria de Montesquieu o futuro do Novo Mundo está aberto, já que havia áreas dentro da “zona climática ideal”, compatíveis com o modelo europeu. Ou seja, apesar das facilidades que a natureza oferecia, o que era visto de forma negativa, pois não levava seus habitantes a pensar e evoluir para sobreviver, ainda havia uma chance de a América se civilizar<sup>163</sup>.

Sobre o pensamento de Montesquieu em relação à interferência do clima no caráter do ser humano, podemos observar um retorno das ideias hipocráticas, que pregam, por exemplo, a ação benéfica do clima frio sobre os corpos, retesando-os, e aumentando assim sua força, e da mesma forma, o efeito maléfico dos climas quentes sobre esses mesmos corpos, alongando-os, diminuindo-os, o que explica o maior vigor dos povos do Norte, de clima frio, e em contraposição, a frouxidão os povos tropicais. Podemos encontrar ainda nessas teorias hipocráticas, revisitadas por Montesquieu, e muitos outros depois – uma vez que se já não era, viriam a se tornar um *lugar-comum*, segundo Bresciani -, a gradação da sensibilidade em relação aos prazeres e à dor, da menor nos climas frios, à maior nos climas quentes<sup>164</sup>.

No entanto, vale aqui frisar, que assim como Hipócrates, Montesquieu não era de todo determinista, apesar de crer na intensa participação das condições ambientais na determinação de

---

<sup>163</sup> VENTURA, Roberto. *Op. Cit.* pp. 20-21.

<sup>164</sup> Bresciani, Maria Stella Martins. *Op. Cit.* p. 75.

comportamentos e caráter dos povos, o iluminista francês, não via essa relação de maneira peremptória e incontornável. Como mencionou Bresciani, “ele se recusaria expressamente a isso, considerando mesmo um grande absurdo pensar que um fatalismo cego pudesse ter produzido seres inteligentes”<sup>165</sup>. Tanto que Montesquieu via como tarefa dos legisladores e bons governantes, sobrepor-se a esses percalços impostos pelo clima e outros fatores ambientais, quanto mais estes tentassem se impor sobre suas sociedades<sup>166</sup>.

Vale ainda ressaltar que Montesquieu, não foi original ao elaborar essas ideias, na Europa Moderna, Jean Bodin, por exemplo, um século e meio antes já antecipara alguns dos paradigmas que Montesquieu abordaria em Seu *O Espírito das Leis*. No entanto, como ressalta David Arnold, a importância de Montesquieu está na sua capacidade de absorver e sintetizar essas ideias sobre a influência do meio no homem, que circulavam pela Europa, para apresentá-las de uma forma atrativa e relativamente coerente. Tanto que podemos encontrar vestígios dessas teorias de Montesquieu em obras como *A Riqueza das Nações*, de Adam Smith, *A Filosofia da História*, de Hegel, além das questões referentes à discussão do “despotismo oriental”, e do “modo de produção asiático”, presentes em Marx e Engels<sup>167</sup>.

Essas ideias expressas por Montesquieu, nas quais o clima e o meio em geral atuavam na modelagem do homem voltaram a entrar bastante em voga já em finais do século XVII, sendo muito importantes nos séculos XVIII e XIX. A Medicina, as ciências, a filosofia, a poesia, a pintura, e até mesmo a jardinagem, nos dão provas da profunda penetração dessas ideias nas sociedades europeias – e depois de outros lugares do globo – nesse período<sup>168</sup>.

---

<sup>165</sup> Idem, Ibidem.

<sup>166</sup> ARNOLD, David. *Op. Cit.* p. 27.

<sup>167</sup> Idem, pp. 28-29.

<sup>168</sup> Idem, p. 24.

Como observa Glacken, em nenhuma das épocas anteriores, os pensadores se haviam posto a examinar as questões relativas à cultura e ao ambiente com tanta minúcia, curiosidade e dedicação como fizeram no século XVIII<sup>169</sup>.

Arnold aponta algumas causas para esse súbito interesse pela natureza, no século XVIII: 1) Graças aos avanços da física, astronomia e botânica, ocorridos desde o século XVI, as formas e efeitos do mundo natural podiam ser melhor compreendidos, e motivaram um desejo – e uma capacidade – sem precedentes de controlar as forças da natureza. 2) A segurança e opulência, recém-adquiridas de governantes e aristocratas, promoveram, através do mecenato, um incentivo às artes e ciências. 3) A urbanização e os inícios da industrialização avivaram a reação romântica, o que alimentou o apetite para as paisagens naturais. Assim, podemos dizer que no século XVIII, a natureza, através dos filósofos, cientistas e artistas, se converteu também em uma das metáforas principais da época, o prisma através do qual se refratavam com inusitado brilho toda classe de ideias e ideais<sup>170</sup>.

Desta maneira, outro francês, também relacionado à Ilustração, o naturalista Georges-Louis Leclerc, Conde de Buffon, em sua obra *História Natural do Homem* (1749), adota a teoria do clima de Montesquieu, inserindo o homem em um modelo hierárquico e eurocêntrico de climas temperados.

“O clima temperado se localiza do 40° a 50° grau de latitude; é também nessa zona que se encontram os homens mais belos e bem feitos

---

<sup>169</sup> GLACKEN, Clarence. *Op. Cit.* p. 501.

<sup>170</sup> ARNOLD, Davi. *Op. Cit.* pp. 24-25.

(...) é daí que se devem tomar o modelo e a unidade a que se devem referir todas as outras nuances de cor e beleza”<sup>171</sup>.

Além disso, Buffon avançou em relação a Montesquieu no momento em que detratou a natureza americana, acusando-a de ser menos “ativa” do que a do Velho Mundo. Ele acreditava que a umidade e o calor, característicos das “zonas tórridas” da América, eram responsáveis pelos animais menos numerosos e de menor porte<sup>172</sup>. No Novo Mundo não havia leões, girafas ou elefantes, o lhama não passava de um camelo mirrado, o continente era dominado por répteis e insetos, portadores e sangue frio, e os animais europeus, aqui não se adaptavam ou diminuía de tamanho. Tudo isso, segundo Buffon, vinha a corroborar sua tese da hostilidade ao desenvolvimento que a natureza americana proporcionava, através do seu calor e da sua umidade generalizada<sup>173</sup>, que tudo corroía e deteriorava, “enchendo o ar de miasmas perigosos”, como nos diz Maria Ligia Prado<sup>174</sup>.

Munido de relatos de viajantes que percorreram a América, Buffon saiu em defesa da teoria monogenista, e da condição racional de toda a espécie humana, sem, no entanto, deixar de estabelecer uma classificação dos tipos humanos em função dos graus de sociabilidade observados e avaliados pelo esclarecimento, polidez, submissão às leis e à ordem estabelecida. Podemos notar que para Buffon, o modelo de civilização a ser seguido era o europeu, inclusive no seu aspecto físico, e o que se distanciava dele ganhava uma conotação negativa, sendo os europeus do Norte os ocupantes do topo de sua escala, seguidos pelos outros europeus, depois

---

<sup>171</sup> BUFFON, Georges-Louis Leclerc. *Apud* VENTURA, Roberto. *Op. Cit.* pp. 21-22.

<sup>172</sup> *Idem*, p. 22.

<sup>173</sup> Maria Ligia Prado nos lembra que no século XVIII eram comuns teorias sobre a geração espontânea de vermes e víboras a partir de corpos putrefatos, e sobre terras encharcadas e insalubres, o que justificava, aos olhos de Buffon, a presença e tantas moléstias no Novo Mundo. Cf. PRADO, Maria Ligia Coelho. *Op. Cit.* p. 182.

<sup>174</sup> PRADO, Maria Ligia Coelho. *Op. Cit.* p. 181.

pelos asiáticos e certos africanos, cabendo aos selvagens americanos, australianos e africanos o mais baixo grau, próximo ao dos animais<sup>175</sup>.

Buffon acreditava que, assim como os animais, os homens das regiões tropicais eram vítimas da natureza, já que esta seria tão poderosa a ponto de impedir seu crescimento e evolução. Portanto, notamos a continuação da visão negativa sobre a América de Montesquieu na obra de Buffon.

Buffon detratou a natureza americana, acusando-a de ser “imatura”, inferior à natureza do Velho Mundo, ao contrário dos viajantes do século anterior, não via no calor dos trópicos, na fertilidade das terras e nas florestas exuberantes, motivos para comemorações, pois proporcionavam um continente infantilizado em seu desenvolvimento.

No entanto, as ideias detratoras e Buffon a respeito da América foram muito bem recepcionadas no meio letrado europeu, não só sendo aceitas como verdadeiras, como tendo uma grande e duradoura persuasão. Exemplo disso foi que pensadores de renome, como Auguste Comte e Domingo Sarmiento teceram elogios ao filósofo francês e suas teorias, muitas décadas depois de sua publicação<sup>176</sup>.

Além disso, Prado realça a importância da obra de Buffon, pois ao tratar a natureza americana, um tema aparentemente neutro, ele contribuiu para a gestação de uma identidade, a princípio continental e de inferioridade em relação à Europa<sup>177</sup>.

Se Buffon detratou a natureza da América ao proclamar sua suposta “imaturidade”, Cornelius De Pauw, em seu *Investigações filosóficas sobre os Americanos (1768)*, radicalizou ainda mais essa deturpação, pois afirmou que os animais, as plantas e mesmo os homens

---

<sup>175</sup> BRESCIANI, Maria Stella Martins. *Op. Cit.* p. 76.

<sup>176</sup> PRADO, Maria Lígia Coelho. *Op. Cit.* pp. 182-183.

<sup>177</sup> Idem, p. 183.

(incluindo os descendentes de europeus) que habitavam o Novo Mundo passavam por um processo de degeneração.

Segundo ele, antes de serem vítimas dos conquistadores europeus, os nativos da América foram vítimas do clima, do solo, da natureza em geral do seu continente, que impedia qualquer tipo de indústria humana<sup>178</sup>.

Provavelmente conhecedor de algumas elaborações de finais do século XVII, produzidas pela escola dos chamados *diluvians*, que atribuíam ao dilúvio as causas para a debilitação dos solos, e a diminuição da longevidade dos seres humanos e animais, De Pauw acreditava que essa catástrofe era a mais provável causa para os vícios que encontrou nos habitantes das Américas<sup>179</sup>.

Citar todos os autores que depreciaram a imagem da natureza da América no século XVIII demandaria um tempo e um espaço que não temos aqui, e nem esse é o objetivo do trabalho, mas é preciso destacar que além desses aqui citados, o abade Raynal, Thomas Buckle, Hegel, além de outros, são responsáveis por atacar e difamar a imagem do Novo Mundo, na disputa a que Gerbi se referiu.

O que notamos então é que, apesar de diversas discordâncias entre os autores acima, em geral se propagava a tese de inferioridade americana, tanto em termos naturais, quanto em termos populacionais. Mas se Gerbi chamou esse período de disputa, quem são os que defendem a América no embate?

Segundo Márcia Naxara, havia na Europa do período a noção de que o homem civilizado já não era mais capaz de viver de maneira feliz, pois fora acometido por outro tipo de barbárie, e perdera a sua humanidade<sup>180</sup>.

---

<sup>178</sup> VENTURA, Roberto. *Op. Cit.* p. 23.

<sup>179</sup> PRADO, Maria Lígia Coelho. *Op. Cit.* p. 183.

<sup>180</sup> NAXARA, Márcia Regina Capelari. *Sobre o Campo e a Cidade - olhar, sensibilidade e imaginário: em busca de um sentido explicativo para o Brasil no século XIX*. Campinas: [s.n.], 1999. p. 25.

O principal representante dessa concepção foi o filósofo iluminista Jean Jacques Rousseau, que via no homem selvagem, a alternativa para a “degeneração” que acometera o homem civilizado, levando-o a perder a bondade original. Nesse contexto, a Europa civilizada tinha muito que (re) aprender<sup>181</sup> com a América selvagem<sup>182</sup>.

No entanto, não foi Rousseau o principal responsável pela mudança da imagem negativa do Novo Mundo nos círculos acadêmicos. O naturalista e viajante alemão Alexander von Humboldt reverteu essa visão, ao mostrar seu entusiasmo pela natureza e clima da América tropical e do Caribe, tidos então como insalubres para o desenvolvimento humano.

Humboldt conseguiu essa mudança de pensamento ao dar à América um passado próprio, específico, sem comparações com a Europa. Ao tratar a natureza americana dessa maneira, como nunca havia sido feito antes de maneira científica, os estudos de Humboldt subverteram a noção de fragilidade e juventude da natureza e clima do Novo Mundo. Ele conseguiu esse feito ao localizar na natureza desse continente uma série de “ruínas” que atestavam a grandiosidade e a idade avançada da América. Exemplo dessas ruínas são os monumentos deixados por povos pré-colombianos, que atestam que aqui também houve grandes e avançadas civilizações, capazes de obras arquitetônicas invejáveis e que nada se assemelhavam ao padrão europeu<sup>183</sup>.

Além disso, para refutar as opiniões a respeito da degeneração do homem americano, Humboldt tomou como exemplo os trabalhadores indígenas e mestiços das minas no México, que

---

<sup>181</sup> Sobre essa questão da valorização do meio natural, em especial do selvagem que nele habita, Todorov nos faz uma ressalva importante, ao mostrar-nos que a imagem do “bom selvagem” (e por oposição, à do “mal selvagem”) constitui uma construção mental, uma ficção, realizada com a finalidade de facilitar a compreensão dos argumentos dos autores. Para Rousseau, em seu Discurso sobre a origem da Desigualdade, prossegue Todorov, o homem da natureza se apresentaria como uma elaboração literária, com o objetivo de “conhecer um estado que não mais existe, que provavelmente nunca terá existido, que não existirá jamais, e do qual é entretanto necessário ter noções precisas para bem compreender a situação presente”. Cf. TODOROV, Tzvetan. *Nous et les autres: la reflexion française sur la diversité humaine*. Apud. BRESCIANI, Maria Stella Martins. *Op. Cit.* p. 90.

<sup>182</sup> ROUSSEAU, Jean Jacques. “Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens”. Apud SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Op. Cit.* p. 45.

<sup>183</sup> SCHIAVINATTO, Iara Lis. “Imagens do Brasil: Entre a natureza e a História” In JANCSÓ, Istvan. *Brasil: Formação do Estado e da Nação*. São Paulo: HUCITEC; Ed. Unijuí; Fapesp, 2003. pp. 615-616.

chamavam a atenção pela robustez e resistência, nada parecidos com o estereótipo de físico frágil em virtude da ação do meio, propagados na Europa<sup>184</sup>.

Humboldt também negou a ideia de juventude geológica do continente americano ao encontrar fósseis pré-históricos que atestavam a idade avançada do Novo Mundo. Assim, através dessas “ruínas”, Humboldt inverteu a imagem negativa da natureza da América dentro dos círculos intelectuais europeus. Ventura traz uma frase de Humboldt na qual sua opinião acerca desse debate fica bastante clara: “Essas ideias se propagaram facilmente, porque lisonjeavam a vaidade dos europeus, ligando-se a hipóteses brilhantes sobre o antigo estado de nosso planeta”<sup>185</sup>.

A verdade é que a Humboldt fascinava a tensão existente entre as forças da natureza, que ele podia observar com maior intensidade nos trópicos. Para o naturalista germânico, a natureza tropical “aparece mais ativa, mais fecunda, pode-se, inclusive, dizer que é mais pródiga de vida”<sup>186</sup>. Segundo Arnold, foi a fecundidade e a diversidade dos trópicos que alimentou seus pensamentos de como uma só e indissolúvel cadeia mantém unida toda a natureza, formando um único todo ordenado harmoniosamente, o qual chamou de *Cosmos*<sup>187</sup>.

Com as teses de Humboldt, que derrubaram as imagens negativas do Novo Mundo nos debates intelectuais<sup>188</sup>, e a retificação de Buffon em relação à sua própria teoria, ao negar a ação degenerativa da natureza sobre homem americano, sendo esta atuante somente os animais

---

<sup>184</sup> VENTURA, Roberto. *Op. Cit.* p. 27.

<sup>185</sup> Idem, *Ibidem*.

<sup>186</sup> ARNOLD, David. *Op. Cit.* p. 134.

<sup>187</sup> Idem, *Ibidem*.

<sup>188</sup> Não podemos deixar de citar as “defesas” do continente americano realizadas por jesuítas exilados pela Coroa Espanhola, como é o caso de Clavijero e Molina, que ao lado de Humboldt, integraram o outro lado da “disputa” de Gerbi.

domésticos, a chamada “Disputa do Novo Mundo” chega ao fim, e essa discussão perde forças no pensamento europeu<sup>189</sup>.

Vale aqui ressaltar, que, apesar de o século XVIII ser mais conhecido na historiografia como um período de detração da natureza americana, observou-se uma tendência a ela principalmente na Europa, pois se observarmos, é farta a produção de imagens positivas sobre o meio-ambiente tropical no século XVIII.

*Histoire générale des voyages ou Nouvelle collection de toutes les relations de voyages par mer et par terre*, de Prevóst, que começou a escrever em 1746; *Abregé de l’histoire* (1780), de La Harpe; *Voyage autour du Monde* (1771), de Antoine Bouganville, entre outros, são exemplos de obras na qual a natureza que aparecia nos escritos era edenizada<sup>190</sup>, e é interessante que lembremos que apesar de Humboldt ser preconizado como o responsável pela inversão da imagem dos trópicos entre os europeus, já havia (ou ainda havia) homens que acreditavam nos benefícios dos trópicos, antes mesmo da visita do naturalista germânico à América.

Cabe a nós agora saber como os intelectuais do IHGB lidaram com os resquícios desse debate acerca da natureza do Novo Mundo, ainda aceso em suas memórias. Sabe-se que o Humboldt era muito bem quisto nos meios intelectuais brasileiros – inclusive no IHGB, do qual se tornou sócio em 1839 – e pelos líderes das independências americanas, em virtude de sua exaltação do continente.

No entanto, apesar de a visão positiva da América, simbolizada por Humboldt, ganhar espaço de maneira gradativa nos círculos intelectuais, a maneira negativa de se enxergar esse continente ainda permaneceu bastante latente, como ressalta Márcia Naxara<sup>191</sup>. Um exemplo

---

<sup>189</sup> VENTURA, Roberto. *Op. Cit.* p.26.

<sup>190</sup> SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O Sol do Brasil: Nicolas-Antoine Taunay e as desventuras dos artistas franceses na corte de D. João.* *Op. Cit.* pp.45-48.

<sup>191</sup> NAXARA, Márcia Regina Capelari. *Op. Cit.* p. 37.

disso é o debate a respeito das teorias raciais que tomam conta do Brasil a partir da década de 1870.

Por isso, queremos observar como os intelectuais do IHGB construíram as imagens da natureza brasileira em meio às tantas dicotomias que o cercavam: o europeu *vs.* o selvagem, a natureza virgem *vs.* a natureza modificada, a civilização *vs.* a barbárie, etc...

No entanto, sobre o século XIX, sabemos que a partir da revalorização da natureza promovida por Humboldt, e também com a abertura dos portos às nações amigas, em 1808 - como diz Schwarcz, “a maravilhosa natureza brasileira ganhava novas representações, clichês e banalidades, sobretudo na França”. Além disso, há todo um redescobrimto de nosso mundo natural, promovidos por uma multidão de geógrafos, botânicos, e outros cientistas que aqui desembarcam, em busca de conhecer e descrever aquele famigerado desconhecido que era o Brasil<sup>192</sup>.

Maria Liga Prado nos conta que no século XIX, os cientistas desejavam observar a natureza, medi-la, descrevê-la e rotulá-la. Já os artistas românticos viam na atravessada por qualidades e defeitos semelhantes aos dos humanos, projetando nela sentimentos, despertando em si a admiração ou o temor. “Os primeiros usavam a linguagem supostamente objetiva e fria da ciência, enquanto o segundo fazia descrições que carregavam nas cores e nas tintas e que respiravam emoções”<sup>193</sup>.

No entanto, se cientistas e artistas se debruçavam sobre a natureza buscando conhecimento ou inspiração, o clima tropical continuava a ser tratado de maneira ambivalente no debate letrado.

Nos Estados Unidos o processo de valorização de sua natureza já havia começado, desde o pós-independência, quando defensores do mundo natural norte-americano se opunham a Buffon e

---

<sup>192</sup> SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O Sol do Brasil: Nicolas-Antoine Taunay e as desventuras dos artistas franceses na corte de D. João*. Op. Cit. pp.48.

<sup>193</sup> PRADO, Maria Ligia. Op. Cit. p. 180.

De Pauw e empenhavam-se na tarefa de provar que a natureza de seu país era, em muitos aspectos, superior à do Velho Mundo<sup>194</sup>.

Maria Ligia Prado nos traz a noção da existência entre os norte-americanos de uma suposta missão civilizadora, que teriam eles recebido da Divina Providência, o que incluía uma vocação inata para a conquista territorial, como que um Destino Manifesto. Segundo a autora, “desenhava-se a ideia de um povo eleito por Deus, uma espécie de Israel moderna, que alcançaria as alturas predestinadas graças aos esforços e habilidades de seus extraordinários habitantes”<sup>195</sup>.

Com a natureza, não era diferente, afinal, ela também havia sido escolhida por Deus, as *wilderness*<sup>196</sup> norte-americanas, jovens e puras, se apresentavam como um contraponto ao velho e desgastado continente europeu. Seria essa natureza o palco do nascimento de uma nova história, pronta para romper com o passado e se conectar com o futuro<sup>197</sup>.

Esse movimento de valorização da natureza norte-americana, que foi incentivado por uma gama de poetas, pintores e escritores, como mostra Bresciani, foi acompanhado de uma clara distinção entre a América do Norte, de clima temperado, e o restante do território, situado nos limites tropicais<sup>198</sup>.

Nesse ponto, a obra de Tocqueville nos comprova isso, e também nos mostra que as ideias hipocráticas, que pregavam uma suposta superioridade daqueles que habitavam as zonas

---

<sup>194</sup> Idem, p. 186.

<sup>195</sup> Idem, Ibidem.

<sup>196</sup> Não há uma tradução exata do termo *wilderness* para o português, segundo Maria Ligia Prado, sertão, floresta primitiva, selva, seriam traduções compatíveis. Mary Anne Junqueira nos revela que “na sua forma mais antiga (...) *wilderness* estava relacionado com florestas, lugares habitados por bestas selvagens ou homens selvagens: *wildman*. Ao mesmo tempo, significava que o homem era tomado pelo estranhamento, sentindo-se desorientado nessas florestas. Cf. JUNQUEIRA, Mary Anne. *Ao Sul do Rio Grande. Imaginando a América Latina em Seleções: Oeste, Wilderness e Fronteira (1942-1970)*. São Paulo: Departamento de História, USP, 1998. p. 54. [Tese de Doutorado]

<sup>197</sup> BRESCIANI, Maria Stella Martins. *Op. Cit.* p.64.

<sup>198</sup> Idem, p. 66.

temperadas, tidas como mais desafiadoras à empresa humana que as tropicais, e por isso benéficas para seu desenvolvimento físico e mental, ainda continuavam vivas no século XIX<sup>199</sup>:

“Quando os europeus desembarcaram nas praias das Antilhas e mais tarde, nas costas da América do Sul, julgaram-se transportados para regiões fabulosas que os poetas haviam celebrado. O mar brilhava com os fogos do trópico; a extraordinária transparência das suas águas descobria pela primeira vez os olhos do navegador a profundidade dos abismos. Aqui e ali surgiam pequenas ilhas perfumadas, que pareciam flutuar como corbelhas de flores na superfície tranqüila do oceano. Tudo o que se oferecia à vista, naqueles lugares encantados, parecia preparado para as necessidades do homem, ou calculado para os seus prazeres(...)”<sup>200</sup>.

À primeira vista, o relato de Tocqueville nos mostra mais um europeu que ficou estarecido com as belezas naturais das zonas tropicais, no entanto, a continuação do trecho nos mostra que a opinião de Tocqueville sobre os trópicos não eram nada positivas:

“Sob aquele manto esplendente, achava-se escondida a morte; ninguém a percebia, então, todavia, e reinava no ar daqueles climas não sei que influencia debilitante, que ligava o homem ao presente e lhe tirava as preocupações com o futuro (...). A América do Norte apareceu sob outro aspecto: ali, tudo era grave, sério, solene;

---

<sup>199</sup> Vale frisar que nos anos de 1850, Thomas Buckle editava sua *History of Civilization in England*, no qual mantinha a ideia de uma supremacia europeia e debilidade asiática, causadas pelas condições ambientais - principalmente climáticas - de ambos os continentes. Era um claro exemplo de que as teorias hipocráticas ainda estavam em voga no pensamento europeu. Cf. Arnold, David. *Op. Cit.* 30.

<sup>200</sup> TOCQUEVILLE, Alexis de. *A Democracia na América*. São Paulo: EDUSP, 1987. p. 25.

dissera-se que fora criada para se tornar uma província de inteligência, enquanto a outra [a tropical] era a morada dos sentidos. Um oceano turbulento e brumoso banhava as suas praias; rochedos graníticos ou bancos de areia serviam-lhe de cinta; as matas que cobriam as suas margens exibiam uma folhagem sombria e melancólica; via-se crescer ali quase que só o pinheiro, a conífera, o carvalho verde, a oliveira selvagem e o loureiro (...). Nesse ambiente também a “morte golpeava”, mas de certa maneira, a “morte vinha em socorro da vida”. Uma e outra faziam-se presentes e pareciam desejar confundir e misturar suas obras”<sup>201</sup>.

Segundo Bresciani, ancorado em pressupostos mesológicos, mas também recorrendo às concepções do *belo*, do *sublime* e do *pitoresco*, Tocqueville estabeleceu um confronto entre a difícil natureza da América do Norte, apropriada para formar homens fortes e rijos, e a natureza paradisíaca dos mares do Sul, cuja beleza idílica poderia guardar a morte<sup>202</sup>.

Continua Bresciani, afirmando que nas palavras de Tocqueville, a natureza obriga os homens a um destino quase inescapável, e fugir a ele exigia astúcia e persistência, sabendo intervir no momento mais propício. Desta maneira, a morte também se fazia mais presente nas terras setentrionais “e ali golpeava sem descanso”, não se tratava, porém de presença velada e traiçoeira, como ocorria no caso dos trópicos, mas sim de um desafio aberto<sup>203</sup>.

Assim, podemos notar que os membros do IHGB, além dos demais homens de letras e ciências do século XIX, escreviam sob uma rede de tensões que trazia os trópicos ora vistos

---

<sup>201</sup> TOCQUEVILLE, Alexis de. *Op. Cit.* pp.25-26.

<sup>202</sup> BRESCIANI, Maria Stella Martins. *Op. Cit.* p. 66.

<sup>203</sup> Idem, p. 67.

como motivo de orgulho, ora vistos como motivo de preocupação, em um movimento que dividia claramente o globo em uma zona temperada, lugar do trabalho e do progresso, e outra negativa, lugar do deleite e do atraso, o que presumia de estratégias que fossem capazes de contornar tais sentenças nada alentadoras. Montesquieu, Humboldt, Buffon, Caminha, Lery... todos eles contribuiriam para a formação de uma identidade tropical brasileira forjada sob o signo da ambivalência, como veremos no decorrer do trabalho.

É importante ainda citar que essa identidade nacional brasileira, baseada nesse viés tropical do país, principalmente a partir da segunda metade do século XIX, muitas vezes se confunde, ou se mescla a um outro elemento que, como dissemos, também serviu com base para a construção da identidade nacional brasileira: a raça.

Segundo Arnold, os motivos para a ascensão dessa nova maneira de classificação dos homens seriam: 1) O problema da escravidão e da abolição promoveu intensos debates sobre a questão racial em ambos os lados do Atlântico, no que concernia sobre a questão de os africanos pertencerem ou não a uma subespécie humana distinta, presumidamente inferior. 2) A crescente ascensão militar e econômica da Europa se tornava como um sinal de que os europeus eram uma raça superior, principalmente quando sua chegada a muitas partes do mundo foi seguida pelo decréscimo populacional, ou mesmo extinção dos povos nativos conquistados. 3) Os séculos XVIII e XIX assistiram a um rápido crescimento dos estudos das ciências biológicas, o que fomentou o debate acerca das diferenças entre os seres-humanos.<sup>204</sup>

Além da combinação desses fatores, não podemos nos esquecer da publicação de *A Origem das Espécies*, em 1859, por Charles Darwin. Com sua luta entre as espécies e a “sobrevivência do mais apto”, parecia que Darwin havia quebrado a ideia de natureza como algo fixo e harmonioso

---

<sup>204</sup> ARNOLD, David. *Op. Cit.* p. 30.

concebido por Deus. Logo essas ideias evolutivas passaram a ser usadas também na análise das sociedades humanas, e serviram de apoio para concepções de que as diferentes raças representavam estados diferentes do processo evolutivo, e que as diferentes condições ambientais haviam sido fator significativo de diversificação<sup>205</sup>.

Nesse contexto, as civilizações não eram espécies imutáveis, mas sim evoluíam e caíam em resposta a certas condições ambientais, batalhavam com seus concorrentes pela supremacia no ambiente e sobrevivência.

Podemos encontrar um exemplo do uso dessa teoria podemos encontrar nos dizeres do naturalista Alfred Russel Wallace, que em 1864, que acreditava que na luta pela vida, as populações menos desenvolvidas mentalmente seriam extintas ao entrar em contato com os europeus:

“¿No es un hecho que en todas las épocas y en cada rincón del globo, los habitantes de las regiones templadas han sido superiores a los de las regiones tropicales? Todas las grandes invasiones y todos los grandes desplazamientos han sido de norte a sur, pero no al revés; y no tenemos registro de que alguna vez haya existido, como tampoco hoy existe, un solo caso de civilización intertropical”<sup>206</sup>.

Ainda no século XIX, naturalistas, antropólogos, historiadores e geógrafos, reformularam as ideias da influência do meio ambiente sobre o homem, de maneira a satisfazer os imperativos de uma nova era imperial. Esse novo imperialismo, combinado às ideias de darwinismo racial,

---

<sup>205</sup> Idem, p. 31

<sup>206</sup> WALLACE, Alfred Russel. *The Origin of Human Races and the Antiquity of Man Deduced from the Theory of 'Natural Selection'* Apud ARNOLD, David. p. 32

evolucionismo, positivismo, naturalismo, entre outras teorias, que segundo Schwarcz<sup>207</sup>, foram popularizadas nessa época justamente para fomentar as práticas imperialistas, empurraram as ideias do papel do meio na conformação do homem em proeminências excepcionais, como diz Arnold, entre os anos 90 do século XIX e o início do século XX<sup>208</sup>.

Tudo isso também pulula e perturba nossos homens de letras e ciências preocupados com os futuros da nação, afinal, estaria o Brasil condenado devido ao seu clima tropical e sua população, formada por parcela expressiva de negros, índios e mestiços, povo que, respeitados cânones vigentes da ciência oitocentista, estariam fadados a desaparecer perante raças superiores, notadamente europeias?

E nesse ponto, clima e raça convergem para um mesmo ponto, afinal, eram as raças inferiores, menos capazes, justamente aquelas oriundas dos trópicos, que, segundo a tradição europeia, foram forjadas sob o signo da preguiça, do sensualismo e da debilidade moral que os trópicos proporcionavam. Mesmo quando o centro da análise estava calcado na raça, e não no clima, esse último elemento não deixava de atuar, pois, se as consideradas raças inferiores poderiam ser culpadas como responsáveis pelas mazelas do Brasil, os trópicos podiam ser culpados pelas mazelas dessas raças.

Assim, partiremos para a análise das revistas do IHGB, tendo como ponto de partida esse paradigma que norteou o pensamento de nossos pensadores oitocentistas, no qual o bem e o mal andariam lado a lado, no qual o progresso era um sonho possível, e o fracasso era uma realidade palpável, no qual os trópicos reais poderiam ser muitos mais feios e tenebrosos que aqueles difundidos pelos primeiros viajantes e colonizadores que aqui estiveram, mas que também

---

<sup>207</sup> SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O Espetáculo das Raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)*. São Paulo: Cia. Das Letras, 1993. p. 28.

<sup>208</sup> ARNOLD, David. *Op. Cit.* p. 34.

poderiam ser muito mais promissores que aqueles trópicos pregados pelos teóricos setecentistas da Ilustração.

Como então estariam representados esses trópicos dentro do IHGB, como todas essas ambivalências se fariam presentes dentro do IHGB, e afinal, como os trópicos foram utilizados – se é que foram utilizados - dentro desse ideal tropical de nação por nossos componentes do grêmio carioca?

No entanto, antes de atentarmos para as indagações acima, vale ainda ressaltar que o conceito de clima no século XIX, apesar de guardar semelhanças com o conceito de clima dos dias de hoje, não era exatamente o mesmo. Se buscarmos nos atuais manuais de geografia o que significa *clima*, encontraremos uma definição que diz que o clima é o conjunto de condições meteorológicas (temperatura, pressão atmosférica, umidade, regime de ventos e chuvas, insolação, entre outros fatores) que caracterizam o estado médio da atmosfera em um determinado ponto da superfície terrestre<sup>209</sup>.

No entanto, até o início do século XIX, podemos dizer que a definição de clima era menos ampla, ficando restrita às diferenças de temperaturas nas diferentes regiões. Entretanto, a partir dos estudos de Humboldt, percebemos que o conceito de clima ganhou semelhanças com o que conhecemos hoje, pois passou a considerar outros fatores como seus componentes. Como nos traz Sandra Caponi, segundo o conceito de Humboldt, “o clima é a reunião de condições atmosféricas e meteorológicas que tem uma ação geral e constante sobre os seres organizados”

210 .

---

<sup>209</sup> Cf. OLIVEIRA, Cêurio de. Dicionário Cartográfico. Rio de Janeiro: IBGE, 1980. p. 73; GEORGE, Pierre. Dictionario de Geografia. Madrid: Akal Ediciones, 1991. p. 118; MENDONÇA, Francisco & DANNI-OLIVEIRA, Inês Moresco. *Climatologia: Noções Básicas e climas do Brasil*. São Paulo: Oficina de Textos, 2007. pp. 14-15.

<sup>210</sup> CAPONI, Sandra. “Sobre la aclimatación: Boudin y la geografía médica”. In. *História, Ciência, Saúde: Manguinhos*. V.1. n.1 (jul-out. 1994) - Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, Casa de Oswaldo Cruz, 2007. p. 18.

Assim, falar de clima, segundo Humboldt, era falar das variações atmosféricas como a temperatura, a umidade, a pressão atmosférica, a pureza do ar, os miasmas, entre outros fatores, existindo uma série de elementos que exerciam influência direta sobre as variações climáticas, tais como a proximidade com os astros e satélites, o magnetismo terrestre, e a ação de vulcões, além dos acidentes geográficos, tais como a presença de golfos, pântanos e montanhas, que como assinala Jean Boudin - naturalista francês que se utilizava dos conceitos de Humboldt -, também atuavam sobre o clima<sup>211</sup>.

A noção de Humboldt então, que ampliava o conceito de clima, ganhou força nos oitocentos<sup>212</sup>, e também entre os membros do IHGB - signatários fiéis dos ensinamentos do naturalista germânico - como veremos a seguir, e foi se sobrepondo às conceitualizações que pregavam o clima unicamente como mudanças de temperatura.

---

<sup>211</sup> Idem, Ibidem.

<sup>212</sup> Prova disso é que os notórios naturalistas Isidore Geoffroy Saint-Hilaire, e Jean Boudin utilizaram o conceito de clima formulado por Humboldt em suas obras publicadas no século XIX. Cf. SAINT-HILAIRE, Isidore Geoffroy. *Acclimatation et domestication des animaux utiles*. Paris: Libraire Agricole de la Maison Rustique, 1834. p. 116; BOUDIN, Jean. *Traité de géographie et de statistique médicale*. Paris: Baillières, 1857. p. 217.

## 2. Os Alegres Trópicos

### 1. O IHGB e a noção tropical do Brasil

A partir da leitura das revistas do IHGB notamos que o clima brasileiro, tropical por excelência, ganha destaque como elemento de unidade e marcação simbólica do Brasil. Afinal, ele representava aquilo que a Europa das altas latitudes não era: a exuberância, o perigo, a inspiração, a preguiça, a fartura, a doença. Para o bem ou para o mal, o Brasil era um país tropical, e isso precisava ser mostrado.

Podemos encontrar na Carta de Caminha, um primeiro momento da percepção de um Brasil tropical, marcado por características, tanto físicas, quanto morais, que estariam presentes até os dias de hoje como elementos de identificação brasileira. O exotismo dos papagaios, a exposição das “vergonhas”, os arvoredos numerosos - lar de “infinitas espécies”<sup>213</sup> - fariam parte de uma espécie de *sensu comum* a respeito do Brasil, marcado sempre pelo ardor de seu sol, pela umidade sempre elevada, e pelos diversos fatores decorrentes dessas condições naturais, sobre seu território e suas gentes.

Se essa percepção das condições climáticas distintas – no caso, do modelo europeu - surgem já no primeiro relato que encontramos a respeito do Brasil<sup>214</sup>. Elas se estenderam por toda a sua história, o que pode ser confirmado pela extensa gama de relatos produzidos por viajantes, religiosos, colonos e outros cronistas que por aqui passaram. Maravilhados pelas belezas naturais, ou atônitos pelo antiparaíso que os nativos conferiam ao Brasil, a verdade é que os trópicos sempre foram agente importante de distinção e explicação brasileira.

---

<sup>213</sup> CASTRO, Silvío. *O Descobrimento do Brasil: A Carta de Pero Vaz de Caminha*. Porto Alegre: L&PM Editores, 1985.

<sup>214</sup> A “carta de fundação” do mito da coletividade que denominamos Brasil, segundo Edgar de Decca. Cf. DECCA, Edgar Salvadori de. “Cidadão, mostre-me a identidade!”. *Op. Cit.* p. 3.

Apesar dessas visões a respeito dos trópicos permearem desde muito tempo o imaginário a respeito do Brasil, elas eram produzidas por estrangeiros. Era o Brasil retratado e pensado sob o *olhar do outro*<sup>215</sup>. Mas aqui, trataremos de uma história escritas por brasileiros – ou por europeus expatriados que aqui se assentaram –, e assim, procuraremos entender como essa tropicalidade do Brasil foi trabalhada. Era ela positiva, como mostravam os *alegres trópicos* retratados pelos viajantes franceses dos séculos XVI e XVII, ou seriam os *tristes trópicos*, marcados pelas teorias mesológicas que bombardearam os pensamento social do século XVIII? Como aqueles homens de letras e de ciência, preocupados em construir uma história para o Brasil, viam a nossa condição de tropicais?

Fracisco Paz, Flora Süssekind, Roberto Ventura, entre outros, como citamos há pouco, nos trazem a natureza tropical brasileira como um dos alicerces sobre o qual se firmou o projeto de construção de uma identidade nacional brasileira. E essa leitura se confirma dentro dos artigos publicados na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, como podemos notar a partir do trecho abaixo:

“Senhores! Si o nome do Brazil, como diz Freyanet recorda tudo quanto a natureza tem de mais belo e fecundo; si, como diz Southey, os Brasileiros receberam por herança uma das mais bellas porções da terra; si, como diz Beauchamp, é impossível fallar d’este abençoado solo sem nos lembramos que o ouro e o diamante sahem do seu seio, ao mesmo tempo que todas as culturas n’elle prosperam; muito nos devemos ufanar

---

<sup>215</sup> BELLUZZO, Ana Maria. “A propósito d’O Brasil dos viajantes”. In. *Revista USP*. São Paulo: USP, CCS, 1989. p.10.

de termos nascidos em um tal paiz! Mil graças pois rendamos ao Creador por tão grande benefício”<sup>216</sup>.

Ou ainda:

“E aqui no Brazil, mais do que em outra qualquer parte do globo, se ostentão ellas inescdiveis até a qualquer reproducção ideal, por mais esforços que faça o pintor para retratar os primores de tão extraordinaria natureza”<sup>217</sup>.

E como nos ressaltou Francisco Paz, a natureza brasileira, marcada pela ação dos trópicos, é entendida como elemento definidor de uma unidade natural para o Brasil, afinal, todo o país foi contemplado por uma natureza exuberante, e todos os brasileiros, espalhados pelos mais distantes rincões do país, compartilhavam desse mesmo motivo de orgulho<sup>218</sup>.

Desta maneira, as imagens positivas a respeito da natureza brasílica surgem através das publicações do IHGB em todo o período estudado e a respeito de todo o Brasil. Na Bahia retratada nunca falta alimento, e os frutos “alli produz espontaneamente a natureza”<sup>219</sup>. O Maranhão é descrito como um lugar de “ar commodo, preciosas aguas, grande fertilidade seguida ao mais pequeno cultivo e a sua nunca interrompida verdura, são as circunstancias que fazem com que este paiz seja o mais abundante e delicioso”<sup>220</sup>. O Paraná foi retratado como o detentor

---

<sup>216</sup> MAIA, Emilio Joaquim da Silva. *Revista Trimensal de Historia e Geographia ou Jornal do Instituto Historico e Geographico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1846. p. 116.

<sup>217</sup> Sem autor. “Viagem do Presidente Dr. Alfredo de Escragnole Taunay ao Rio Iguassu (Provincia do Paraná) em março de 1886”. In. *Revista Trimensal do Instituto Histórico e Geographico Brasileiro*. Tomo L. Rio de Janeiro: Typographia, Lithographia e Encadernação a vapor de Laemmert & C., 1887. p.158.

<sup>218</sup> PAZ, Francisco de Moraes. *Op. Cit.* p. 24.

<sup>219</sup> MASCARENHAS, Joseph Freyre de Monterroyo. “O Orizes Conquistadores ou noticia da conversão dos indômitos Orizes Procazes, povos habitantes e guerreiros do sertão do Brazil, novamente reduzidos á Santa fé catholica, e á obediência da coroa portuguesa, com a qual se descreve tambem a aspereza do sitio de sua habitação, a cegueira da sua idolatria e barbaridade dos seus ritos”. In. *Revista Trimensal de Historia e Geographia ou Jornal do Instituto Historico e Geographico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1846. pp. 497-498.

<sup>220</sup> RIBEIRO, Francisco de Paula. “Descripção do territorio de Pastos Bons, nos sertões do Maranhão; propriedades dos seus terrenos, suas produções, character dos seus habitantes colonos, e estado actual dos seus estabelecimentos”.

do “mais bello céu do universo” e que por ele, era possível ver “rolar caudalosos rios, atravessando as mais pittorescas e magnificas florestas do Brasil”<sup>221</sup>. São Paulo era descrita como uma província possuidora de um “céu benigno” e de uma “natureza magnifica e encantadora”<sup>222</sup>.

As imagens positivas a respeito da natureza tropical brasileira<sup>223</sup> eram abundantes dentro das publicações do IHGB, como podemos notar, além das citadas acima, há ainda uma série de várias outras que, no mesmo sentido, exaltam essa condição natural brasileira. Assim, podemos resumir a condição da natureza brasileira como exuberante, pródica e generosa, como uma dádiva da Providência Divina ao Brasil e ao brasileiro, como fica evidente no trecho abaixo:

“as pequeninas Povoações de – Tauóca – Rezina de Baixo e Rezina de Cima, vivos painéis da miseria; mas demonstrativos da bondade do Creador que dá vida, e vida vigorosa n’este Brazil a aquelles de seus filhos, mesmo que vivem nús e crús sobre a terra, tendo a esta por leite, e o Céu, sempre assetinado, por cobertôr”<sup>224</sup>.

---

In. *Revista Trimensal de Historia e Geographia ou Jornal do Instituto Historico e Geographico Brasileiro*. Tomo XII. Rio de Janeiro: Typographia de João Ignacio da Silva, 1874. p. 44.

<sup>221</sup> ELLIOT, João Henrique. “Itinerário das viagens exploradoras empreendidas pelo Sr. Barão de Antonina para descobrir uma via de comunicação entre o porto de villa Antonina e o Baixo-Paraguay na província de Mato-Grosso; feitas nos annos de 1844 a 1847 pelo sertanista o Sr. Joaquim Francisco Lopes, e descriptas pelo Sr. João Henrique Elliot”. In. *Revista Trimensal de Historia e Geographia ou Jornal do Instituto Histórico e Geographico Brasileiro*. Tomo X. Rio de Janeiro, 1870 (1848). pp. 155-156.

<sup>222</sup> LOPES, Joaquim Francisco. “Itinerário de Joaquim Francisco Lopes: encarregado de explorar a melhor via de comunicação entre a província de S. Paulo e a de Matto-Grosso pelo Baixo Paraguay”. In. *Revista Trimensal de Historia e Geographia ou Jornal do Instituto Histórico e Geographico Brasileiro*. Tomo XIII. Rio de Janeiro, 1872 (1850). p. 316.

<sup>223</sup> É interessante que notemos que havia a noção que a pujança e fecundidade da natureza brasileira era decorrência de sua localização tropical, como podemos notar a partir do trecho: “A natureza é tão fecunda, na America, nas suas producções vegetaes, que intental-as comprehender é ardua empreza e de difficil execução. Nem podia deixar de assim acontecer em uma clima, em que a disposição de um humido permanente corresponde ao calor do sol ardentissimo em todas as estações do anno”. Cf. COELHO, Filippe José Nogueira. “Memórias Chronologicas da capitania de Mato-Grosso: principalmente da provedoria da Fazenda Real e Intendencia do Ouro”. *Revista Trimensal de Historia e Geographia ou Jornal do Instituto Histórico e Geographico Brasileiro*. Tomo XIII. Rio de Janeiro, 1872 (1850). p. 253.

<sup>224</sup> SILVA, José Vieira de Carvalho e. “Viagem ás Caxoeiras de Paulo Affonso”. In. *Revista Trimensal do Instituto Histórico, Geographico e Ethnographico do Brasil*. Tomo XXII. Rio de Janeiro: Typ. Imparcial de J.M.N.Garcia, 1859. p. 204.

Podemos dizer então que o IHGB assumia e ajudava a perpetuar essa imagem idílica dos trópicos brasileiros, propagada por tanto tempo em nossa história<sup>225</sup>. Nesse sentido, há a recuperação do sentido paradisíaco dos trópicos, presentes nos primórdios da colonização brasileira. As impressões de Cabral, Colombo e Vespúcio, sobre a natureza tropical americana, e em especial a brasileira, foram retomadas. A partir da suposta sensação de Cabral, descrita por Joaquim Noberto de Souza Silva, notamos que o sentimento de ufanismo em relação aos trópicos estava impregnado dentro do IHGB:

“Cabral arrebatou-se á vista d’esta terra encantada que lhe pareceu surgia do sepulchro do sol (...); com suas encostas cobertas de espessos bosques, com suas aguas despenhadas em assombrosas catadupas, que se destacaram, recuando em vales dilatados e sombrios, em verdes e risonhas planices, em que serpejam ribeiros, bordados por praias, por alvas franjas, que se encurvam e onde se perdem as ondas em doce murmúrio, gozou da brisa da terra, que lhe trouxe os perfumes de suas flores, e ouviu o hymno harmonioso da natureza virgem e luxuriante do novo mundo”<sup>226</sup>.

Podemos entender essa série de recuperações das visões idílicas da América – e, principalmente do Brasil – como parte da série de repetições empreendidas pelo IHGB dentro do processo de invenção das tradições que ocorreram nesse período, que tinham como objetivo a promoção da noção de que todo brasileiro, apesar de disperso pelo imenso território do país, partilhava de valores comuns, como é o caso da natureza tropical exuberante.

---

<sup>225</sup> Não sem críticas, como veremos nos capítulos a seguir.

<sup>226</sup> SILVA, Joaquim Noberto de Souza. “Sobre o descobrimento do Brazil: o descobrimento do Brazil por Pedro Alvarez Cabral foi devido a um mero acaso ou teve elle alguns indicios para isso?”. In. *Revista do Instituto Histórico e Geographico do Brazil*. Tomo XV. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1888. (1852). p. 127.

Segundo Hobsbawm e Ranger, a invenção de tradições é essencialmente um processo de formalização e ritualização, caracterizado por referir-se ao passado, mesmo que apenas pela imposição da repetição<sup>227</sup>. Desta maneira, preconizava-se a noção de que a natureza brasileira sempre fora algo digno de orgulho para o brasileiro, isso porque, desde os primeiros contatos do europeu com a natureza tropical, há a percepção de que se tratava esse elemento de algo único e belo, capaz de despertar sensações indescritíveis nos homens vindos das temperadas terras europeias. Desta maneira, criava-se a impressão de que o Brasil sempre fora algo original, distinto em sua natureza, e que essa originalidade fora percebida já pelos primeiros europeus que aqui pisaram.

Vale ressaltar que no momento de fundação do IHGB, a História recém-havia conquistado seu lugar entre as disciplinas consideradas científicas, o que imputava que os membros do instituto deveriam produzir uma história pautada pelo rigor da veracidade e da imparcialidade<sup>228</sup>. Aliado a isso, havia a missão *patriótica* delegada àquele historiador, que deveria ressaltar os valores da pátria brasileira para seus leitores, despertando assim sentimentos de amor ao país<sup>229</sup>. Assim, nessa busca pelas “informações corretas” e pela identidade, tem-se início à defesa dos trópicos em relação às palavras – nem sempre amigáveis – propagadas por homens vindos de nossa sociedade modelo, paradoxalmente, de cópia e distinção: a Europa.

“E não nos parece, senhores, que já era tempo de entrarmos, sem auxílio estranho, no exame e investigação d’este solo virgem, onde tudo é maravilhoso? De desmentirmos esses viajantes de má fé ou levianos que nos tem ludibriado e calumniado? De mostrarmos finalmente ao mundo

---

<sup>227</sup> HOBBSAWM, Eric & RANGER, Terence (orgs.). *Op. Cit.* p.12.

<sup>228</sup> PAZ, Francisco de Moares. *Op. Cit.* pp. 228-229.

<sup>229</sup> DOMINGOS, Simone Tiago. *Op. Cit.* p. 36.

que não nos faltam talentos e as habilitações necessárias para a pesquisas científicas?”<sup>230</sup>.

A partir do trecho acima, notamos a noção da necessidade de construção de uma história produzida por nacionais, e não a partir do *olhar do outro*<sup>231</sup>. Notamos ainda o patriotismo que a função de historiador carregava, na qual há a exaltação do solo da pátria brasileira, onde “tudo é maravilhoso”, mas também, notamos que a necessidade de distinção era inerente, pois, apesar de inserido dentro das mais modernas concepções europeias de pensamento – como é o caso da pesquisa científica realizada a partir dos cânones estabelecidos no Velho Mundo – o Brasil precisava mostrar que era capaz de traduzir as singularidades dos trópicos, mas sem perder a correspondência com o mundo civilizado<sup>232</sup>.

Exemplos dessa história patriótica brasileira, que buscava elementos de exaltação e distinção, mas sem se esquecer das bases da civilização europeia, podem ser observados na série de defesas da América e do Brasil, em relação às teorias detratadas lançadas por europeus, em tempos remotos ou contemporâneos.

Como vimos anteriormente, o século XVIII foi marcado por uma série de teorias que traçavam um panorama nada alentador para a América e seus habitantes, uma vez que uma série de características físicas próprias do novo mundo – e distintas das presentes na Europa – se apresentavam como impeditivas ao seu desenvolvimento. Em finais dos setecentos, essas teorias

---

<sup>230</sup> SAPUCAHY, Visconde de. “Falla do Exmo. Sr. Visconde de Sapucahy – Sessão Magna, em 15 de dezembro de 1856”. In. *Revista do Instituto Histórico e Geographico do Brazil*. Tomo XIX. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1898 (1856). p.91.

<sup>231</sup> Afinal, como nos mostrou José Carlos Reis, segundo a concepção de Stuart Hall, “interessa-se pelo tema da identidade e busca discuti-lo quem quer assumir uma “posição de sujeito”, isto é, quem quer fazer, agir. A iniciativa da ação exige o reconhecimento do próprio desejo, da própria forma e imagem, da própria identidade. A ação só pode ser empreendida por um sujeito que se auto aprecie, que se auto respeite, que queira viver e se expressar de forma plena e própria”. Nesse caso, onde o Brasil pretendia assumir as rédeas da própria representação, era fundamental levar ao seu povo o conhecimento de suas características e ter motivos para amá-lo. Cf. REIS, José Carlos. *As identidades do Brasil 2: de Calmon a Bonfim: a favor do Brasil: direita ou esquerda? Op. Cit.* p.10.

<sup>232</sup> PAZ, Francisco de Moraes. *Op. Cit.* p. 229.

perderam força, no entanto percebemos que elas ainda eram capazes de atacar o brio daqueles homens mais empenhados na exaltação da nação brasileira, e que elas ainda viviam no pensamento social do século XIX, como veremos no decorrer do trabalho.

Primeiro, notamos o conhecimento dessas obras detratoras, e em seguida, o uso de explicações racionais, que legitimavam as críticas contrárias às teorias produzidas dentro da Europa:

“A historia, em nome da qual Montesquieu fez acreditar essa doutrina, é um protesto contra a sua verdade. Com effeito, se é o clima, se é o aspecto physico que determina a grandeza de uma nação, porque a patria de Temístocles converteu-se em serva do Alcorão, e, depois n’essa monarchia bastarda, que ahi vive na Europa, dando o espetáculo desolador de uma interminavel agonia”<sup>233</sup>?

Nesse caso, por exemplo, Couto de Magalhães refuta as impressões de docilidade e propensão à escravidão levantadas por Montesquieu, citando argumentos assentados sobre bases históricas, como é o caso dos episódios da revolta de Felipe dos Santos, e a Inconfidência Mineira, citados como exemplos que contestam tais condições difamatórias inerentes às gentes tropicais<sup>234</sup>.

E não é só a Montesquieu que os escritores do IHGB tecem críticas a respeito de suas teorias que iam de forma contrária à história patriótica que eles buscavam construir e entregar ao povo brasileiro. Buffon, De Pauw e suas teorias também receberam duras críticas dentro das publicações do instituto.

---

<sup>233</sup> MAGALHÃES, J.V.Couto de. “Um episodio da Historia Pátria (1720)”. In. *Revista Trimensal do Instituto Histórico, Geographico e Ethnographico do Brazil*. Tomo XXV. Rio de Janeiro: Typ. De D. Luiz dos Santos, 1862. p.516.

<sup>234</sup> Idem, p. 517.

Como sabemos, Buffon defendeu a ideia de uma natureza menos ativa no Novo Mundo, em comparação ao mundo natural do Velho Mundo, o que explicava a ausência de animais de grande porte na América, o que contrastava com os grandes quadrúpedes que viviam em solos africanos, asiáticos e europeus<sup>235</sup>. Para rebater essas afirmações, eram levantados dados recolhidos através de pesquisa científica que informações como essas eram errôneas, e que os brasileiros disso deveriam tomar conhecimento.

Para contrariar Buffon, que, por exemplo, afirmara que “de duzentas espécies diferentes de quadrúpedes espalhados sobre a superfície da terra, achou-se apenas um terço d’ellas na America ao tempo da sua descoberta”, Cerqueira e Silva, membro do IHGB, contrasta seu estudo com o de A. de Saint-Hilaire, naturalista que afirmou ter enviado “mais de cento e vinte e nove quadrúpedes para o museu de Paris”<sup>236</sup>. Ou seja, tais exemplos mostram que o membro do IHGB, imbuídos de sentimentos patrióticos, buscava meios legítimos – no caso, calcados na em um tipo de conhecimento com validade na Europa – para cumprir sua missão como cientista ao evitar dados errôneos, e como patriota, ao defender sua nação de detratores estrangeiros.

Defesas da América<sup>237</sup>, do Brasil e dos trópicos se estendem por uma série de artigos, há críticas que vão desde as opiniões dos pensadores da antiguidade, que concebiam a “zona tórrida”

---

<sup>235</sup> VENTURA, Roberto. *Op. Cit.* pp. 21-22

<sup>236</sup> CERQUEIRA e SILVA, Ignácio Accioli. “Dissertação Historica, Ethnographica e politica sobre quaes eram as tribus aborigenes que habitavam a província da Bahia, ao tempo em que o Brasil foi conquistado; que extensão de terreno occupavam; quaes emigraram e para onde; e, em fim, quaes existem ainda e em que estado? Qual a parte da mesma provincia que já a esse tempo era desprovida de matas; quaes são os campos nativos, e qual o terreno coberto de florestas virgens; onde estas tem sido destruidas, e onde se conservam; quaes as madeiras preciosas de que abundavam, e que qualidades de animaes as povoaram?”. In. In. *Revista Trimensal de Historia e Geographia ou Jornal do Instituto Historico e Geographico Brasileiro*. Tomo XII. Rio de Janeiro: Typographia de João Ignacio da Silva, 1849. p. 182.

<sup>237</sup> Apesar de a maior parte dos relatos concentrarem-se na defesa na América, mas tomando o Brasil como exemplo, encontramos relatos nos quais os escritores do IHGB defendem também outras paragens da América, sendo essas sempre legitimadas de acordo com os padrões científico vigente na Europa, como por exemplo a seguir, no qual o autor recorrer a cientistas de renome, para legitimar sua opinião: “Depois que o nosso sábio consocio o Sr. Agassiz provou ao mundo scientifico que o nosso continente era o mais antigo geologicamente fallando, depois que o venerado Humboldt fez brilhar a luz do seu gênio no recesso das antiguidade mexicanas, a attenção da Europa culta volveu-se para aquém do Atlantico; já não é lícito duvidar que (...) n’essas immensas regiões banhadas pelo

como inabitável<sup>238</sup>, a viajantes que aqui estiveram e deixaram suas impressões negativas<sup>239</sup>, ou a autores contemporâneos, que em seus tratados, acabam tecendo críticas ao Brasil e suas gentes<sup>240</sup>.

Todos esses exemplos que contrastam as versões brasileiras com as versões europeias, que aqui encontraram espaço para a detração, nos mostram que, pelo menos em uma primeira leitura, a perspectiva humboldtiana dominava o pensamento intelectual do grêmio carioca, isso porque a natureza americana como um todo era vista, analisada e depois colocada à prova, agora como

---

oceanico Amazonas, vagavam anteriormente á conquista européa tribus barbaras e selvagens; muitos outros povos viviam congregados em grandes sociedades, perfeitamente organizadas, regidas por leis previdentes, governadas por chefes electivos, ou hereditarios, possuindo uma religião, um culto, com ritos e sacrificios, conhecedoras da arte da tecelagem e da cerâmica, sabendo fundir metaes, construir palácios e fortalezas, lançar pontes sobre caudalosos rios, e rasgar monumentaes estradas, como a que de Cuzco se dirigia a Quito. Começa a decifrar-se o mysterioso palimpsesto da historia americana, e a revelar que todas essas magnificencias se ostentavam quando quasi toda a Europa jazia immersa nas trevas da barbaria”. Cf. PINHEIRO, J.C. Fernandes. “Pareceres de Commissões ou commisarios especiaes”. In. *Revista Trimensal do Instituto Histórico, Geographico e Ethnographico do Brasil*. Tomo XXIX. Rio de Janeiro: B.L.Garnier-Livreiro-editor, 1866. pp. 378-379.

<sup>238</sup> Podemos citar aqui as críticas dirigidas a Aristóteles, considerado o “primeiro que infamou a América, e toda a mais terra situada debaixo da zôna torrida por incapaz de habitação, pelos excessivos ardores causados da proximidade d’ella”. Cf. BARRETO, Domingos Alves Branco Moniz. “Plano sobre a civilização dos índios do Brazil e principalmente para a capitania da Bahia, com uma breve noticia da missão que entre os mesmos índios foi feita pelos prosriptos jesuitas”. In. *Revista do Instituto Historico e Geographico do Brazil*. Tomo XIX. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1898 (1856). p.41; ou ainda a Macróbio, que em seu *Sistema do Mundo*, acreditava “que as regiões vizinhas aos trópicos não podiam ser habitadas, em consequência dos ardores do sol”. Cf. PINHEIRO, J.C. Fernandes. “Pareceres de Commissões ou commisarios especiaes”. Op. Cit. p.382; A frase de Joaquim Noberto de Souza e Silva nos é interessante, como mostra da opinião corrente dentro do IHGB, a respeito dessas teorias criadas na antiguidade, que pregavam a zona tropical como inabitável: “nós mesmos somos testemunhas do contrario”. Cf. SILVA, Joaquim Noberto de Souza. “Extracto do Ensaio Politico e Historico Chronologico de Frei Manoel Joaquim da Mãe dos Homens precedido de uma noticia sobre o auctor e sua obra”. In. *Revista do Instituto Historico e Geographico do Brazil*. Tomo XIX. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1898 (1856). p.480.

<sup>239</sup> Como é exemplo no trecho: “Portaram-se [viajantes como Biard, Expilly, Mansfeldt, Suzannet e Dabadie] com ingratião, pagando a generosa hospitalidade, que receberam, com calumnias e ridiculos, escurecendo o que acharam de bom e exagerando com verdadeira maldade aquillo, que (como muita cousa em seus paizes) pode atrahir reparo de censura”. Cf. SOUZA, Augusto Fausto de. “A Bahia do Rio de Janeiro: sua historia e descripção de suas riquezas”. In. *Revista Trimensal do Instituto Historico, Geographico e Ethnographico do Brasil*. Tomo XLIII. Rio de Janeiro: Typographia Universal de E.&H.Laemmert, 1880. p. 17.

<sup>240</sup> Aqui podemos citar as críticas a Robertson, que, acusado de partir das teorias de De Pauw, “não admira que sejam tão afastadas [suas ideias] da verdade; de modo que com menos exageração e mais erudição só chegou a identicos resultados”. Para corroborar a defesa da América frente às opiniões de De Pauw e Robertson, o autor traz os dizeres de d’Orbigny, que diz “que estes dois autores, que não conheceram os americanos por observação própria, ou que não tomaram das obras por elles consultadas senão o que combinava com suas idéas e preconceitos, despojaram pouco a pouco os habitantes do novo mundo de todos os dotes da natureza, até fazerem d’elles creaturas fracas, degeneradas no physico como no moral, e dotadas, quando muito, dos instinctos dos animaes do antigo continente”. Cf. DIAS, A. Gonçalves. “Brasil e Oceania”. *Revista Trimensal do Instituto Historico, Geographico e Ethnographico do Brasil*. Tomo XXX. Rio de Janeiro: B.L.Garnier-Livreiro-editor, 1867. p. 169; Ou ainda as crítica a Agassiz, devido às suas opiniões a respeito da degeneração racial no Brasil, aspecto que aprofundaremos mais a frente. Cf. VERISSIMO, José. “As populações indígenas e mestiças da Amazonia: sua linguagem, suas crenças e seus costumes”. In. *Revista Trimensal do Instituto Historico e Geographico Brasileiro*. Tomo L. Rio de Janeiro: Typographia, Lithographia e Encadernação a vapor de Laemmert & C., 1987. p. 301.

objeto científico, e não apenas como correlato estético ou espaço de projeção filosófica, por parte da Ilustração europeia<sup>241</sup>. Nesse momento, a América, e por consequência, o Brasil, eram colocados frente à Europa como um território específico, que não era analisado à luz da semelhança europeia<sup>242</sup>.

Sabemos que Alexander Von Humboldt desempenhou papel fundamental dentro da série de debates acerca da natureza americana que ocorreu no século XVIII, sendo considerado o principal agente em uma suposta vitória dos “defensores” da América, sobre os “detratores” deste continente. Graças aos seus estudos, nos quais prevalecia uma visão positiva sobre a América, principalmente no que concerne à sua natureza, tornou-se uma figura muito querida, não só dentro do IHGB e outros círculos intelectuais brasileiros, mas também entre os líderes das independências na América. Desde 1839, Humboldt já figurava entre os sócios do grêmio carioca, sendo muito respeitado pelos demais membros<sup>243</sup>, e isso fica evidente bastante evidente ao notarmos os elogios dirigidos à sua figura, encontrados em diversas passagens dentro da revista do instituto<sup>244</sup>.

---

<sup>241</sup> VENTURA, Roberto. *Op. Cit.* p. 27.

<sup>242</sup> Aspecto que não se mantém, como observaremos no decorrer do trabalho, pois, durante, o período pesquisado, apesar das defesas e exaltações do Brasil tropical, a Europa de clima temperado nunca deixou de ser o modelo de referência ideal.

<sup>243</sup> SCHIAVINATTO, Iara Lis. “Imagens do Brasil: Entre a natureza e a História”. In: JANCSÓ, Istvan. *Brasil: Formação do Estado e da Nação*. São Paulo: HUCITEC; Ed. Unijuí: Fapesp, 2003. p. 616.

<sup>244</sup> Como: “Um dos maiores sábios de nosso tempo”. Cf. ALLEMÃO, Francisco Freire. “Quaes são as principaes plantas que hoje se acham aclimatadas no Brazil”. In. *Revista do Instituto Historico e Geographico do Brazil*. Tomo XIX. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1898. (1856). p. 540; “E a America e Brazil muito deve a esse grande luzeiro da Prussia: Humboldt foi um segundo Colombo para o novo mundo; e sua inteligencia, mais vasta que a do primeiro, patenteou toda a magnificência da natureza americana”. Cf. PINHEIRO, J.C. Fernandes. “Relatorio do 1º secretario interino Cônego Dr. J.C. Fernandes Pinheiro – Sessão Magna Anniversaria do Instituto Historico e Geographico o Brazil. No dia 15 de Dezembro de 1859”. In. *Revista Trimensal do Instituto Historico, Geographico e Ethnographico do Brazil*. Tomo XXII. Rio de Janeiro: Typ. Imparcial de J.M.N. Garcia. 1859. pp. 737-738; “Do Brazil o nosso illustre Andrada ainda se correspondia com os principaes sábios da Europa. Humboldt, a quem a America Meridional tanto deve, era um d’esse que sempre lhe escreviam (...)”. Cf. MAIA, Emilio Joaquim da Silva. “José Bonifácio de Andrada – Elogio Histórico”. In. *Revista Trimensal de Historia e Geographia ou Jornal do Instituto Historico e Geographico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1846. p. 133.

Desta maneira, podemos encontrar dentro do IHGB uma espécie de continuidade na luta de Humboldt para provar, perante aos olhos do Velho Mundo, que a natureza americana não era inferior, nem imatura, em relação à dele. Tudo isso atrelado ao ideal de historiador cientista e patriota, que se engajou na escrita de uma história nacional brasileira, e de uma pretensa identidade nacional brasileira. Assim, podemos citar o trecho abaixo como um exemplo que atesta o que acabamos de dizer:

“Comprovam [os estudos de Humboldt, Curviers, Brongniarts, entre outros] por novos descobrimentos n’esta parte da terra, que a antiguidade do continente americano excede a do velho mundo, e que a povoação do Brazil coincide com os tempos históricos do velho hemispherio!”<sup>245</sup>.

A natureza então se apresenta como um campo de batalha, na qual a identidade brasileira vai se construindo a partir de uma série de embates entre Brasil e Europa. Isso porque, como afirmamos, toda identidade é relacional, e para que ela se construa, há necessariamente um agente externo, distinto à homogeneização que aparentemente caracteriza uma identidade nacional.

E nesse caso, era justamente a Europa que fazia esse papel, apesar de simultaneamente representar o papel de modelo a ser seguido e copiado. E quando tocamos na questão do clima brasileiro essa questão se torna deveras interessante, uma vez que é nesse aspecto de nossa constituição natural que se opera grande parte das distinções que asseguram as tais diferenças relacionais necessárias à criação de uma identidade nacional.

Nessa série de distinções entre o Brasil e a Europa no que concerne a seus aspectos climáticos, essenciais à constituição de nossa identidade, podemos começar a partir da

---

<sup>245</sup> SILVA, Joaquim Noberto de Souza. “Sobre o descobrimento do Brazil: o descobrimento do Brazil por Pedro Alvarez Cabral foi devido a um mero acaso ou teve elle alguns indicios para isso?”. In. *Revista do Instituto Histórico e Geographico do Brazil*. Tomo XV. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1888. (1852). p. 131.

constatação científica da existência de uma diferença climática entre o Brasil tropical e a Europa das altas latitudes:

“Comparando agora estas observações [meteorológicas, a partir do Recife], com as de Lisboa e do Rio de Janeiro, aquellas que me tem chegado ás mãos, vemos, que aqui o máximo calor tem sido 84° pelo termometro de Fahrenheit, assim mesmo menor 5° que o que houve em Lisboa a 16 de julho de 1786, a que chegou a 89°.

Comparando com o do Rio de Janeiro tem sido menor 10°, pois que a 9 de fevereiro de 1804 n’aquella cidade chegou a 94°, na escala Fahrenheit. Há porém diferença muito sensível nos termos do menor calor, por que sendo aqui o minimo que tem indicado o termometro 75° em julho de 1808, e em Lisboa 35° em fevereiro de 1785, vem a ser a diferença 40° para menos n’aquella cidade.

No Rio de Janeiro sendo o menor que se observou 52° em julho de 1785, vem a ser a diferença 23° para menor n’aquella cidade”<sup>246</sup>.

A partir do artigo citado, podemos notar que segundo a meteorologia, que ganhava espaço e encontrou grande desenvolvimento no século XIX<sup>247</sup>, a ação dos trópicos era algo real, e não uma mera invenção europeia. Viver nos trópicos significava viver de uma maneira distinta do modo de vida europeu, o que seria importante para formular políticas públicas no século XIX, como veremos mais a frente. E em uma época em que as ciências ditavam as regras, essa constatação “científica” da existência dos trópicos, que é anterior a esse período, legitima os dizeres dos patriotas do IHGB, que buscam características distintivas para o Brasil.

---

<sup>246</sup> LAGO, Antonio Bernardino do. “Observações meteorologicas feitas na Villa do Recife de Pernambuco nos annos de 1808, 1809 e 1810”. In. *Revista Trimensal do Instituto Historico, Geographico e Ethnographico do Brasil*. Tomo XLV. Rio de Janeiro: Typographia Universal de H. Laemmert &C., 1882. p.64.

<sup>247</sup> FERRAZ, J. Sampaio. “A meteorologia no Brasil”. In. AZEVEDO, Fernando de (org.). *As ciências no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1994. pp. 238-251.

No entanto, é no campo simbólico que as distinções entre Brasil e Europa – e também, em menor grau, EUA – se mostram mais frequentes dentro das revistas do grêmio. Tais diferenças imputadas pelo clima ao Brasil levaram ao surgimento de um povo único, adaptado aos trópicos e suas chuvas, calores, animais peçonhentos, e tudo mais, de positivo ou negativo, que isso implicava. Trópicos para os quais o europeu, já distinto do brasileiro, não poderia compartilhar sem problemas.

Nesse sentido, a frase abaixo, de Casimiro de Abreu deixa isso bastante evidente, uma vez que marca a diferença do Brasil em relação à Europa pelo clima tropical, e sugere uma possível inadaptabilidade mútua em relação ao transplante de seus moradores:

“Arrancaí a planta dos climas tropicais e plantai-a na Europa; Ella tentará reverdecer, mas cedo pende e murcha, porque lhe falta o ar natal, o ar que lhe dá vida e vigor (...). Como a planta dos trópicos, os climas da Europa enfesam-me a existência, que sinto fugir no meio dos tormentos da saudade”<sup>248</sup>.

Essas imagens dos trópicos como algo distinto, próprio para brasileiros se propaga no IHGB, sendo recorrentes os casos em que se prega uma possível incapacidade de adaptação dos europeus que para cá insistiam em fixar residência. Assim, era destacada uma diferença entre *nós*, brasileiros, aptos à vida no calor dos trópicos, e *eles*, estrangeiros, que ao chegar aqui, se deparavam com um clima distinto do que estavam acostumados, e por isso, sentiam com mais força os desconfortos tropicais:

“Não acredito que nenhuma raça estrangeira do norte possa aqui fazer prole perduravel, a menos que se não cruze com os elementos

---

<sup>248</sup> SILVA, Joaquim Noberto de Souza. “Biographia dos Brasileiros illustres por Armas, Letras, Virtudes, Etc. – Casimiro de Abreu”. In. *Revista Trimensal do Instituto, Historico, Geographico e Ethnographico do Brasil*. Tomo XXXII. Rio de Janeiro: B.L. Garnier-Livreiro-editor, 1869. pp. 303-304.

indigenas, tapuios, negros ou seus descendentes. Para o indigena, porém, o clima, beneficiado pelas grandes correntes dos ventos alizios, é benigno, e seria até favoravel, sinão fora a constante e flagrante violação dos primeiros preceitos da arte de conservar a saude. Ao forasteiro oriundo dos climas frios, elle será sempre fatal, fazendo assim d’este magnifico valle apenas uma região – proventura a mais bella e a mais rica de todas – de mera exploração mercantil”<sup>249</sup>.

Essas diferenças no ser e no viver tropical, para uma vida nas regiões temperadas do hemisfério norte, também são observadas no parágrafo abaixo:

“É desnecessario dizer quaes seriam os incommodos, sustos e fadigas nestes primeiros tempos de colônia; os moradores se entregavam com difficuldade aos trabalhos ruraes, a que não eram affeitos, e viam-se obrigados a estar acautelados de dia e noite, e sempre com as armas na mão, para evitar as surpresas dos indios. Nesta vida laboriosa corriam os dias sem notável prosperidade, antes se diminuiam as forças da nascente com as molestias adquiridas neste novo modo de viver, sob um clima quente e humido, a que não estavam acostumados”<sup>250</sup>.

O clima era agente de distinção, e na segunda metade do século XIX, apareceram alusões a teorias que mostravam evidências científicas do potencial de cada raça à vida sob determinada zona climática e meios para melhor aclimatar os – desejados – europeus nos trópicos, uma vez

---

<sup>249</sup> VERISSIMO, José. *Op. Cit.* p. 386.

<sup>250</sup> RUBIM, Braz da Costa. “Memorias historicas e documentadas da Provincia do Espirito Santo”. In. *Revista Trimensal do Instituto Historico, Geographico e Ethnographico do Brasil*. Tomo XXIII. Rio de Janeiro: Typ. de Domingos Luiz dos Santos, 1860. p. 203.

quem em diversas passagens é apontado seu definhamento nas baixas latitudes, através de cruzamentos com raças consideradas mais aptas, como é o caso do indígena brasileiro<sup>251</sup>.

A *Lei dos Climats* era evocada, e como nos disse o Coronel Ignácio Cerqueira e Silva, é essa lei “que quer que cada povo, cada espécie vivente ou vegetante, cresça e more no seu paiz natal. O amor da patria parece imposto pela natureza a todos o seres, assim como o da conservação”<sup>252</sup>. Desta maneira, se os animais europeus aqui definhavam e se amiudavam, como afirmava o abade Raynal – e isso Cerqueira e Silva não negava –, porém isso não se dava graças ao clima tropical, mas sim à transplantação e ao poder de aclimatabilidade dos seres vivos, não sendo necessariamente um fenômeno típico de dos trópicos<sup>253</sup>. Era mais uma vez o Brasil se analisando a partir de parâmetros próprios, e em um esforço científico e patriótico, se colocando de maneira contrária às afirmativas europeias.

Cada vez mais esse brasileiro do IHGB tinha a noção de que vivia em um país que por mais civilizado que fosse – afinal, vivia sob o governo das tradicionais monarquias Bourbon e Bragança, enquanto seus vizinhos eram dominados por indesejadas repúblicas<sup>254</sup> - e que se modernizava constantemente aos moldes do progresso europeu, ele estaria sempre exposto aos rigores de um sol demais ardente, a um regime de chuvas constante, a animais peçonhentos que invadiam suas casas, a mosquitos que nunca lhe deixariam em paz, a brejos que nunca secavam, e que espalhavam suas pestes à população, tudo isso mesclado a uma fauna e flora exuberantes,

---

<sup>251</sup> Não nos alongaremos sobre esse assunto nesse momento, porque ele ganhará especial destaque no capítulo seguinte.

<sup>252</sup> CERQUEIRA e SILVA, Ignácio Accioli. *Op. Cit.* p.193.

<sup>253</sup> Como nos diz o autor: “o clima e a natureza do ar e do solo que se oppoem ao sucesso da sua transplantação”, assim, “á semelhança das plantas das plantas da America transportadas para a Europa, o gado da Europa tem continuamente degenerado na America”. Idem, *Ibidem*.

<sup>254</sup> SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O Sol do Brasil: Nicolas-Antoine Taunay e as desventuras dos artistas franceses na corte de D. João*. *Op. Cit.* p. 13.

espalhadas por terrenos férteis, lotados de riquezas visíveis ou escondidas no seu subsolo. Definitivamente, uma vida nos trópicos era algo em tudo singular.

No entanto, apesar de todo esse ufanismo nas letras que destacam as maravilhas tropicais brasileiras, de todas as demonstrações que colocavam o Brasil em pé de igualdade em debates que acusavam nosso clima de nos trazerem mais reveses que virtudes, havia ainda outras questões envolvidas. Por trás dessa suposta Europa antagônica, detratora, que se localizava do lado oposto numa disputa que tinha como grande prêmio a identidade nacional, encontramos demonstrações de profundo respeito perante o Velho Continente, e que, apesar das alegações a respeito das positivities dos trópicos, era lá o lugar do progresso e da civilização, e era nele que deveríamos nos espelhar.

Mas como foi dito aqui, o processo de construção da identidade nacional não se baseou na oposição à antiga metrópole, mas sim, os membros do IHGB enxergavam a nova nação brasileira como uma continuadora da missão civilizatória iniciada pelos portugueses séculos antes. Além disso, a influência francesa se fazia presente no pensamento dos membros do instituto, o que conferiu a busca por um modelo branco e europeu de civilização, o que justifica as inúmeras demonstrações de apreço pelos europeus e seus povos, no decorrer da revista, e deixa implícita uma vontade de serem próximos aos então antagônicos modelos para nossa nação.

Primeiro, percebemos uma intensa vontade de ser lido e entendido na Europa<sup>255</sup>, por isso encontramos trechos que fazem alusões claras à Europa, mesmo em descrições de elementos da natureza brasílica que nada tinham em comum a ela:

“Cento e oitenta leguas distantes da cidade de Salvador,  
capital da província da Bahia, para a parte sudoeste, ficam situadas

---

<sup>255</sup> Lembremos, o IHGB mantinha um intenso intercâmbio com instituições congêneres na Europa e América do Norte.

as montanhas de Nhumaramã e Cassucã, tão elevadas ás esferas pela sua altura, tão inacessiveis ao trato pela sua aspereza, que seus cumes são perpetuamente inundados de neve; e tudo o mais parece destinado só para a habitação de feras”<sup>256</sup>.

Ou ainda:

“Penetrando por esse pittoresco plató, percorrendo um solo sempre elevado, coberto de vegetação cerrada e vigorosa, cortado por correntes de água perenne, deparando um clima em toda parte fresco e amenissimo; o viajante sente-se transportado ás regiões mais risonhas da zona temperada; e mal poderia convencer-se de que o rodeam os ardores do equador”<sup>257</sup>.

Esse apreço dos brasileiros pelo continente Europeu, até agora aparente só nas entrelinhas do discurso apresenta exemplo bastante diretos, que deixam bem claro a vontade do Brasil – aqui representada pelos membros do IHGB – de partilhar do modelo europeu de civilização. A presença do europeu era requisitada e bem vinda:

“[Após a Independência do Brasil] o commercio crescia com a população que se disseminando pelo vasto continente, hia penetrando as virgens florestas, afugentava os gentios, fazia correr para longe as feras, derrubava os vetustos madeiros para dar caminho ao genio civilizador, substituia por povoações regulares, as mesquinhas aldeias, ou ranchos de primitivos habitantes, e o homem civilizado da Europa ia levar a industria e a cultura ao seio dos desertos americanos, até então fechados pelas

---

<sup>256</sup> MASCARENHAS, Joseph Freyre de Monterroyo. *Op. Cit.* p. 497.

<sup>257</sup> MELLO, Francisco Ignácio Marcondes Homem de. “Excursões pelo Ceará, S. Pedro do Sul, e S. Paulo”. In. *Revista Trimensal do Instituto Historico, Geographico e Ethnographico do Brasil*. Tomo XXXV. Rio de Janeiro: B.L.Garnier-Livreiro-editor, 1872. p. 81.

cadeias coloniais á luz da civilização. A fertilidade e riqueza destas terras povoaram rapidamente os sertões que gradualmente se descobriram, nos quaes novas propriedades se estabeleceram<sup>258</sup>.

A partir do trecho acima, percebemos que a natureza brasileira se mostrava benigna, detentora de fertilidade e riqueza, capaz de sustentar propriedades. No entanto, se o Brasil quisesse realmente partilhar da cultura ocidental, e assim integrar-se ao rol das consideradas grandes nações, como almejava o IHGB, uma natureza esplêndida não era suficiente para isso. O mundo civilizado era visto e pensando como o contraponto do mundo natural, e nesse aspecto o Brasil, considerando sua natureza e suas gentes – muitas das quais “perdidas”<sup>259</sup> em meio a ela – encontrava-se perigosamente afastado da civilização<sup>260</sup>.

E como levar esse projeto adiante sem a presença dos Europeus? Lembremos que os indígenas e negros era acusados de uma série de deficiências, desde tempos remotos, e que com o advento das teorias raciais, no século XIX, eles, aos olhos dos membros do IHGB, não se apresentavam como as pessoas mais indicadas para tocar um processo civilizatório. Os europeus, então, tornavam-se fundamentais. E por isso, eram, apesar das rixas com o velho continente que comentamos, eram esses povos muito bem quistos dentro das publicações do IHGB, e isso ficará

---

<sup>258</sup> FIGUEIREDO, Carlos Honorio de. “Memoria sobre a fundação das faculdades de direito no Brasil”. In: *Revista Trimensal do Instituto Historico, Geographico e Ethnographico do Brasil*. Tomo XXII. Rio de Janeiro: Typ. Imparcial de J.M.N. Garcia, 1859. pp. 508-509.

<sup>259</sup> Sobre esse tema, conferir: BARBATO, Luis Fernando Tosta. “Os Perigos do Paraíso: a visão trágica da natureza brasileira no século XIX”. In: *Anais do V Encontro de História da Arte – Unicamp*. Campinas/SP, 2009.

<sup>260</sup> NAXARA, Márcia Regina Capelari. *Sobre o campo e a cidade: olhar, sensibilidade e imaginário: em busca de um sentido explicativo para o Brasil no século XIX*. Op. Cit. p. 77; Nesse aspecto, podemos notar ainda que, segundo Vera Chacham, mesmo nas cidades, havia uma concepção “natural” do estrangeiro sobre a sociedade brasileira, evidenciando essa distancia existe entre o Brasil e a “civilização”. Não a natureza enquanto tal, mas uma natureza na forma humana, representada pelo exotismo e pela permanência de costumes arcaicos como a escravidão, que dominam a cena urbana. Segundo a autora, a convivência desse quadro urbano e “natural”, com imagens de um movimento histórico superficial, que apenas imita as aparências da civilização, além de uma memória mais “residual” que voluntária, produz essa visão naturalizada da cidade e de seus homens. Mesmo nas cidades brasileiras, “a história seria feita quase à sua revelia”. Cf. CHACHAM, Vera. “Passado e natureza nas narrativas de viagem ao Brasil e ao Oriente (século XIX)”. In: *Em Tese*. V. 7, Belo Horizonte, 2003. p. 98.

evidente quando trabalharmos de maneira mais específica a relação entre o homem e o clima tropical no Brasil do período.

Nesse sentido se o Europeu era o homem do progresso, muito disso se explicava devido ao clima em que se desenvolvera. Se homem europeu representava o progresso, o clima temperado da Europa também o representava, e nesse ponto, percebemos uma espécie de ressentimento, bem mais velado, visto o número de artigos que tocam nesse ponto, em relação aos que exaltam as belezas tropicais, de o Brasil estar localizado na faixa do globo que engloba as áreas que vão do trópico de Câncer ao trópico de Capricórnio.

Apesar dos magníficos quadros naturais, capazes de encher os olhos de seus expectadores, ofertados pela natureza tropical brasileira e que produziam sentimentos orgulhosos aos nacionais, a verdade é que ainda notamos um certo temor em relação aos efeitos dos trópicos sobre aspectos importantes dentro de uma civilização de bases europeias.

Exemplo disso é uma pretensa dificuldade de produzir conhecimento no calor das zonas tropicais. Raymundo José da Cunha Mattos, por exemplo, ao discorrer sobre a dificuldade de escrever corografias e histórias das nações, afirma que se nos “paizes cultos” tal tarefa já se apresentava como algo bastante dificultoso, mesmo àqueles homens sábios não faltando meios de se instruírem e de “se conservarem”, tal tarefa era deveras pior no interior do Brasil<sup>261</sup>, porque, além da carência de livros, mapas e “informações exactas”, o escritor patriota deveria travar uma batalha contra o clima que o ameaçava<sup>262</sup>.

---

<sup>261</sup> Cunha Mattos se refere à província de Goiás, na primeira metade do século XIX.

<sup>262</sup> MATTOS, Raymundo José da Cunha. “Chorographia Historica da Provincia de Goyaz”. In. *Revista Trimensal do Instituto Historico, Geographico e Ethnographico do Brasil*. Tomo XXXVII. Rio de Janeiro: B.L.Garnier-Livreiro-editor, 1874. p. 214.

Esse texto de Cunha Mattos nos serve de ótima referência para mostrarmos os diversos temores que assombravam aqueles homens *patriotas*<sup>263</sup>, desejosos em escrever uma história para a nação brasileira, empenhados no projeto de uma identidade nacional para o país.

Percebemos que para Cunha Mattos, que escreveu na primeira metade do século XIX, as ameaças que o clima tropical proporcionava ao Brasil eram muitas, e abrangiam aspectos físicos e psicológicos, o que ressalta que, apesar da exaltação tropical, presente no IHGB, uma civilização nos trópicos haveria de ter muitos problemas a serem resolvidos<sup>264</sup>.

Doenças, indolência, calor, umidade... Tudo isso se apresentava como problemas palpáveis a qualquer homem interessado nos futuros da nação, e contornar esses problemas se tornariam uma tarefa bastante árdua, como veremos nos capítulos a seguir.

Enquanto o brasileiro vivia sob um clima presumidamente benévolo, com fartura de caça, de pesca, de madeiras de qualidade, terras férteis a perder de vista, e com temperaturas que, na maior parte de seu território, eram muito complacentes, o Europeu vivia em uma terra cansada que pouco lhe dava sem seu trabalho:

“Na Europa perde-se o desejo do consorcio pela dificuldade de subsistência, no Brasil, havendo favoráveis meios de subsistir, o individuo entrega-se à ociosidade. (...) No Brasil, nenhum indivíduo morrerá de fome, querendo dar-se a um pequeno trabalho: os rios abundam em peixes; as florestas em caças de inumeraveis espécies; as praias em mariscos saborosos de tamanhos variados”<sup>265</sup>.

---

<sup>263</sup> Palavra do próprio Cunha Mattos. Idem, *Ibidem*.

<sup>264</sup> Idem, pp. 214-394.

<sup>265</sup> REBELLO, Henrique Jorge. “Memoria e consideração sobre a população do Brasil”. In. *Revista Trimensal do Instituto Historico, Geographico e Ethnographico do Brasil*. Tomo XXX. Rio de Janeiro: B.L.Garnier-Livreiro-editor, 1867. pp. 11-12.

E essa tal imagem, do sofrimento a que os europeus estavam sujeitos, comparativamente aos brasileiros, parecia se confirmar aos olhos desses homens ao lerem relatos como o seguinte, que mostra o sofrimento de homens despreparados perante a inclemência do frio, no inverno paranaense:

“Aquelles pobres habitantes das selvas andam nus, apenas envoltos com alguns pedaços de panno immundo, a que chamam curú. O dia estava bastante frio e chuvoso, elles tremiam com o frio em tinham fome”<sup>266</sup>.

Desta maneira, percebemos que, apesar das aclamadas vantagens de uma vida nos trópicos, o clima ainda era objeto de muitos receios dentro do pensamento social da época, e que os temores sobre os efeitos do clima tropical sobre a população era um fardo pesado demais, para quem estava preocupado com a nação, como notaremos no decorrer do trabalho. Por isso, lugares com climas frios, mais próximos dos climas do velho continente, comuns no sul do país e em área montanhosas, eram vistos com bons olhos dentro do IHGB.

Apesar de não partilharem em sua totalidade do clima tropical presente na maior parte do Brasil, regiões mais austrais do país ou localizadas em lugares de altitude mais elevada, e por isso, marcadamente mais frios que a maior parte das regiões do país, eram motivo de muitos elogios e aclamações dentro das publicações do IHGB, deixando nítido o projeto de unificar o Brasil através da sua natureza, e a pujança e riqueza da natureza tropical era estendida às áreas subtropicais brasileiras<sup>267</sup>.

---

<sup>266</sup> NASCIMENTO, José Francisco Thomaz do. “Viagem feita por José Francisco Thomaz do Nascimento pelos desconhecidos sertões de Guarapuava, Provincia do Paraná e relações que teve com os índios coroados mais bravios daquelles lugares”. In. *Revista Trimensal do Instituto Historico, Geographico e Ethnographico do Brazil*. Tomo XLIX. Rio de Janeiro: Typographia, Litographia e Encadernação a vapor de Laemmert & C., 1886. p.270.

<sup>267</sup> Nesse sentido, de integrar as regiões brasileiras em torno de uma natureza comum, é interessante os dizeres de Homem de Mello, ao aproximar províncias tão distantes geograficamente, como é o caso do Ceará e do Rio Grande do Sul, através de seus climas, trazendo o clima gaúcho, notório pelas suas baixas temperaturas como mais ameno, e

O Rio Grande do Sul, por exemplo, é um lugar no qual as benesses dos trópicos já não podem ser desfrutadas durante todo o ano, como acontecia na maior parte das regiões do Brasil. Frio intenso e ocorrência de neve nessa então província brasileira surgem em relatos do IHGB<sup>268</sup>.

No entanto, mesmo o Rio Grande do Sul não partilhando dessa característica nacional, que é o clima tropical, ele não deixa de ser reverenciado dentro do contexto nacional, devido a sua natureza, que, graças ao seu clima, permite o cultivo de gêneros da Europa, típicos de climas mais frios<sup>269</sup>. Isso sem que, no entanto, ele não seja útil para o cultivo de gêneros tropicais, como “as laranjeiras, as bananeiras, as cannas de assucar” que “mesmo nos nossos limites do sul crescem com mais ou menos prosperidade”<sup>270</sup>, além das araucárias e “em geral todas as arvores dos paizes frios”<sup>271</sup>.

---

o cearense – mesmo que de uma região montanhosa – notório pelo calor, com intervalos frios, buscando assim um clima médio, suportável a todos os brasileiros: “Estamos viajando no coração do inverno; e é este dos mais rigorosos, que tem havido na província. Eu que nasci e tenho vivido em climas muito diversos, e que ainda recentemente passara quasi dois annos no Norte, embora tenha estranhado o frio, comtudo supporto perfeitamente a temperatura, e tenho feito a viagem sem incommo. Está verificado, que o clima do Rio Grande do Sul não é intoleravel para os filhos de outras províncias, e deve desvanecer os receios, que se levantam por tal motivo”; Sobre sua viagem ao Ceará: “As noites [no povoado da serra], com ser tão dentro da zona torrida, são frigidissimas em todo o anno, e no inverno com tanto rigor, que igualam os grandes frios do Norte, e só se podem passar com a fogueira sempre ao lado”. Cf. MELLO, Francisco Ignácio Marcondes Homem de. “Excursões pelo Ceará, S. Pedro do Sul, e S. Paulo”. *Op. Cit.* pp. 81-112.

<sup>268</sup> Exemplos podem ser encontrados no seguinte relato: “O tempo era o maior rigor do inverno, que teve principio no mez de junho, com insupportaveis neves, e frios, sendo tão continuadas as chuvas, que puzeram intratáveis os caminhos, desde o Rio Grande, até aquella paragem de Castilhos (...)”. Cf. CUNHA, Jacinto Rodrigues da. “Diário da Expedição de Gomes Freire de Andrada ás missões do Uruguay”. In. *Revista Trimensal do Instituto Historico e Geographico do Brazil*. Tomo XVI. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1894 (1853). p. 146.

<sup>269</sup> O que se evidencia no trecho a seguir: “O terreno é muito fértil; não só produz quase todas as fructas da Europa, supposto que mais inferiores em qualidade, mas toda a casta de grãos, a bellissima hortaliça(...)”; ou ainda “Não sei se algumas plantas d’Azia produzirão aqui, porque não tenho noticias que haja algumas, mas é muito provável produzam aqui as mesmas coisas que dão na Europa, visto ser o clima quasi igual”. Cf. Sem Autor. “Almanak da Villa de Porto-Alegre com reflexo sobre o Estado da Capitania do Rio-Grande do Sul”. In. *Revista Trimensal do Instituto Historico, Geographico e Ethnographico do Brasil*. Tomo XXX. Rio de Janeiro: B.L.Garnier-Livreiro-editor, 1867. pp.55-57.

<sup>270</sup> OLIVEIRA, Antonio Rodrigues Velloso de. “A Igreja no Brasil ou informação para servir de base á divisão dos bispados, projectada no anno de 1819, com a estatística da população do Brasil, considerada em todas as suas differentes classes, na conformidade dos mappas das respectivas províncias, e numero de habitantes”. In. *Revista Trimensal do Instituto Historico, Geographico e Ethnographico do Brasil*. Tomo XXIX. Rio de Janeiro: B.L.Garnier-Livreiro-editor, 1866. p.177.

<sup>271</sup> Referência à localidade de Ilha dos Marinheiros, no Rio Grande do Sul. Cf. MELLO, Francisco Ignácio Marcondes Homem de. “Excursões pelo Ceará, S. Pedro do Sul, e S. Paulo”. *Op. Cit.* p. 154.

Outras regiões de clima frio, como é o caso do montanhoso sul de Minas, também aparecem como motivo de orgulho dentro do IHGB, evidenciando um processo de inclusão, do qual as regiões que não partilhavam de uma natureza típica de clima tropical, foco da maior parte das exaltações, também compartilhavam do orgulho de pertencer a um paraíso tropical, mesmo não possuindo um clima característico dele:

“o sul de Minas é o mais rico painel, que a natureza prodigalizou ao paiz dos trópicos. (...) A natureza fisica do sul de Minas apresenta um quadro d’essa Suissa osculando a orla dos gelados Alpes, reclinada ás cristalinas águas do Rheno. É impossível, que esse clima da Itália, esses montes, e campos que tanto alegrão a vista na amplidão e matizes do horizonte, não fale ao coração humano”<sup>272</sup>.

Nessas passagens, fica bastante evidente o apreço pela Europa, pois suas belezas naturais são exaltadas, e comparadas às brasileiras<sup>273</sup>, em mais um exercício de alteridade. Esses lugares de clima frio apresentam-se como ilhas da esperança, nas quais uma cultura mais próxima da europeia pode florescer com mais vigor. Neles há a possibilidade de se cultivar gêneros

---

<sup>272</sup> SILVA, Jozé Franklin da. “Panorama do Sul de Minas”. *Revista Trimensal do Instituto Historico, Geographico e Ethnographico do Brasil*. Tomo XLV. Rio de Janeiro: Typographia Universal de H.Laemmert & C., 1882. pp. 405-406.

<sup>273</sup> Tantos elogios aos climas europeus, chegaram a ofender membros do IHGB, Augusto Fausto Souza, por exemplo nos traz que “muitos de nossos patrícios há que, ao regressar de dispendiosa viagem, narram entusiasmados as bellas paizagens, que admiraram nas montanhas da Suissa, nas praias do Mediterraneo ou nas margens do Rheno, inscientes de que em sua mesma patria, bem perto de sua habitação, existe um magico panorama, que analysado, reune, excedendo, todas aquellas bellezas, que elles, com sacrificio foram procurar em terras estranhas (...). Tal indiferença é indesculpavel; e além de revelar atrazo, falta de gosto e insensibilidade pelos formos quadros e opulências da natureza, constitue um crime de leso-patriotismo”. Cf. SOUZA, Augusto Fausto de. “A Bahia do Rio de Janeiro: sua historia e descripção de suas riquezas”. In. *Revista Trimensal do Instituto Historico, Geographico e Ethnographico do Brasil*. Tomo XLIV. Rio de Janeiro: Typographia Universal de H. Laemmert & C., 1881. pp. 7-8.

europeus<sup>274</sup>, há terras menos expostas às doenças causadas pelos temidos miasmas da época, e os homens estão menos propensos aos efeitos do clima tropical, como veremos. Ou seja, são áreas com características mais europeias, valorizadas na época, e nem por isso menos belas.

Como certa vez nos disse Nicolas Taunay sobre o Brasil, a paisagem brasileira bem podia lembrar as luzes da Itália e as matas que ele percorria na sua infância na vizinha Paris. Taunay, que já se fartara da luminosidade italiana, parecia agora interessado em encontrar o idílio nesse lugar que seria seu paraíso tropical. O sol e a luminosidade do Brasil só eram comparáveis à claridade romana, como nos mostrou Schwarcz<sup>275</sup>.

Segundo Schwarcz, no conjunto de obras de Taunay, vários elementos aparecem de maneira repetida, como é o caso da natureza tranquila do Brasil (representada por um clima ameno, águas doces e um sol sempre a nos iluminar), nos seus animais, nas suas árvores ou nas figuras, que podiam aproveitar do bom clima para ficar ao ar livre, insinuando assim uma Arcádia nos trópicos. Assim, podemos perceber a possibilidade de uma nova civilização<sup>276</sup>.

Nesse sentido, uma série de aproximações entre o clima do Brasil, país este perigosamente afastado da civilização graças às suas diferenças naturais – refletida em suas gentes – aparecem nas publicações do IHGB. A Europa era a medida, e aproximar-se dela era um fio de esperança para aqueles construtores da nação. Que, apesar das exaltações de um Brasil tropical, diferente em sua essência, pareciam não estar muito seguros de sua viabilidade.

---

<sup>274</sup> É interessante que há diversas regiões aclamadas como “análogas” às europeias, e aptas a cultivar seus gêneros característicos, dentro das revistas do IHGB, algumas localizadas em regiões notórias pela sua tropicalidade, como é o caso do Maranhão ou do Ceará; sobre o Maranhão: “assim mesmo os trigos, as cevadas e todos os mais grãos e frutos da Europa vegetariam aqui se os plantassem, muito abundantes e em pró da capitania, porque certamente não tem bocado mais analogo, nem assim tão interessante”. Cf. RIBEIRO, Francisco de Paula. *Op. Cit.* p. 48; sobre o Ceará: “O seu platô [ da Serra do Baturité] oferece sem interrupção uma área de 105 kilometros de comprimento e 46 de largura, apropriada aos diferentes generos de cultura das zonas temperadas”. Cf. MELLO, Francisco Ignácio Marcondes Homem de. “Excursões pelo Ceará, S. Pedro do Sul, e S. Paulo”. *Op. Cit.* pp. 82-83.

<sup>275</sup> SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O Sol do Brasil: Nicolas-Antoine Taunay e as desventuras dos artistas franceses na corte de D. João.* *Op. Cit.* p. 243.

<sup>276</sup> Idem, pp. 243-254.

Assim, não são só comparações que trazem a Europa ao Brasil, e que aqui relatam áreas de climas comparáveis aos do progresso, frios por excelência, e nos quais gêneros e povos europeus vingavam, que encontramos nas publicações do instituto. Encontramos também mostras de que a Europa – e também as outras admiradas regiões do norte – também apresentavam climas correlatos aos do Brasil, desta vez, quentes por excelência, capazes de produzir gêneros tropicais, e nem por isso distantes do progresso.

O Visconde de Abrantes, em seu artigo de 1851, discorre sobre a cultura e comércio das plantas do gênero *Indigofera*, planta da qual é produzida o anil, e que, a partir do seu relato, dá a entender que é uma planta oriunda e característica da zona tórrida, vegetando “em qualquer paragem, situada entre os tropicos, seja da Azia e África, ou da America e Oceania”, tanto que essas plantas eram conhecidas como “filhas do sol”<sup>277</sup>.

No entanto, essas “filhas do sol” prosperam em regiões de latitudes relativamente avançadas da zona temperada<sup>278</sup>, como notamos no trecho abaixo:

“Todavia observarei por fim, que sem embargo da sua origem tropical a *indigofera* não deixa de medrar em paragens menos frias da zona temperada. Sabe-se, que na Carolina do Sul, situada entre 32°, e 35° lat. N., cultiva-se o anil com vantagem. (...) Além d’isso,

---

<sup>277</sup> ABRANTES, Visconde de. “Programma: Qual a origem da cultura e commercio do anil entre nós e quaes as causas do seu progresso e da sua decadência”. In. *Revista do Instituto Historico e Geographico do Brazil*. Tomo XV. Rio de Janeiro: (ver editor), 1888 (1852). p.44.

<sup>278</sup> Não que esses europeus relatados abaixo, provenientes das áreas do sul da Europa, fossem os mais admirados no Brasil da época, isso porque, segundo De Decca, buscava o país distinguir-se de sua referência paterna, representada pelos portugueses, e que se dispunha a buscar suas novas referências numa outra Europa, marcada pelo signo da modernidade, representada por Paris. Cf. DECCA, Edgar Salvadori de. “Tal pai, qual filho? Narrativas histórico-literárias da identidade nacional”. *Op. Cit.* p.92. Como veremos mais a frente, há muitas críticas e muito ressentimento em relação aos “país portugueses”, que, apesar de trazerem as luzes da civilização europeia para o Brasil, também deixaram como legado muito de seus problemas, que marcavam sua sociedade “atrasada” dentro da Europa.

tempo houve, que em Malta, na Toscana, no Sul da França, e no da Hespanha, a cultura da indigofera andou em voga”<sup>279</sup>.

Assim, podemos concluir que, dentro da vontade de se construir uma identidade brasileira, processo marcado por uma exaustiva fala de si mesmo, na qual era ressaltado tudo o que era exótico, tendo sua natureza como elemento principal<sup>280</sup>. Experiência essa calcada em um desejo ambíguo, de se diferenciar de sua mãe Europa, e ao mesmo tempo de não se afastar. A Europa era ao mesmo tempo o contraponto e a medida, e é justamente essa dualidade que encontramos em toda a análise das revistas do IHGB, como notaremos muito breve.

Mas de forma geral, notamos que apesar dessa relação de amor e ódio com a Europa, marcada por detrações e elogios de ambas as partes – mesmo sendo as críticas daqui para lá desproporcionais em relação às de lá para cá – consolidou-se uma suposta identidade tropical para o Brasil, em construção desde que o primeiro português aqui pisou. Mas agora, não eram mais estrangeiros que diziam que nós, brasileiros, éramos um povo forjado sob um sol escaldante nos trópicos, mas sim éramos nós mesmos, brasileiros, que assumíamos essa nossa condição, que, pelo o que encontramos nos artigos do IHGB, se amalgamara em nossas almas:

“Não haverá um só brasileiro, verdadeiramente amigo de seu paiz, que desejasse ver quebrado este *magnifico vaso de porcelana* (...); que não agradeça á Providencia Divina de ter-nos conservado essa integridade, base fundamental da nossa futura grandeza. Holandezes no norte, portugueses no centro, francezes no sul seriamos fracos e desunidos; fallariamos tres linguas, teriamos talvez duas religiões: e o gigante dos trópicos, que quiçá deterá um dia no isthmo do Panamá a

---

<sup>279</sup> ABRANTES, Visconde de. *Op.Cit.* pp.44-46.

<sup>280</sup> DECCA, Edgar Salvadori de. “Tal pai, qual filho? Narrativas histórico-literárias da identidade nacional”. *Op. Cit.* p.92.

marcha invasora do audaz anglo-saxonio, fazendo recuar a aguia do Mississippi, seria olhado com desprezo, e nem se quer escutado nos conselhos da America”<sup>281</sup>.

Ou ainda:

“No dia em que a sciencia demonstrou que o Brasil tinha por cima de sua cabeça o sol dos equinocios, a seus pés um oceano, nos seus braços rios gigantescos, no seu dorso alcantiladas cordilheiras, e no seu regaço inesgotaveis thesouros de riqueza mineral e vegetal, proclamou ao mesmo tempo que a civilização pacifica que desde o começo dos seculos caminha do oriente para o ocidente encontrara o emporio das letras e das artes. Desde a cascata que nos inspira até os raios do sol que nos incendia, desde o aceno que nos extasia até a floresta que segreda comnosco, tudo, tudo no Brasil convida á poesia, é pintura, á musica, á sciencia, a todos os festins da intelligencia”<sup>282</sup>.

Um “gigante tropical” era aclamado, sonhar com um país americano cunhado sob o sol, capaz de rivalizar contra a grande potencia das Américas, formada sobre as intempéries da zona temperada era um sonho palpável, pelo menos por parte daqueles construtores da nossa nação, que viam no sol ardente e natureza majestosa do Brasil um convite às artes e ciências, ou seja, um convite ao tão desejado progresso. A negação dos trópicos não aconteceu, gostassem ou não, o

---

<sup>281</sup> PINHEIRO, J.C. Fernandes. “A França Antarctica. Bosquejo historico do estabelecimento dos francezes no Rio de Janeiro e sua expulsão no seculo XVI e das suas novas invasões no XVIII”. In. *Revista Trimensal di Instituto Historico, Geographico e Ethnographico do Brasil*. Tomo XXII. Rio de Janeiro: Typ. Imparcial de J.M.N.Garcia, 1859. p.112.

<sup>282</sup> FILGUEIRAS, Caetano Alves de Sousa. “Sessão Magna Anniversaria do Instituto Historico e Geographico do Brasil no dia 15 de Dezembro de 1860 – Relatorio do Segundo Secretário”. In. *Revista Trimensal do Instituto Historico, Geographico e Ethonographico do Brasil*. Tomo XXIII. Rio de Janeiro: Typ. de Domingos Luiz dos Santos, 1860. p.661.

Brasil era um país tropical, não havia como negar “o sol que nos mostrou a toda luz aos olhos do velho mundo”<sup>283</sup>.

No entanto, trouxemos aqui uma imagem que, apesar das demonstrações de apreço pelo clima europeu, eram imagens alegres, imagens positivas, de regiões recordadas por sua beleza, de trópicos que devem trazer orgulho, e não temor. Em um exercício de patriotismo daqueles historiadores engajados em um projeto, a imagem de um Brasil sempre iluminado pelo sol, parece se sobrepujar à imagem de um Brasil sempre ofuscado pelo sol. Era o reconhecimento, a aposta um tanto arriscada, em um Brasil assumidamente tropical, pronto para encarar essa condição em um mundo marcado pelo eurocentrismo. Mas será que esse não seria um fardo pesado demais? É isso que começaremos a analisar daqui pra frente.

---

<sup>283</sup> PINHEIRO, J.C. Fernandes. Relatório do 1º secretário interino Cônego Dr. J.C.Fernandes Pinheiro – Sessão Magna Aniversaria do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil. No dia 15 de Dezembro de 1859”. In. *Revista Trimensal di Instituto Historico, Geographico e Ethnographico do Brasil*. Tomo XXII. Rio de Janeiro: Typ. Imparcial de J.M.N.Garcia, 1859. p.738.

### 3. Os Tristes Trópicos

#### 1. O Antiparaíso

Os trópicos brasileiros – e não só eles – nunca foram uma unanimidade, e isso fica evidente nos relatos de viajantes que trazem um Brasil marcado por ser, ao mesmo tempo, o país da flora exuberante e da fauna rica e variada, mas também, um lugar de mistérios, caracterizado por gentes de hábitos estranhos<sup>284</sup>.

Segundo Leyla Perrone-Moisés, se a impressão causada nos primeiros viajantes que aqui aportaram foram as melhores possíveis, relacionando aqui ao desejado Paraíso Terreal, tal boa impressão não resistiu a um olhar mais atento, que observava as práticas das gentes da terra, em especial a prática da antropofagia<sup>285</sup>. O que, segundo a autora, cria as devidas compensações e contraposições ao maravilhoso, encarnando nesses nativos o real e o assustador<sup>286</sup>.

Assim, desde os primórdios da colonização brasileira, podemos ver movimentos de elevação da natureza tropical brasileira, enquanto o retrato das “gentes locais” era um tanto diverso. Assim, como nos mostra Schwarcz:

“por mais que as imagens negativas não tivessem o mesmo impacto das visões edênicas, o certo é que fantasias sobre os nativos se aproximaram de um anti-paraíso, ou até do inferno. Essa humanidade – que praticava o

---

<sup>284</sup> Como nos mostra Schwarcz, até a chegada da corte portuguesa em 1808, a entrada de estrangeiros era basicamente proibida – o que não significa que eles aqui não tenham visitado – e graças a isso, o Brasil era, comparativamente à América Espanhola, descrita fartamente por Humboldt, um ilustre desconhecido, o que tornava o nosso país o mais “exótico” do continente, o que fazia proliferar relatos fabulosos, que descreviam estas terras como regiões maravilhosas, detentoras de uma eterna primavera, mas ao mesmo tempo, uma terra inóspita, habitada por monstros disformes. Cf. SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O Sol do Brasil: Nicolas-Antoine Taunay e as desventuras dos artistas franceses na corte de D.João*. Op. Cit. pp. 13-23.

<sup>285</sup> Segundo Perrone-Moisés, apesar de os primeiros franceses que aqui estiveram terem visto “índios que comiam churrasquinho de europeu”, o resultado final foi uma boa lembrança levada à Europa, pois, acreditavam poder estar no Novo Mundo a salvação do Velho, e que ali havia uma natureza inesgotável, além de um modelo de homem mais livre e mais feliz. Pensamento que repercutiria profundamente na França, transformando conceitos éticos, políticos, pedagógicos e higiênicos, que podem ser encontrados nas obras de nomes como Montaigne, Ronsard, Rabelais, Rousseau e Voltaire. Cf. PERRONE-MOISÉS, Leyla. Op. Cit. pp. 90-92.

<sup>286</sup> Idem. p. 90.

canibalismo e a feitiçaria, além de agir com lascívia – poderia ser condenada”<sup>287</sup>.

Relatos de viajantes, escritos de pensadores respeitados – como vimos anteriormente –, uma ciência das raças nascente... Tudo isso fervilhava nas cabeças de nossos intelectuais dispostos a fundar uma história e identidade nacional próprias para o Brasil, no entanto “submissos e dependentes das teorias importadas da Europa”, e que, por isso mesmo, “se dilaceravam na dicotomia de, ao mesmo tempo, terem de atender às imposições que condenavam o Brasil a um triste destino, e contribuírem para que essa profecia altamente negativa não se realizasse”<sup>288</sup>.

## 2. *Os portugueses e os trópicos: um mal de origem*

Portugueses: europeus divididos entre o frio da Europa e os calores da África. Frutos de uma Europa de ligação, uma “ponte”, como nos trouxe Gilberto Freyre, entre a Europa do progresso e a África do atraso<sup>289</sup>. Povo de tez escurecida pelo contato com os mouros<sup>290</sup>, e com os negros africanos. Aventureiros preocupados somente em usufruir da terra e amantes do ganho fácil<sup>291</sup>. Preguiçosos e dados aos prazeres da carne<sup>292</sup>.

Esses europeus, já relativamente “tropicalizados” pelo ar quente e “oleoso”<sup>293</sup> que soprava da África em direção à Portugal, não poderiam deixar de causar problemas em terras de

---

<sup>287</sup> Lilia Moritz. *O Sol do Brasil: Nicolas-Antoine Taunay e as desventuras dos artistas franceses na corte de D.João*. Op. Cit. p.24.

<sup>288</sup> Odália nos traz esses pensadores como uma linhagem, que teve início em trabalhos de Varnhagen e Capistrano de Abreu (membros do IHGB) e que chegaria até o início do século XX, com Silvio Romero, Oliveira Viana, entre outros. ODÁLIA, Nilo. “Oliveira Vianna: a teoria do Estado”. In. BASTOS, Elide Rugai & MORAES, João Quartim de. (orgs). *O pensamento de Oliveira Vianna*. Campinas,SP: Unicamp, 1993.

<sup>289</sup> MONTEIRO, Pedro Meira. *A queda do aventureiro: aventura, cordialidade e os novos tempos em Raízes do Brasil*. Campinas,SP: Editora da Unicamp, 1999. p. 91.

<sup>290</sup> Idem, *Ibidem*.

<sup>291</sup> HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1984. pp. 13-24.

<sup>292</sup> KEULLER, Adriana T.A. Martins. “Retrato do Brasil: uma análise da tristeza pradiana”. In. COSTA, Ricardo; PEREIRA, Valter Pires (orgs.). *História: Revista do Departamento de História da UFES*. Vitória: EDUFES, 2001. p.186.

<sup>293</sup> FREYRE, Gilberto. *Op. Cit.* p. 2.

vagabundos e vagabundas, como eram as nossas, isso segundo certos intérpretes do Brasil em finais do século XIX e início do século passado, e também segundo os homens de letras e ciências do IHGB.

Segundo Edgar de Decca, Sérgio Buarque de Holanda reconhece a presença de negros e indígenas, mas atribui toda a responsabilidade da formação brasileira à cultura portuguesa europeia, que se trasladou e se instalou em terras tropicais. Desta maneira, seria impossível apregoar uma suposta igualdade de condições e responsabilidades socioculturais entre brancos, índios e negros. Para Sérgio Buarque de Holanda, todas as formas de exclusão e violência, muito bem dissimuladas nos traços cordiais presentes no brasileiro de seu tempo, eram em razão da colonização portuguesa<sup>294</sup>.

Não que Sérgio Buarque de Holanda não dê glórias aos portugueses, ele os dá, pois, segundo ele, nenhum outro povo do Velho Mundo encontrou-se tão bem preparado para se aventurar na exploração regular e intensa de terras próximas à linha equinocial, onde os homens degeneravam, segundo o conceito quinhentista<sup>295</sup>. As próprias palavras do autor deixam evidentes essas glórias: “pioneiros da conquista do trópico para a civilização, tiveram os portugueses, nessa proeza, sua maior missão histórica”<sup>296</sup>.

No entanto, tal empreendimento de colonização não foi marcado por um procedimento metódico e racional, não se instaurou a partir de uma vontade construtora e enérgica, mas muito pelo contrário, foi feita sob o prisma do desleixo, e até com certo abandono.

Para referenciar esse aspecto da colonização portuguesa no Brasil, Buarque de Holanda nos trouxe a metáfora da dicotomia entre o *aventureiro* e o *trabalhador*. Sendo o primeiro marcado

---

<sup>294</sup> DECCA, Edgar Salvadori de. “Cidadão, mostre-me a identidade!”. *Op. Cit.* pp.11-12.

<sup>295</sup> Como frisamos no primeiro capítulo, as imagens dos malefícios da zona tórrida correm na Europa desde a Antiguidade, cabendo a Montesquieu apenas sua organização no século XVIII, período em que ganharam mais destaque.

<sup>296</sup> HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Op. Cit.* p.12

pelo ideal de “colher o fruto sem plantar a árvore”, enquanto o segundo “enxerga primeiro a dificuldade de vencer, não o triunfo a alcançar”<sup>297</sup>. Ávidos por lucros fáceis, tanto na agricultura como nas atividades comerciais, os portugueses, dentro da dicotomia de Holanda, aparecem como *aventureiros*.

Essa visão pouco alentadora dos lusitanos pode ser entendida nas críticas feitas ao modo que eles conduziam a agricultura nas suas terras coloniais brasileiras, segundo Buarque de Holanda, “de natureza tão perdulária quanto a mineração”<sup>298</sup>. O mesmo se dava na vida urbana, no qual, segundo o historiador, “reinava o mesmo amor ao ganho fácil e a infixidez que tanto caracterizaram, no Brasil, os trabalhos rurais”<sup>299</sup>.

Apesar de prestar louros a Portugal e sua gente, justamente por serem eles, mais uma vez, uma “ponte”, mas desta vez entre a civilização europeia e a barbárie indígena, representando a cabeça de ponte da difícil guerra pela civilização das terras brasileiras, esses ibéricos dados a aventuras e navegações não deixaram de receber críticas dentro das publicações do grêmio. Críticas nas quais se confirmam essa tônica de Portugal como um extrator, preocupado apenas com os lucros da empreitada, como fica evidente no trecho abaixo:

“As vastas e ricas possessões do Brasil durante mais de dois séculos não receberam de Portugal senão aquelles cuidados que exigia sua segurança, aquellas solitudes que eram, por assim dizer, verdadeiras medidade de precaução contra os eventos do futuro. Em tudo o mais revelava-se essa vexatoria cobiça de explorar thesouros ou recolher os

---

<sup>297</sup> Sérgio Buarque de Holanda nos deixa bem claro que ambos os personagens metafóricos participam, em maior ou menor grau, de múltiplas combinações, inexistindo assim em estado puro. Portanto, “nem o aventureiro, nem o trabalhador possuem existência real fora do mundo das ideias”. Idem, p. 14.

<sup>298</sup> Buarque de Holanda chega a citar uma frase de Damião de Góis sobre os habitantes da península hispânica, da qual fazia parte os portugueses, no qual admitia que o trabalho agrícola era menos atraente para seus compatriotas do que “as aventuras marítimas e as glórias da guerra e da conquista”. Idem, p. 19.

<sup>299</sup> Idem, pp.18-28.

productos das riquezas descobertas. E n'isto consistia quasi toda a sciencia do governo.

Cultivador, que não planta, vê afinal suas terras, embora feracissimas, reduzidas a urzes e carrascaes; herdeiro, que na ociosidade devora sua fortuna, em pouco tempo está exaurido. Portugal fez como o lavrador imprevidente, como o herdeiro prodigo e ocioso”<sup>300</sup>.

Portugal surge então como uma madrasta, e não como uma mãe (ou pai, nas palavras de Edgar de Decca)<sup>301</sup> do Brasil. Uma vez que, no lugar de cuidados e apoio à sua maior colônia, lhe enviou as “fezes” de sua civilização, que dentro do IHGB estão representados na figura dos degradados, principal crítica da política de colonização portuguesa, o que fica explícito no trecho abaixo, de autoria de Homem de Mello:

“Não é raro repetir-se , que a metropole tratou sempre como madrasta a sua grande colonia, e que na povoação do Brasil, Portugal escoou as fezes de sua civilisação”<sup>302</sup>.

O artigo de Homem de Mello nos serve como um bom exemplo da ambiguidade do elemento português dentro do IHGB, pois, ao mesmo tempo em que faz acusações a Portugal<sup>303</sup>, não nega os “extensos resultados” da empreitada colonial portuguesa, no caso, a unidade religiosa, língua, raça e costumes, dentro do território brasileiro<sup>304</sup>.

---

<sup>300</sup> ALENCASTRO, J.M. Pereira de. “Annaes da Província de Goyaz”. In. *Revista Trimensal do Instituto Historico, Geographico e Ethnographico do Brasil*. Tomo XXVII. Rio de Janeiro: Typ. de Domingos Luiz dos Santos, 1864. pp. 9-10.

<sup>301</sup> DECCA, Edgar Salvadori de. “Tal pai, qual filho? Narrativas histórico-literárias da identidade nacional”. *Op. Cit.*

<sup>302</sup> HOMEM DE MELLO, F. Marcondes. “Discussão Histórica – O que se deve pensar do Systema de Colonisação adoptado pelos portuguezes para povoar o Brasil?”. In. *Revista Trimensal do Instituto Historico, Geographico e Ethnographico do Brasil*. Tomo XXXIV. Rio de Janeiro: B.L.Garnier Livreiro-editor, 1871. p. 103.

<sup>303</sup> Podemos citar, além da referência negativa anterior, podemos citar a referência à Varnhagen – História Geral do Brasil – na qual atenua o papel dos degradados para explicar os males futuros da nação brasileira, alegando a perversão da nação portuguesa graças à cobiça vinda da riqueza da Índia, que estimulou o crime e fez declinar o espírito de cavalaria que florescera no século anterior. Mais uma vez a crítica à avidez por riquezas, por parte dos portugueses, apontada por Sérgio Buarque de Holanda, se faz presente na revista do IHGB. Idem, pp. 106-107.

<sup>304</sup> Idem, p. 103.

Esses já indolentes portugueses<sup>305</sup>, muitos colhidos em cadeias do Reino e enviados para o Brasil, se aliaram a outro temível agente para aqueles homens preocupados com os futuros da nação: o clima tropical. Tal união produziu o tipo mais temido e execrável de colono que o Brasil poderia desejar, o que se tornou objeto esse de certas constatações e apreensões, visíveis nas publicações do instituto. Um clima tropical minando as energias de um português, aventureiro por natureza, não poderia resultar em boa coisa<sup>306</sup>, como fica evidente no trecho de A. Saint-Hilaire, utilizado por Pereira de Alencastro, para corroborar a noção da imprevidência do homem português:

“<<Minas de ouro descobertas por alguns homens audaciosos e emprehedores, uma multidão de aventureiros precipitando-se sobre as riquezas exageradamente anunciadas, uma sociedade que se forma no meio de todos os crimes, que adquire habitos de ordem sob o rigor do despotismo militar, cujos costumes são adoçados pela influencia do clima e de uma molle ociosidade, alguns instantes de esplendor e de prodigalidade, ruínas, e uma triste decadência, tal é, em poucas palavras, a historia da provincia de Goyaz>>”<sup>307</sup>.

---

<sup>305</sup> Mais uma vez encontramos críticas às supostas fraquezas portuguesas: “lamenta o atrazo da agricultura em Portugal e os poucos resultados que se ha colhido da fertilidade de seu solo, da benignidade de seu clima pela indolencia dos grandes e dos nobres, que afeminados pelo luxo, e enfraquecidos pelos vicios transmitem seus desregramentos ás classes mais baixas da sociedade”. Cf. SILVA, Joaquim Noberto de Souza. “Extractos do Ensaio Político e Historico Chronologico de Frei Manoel Joaquim da Mãe dos Homens precedido de uma noticia sobre o auctor e a sua obra”. In. *Revista do Instituto Historico e Geographico do Brazil*. Tomo XIX. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1898 (1856). p. 482.

<sup>306</sup> Não que a opinião sobre a influencia dos trópicos sobre portugueses de má índole fosse sempre negativa, no trecho seguinte, por exemplo, encontramos no clima um dos agentes de modificação positivas daqueles maus lusitanos: “Pessimamente conduzida a emigração, além d’improficua era funesta; e maravilha nos como da escoria da população portugueza, de malfeitores arrancados aos cárceres, podessem pela dupla acção da religião e do clima, transmutarem-se os costumes e formar-se um povo morigerado e pacifico, como era o do Brasil colonial. PINHEIRO, J.C Fernandes. “O Brazil Hollandez”. *Revista Trimensal do Instituto Historico, Geographico e Ethnographico do Brasil*. Tomo XXIII. Rio de Janeiro: Typ. de Domingos Luiz dos Santos, 1860. p. 70.

<sup>307</sup> ALENCASTRO, J.M. Pereira de. Op. Cit. p. 21; Se a situação de um português em busca de riquezas já não era visto com algo positivo, sob o calor enervante dos trópicos, a situação ficava ainda pior quando tal ação solar se dava sobre os já desacreditados degredados, como vemos no trecho seguinte, copiado da Biblioteca de Lisboa: “São mui

A posição geográfica já não ajudava no progresso do Brasil, e pra piorar a situação, na visão de certos autores presentes nas publicações do IHGB, Portugal insistia em uma política de exploração contra o Brasil<sup>308</sup>, o que suscitava essa série de ataques à figura paterna portuguesa que estamos observando.

Podemos entender essa postura dentro do processo de “rejeição ao pai” do qual nos falou Edgar de Decca. De Decca nos fala a partir do momento da independência brasileira, no qual há uma recusa da Europa em medir o Brasil a partir de seus próprios parâmetros e valores, evidenciando assim a diferença. Assim, a jovem nação, “filha” da Europa, por não ser medida por ela, procura meios para se diferenciar. O primeiro deles é falar exaustivamente de si, principalmente de sua natureza, processo que vimos no capítulo anterior, no qual é ressaltado tudo o que é exótico. O outro meio é a distinção da de sua referência “paterna” tradicional, ou seja, Portugal, buscando novos paradigmas numa outra Europa, marcada pelos sinais da modernidade, isto é, Paris<sup>309</sup>.

As conotações de rejeição a Portugal como colonizador são mais fortes no período que vai dos prelúdios da república<sup>310</sup> até a década de 1930, com a publicação de *Casa-grande & Senzala*,

---

affeioados [os índios brasileiros] e naturalmente amigos de quem o é seu, mas mui varios e mudaveis em extremo, e por poucas cousas ardem e perdem tudo, e se levantam, e assim em nada têm constancia, nem firmeza; são muito falsos, inclinados a enganos e aleives; e é tão proprio e natural isto do clima e terra do Brasil, que logo se pega e tem já pegado a quasi todos os brancos naturaes do Brasil, antes a todos, que a ruim semente que lhe a principio lançaram do Limoeiro de Lisboa e de outras cadêas do reino peiorou ainda mais esta natureza ruim, e assim se deve fazer pouco fundamento dos ditos do Brasil, como não fossem pessoas muito qualificadas na virtude”. Cf. GOUVÊA, Pedro Christovão de. “Summario das armadas que se fizeram e guerras que se deram na conquista do Rio Parahyba”. *Revista do Instituto Historico, Geographico e Ethnographico do Brasil*. Tomo XXXVI. Rio de Janeiro: B.L.Garnier-Livreiro-editor, 1873. p. 10.

<sup>308</sup> Isso fica evidente no trecho a seguir: “Cumpre-nos por ultimo dizes que, embora a posição topographica d’esta parte do império pareça contrariar o seu progresso, estamos convencidos, de que a situação seria hoje mais prospera e feliz, se a política portugueza tivesse sido um pouco generosa e menos avara”. Cf. ALENCASTRO, J.M. Pereira de. *Op. Cit.* p. 22;

<sup>309</sup> DECCA, Edgar Salvadori de. “Tal pai, qual filho? Narrativas histórico-literárias da identidade nacional”. *Op. Cit.* p.92.

<sup>310</sup> Idem, p. 96.

de Gilberto Freyre, quando houve uma “reconciliação com a ancestralidade lusitana e negra, de que todos nós nos vexávamos um pouco”, segundo Darcy Ribeiro<sup>311</sup>.

Stella Bresciani vê um início na busca pela identidade nacional brasileira a partir de 1822, no qual ressalta o papel do IHGB, e vê nos final do século XX e início do XIX, uma nova série de intelectuais interessados nesse assunto, estimulados pela “onda política dos nacionalismos, formada no confronto com a Internacional proletária e a rivalidade sem tréguas entre os países europeus, aí incluindo os novos avanços colonizadores”. Todo esse contexto excitaria os ânimos de nossos pensadores, preocupados com uma nova busca pela identidade brasileira, mais coerente com as recentes instituições republicanas do país<sup>312</sup>.

Nesse sentido, Bresciani questiona os motivos dessa busca persistente e ininterrupta da identidade nacional, e se pergunta se tal persistência não estaria relacionada a um círculo vicioso, no qual a condição tropical do território e as características do povo colonizador teriam trazido um mau começo para o Brasil.

Bresciani traz uma unanimidade<sup>313</sup> dos intérpretes do Brasil desse período na denúncia da dificuldade de se colonizar um país situado nos trópicos, e em elencar as características negativas de nossos colonizadores. Nessas interpretações, é importante ainda que ressaltemos que as determinações do meio sobre o homem ocupam lugar de destaque, uma vez que atua como elemento explicativo da história, configurando um *lugar-comum*<sup>314</sup>, segundo a autora.

---

<sup>311</sup> RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. São Paulo: Cia. Das Letras, 1995.

<sup>312</sup> BRESCIANI, Maria Stella Martins. “Identidades Inconclusas no Brasil do século XX – Fundamentos de um lugar comum”. In. BRESCIANI, Maria Stella Martins & NAXARA, Márcia Regina Capelari. *Memória e (Res)sentimento: Indagações sobre uma questão sensível*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2001. p. 405.

<sup>313</sup> “(exagero?)”, se pergunta a própria Stella Brasciani. Idem, p. 406.

<sup>314</sup> Segundo Stella Brasciani, “os lugares-*comuns*, na acepção de Myriam R. D’Allones, seriam formados por palavras, crenças, opiniões, preconceitos e argumentos sobre uma comunidade política efetiva que, embora frequentemente confusos, erráticos e pouco seguros, deitam raízes profundas na vida e na experiência das pessoas. Cf. *Le dépérissement de la politique. Généalogie d’un lieu commun*. Paris: Aubier, 1999. A noção de lugar-comum, adiciono a de fundo comum, com o sentido de repositório de conhecimentos díspares formados por noções, pré-juízos, informações, relatos de ordem diversa, em que se colhe material para avaliar, no caso, países diversos. As

Assim, notamos que o quadro pessimista, presente em finais do século XIX e início do século passado, construído sobre as bases do meio tropical adverso e das características negativas das raças formadoras<sup>315</sup>, que traria como consequência o marcante traço do ressentimento nessa nova busca pela identidade, já se encontrava presente em períodos anteriores, como notamos a partir dos relatos presentes no IHGB. Segundo Bresciani, sobre o período supracitado:

“Forma-se ou confirma-se o complexo novelo de sentimentos contraditórios, em que uma imagem de extremo colorido mescla a beleza dos trópicos, sua eterna primavera e o clima amolecedor das forças físicas e psíquicas, em parte pela própria abundância espontânea de sua natureza”,<sup>316</sup>.

Portanto, podemos dizer que esse ressentimento propalado por Bresciani já está presente em momentos anteriores do século XIX, fazendo-se visível dentro das publicações do IHGB, como podemos notar. Meio e homem provocavam temores entre os membros do IHGB, e a herança maldita<sup>317</sup> da colonização portuguesa começava a ser denunciada.

Mas antes ficássemos limitados à “maldita” herança portuguesa. Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda, Paulo Prado, entre outros, não negaram o poder incomparável de aclimatabilidade e miscigenação do povo português, e era a partir daí, com brancos se relacionando com negras e índias, degredados com selvagens, pagãos com cristão perdidos, tudo isso sob um sol tropical, é que as coisas se complicariam ainda mais e mais.

---

concepções mesológicas e raciais constituem um fundo-comum persistente do qual teorias deterministas retiram sua força explicativa”. Cf. Idem, p. 427.

<sup>315</sup> Além da “persistente alienação de nós mesmos”, formando assim os três *lugares-comuns* presentes nas interpretações sobre o Brasil nessa época. Idem, p. 424.

<sup>316</sup> Idem, p. 416.

<sup>317</sup> A relação com os portugueses nessas épocas marcadas por preocupações como clima e raça seria sempre dual: em meados do século XIX eles eram acusados de explorar a colônia brasileira, preocupando-se somente em tirar proveito próprio, no entanto, eram enaltecidos por terem trazido a civilização europeia para essa terra habitada até então por selvagens. Em finais desse mesmo século, e início do século XX, eles foram eles condenados por deixarem de herança para nós certos traços negativos que até os tempos presentes provocariam efeitos maléficos a todo Brasil, mas ainda sim, eram eles os responsáveis pela conquista dos trópicos realizada com tanto sucesso. Assim, os portugueses ocupam um lugar bastante singular em nossa história, algo entre o bandido e o herói.

### 3. *Negros, índios e mestiços: perigos no paraíso*

Como tratamos no capítulo introdutório, em meados do século XIX, o paradigma ambiental, marcado por um determinismo geográfico e climático, perde um pouco de sua força<sup>318</sup>, sendo preteridos ou absorvidos por outro modelo explicativo da sociedade, que tinha como base a questão racial. Como nos mostrou Bresciani, “o meio geográfico e climático assumia o centro da cena na fixação de quadros onde as diferentes raças esboçavam de maneira afirmativa seus destinos diversos”<sup>319</sup>.

Desse cruzamento de pressupostos e teorias, marcados por concepções mesológicas e raciais, como nos frisa Stella Bresciani, só poderia resultar numa forma de ver o mundo na qual a Europa e a sua civilização ocupavam o centro de uma escala de valores que se prestava a ajuizar, entre outras coisas, sobre as mais diversas populações do planeta<sup>320</sup>.

Ao longo da História o termo *raça* foi utilizado com uma série de sentidos e finalidades descritivas, associados a tipo, variedade, linhagem ou descendência. No entanto, esse termo só ganhou o sentido atual, de uma divisão da humanidade amparada em características físicas e hereditárias, dentro do eurocentrismo, entre finais do século XVIII e início do século XIX, dentro das necessidades de se explicar ações e práticas como a da escravidão<sup>321</sup>.

Assim, em meados desse século, Carl Von Linnaeus, pai da taxonomia moderna, já apresentava uma divisão da humanidade em quatro raças, sendo essas baseadas em critérios como

---

<sup>318</sup> Isso porque, apesar de ele ter perdido espaço frente aos argumentos raciais, ele ainda era fator importante de explicação das sociedades da época, e se faria presente até períodos avançados do século XX. Como Stella Bresciani nos alertou, as concepções de nossos “textos contemporâneos” – no caso, as obras de autores de meados do século passado, como Sérgio Buarque de Holanda, Gilberto Freyre e Caio Prado Jr. - trazem ideias mesológicas, teorias estéticas e éticas setecentistas persistentes, mesmo que de forma subliminar. Cf. BRESCIANI, Maria Stella Martins. “Identidades inconclusas no Brasil do século XX – Fundamentos de um lugar-comum”. *Op. Cit.* p. 425.

<sup>319</sup> BRESCIANI, Maria Stella Martins. *O charme da ciência e a sedução da objetividade: Oliveira Vianna entre intérpretes do Brasil*. *Op. Cit.* p. 67.

<sup>320</sup> Idem, p. 84.

<sup>321</sup> BANTON, Michael. *A idéia de Raça*. Lisboa: Edições 70, 1977. pp. 39-75.

a localização geográfica de origem e a cor da pele, como nos mostra Mary Louise Pratt. Assim, surgiram o *Americanus*, *Asiaticus*, *Africanus* e *Europeanus*, cabendo aos de origem europeia características como a delicadeza, a perspicácia e a inventividade, além de serem governado pelas leis, ao passo que os índios, asiáticos e negros eram marcados por possuírem caracteres negativos, dessa forma, o asiático era marcado pela melancolia, pelo orgulho e pela cobiça, o africano pela negligência e indolência, e o americano como guiado apenas pelos costumes<sup>322</sup>.

Nesse sentido, nos primórdios dos estudos centrados na raça, já encontramos diversos exemplos de cientistas dedicados a estudar, e comprovar, as diferenças entre os vários povos do planeta. Exemplo disso é o médico norte-americano Samuel Morton, que se dedicou a colecionar e investigar crânios das diferentes *raças* humanas, obtendo como resultado, mais uma vez, a proeminência dos caucasianos como detentores dos maiores crânios<sup>323</sup>.

Esses primeiros estudos da raça, apresentavam um quadro puramente descritivo, o que excluía o conceito de evolução, importantíssimo nesse aspecto, como veremos adiante. Tal momento dos estudos raciais se faz presente no IHGB, momentos em que tais inferioridades entre as supostas raças eram pregadas, e comprovadas à luz da ciência, sem que, no entanto seu papel em uma eventual disputa evolucionária entre eles fosse levantado<sup>324</sup>.

---

<sup>322</sup> PRATT, Mary Louise. *Os olhos do império: relatos de viagem e transculturação*. Bauru/SP:Edusc, 1999. p. 68.

<sup>323</sup> GOULD, Stephen Jay. *A falsa medida do homem*. São Paulo: Martins Fontes, 1991. pp. 39-59.

<sup>324</sup> Podemos ver tais exemplos nos seguintes trechos: “Sendo, como é, suficiente provado que o desenvolvimento da intelligencia está em relação directa com o desenvolvimento do cérebro, fica sempre a inspecção do craneo um dos meios mais seguros, sendo feito com a necessaria discrição, para avaliar o gráo que deve occupar o individuo examinado, e consequentemente, a raça a que ele pertence na escala progressiva dos entes intellectuaes. Applicado este criterio aos creneos em questão, ha de sahir a sentença muito em desfavor das facultades intellectuaes dos individuos de quem derivam: nem podemos esperar grandes progressos da industria e nas artes dos povos cuja organização cerebral offerece um sub extracto tão mesquinho para a séde da intelligencia”. Cf. CERQUEIRA E SILVA, Ignácio Accioli de. *Op. Cit.* 187.; “(...) haverá o cuidado de medir grande numero de individuos adultos, assim como os seus angulos faciaes, procurando por essa occasião verificar se a maior abertura do angulo atesta maior intelligencia, como affirma Camper. (...). Convem igualmente colligir craneos de todas as raças dos naturaes do paiz, e moldar ao vivo algumas cabeças, para á vista de certos dados Moraes poder verificar conjunctamente o que ha de mais positivo no systema de Gall”. PORTA-ALEGRE, M.A. “16ª Sessão em 14 de Novembro de 1856 – Secção ethnographica e narrativa de viagem”. In. Revista do Instituto Historico e Geographico do Brazil. Tomo XIX. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1898 (1856). p. 69.

No entanto, como nos disseram Braga, Guerra e Reis:

“Existem homens de ciência que marcam a história da sua área com alguma nova idéia ou um progresso experimental revolucionário. Outros dão contribuições de grande importância que extrapolam sua ciência e acabam influenciando as demais. Entretanto, existem alguns cujas contribuições, apesar de se darem no âmbito de uma ciência particular, tendem a influenciar a própria forma como o homem vê o mundo. Este foi o caso de Darwin”<sup>325</sup>.

Darwin e sua teoria da evolução, publicada originalmente em 1859, em *A Origem das Espécies*, veio como um furacão no campo das ciências, praticamente cancelou os argumentos criacionistas e estabeleceu o conceito de unidade da espécie humana<sup>326</sup>. A sua luta entre as espécies, com a “sobrevivência do mais apto” pareceu quebrar a ideia de uma natureza como algo fixo e harmonioso, criado por Deus.

Rapidamente essas ideias evolutivas passaram também aos seres-humanos, e foram empregadas para apoiar a concepção de que as diferentes raças representavam estados distintos do processo evolutivo, sendo nesse aspecto, os fatores ambientais decisivos nos processos de diversificação notados entre as supostas raças.

Assim, a partir da publicação da teoria evolucionista de Darwin, historiadores, em sua busca autoridade e significado, no bojo de um esforço para imprimir uma autoridade científica a seus trabalhos, importaram ideias a respeito de evolução e sobrevivência do mais apto da obra do naturalista inglês em suas análises<sup>327</sup>.

---

<sup>325</sup> BRAGA, Marco; GUERRA, Andreia; REIS, José Cláudio. Breve História da Ciência Moderna: Vol. 4: A belle-époque da ciência (séc. XIX). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008. pp. 128-129.

<sup>326</sup> SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O Espetáculo das Raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870 – 1930*. Op. Cit. p. 55.

<sup>327</sup> ARNOLD, David. *Op. Cit.* p. 32.

Desta maneira, as civilizações seguiam os padrões da natureza, não sendo obras imutáveis, mas sim evoluíam e decaíam, a despeito de certas condições ambientais, e batalhavam pela sua própria supremacia e sobrevivência, como acontecia no mundo natural<sup>328</sup>.

A partir de então, a raça ganha destaque entre os finais do século XIX e início do século seguinte, encontrando espaço de destaque dentro de um projeto imperialista empreendido por potências europeias e pelos EUA. Tanto que podemos encontrar o ápice do “racismo científico”<sup>329</sup> no período subsequente à conferência de Berlim, em 1884 e 1885, cumprindo seu papel ideológico imprescindível na legitimação do Imperialismo europeu<sup>330</sup>.

A “missão civilizatória” do homem branco era posta em questão, à antiga superioridade caucasiana era adicionado doses gigantescas de uma noção de direito sobre os caminhos de populações consideradas inferiores, e eventualmente, triunfar, dentro das leis naturais, sobre seus destroços. Nesse sentido, as palavras do diplomata francês Jules Harmand, escritas em 1910, nos são bastante elucidativas:

“É necessário, pois, aceitar como princípio e ponto de partida o fato de que existe uma hierarquia de raças e civilizações, e que nós pertencemos à raça e civilização superior, reconhecendo ainda que a superioridade confere direitos, mas, em contrapartida, impõe obrigações estritas. A legitimação básica da conquista de povos nativos é a convicção de nossa superioridade, não simplesmente nossa superioridade mecânica, econômica e militar, mas nossa superioridade moral. Nossa dignidade se baseia nessa qualidade, e ela funda nosso direito de dirigir o resto da humanidade”<sup>331</sup>

---

<sup>328</sup> ARNOLD, David. *Op. Cit.* p. 32-33.

<sup>329</sup> Termo utilizado para definir esses estudos da raça que se utilizavam dos de conceitos darwinistas de evolução.

<sup>330</sup> ARNOLD, David. *Op. Cit.* p. 30-33.

<sup>331</sup> SAID, Edward. *Cultura e Imperialismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. p. 48.

No Brasil, segundo Lilia Schwarcz, é a partir da década de 1870 que esse discurso evolucionista e determinista penetra no país como um novo argumento para explicar as diferenças internas<sup>332</sup>. Até então o Brasil era considerado um objeto de estudo dos teóricos, devido à sua composição populacional, sendo daqueles um objeto das explicações. A partir dos anos de 1870, com a chegada dessas novas ideias, o país passa a ser o sujeito das explicações, ao mesmo tempo em que se faziam das diferenças sociais variações raciais. A partir de então, era a ciência que reconhecia as diferenças e determinava as inferioridades<sup>333</sup>.

Em *Brasil e Oceania*, produzido e publicado em 1867, de autoria do notório romântico Gonçalves Dias, percebemos que raça e ambiente caminham lado a lado em seus dizeres. Em sua defesa do autóctone americano<sup>334</sup>, transparece uma noção de superioridade racial do homem, como podemos notar abaixo:

---

<sup>332</sup> O que não significa que a ideia de supremacia de certos povos sobre outros fosse ausente nas publicações do IHGB, eles apareciam, mesmo que de maneira ainda tímida. Foi depois da publicação de Darwin que esses embates entre povos localizados em patamares diferentes de uma escala evolutiva se intensificaram, com a supremacia dos povos considerados mais desenvolvidos, no caso, os de origem europeia. Nesse sentido, dentro do IHGB a questão racial ganha destaque nos períodos subsequentes à publicação da teoria do naturalista inglês, o que não quer dizer que o clima tropical deixou de ser objeto de temor. Trópicos, negros, índios e mestiços povoaram juntos então os pesadelos de nossos homens preocupados com os destinos da nação. No clima e na raça poderia estar a chave para a explicação das mazelas brasileiras. O trecho a seguir nos mostra que noções pré-darwinistas já se faziam presentes nas publicações do grêmio carioca: “Ora, mostra-nos a mesma tradição histórica, que os tapuyas, os mais antigos habitantes do Brasil, foram expulsos do litoral pelos Tupis, e de outro lado, eram estes no estado selvagem mais civilizados que os Botocudos, representantes actuaes dos Tapuyas (...)”; É interessante que Cerqueira e Silva flerta com um possível origem dos tupis em “ramos menos nobres da raça caucásica, como a phenícia, ramo que ter-se-ia alterado na America pela influencia do clima e pela mistura com índios da raça mais decididamente mongólica”. Assim, em uma noção bastante próxima à “sobrevivência do mais apto” de Darwin, Cerqueira e Silva observa fatos que confirmam os dizeres de Auguste de Saint-Hilaire, no qual parece ser destino das “nações selvagens” extinguírem-se. Interessante também é que a superioridade da “raça branca” perante as demais já se fazia notar, no momento em que os tupis, mesmo cruzados com “ramos menos nobres” desta, destacavam-se perante as demais tribos puramente indígenas, em eventuais disputas. Cf. CERQUEIRA E SILVA, Ignácio Accioli de. *Op. Cit.* 159-161.

<sup>333</sup> SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O Espetáculo das Raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870 – 1930*. *Op. Cit.* p. 28.

<sup>334</sup> Elemento de estima bastante dúbia dentro do grêmio, uma vez que contava com uma série de debates sobre seu papel dentro da nação brasileira rumo ao progresso, no qual havia embates entre defensores ardorosos destes, tidos como os representantes originais destas terras, sendo um símbolo da nacionalidade brasileira, como é o caso dos escritores românticos, até homens aqueles que, por não compreender seu modo de vida um tanto quanto distinto dos padrões europeus, os consideravam verdadeiros empecilhos dentro do projeto de nação brasileira, cabendo a eles o extermínio. Dentro dessa última perspectiva, temos como importante representante Varnhagen. É interessante notarmos que essa questão se posterga até o início do século XX. Um exemplo disso é a luta do Marechal Cândido

“Os americanos, dotados de capacidade intelectual apenas inferior á da raça branca, sem privilégios de casta, sem religião, cuja destruição compromettesse interesses humanos, sem aristocracia, nem theocracia, mais facilmente se poderam ter convertido á fé do que os chins e turcos, povos que todavia considera como civilizados”<sup>335</sup>.

Apesar de uma suposta inferioridade dos indígenas perante o homem branco, percebemos que para Gonçalves Dias havia a possibilidade de redenção do elemento autóctone brasileiro. Se eles possuíam desvantagens em relação ao homem branco, muito disso se explicava em razão da natureza benevolente do Brasil. Também notamos, a partir dos dizeres acima, de Gonçalves Dias, a crença rousseauiana na superioridade moral do aborígine, ainda virgem no contato com a chamada civilização, acusada de agente de corrupção da bondade original do ser humano<sup>336</sup>.

Nesse sentido, percebemos que o paradigma ambiental muita importância detém dentro do pensamento de Gonçalves Dias. Se os indígenas brasileiros – e não só eles, como também outros povos tropicais, como malaios e polinésios, abordados no artigo – eram considerados preguiçosos, isso poderia ser explicado em virtudes da fácil disponibilidade de víveres em suas terras. Gonçalves Dias chega mesmo a desafiar os Europeus, indagando-os se eles conseguiriam manter a sua postura caso vivessem em “paizes” tão benignos:

---

Rondon para preservar o indígena, tanto física quanto culturalmente, indo contra opiniões, ainda vigentes, que acreditavam que se houvessem índios no caminho para se chegar às riquezas brasileiras – animais, vegetais ou minerais –, estes deveriam ser eliminados. In SKIDMORE, Thomas E. *Uma História do Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 2000. pp. 115-116

<sup>335</sup> DIAS, A. Gonçalves. “Brasil e Oceania”. *Revista Trimensal do Instituto Historico, Geographico e Ethnographico do Brasil*. Tomo XXX. Rio de Janeiro: B.L.Garnier-Livreiro-editor, 1867. p.258.

<sup>336</sup> O trecho a seguir, de Rousseau, nos dá uma breve noção desse pensamento de valorização do elemento indígena como detentor de uma pureza já perdida pelo homem civilizado: Pergunto qual das duas – a vida civil ou a natural – é mais suscetível de tornar-se insuportável. À nossa volta vemos quase somente pessoas que se lamentam de sua existência, inúmeras até que dela se privam assim que podem... Pergunto se algum dia se ouviu dizer que um selvagem em liberdade pensa em lamentar-se da vida e querer morrer. Que se julgue pois, com menos orgulho, de que lado está a verdadeira miséria”. Cf. ROUSSEAU, Jean Jacques. “Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens”. *Apud SCHWARCZ, Lília Moritz. Op. Cit.* p. 45

“Comtudo os Europêos que tanto se indignam com esta predisposição moral [a ociosidade entre americanos e polinésios] se se acharem em idênticas, acaso continuariam a reputar o trabalho como a primeira das virtudes? Tirem-se-lhes as necessidades facticias. Colloquem-nos em um clima aprazível e benigno, onde todos, sem muito custo possam achar nutrição, abrigo e vestidos, e tenho que não chamariam tanto contra uma disposição que mais que de qualquer outra causa se origina da benignidade do paiz habitado”<sup>337</sup>.

Em suma, os indígenas eram passíveis de ascender em uma escala evolutiva das raças – da mesma maneira que os árabes foram capazes de decair nela<sup>338</sup>. Uma luta entre civilizações fica implícita em Gonçalves Dias, que crê em uma escala para as raças<sup>339</sup> e em uma suposta hierarquia de forças entre elas, o que pode ser comprovado pela experiência<sup>340</sup>.

A raça se faria sentir, a partir de então, cada vez mais frequente nas publicações do IHGB, e as “ciências da raça” seguiam pelo mesmo caminho, cada vez mais presentes nos artigos da revista do grêmio. Gonçalves Dias, ainda nos traz uma série de alusões aos estudos do crânio<sup>341</sup> e

---

<sup>337</sup> DIAS, A. Gonçalves. “Brasil e Oceania”. *Op. Cit.* p. 343.

<sup>338</sup> Aqui, citando Chateaubriand: “Em suma palavra, tudo entre os americanos indica o selvagem que ainda não chegou ao estado de civilização, tudo entre os árabes indica o homem civilizado recaído no estado selvático”. Cf. CHATEAUBRIAND, François de. “Intinéraire de Paris à Jerusalém” Apud. DIAS, A. Gonçalves. “Brasil e Oceania”. *Op. Cit.* p. 264.

<sup>339</sup> O que fica evidente no trecho: “a comparação [entre americanos e polinésios] seria tanto mais fácil que por um lado haveria identidade de origem entre os *Tupys* e *Polynesios*; por outra, são os malaios inferiores áquelles e os pretos ficariam quase fóra de comparação, por lher serem inferiores, sendo que o de muitas partes como os *Australios*, estão no ultimo grão da escala da humanidade”. Cf. Idem, p. 334.

<sup>340</sup> Nesse sentido, os dizeres de Gonçalves Dias nos são bastante elucidativos: “A experiencia mostra que a raça preta em contacto com outra qualquer se deixa sempre subjugar; o que é prova de incontestável inferioridade; de facto os *Australios* são muito inferiores aos *Guaranis*, tanto no physico como nas facultades moraes e intellectuaes”. Idem, pp. 394-395.

<sup>341</sup> Vale ressaltar que com o advento do chamado “racismo científico” a craniometria não deixou de figurar no rol das ferramentas cruciais para a ciência das raças, exemplo disso temos nos estudos de Paul Broca, que usava o estudo de crânios como meio de identificar as diferenças entres as raças, ou ainda na Antropologia Criminal, de Cesare Lombroso, que buscava decifrar tendências ao crime através da investigação de características anatômicas dos indivíduos. Ambos estudiosos, entre outros, ganharam destaque em anos posteriores á *Origem das Espécies*. Cf. GOULD, Stepen Jay. *Op. Cit.*

da constituição física em seu artigo<sup>342</sup>, que serviam como auxiliares em suas explicações de povos tão distantes, abordados em seus estudos, sem que, no entanto, o autor creditasse total segurança aos resultados obtidos a partir dessa prática<sup>343</sup>. Apesar de conter uma suposta superioridade da raça branca, o artigo de Gonçalves Dias apresenta-se como uma obra em defesa do elemento indígena, como veremos quando tratarmos do tema da preguiça nos trópicos.

Assim, o termo *raça* era cada vez mais frequente, e também, cada vez mais frequente, era supremacia do homem branco perante os demais tipos humanos. A distância entre os homens, em uma suposta cadeia de progresso, se mostrava cada vez mais presente. A imagem a seguir é emblemática nesse sentido:

“Ahi [na navegação do Araguaia] o vapor, passando por entre as numerosas aldeãs de índios que ainda andam nus, apresenta em contraste os dois extremos da cadeia humana: a raça mais civilizada que usa d’esse primeiro agente do progresso, e o homem nu, imagem viva da primeira rudeza e barbaridade selvagem de nossos maiores”,<sup>344</sup>.

Os brancos eram os representantes da civilização<sup>345</sup>, e venceriam sempre em um contato direto com outras raças<sup>346</sup>.

---

<sup>342</sup> “O tamanho da cabeça é menos que o sétimo da altura; o angulo facial, segundo a medida de Rienzi (formado de duas linhas, que partem dos dentes incisivos superiores acabam na origem do nariz, outra no orifício auricular, é de 80 a 85 graus, raras vezes de 85 a 90; o nariz é curto e grosso, algumas vezes achatado; a boca grande, mesmo entre as mulheres, os olhos muitas vezes oblíquos mais ou menos, conforme a repetição de cruzamento com os *Chins* [sobre os malaios]”. DIAS, A. Gonçalves. “Brasil e Oceania”. *Op. Cit.* p. 317; ou ainda: “a cabeça sem os caracteres da beleza, nem os da grandeza, o nariz curto, indicio de pouca energia e constancia, a boca grande indicando appetites grosseiros, e olhos espantados (hagards), a vista obliqua, indicio de timidez, temor ou tristeza, de exterior agradável com o angulo facial um pouco menos aberto que o da raça caucásica”. Aqui, Gonçalves Dias utiliza-se das descrições de Rienzi para compor esse quadro. Cf. *Idem*, p. 339.

<sup>343</sup> *Idem*, pp. 87-88.

<sup>344</sup> MAGALHÃES, José Vieira Couto de. “Ensaio de Anthropologia – Região e Raças Selvagens”. In. *Revista Trimensal do Instituto Historico, Geographico e Ethnographico do Brasil*. Tomo XXXVI. Rio de Janeiro: B.L.Garnier-Livreiro-editor, 1873. p. 388.

<sup>345</sup> Podemos citar aqui a frase de José Veríssimo, que apesar das críticas ao homem branco, centradas principalmente na figura dos portugueses, não lhes nega seu papel na civilização dos demais povos: “os brancos, e portanto, a civilização que elles bem ou mal representam”. VERÍSSIMO, José. *Op. Cit.* p. 314.

No entanto, fomos colonizados por europeus amorosos, voluptuosos, que na carência de suas europeias, facilmente caíam nos braços das belas índias encontradas nos trópicos sul-americanos. Mestiços então eram gerados, e sobre eles, o debate sobre a raça e os trópicos continuava. É nesse período, pós-publicação de *A Origem das Espécies*, de Darwin, que a figura do mestiço surge com mais intensidade nas revistas do IHGB.

Von Martius, em sua monografia vencedora do concurso que pretendia premiar o trabalho que melhor apresentasse um plano para a nascente escrita da história brasileira, conferiu ao nosso país, como nação, o papel de realizar a ideia de mestiçagem<sup>347</sup>. O Brasil como um locus privilegiado de uma vocação americana<sup>348</sup> para a mistura entre as consideradas raças, em finais do século XIX, parecia cumprir a profecia de Martius:

“O Brazil vai pela mesma estrada [da América], e aqui, como em todo o continente, os povos e as raças mesclam-se, fazendo desaparecer completamente os typos puros, tornando n’esta parte do mundo, mais do que em nenhuma outra, verdadeiro o principio de antropologia que nega a existência de raças puras<sup>349</sup>”.

---

<sup>346</sup> “Quem, afinal, venceu na luta, como o mais apto eu era, foi o portuguez, mas aqui succedeu que o povo civilisado e conquistador soffreu, em não pequena escala, a influencia da raça selvagem e conquistada, o que o sabio Agassiz, na sua viagem pelo Valle do Amazonas, notou como um facto singular”. Idem, p. 315.; ou ainda: “O nome de Goytacazes, dado a estes campos, lhe advem da tribu principal dos indios que primitivamente os habitavam e que a civilização exterminou pelo mais certo ou obrigou a procurar outro assento. Assento é um modo de dizer, porque, errabundos como eram por natureza os nossos autocthonos, misturaram-se seguramente estes com os das demais tribus que encontraram, ao recuarem diante do europeu, e se absorveram nellas, a menos que não se queria acceitar como a da verdade histórica a causa do extermínio da raça aborígene referida pelo chronista da Companhia de Jesus que adeante citarei [ trata-se de Joam d’Almeida]. Cf. MELLO, José Alexandre Teixeira de. “Campos dos Goytacazes”. In. *Revista Trimensal do Instituto Historico, Geographico e Ethnographico do Brazil*. Tomo XLIX. Rio de Janeiro: Typographia, Lithographia e Encadernação a vapor de Laemmert & C., 1886, p. 9.

<sup>347</sup> MARTIUS, Carlos Frederico Ph. de. *Op. Cit.*

<sup>348</sup> Vocação essa citada do Verissimo: “A America é o vastissimo cadinho em que se fundem hoje as diversas raças e gentes do globo. Porventura sua missao historica é dar, servindo de campo para o cruzamento de todas ellas, unidade ethnica á humanidade, e, portanto, nova face ás sociedades que hão de viver no futuro. Amplissimo terreno aberto ás ambições de todo o genero, o Novo Mundo, rompendo com os velhos preconceitos das sociedades tradicionaes da Europa, toma também no caminho da civilização uma direcção nova, deixando atraz de si a Asia e suas antiquissimas cicilizações e a Africa e a sua secular barbarie”. Cf. VERISSIMO, José. *Op. Cit.* p. 295.

<sup>349</sup> Idem, pp. 295-296.

Colonizado por europeus amorosos<sup>350</sup>, desde o princípio da colonização, os mestiços nascem e provocam reações dúbias durante toda nossa história, mas é em finais do século XIX e início do século XX que ele ganha mais destaque nos debates intelectuais brasileiros, como veremos a seguir, a partir das publicações do IHGB.

“Povoar a qualquer preço, ainda que por intermédio de pecados”<sup>351</sup>, esse foi, segundo Vainfas, sabidamente a diretriz da política colonizadora da Coroa Portuguesa para o Brasil<sup>352</sup>. E visto pela ótica da escassa população do reino, frente às vastas possessões lusitanas na América a mestiçagem aparecia como uma verdadeira arma para o povoamento do Brasil, sendo então, incentivada oficialmente, como podemos ver no registro oficial de 1764, publicado em Revista do IHGB:

“Eu el-rei faço saber aos que este meu alvará em fôrma de lei virem, que considerando o quanto convém que os meus reaes dominios da America se povoem, e que para este fim pôde concorrer muito a comunicação com os indios por meio de casamentos; sou servido declarar que os meus vassallos d’este reino e da America que se casarem com india<sup>353</sup> d’ella não ficam infamia alguma, antes se farão dignos de minha real attenção, e que nas terras em que se estabelecerem serão preferidos para aquelles lugares e accuções que couberem na graduação de suas

---

<sup>350</sup> “O amorozo portuguez, ao envéz do inglez no Norte, e muito felizmente para o Brazil, não repugnou enlançar-se, legitimamente ou não, com a selvagem filha do paiz”. Cf. Idem, p. 297.

<sup>351</sup> Gilberto Freyre foi um dos que insistiram nesse ponto, relacionando diminuta população portuguesa, sua limitada capacidade migratória, com a frouxidão das então regras morais na colonização do Brasil. Cf. FREYRE, Gilberto. *Op. Cit.* p. 245.

<sup>352</sup> VAINFAS, Ronaldo. *Op. Cit.* p. 30.

<sup>353</sup> É interessante notarmos que no documento é citado que o mesmo vale nos casos de mulheres portuguesas casadas com homens indígenas.

peçoas, e que seus filhos e descendentes serao habéis e capazes de qualquer emprego, honra ou dignidade”<sup>354</sup>.

Esses filhos da luxúria dos trópicos<sup>355</sup> ganharam fãs e opositores no decorrer de nossa história, foram objetos de culto e detração. Simultaneamente bandidos e heróis – apesar de essa última visão prevalecer nas publicações do grêmio carioca – que não passaram incólumes pelo IHGB.

Arthur de Gobineau, publicou entre 1853 e 1855 o *Ensaio sobre a desigualdade das raças humanas*. O escritor francês, obrigado devido a suas obrigações como diplomata da França a ficar no Brasil, partiu daqui com uma péssima impressão do que encontrou no nosso país, em grande parte, devido à composição racial brasileira, altamente marcada pela mestiçagem<sup>356</sup>.

Outro que aportou por essas bandas em 1865 e que mais tarde em seus relatos de viagem expôs os supostos riscos que o Brasil corria perante tamanha “amalgamação” entre raças distintas entre si, e que também viria a ter forte influencia nas discussões raciais dentro do Brasil, foi o naturalista suíço Louis Agassiz<sup>357</sup>.

Com a entrada dessas ideias nada alentadoras sobre o futuro do Brasil, e, sobretudo pela vontade de inserir o país no contexto das nações ditas civilizadas, as teorias científicas começaram então a penetrar nas ações das elites e no cotidiano do país. É possível, por exemplo,

---

<sup>354</sup> SOUZA e MENDONÇA, Elias Paes de. “Registro dos Autos da criação da villa de Montemor-o-novo do Grão-Pará”. In. *Revista Trimensal do Instituto Historico, Geographico e Ethnographico do Brasil*. Tomo XXXV. Rio de Janeiro: B.L.Garnier-Livreiro-editor, 1872. pp. 137-138.

<sup>355</sup> Tema que trabalharemos a seguir, por isso não me alonguei nele agora.

<sup>356</sup> O que fica bem claro, a notar pelas suas palavras tão pouco alentadoras: “Nem um só brasileiro tem sangue puro, porque os exemplos de casamentos entre brancos, índios e negros são tão disseminados que as nuanças de cor são infinitas, causando uma degeneração do tipo mais deprimente tanto nas classes baixas como nas superiores”. Cf. SKIDMORE, Thomas E. *Preto no Branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1976. p. 46

<sup>357</sup> Assim como Gobineau, Agassiz demonstra uma forte repulsa à miscigenação que encontrou no Brasil em sua visita: “Que qualquer um que duvida dos males dessa mistura de raças, e se inclina, por malentendida filantropia, a botar a baixo todas as barreiras que as separam – venha ao Brasil. Não poderá negar a deterioração decorrente do amálgama de raças, mais geral aqui do que em qualquer outro país do mundo, e que vai apagando, rapidamente, as melhores qualidades do branco, do negro e do índio, deixando um tipo indefinido, híbrido, deficiente em energia física e mental”. Cf. idem, pp. 47-48.

ver reflexos desse “cientificismo” nas obras de higienização e saneamento dos centros urbanos, executadas na virada do século – destacando-se a do Rio de Janeiro, que resultou na Revolta da Vacina em 1904 -, na literatura<sup>358</sup> que começa a ser fortemente influenciada pelas teorias científicas e mesmo nos jornais que circulavam pelo país, onde era comum a recorrência destas<sup>359</sup>.

Todo esse quadro, que mesclava escalas civilizacionais, raças, darwinismo e ciência, muito influentes nessa transição de século, auxiliaram a compor um quadro de condenação à mestiçagem, que perduraria até a década de 1930, e que deixou resquícios nas obras de nomes como Nina Rodrigues, Euclides da Cunha, e mesmo em Paulo Prado<sup>360</sup>, para não citarmos muitos outros autores.

Euclides da Cunha é um exemplo disso, pois, apesar de sua célebre frase “o sertanejo é, antes de tudo, um forte”, acreditava que a mestiçagem afetava a estabilidade de cada raça e afeta suas propensões<sup>361</sup>. Quanto mais extensos e prolongados os cruzamentos, mais distantes da estabilidade das raças puras esses mestiços estarão<sup>362</sup>.

Segundo Luiz da Costa Lima, Euclides da Cunha era um leitor da antropologia biológica e do evolucionismo, e via, “na neutralidade de sua mente científica”, que o sertanejo, exemplo de

---

<sup>358</sup> Na literatura essa influência se dá de maneira bastante evidente, existindo várias obras que podem ser elencadas. Os exemplos mais recorrentes são *O Atheneu*, de Raul Pompéia e *O Chromo, um estudo de temperamentos*, de Horácio de Carvalho, onde tais ideias aparecem de maneira relativamente explícitas.

<sup>8</sup> SCHWARCZ, Lília Moritz. *O Espetáculo das Raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870 – 1930*. Op. Cit. pp. 32-34

<sup>360</sup> Uma vez que a partir de uniões de “pura animalidade” entre portugueses e mulheres negras ou índias pode ser encontradas as origens para a “tristeza” que segundo Paulo Prado, pairava sobre o povo brasileiro de sua época. PRADO, Paulo. *Retrato do Brasil: ensaio sobre a tristeza brasileira*. São Paulo: Cia. Das Letras, 1997.

<sup>361</sup> No caso do sertanejo, soma-se a isso a questão do clima e meio-ambiente rude em que esse tipo se desenvolveu. Mais uma vez notamos que clima e raça caminhavam lado a lado nos pesadelos de homens preocupados com os futuros da nação brasileira, no início do século passado, o que fica bastante evidente no trecho a seguir de Regina Abreu: Identificados à própria aspereza do solo em que nasceram, educados numa rude escola de dificuldades e perigos, esses nossos patrícios do sertão, de tipo etnologicamente indefinido ainda, refletem naturalmente toda a inconstância e toda a rudeza do meio em que se agitam”. Cf. ABREU, Regina. *O enigma de Os Sertões*. Rio de Janeiro: Funarte;Rocco, 1998. p. 115.

<sup>362</sup> LIMA, Luiz Costa. *Terra Ignota: a construção de Os Sertões*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1997. p. 97

“raça fraca”, estava fadado a ser esmagado e extinto pelas “raças fortes”, que vinham em fluxos migratórios da Europa. Essa característica de seu pensamento remete à teoria do sociólogo polonês Ludwig Gumplowicz, que trata da “inexorabilidade com que a História selaria o tempo de vida das sub-raças francas, degeneradas”<sup>363</sup>.

Dentro da revista do IHGB, encontramos exemplos que nos trazem uma certa noção de inferioridade do mestiço perante o homem branco. No entanto, esses relatos estão longe de ter a conotação negativa sobre esses compatriotas brasileiros que encontramos nos autores acima descritos. Apesar de traços negativos e de inferioridade, tais elementos não eram de todo ruins para o Brasil, como podemos ver no trecho abaixo:

“Os pardos fizeram casamentos iguaes, e subdividindo as familias ao mesmo tempo que repartiam os bens, augmentando o numero de individuos de sua cor, porque (como acima disse) o homem branco não casava com mulher parda, ou vice versa. Este foi o modo porque a provincia de Goyaz deixou de ser povoada por gente branca para ficar habitada por pessoas pardas, aquella rica, estas ordinariamente pobres por falta de meios e industria, mas d’entre estes ultimos, tem-se apresentado phenomenos dignos de toda consideração, homens pardos honestos, instruidos, laboriosos, opulentos e merecedores de honrosa memoria”<sup>364</sup>.

Como nos disse Sérgio Buarque de Holanda, era o português dos tempos da colonização marcado por uma extraordinária plasticidade social<sup>365</sup>, e imperava entre eles a “ausência completa

---

<sup>363</sup> LIMA, Luiz Costa. *Idem*, pp. 24 - 27

<sup>364</sup> MATTOS, Raymundo José da Cunha. “Chorographia Historica da Provincia de Goyaz”. *Op. Cit.* p. 301.

<sup>365</sup> Característica essa bastante exaltada no seguinte trecho: “Procurando recriar aqui o meio de sua origem, fizeram-no [ o português] com uma facilidade que ainda não encontrou, talvez, segundo exemplo na história. Onde lhes faltasse o pão de trigo, aprendiam a comer o da terra (...). Habitaram-se também a dormir em redes (...). Aos índios tomaram ainda instrumentos de caça e pesca, embarcações de casca ou tronco escavado, que singravam os rios e águas do litoral, o modo cultivar a terra ateando primeiramente fogo aos matos. A casa peninsular, severa e sombria,

de qualquer orgulho de raça”. Como nenhum outro povo europeu, “cedia com docilidade ao prestígio comunicativo dos costumes, da linguagem e das seitas dos indígenas e negros. Americanizava-se ou africanizava-se, conforme fosse preciso”<sup>366</sup>.

Assim, esses europeus menos sisudos, ao encontrarem-se sob os trópicos, logo sentiram na pele seus efeitos, e segundo Paulo Prado, se aqueles aventureiros já possuíam como inerente a condição da luxúria, essa só veio a se exacerbar nessas terras quentes<sup>367</sup>.

Filhos de mãe ociosas<sup>368</sup>, esses mestiços saíram-se até que bem, visto o cuidado com que a metrópole portuguesa lhes guardou:

“aqui no Brazil as raças não apresentam inferioridade alguma intellectual; talvez a proposição contraria seja a verdadeira, se levarmos em conta que os mestiços são pobres, não recebem educação, e encontram nos prejuizos sociaes uma barreira forte contra a qual tem de lutar antes de fazer-se a si uma posição”<sup>369</sup>.

A verdade é que encontramos dentro das publicações do IHGB uma visão globalmente positiva sobre o mestiço, talvez porque, embalados pelos preceitos da ciência e da seleção natural, nossos homens de letras e ciências acreditarem que tais filhos dessa pátria não seriam

---

voltada para dentro, ficou menos circumspecta sob o nosso clima, perdeu um pouco de sua aspereza, ganhando a varanda externa: um acesso para o mundo de fora”. Cf. HOLANDA, Sérgio Buarque. *Op. Cit.* p. 16.

<sup>366</sup> Idem, pp. 34-35.

<sup>367</sup> KEULLER, Adriana T.A. Martins. *Op. Cit.* p. 187.

<sup>368</sup> Como veremos mais à frente, sobre uma propalada tendência do indígena e dos povos tropicais como um todo ao ócio.

<sup>369</sup> MAGALHÃES, José Vieira Couto de. “Ensaio de Anthropologia – Região e Raças Selvagens”. *Op. Cit.* p.471; Couto de Magalhães, em seu artigo, faz ainda uma série de outras alusões a essas competências do mestiço, apesar da falta de apoio que recebem da sociedade de então: Como podemos ver nas seguintes descrições de Couto Magalhães sobre esse elemento miscigenado: “O indio e o branco produziram uma raça mestiça, excellente pela sua energia, coragem, sobriedade, espirito de iniciativa, constancia e resignação em soffrer trabalhos e privações; é o *mameluco*. (...). Infelizmente estas boas qualidades moraes são compensadas por um defeito quase constante: o da imprevidência ou indiferença pelo futuro. O *mameluco*, como o indio se progenitor, não capitalisa, não poupa. Para elle o mez seguinte é como se não existisse. Será falta de educação, ou será a falta de uma faculdade? É a falta de educação, porque para esses pobres, a patria tem sido madrasta”; sobre o mestiço de negro com branco, a impressão do autor também é positiva: “O cruzamento do indio com o negro deu em resultado uma linda raça mestiça e cor de azeitona, cabellos corridos, intelligente e com quasi todas as qualidades e defeitos da precedente [ o *mameluco*], e que é conhecida no norte com o nome de *cafuz*, e no sul com o nome de *caburé*. Cf. Idem, p. 448.

perenes em sua existência, mas sim apenas uma desagradável etapa em direção ao branqueamento do Brasil, o que fica evidente no trecho abaixo, de Couto de Magalhães:

“Não devemos conservar pois apprehensões e receios a respeito dos futuros habitantes do Brasil. (...). Nosso grande reservatório de população é a Europa; não continuamos a importar africanos; os indígenas, por uma lei de seleção natural, hão de cedo ou tarde desaparecer; mas, se formos providentes e humanos, elles não desaparecerão antes de haver confundido parte de seu sangue com o nosso, communicando-nos as immunidades para resistir a acção deletéria do clima intertropical que predomina no Brasil”<sup>370</sup>.

Isso, aliado às teorias da aclimação, na qual pregavam uma possível dificuldade de estabelecimento dos brancos nos trópicos, favoreceu as imagens positivas em relação ao mestiço, dentro do IHGB no período estudado.

A partir de uma propalada “Leis dos Climats”, havia uma inadaptabilidade mútua entre homens de zonas climáticas distintas<sup>371</sup>. Assim, o homem branco aqui aportado sofreria as consequências dos trópicos<sup>372</sup>, não adaptados aos calores, umidade e suas temíveis consequências, o homem branco não seria perdoado:

“O arraial de Flores em outros tempos perdoava só os homens pardos, e estes mesmos soffriam continuamente; os brancos que lá ião todos

---

<sup>370</sup> MAGALHÃES, José Vieira Couto de. “Ensaio de Anthropologia – Região e Raças Selvagens”. *Op. Cit.* p.470.

<sup>371</sup> Teoria essa que vigorava nesse período de nossa história, como falou David Arnold, a partir dos estudos de Huntington, Semple, entre outros: “Cuando El hombre Blanco emigra a climas menos estimulantes que los natales, parece perder energia, tanto fisica como mental”. Cf. ARNOLD, David. *Op. Cit.* p. 36.

<sup>372</sup> Isso fica evidente mais uma vez aos analisarmos o artigo de Couto de Magalhães, no qual há uma série de referencias a esse tema: “É cousa averiguada que a aptidão para a acclimação em uma paiz quase todo intertropical não é igual para todos os troncos. O negro resiste melhor ao calor que o branco; o indígena se deve considerar como um termo médio entre esses dois extremos. Um facto, que terá sido observado por todos, é a prompta degradação da raça branca no Brasil, sobretudo nas cidades do littoral, ou nos lugares onde abundam miasmas paludosos. Na província de Goyaz existe uma grande região conhecida com o nome de vão do Paraná onde só o negro, o mulato e o mameluco podem viver; o branco que alli fôr residir, morre cedo ou tarde de febres paludosas; a cidade de Mato-Grosso, na província do mesmo nome, está também n’esse caso; a acção deletéria do clima tem alli extinguido a raça branca”. Cf. MAGALHÃES, José Vieira Couto de. “Ensaio de Anthropologia – Região e Raças Selvagens”. *Op. Cit.* p.469-470.

pagavam pagavam com a vida a sua temeridade [ em relação às febres e outras moléstias comuns à região]”<sup>373</sup>.

No entanto, o Brasil tinha a disposição povos plenamente adaptados às intempéries dos trópicos e que muito poderiam contribuir para o sucesso dessas terras americanas quentes e úmidas, não abertas a qualquer tipo de homem. Apesar de acusados de uma série de defeitos, eram os índios e negros adaptados à vida nas tropicais e distintas terras brasileiras<sup>374</sup>.

Desta maneira, o mestiço surge como uma forma de driblar esses problemas, uma vez que seria o elo de ligação entre a civilização do branco e a resistência física das “raças tropicais”. Assim, a teoria dos perigos da mestiçagem - duríssima, como podemos notar a partir das palavras de Agassiz sobre esse elemento<sup>375</sup> - era contrariada, o que fica evidente na contestação à teoria na mestiçagem do naturalista suíço<sup>376</sup>. Cabia então ao mestiço ser mais valorizado, uma vez que ele era fundamental em um processo de fixação do homem branco – o homem do progresso e do futuro promissor – nos trópicos:

“Nós temos sido ingratos e avaros para com esses mestiços, que já concorrem em alta escala com o seu trabalho para a nossa riqueza.  
Eu que tenho experimentado a rara dedicação d’elles, por que devo

---

<sup>373</sup> MATTOS, Raymundo José da Cunha. “Chorographia Historica da Provincia de Goyaz”. *Op. Cit.* p. 9.

<sup>374</sup> O que fica evidente nas descrições de seus hábitos de vida em solo brasileiro: “A sua mora é incerta [dos índios aymorés], e alastrados pelos campos não temem o sol, e a chuva. Nada semeiam para lhes servir de sustento, pois se valem para isso das frutas silvestres, e da caça que comem crúa”. Cf. . BARRETO, Domingos Alves Branco Moniz. “Plano sobre a civilização dos índios do Brazil e principalmente para a capitania da Bahia, com uma breve noticia da missão que entre os mesmos índios foi feita pelos prosriptos jesuitas”. *Op. Cit.* p. 44.

<sup>375</sup> “<<O resultado de não interrompidas alianças entre sangues-mixtos é uma classe de homens, nos quaes o typo puro desapareceu, e com elle todas as boas qualidades phisicas e moraes das raças primitivas, deixando em seu logar um povo degenerado, tao repulsivos como esses cães productos de uma cadella de raça com um gôso, com horror dos animaes de sua especie, entre os quaes é impossivel descobrir um unico individuo tendo conservado a intelligencia, a nobreza, a affectividade natural que fazem do cão de typo para o companheiro e o favorito do homem civilisado>>”. Cf. AGASSIZ, Louis. “Voyage au Bresil”. Apud. VERISSIMO, José. *Op. Cit.* p. 301. Apesar de reconhecer a iminência de Agassiz dentro das ciências naturais da época, Veríssimo não concorda com a sua negativa teoria da mestiçagem, acusando-a de ser superficial. Cf. Idem, Ibidem.

<sup>376</sup> Apesar de reconhecer a iminência de Agassiz dentro das ciências naturais da época, Veríssimo não concorda com a sua negativa teoria da mestiçagem, acusando-a de ser superficial. Cf. Idem, Ibidem.

duas vezes a vida a indivíduos d’essa raça, peço licença para examinar, mais detidamente, a sua influencia como elemento de trabalho e de riqueza para a nossa terra. Há ahi uma rica mina a explorar-se, tanto mais quando é hoje sabido que a mistura do sangue indígena é uma condição muito importante para a aclimação da raça branca em climas tropicaes como o nosso”<sup>377</sup>.

Os mestiços, de espírito descobridor<sup>378</sup>, eram então festejados, mesmo não sendo esta uma “festa” sincera. Imbuídos pela ciência de Darwin, esses homens festejavam esses filhos, muitas vezes bastardos de brancos com negra ou índia, de maneira pragmática, pois sabiam que eles não durariam para sempre, mas estariam fadados ao desaparecimento perante uma raça superior, o que fica evidente nos dizeres de José Verissimo:

“E o que ha a fazer para arrancar as raças cruzadas do Pará ao abatimento em que jazem? Pensamos que nada. Esmagal-as sob a pressão enorme de uma immigração, de uma raça vigorosa que nessa luta pela existencia de que falla Darwin as aniquile assimilando-as, parece nos a unica coisa capaz de ser util nessa provincia”<sup>379</sup>.

---

<sup>377</sup> MAGALHÃES, José Vieira Couto de. “Ensaio de Anthropologia – Região e Raças Selvagens”. *Op. Cit.* p.454.

<sup>378</sup> Não são poucas as referências as qualidades desses filhos de homens e mulheres de cores e outros aspectos físicos distintos: “D’estas famílias [ das vinte e sete primeiras famílias que povoaram a província de São Paulo] descenderão os brancos da terra, e os mamelucos, isso te, os filhos de Europeus, e índia, gente que fez famosa por seu espírito descobridor, e povoar no interior”. Cf. REBELO, Jozé Silvestre. “Povoação do Brazil relativamente á origem e influencia dos primeiros povoadores portuguezes nos costumes nacionaes”. In. *Revista Trimensal do Instituto Historico, Geographico e Ethnographico do Brasil*. Tomo XLV. Rio de Janeiro: Typographia Universal de H. Laemmert & C., 1882. p. 330.

<sup>379</sup> Idem, pp. 388-389. No entanto, é interessante que notemos que, nesse texto, que é uma segunda versão de um texto escrito há tempos atrás, Verissimo já vê com mais ceticismo esse seu projeto de imigração a fim de aprimorar a população do norte do Brasil, e mais interessante ainda é que o clima da região é culpado por essa suposta repulsa à região das “raças superiores”, como podemos observar a seguir: “Aconselhei então o seu esmagamento sob a pressão de uma raça forte que as aniquilasse na luta pela vida. Não via que essa raça privilegiada não virá tão cedo, não virá talvez nunca, em razão das condições mesologicas da região, e alvitrei um expediente cujo principal defeito era ser inexequível”. Assim, propõe como uma possível solução para esse problema, uso da força do elemento mestiço para desenvolver essas regiões. Cf. Idem, pp. 389-390.

O português - a raça forte nesses trópicos - venceria a batalha racial no país, mas sem sofrer marcas indeléveis daqueles povos inferiores que derrotaram<sup>380</sup>. Marcas que extrapolariam o cruzamento biológico para encontrarem-se também nos aspectos culturais. Assim, a mestiçagem não se dava somente na raça, mas também na cultura, e o exemplo que ele julga ser mais importante é a língua portuguesa falada no Pará, no Mato Grosso e em Goiás. Nesses lugares, segundo Couto Magalhães, onde o tupi influenciou a língua portuguesa de tal forma, que produziu uma língua mestiça, fruto da união das duas<sup>381</sup>.

Um futuro esperançoso<sup>382</sup> se abria ao Brasil, trópicos possíveis. A ciência e a educação contribuiriam para reverter fatores indesejados oriundos de raças inferiores, e de climas enervantes. A culpa de certos males também era da educação.

#### *4. Em terras de vagabundos e vagabundas*

Tínhamos aqui o Brasil, paraíso terreal, país dotado de uma natureza magnífica, bela e generosa. Nossa terra tudo dava: belas paisagens, fartura de caça e pesca, minas capazes de encher os olhos dos estrangeiros com suas riquezas, pastagens e solos excelentes para a nossa prosperidade agropecuária...

“Terra da preguiça e da gula”, um lugar que não dependia do trabalho para bem usufruir da vida<sup>383</sup>, em contraste com uma Europa precariamente livre da fome<sup>384</sup>. Algumas das melhores

---

<sup>380</sup> “Quem, afinal, venceu na lucta, como o mais apto que era, foi o portuguez, mas aqui succedeu que o povo civilizado e conquistador soffreu, em não pequena escala, a influencia da raça selvagem e conquistada, o que o sábio Agassiz, na sua primeira viagem pelo valle do Amazonas, notou como um facto singular”. Cf. Idem, p. 319.

<sup>381</sup> MAGALHÃES, José Vieira Couto de. “Ensaio de Anthropologia – Região e Raças Selvagens”. *Op. Cit.* p.448-450.

<sup>382</sup> “Nosso futuro por este lado [da presença de imigrantes que contribuem para o desenvolvimento do país] é cheio de esperanças, não o perturbemos com guerras (...). Tomemos nós brasileiros essa lição da natureza; e já que somos a maior região physica da America, procuremos ser tambem a maior nação moral, não pela acção do fogo, mas pelos lentos e methodicos trabalhos das artes, da economia e das sciencias que são absolutamente incompativeis com as estéreis glorias das armas, quer se al alcance em paizes estrangeiros, quer venham tintas com o sangue de nossos patricios”. Idem, pp. 472-473.

qualidades da mitológica Cocanha medieval encontraram um paralelo nas Américas<sup>385</sup>. Uma terra de natureza pródiga, habitada por negros, índios e mulatos, para se tornar o “paraíso do indolente” era só uma questão de tempo.

O clima quente, como vimos, há tempos é associado à preguiça e à indolência. Hipócrates já dizia, séculos antes de Cristo, que os climas estão diretamente relacionados às diferenças de caráter entre os povos, e que quanto mais acentuadas fossem suas variações, maiores seriam as virtudes do caráter de um povo<sup>386</sup>.

Assim, dentro das teorias de Hipócrates, as terras que se vangloriavam de ser ricas, de estarem bem provisionadas de água, de possuírem áreas de fácil cultivo, além de não estarem submetidas a grandes variações climáticas, produziam gente frouxa e covarde, pouco afeita ao trabalho pesado e pouco disposta ao exercício das faculdades intelectuais.

Ambiente este oposto às terras secas e agrestes, que sofriam com os rigores do frio do inverno e do calor do verão, produzindo assim, no seio dessa aspereza, homens rijos em seus corpos e rápidos em suas ações e pensamentos<sup>387</sup>.

A carapuça dessa terra linda e perigosa, geradora de homens e mulheres frouxos e pouco aptos aos exercícios do trabalho, servia perfeitamente naquele Brasil tropical reluzente aos olhos de estrangeiros e nacionais, e motivo de orgulho destes últimos, um dos bastiões de nossa nascente identidade nacional.

---

<sup>383</sup> Como podemos observar no seguinte trecho: “<<Aqui neste valle virgem [do rio Amazonas], onde a vegetação é sempre luxuriante com o mais agradável e invejável clima do mundo, uma atmospherá brilhante que só tem rival na de Quito, sem mudança nas estações, podemos collocar o paraizo do indolente. A vida pode aqui ser mantida com tão pouco trabalho como no Éden>>”. In. ORTON, J. *The Andes and the Amazon* Apud VERISSIMO, José. *Op. Cit.* p. 310.

<sup>384</sup> ARNOLD, David. *Op. Cit.* p. 133.

<sup>385</sup> FRANCO JÚNIOR, Hilário. *Cocanha: a história de um país imaginário*. São Paulo: Cia. Das Letras, 1998. p. 82.

<sup>386</sup> ARNOLD, David. *Op. Cit.* p. 22.

<sup>387</sup> Idem, *Ibidem*.

Mais uma vez o contraste de uma Europa modelo surgia como um espectro que disposto a desvirtuar quaisquer esperanças que pairavam sobre nossos construtores e idealizadores de uma nação para nosso país. O clima distinto distanciava cada vez mais e mais o Brasil de um futuro promissor e europeu, para aterrá-lo cada vez mais em um presente feio e tropical, com toda a inércia, pecados e doenças que isso poderia acarretar.

Lembremos que essas relações entre o clima tropical e indolência ganharam grande destaque no século XVIII, principalmente através das premissas hipocráticas retomadas por Montesquieu<sup>388</sup>, que mais uma vez propunha a relação entre os climas supostamente benignos e homens débeis.

Assim, veremos que nossos intelectuais do IHGB escreveram em uma época em que associações entre trópicos e preguiça eram bastante comuns dentro do pensamento social – e continuariam a permear, e atormentar, as ideias de nossos intelectuais até períodos avançados do século XX, como veremos adiante.

Tais premissas lançadas por Hipócrates e confirmadas por Montesquieu e seus contemporâneos e seguidores estavam bastante vivas no século XIX. Cultivava-se uma imagem geral de um Brasil indolente, fruto de seu clima e de seu solo, ambos benévolos demais. Essa terra fértil, de clima agradável, cheia de raízes, frutos e animais, cortada por rios piscosos, e banhada por mares quentes afetara profundamente nossos habitantes originais:

---

<sup>388</sup>É importante que frisemos mais uma vez que Montesquieu em seu tempo apenas sintetizou certas crenças e valores sobre os trópicos e seus homens, mais que tais detrações a esses sujeitos já existiam em períodos bastante anteriores ao século XVIII da Ilustração. Nesse sentido, podemos mostrar aqui a imagem um tanto dramática de uma suposta preguiça indígena em terras tropicais, proferidas pelo Pe. Antonio Blasquez em suas cartas escritas no século XVI, e publicadas na revista do IHGB: “Suas camas [dos indígenas que habitavam o território da Bahia] são umas redes podres com urina, porque são tão preguiçosos que ao que demanda a natureza se não querem levantar”. Cf. BLAZQUEZ, Antonio. “Cartas do Padre Antonio Blasquez sobre o Brasil (1556-65)”. In. *Revista Trimensal do Instituto Historico, Geographico e Ethnographico do Brazil*. Tomo XLIX. Rio de Janeiro: Typographia, Lithographia e Encadernação a vapor de Laemmert & C., 1886. p.10.

“O índio era indolente e preguiçoso, porque a natureza, como mãe pouco providente que á força de extremos e caricias mal educa os seus filhos, tinha sido excessivamente prodiga para com elles. Carecia de pouco para viver, e esse pouco, a benignidade do clima, a fertilidade do terreno, lhes asseguravam em todos os tempos e em todos os lugares: tinham abundancia de caça, de pesca, de differentes fructos segundo as quadras do anno, de modo que, fazendo plantações, não carecia reservar colheita para alguma occurrencia imprevista. Que lhes importava o futuro? Viveriam seus filhos como elles”<sup>389</sup>.

E nesse sentido, aquela velha ideia de Hipócrates ganha espaço na revista do IHGB. São diversos os relatos que trazem o contraste entra as belezas de nossas terras e a inércia de nossas gentes. Nossos índios vinham de uma preguiça natural, atribuída principalmente ao meio em que se desenvolveram<sup>390</sup>.

Aos olhos de europeus e de brasileiros com olhos voltados para a Europa, a preguiça indígena atingia graus extremos. Tinha essas pessoas uma “nativa tendência para a vida errante e

---

<sup>389</sup> DIAS, A. Gonçalves. “Brasil e Oceania”. *Op. Cit.* p. 140. É importante que ressaltemos aqui que Gonçalves Dias não negava uma suposta indolência do indígena motivada pelo meio em que vivia, como observamos, no entanto, segundo esse romântico indigenista, tal preguiça não era absoluta, mas podia ser relativizada, como perceberemos mais a frente. No mesmo sentido do trecho de Gonçalves Dias, sobre uma suposta indolência do índio brasileiro motivada pela ação de fatores da natureza, podemos citar o seguinte trecho: “Filhos de uma raça para quem nada eram as privações dos gosos materiaes, são elles como seus paes [os índios tapuios]. (...). Tudo o que exige acção, iniciativa, exercicio continuado, persistencia, a energia moral por onde as fortes individualidades se affirmam, lhes é impossível [nesse caso, referindo-se à indolência dos filhos mestiços de brancos com os índios, que herdaram as características desses últimos ancestrais]. VERISSIMO, José. *Op. Cit.* p. 310.

<sup>390</sup> O que fica ainda mais evidente, ao observarmos os seguintes trechos: “Vivem da rapina e pesca [os índios de Minas Gerais], e principalmente da caça. (...). Preguiçosos em geral, não cuidam de cultivar a terra, nem de modo algum de vida”. Cf. Sem autor. “Descobrimto de Minas-Geraes”. In. *Revista Trimensal do Instituto Historico, Geographico e Ethnographico do Brasil*. Tomo XXIX. Rio de Janeiro: B.L.Garnier-Livreiro-editor, 1886. pp. 18-19., Ou ainda: “Eu sei bem que os índios em geral, são preguiçosos, inconstantes e fracos; mas com esses defeitos, e ainda com outros, elles servem de muito, elles são nossos irmãos”. Cf. ALMADA, Manoel da Gama Lobo de. “Descrição relativa ao Rio Branco e seu território”. In. *Revista Trimensal do Instituto Historico, Geographico e Ethnographico do Brasil*. Rio de Janeiro: Typ. de S. Luiz dos Santos, 1861. p. 666.

a ociosidade”<sup>391</sup>, só se movimentavam em caso de última necessidade, e mesmo assim, obravam somente o mínimo necessário<sup>392</sup>.

Afinal, estavam esses povos a séculos enraizados em terras onde a obtenção da caça e da pesca obtidas a pouco custo os eximia de cultivar a terra<sup>393</sup>. Os benefícios dos trópicos há gerações amoleciam aqueles homens, já enfraquecidos racialmente perante o homem branco, como vimos há pouco.

Nesse sentido, podemos perceber que as noções que relacionam a magnitude dos trópicos com a ociosidade estão fortemente arraigadas nos membros do IHGB, ao notarmos uma ação que vai além de seus efeitos sobre os indígenas, afetando também os outros habitantes do Brasil, sendo os mestiços, tão sujeitos às suas delícias quanto suas mães indígenas ou negras.

O clima tropical não se mostrava generoso somente aos seus habitantes mais antigos, mas os colonizadores portugueses e seus descendentes mestiços logo caíam nos braços dessa mãe-natureza, que tratava por igual – e muito bem, diga-se de passagem – todos os seus filhos:

“O sertanejo não precisa trabalhar mais que uma semana no seu mandiocal para ter seguro o pão de um anno inteiro, seus campos e rios lhe ofertam o conducto, isto só lhe basta, de nada mais necessita; e eis aqui toda a agricultura d’este paiz foi reduzida a uma pequena plantação de mandioca para cada morador”<sup>394</sup>.

---

<sup>391</sup> MELLO, José Alexandre Teixeira de. *Op. Cit.* p.18.

<sup>392</sup> Opinião que fica explícita no trecho a seguir: “Ainda que não levem a indolencia a tão alto grão, como diz Azara que é levado entre os *guaranis*, a preguiça é um dos seus característicos. O *Botocudo* fica inactivo dentro da sua cabana até que a necessidade de comer o force a sahir d’ella; porém mesmo assim obra o menos que póde”. Cf. DIAS, A. Gonçalves. “Brasil e Oceania”. *Op. Cit.* pp. 69-70.

<sup>393</sup> O que fica reforçado no trecho a seguir: “Para o indio essa é região [pantanaes do Alto Paraguai, São Lourenço e Cuiabá] onde a vida é facil: a caça e o peixe são ahi não só em grande abundancia, mas tão facilmente colhidos que, para viver e gozar de abundancia, não é necessário trabalhar”. Cf. MAGALHÃES, José Vieira Couto de. “Ensaio de Anthropologia – Região e Raças Selvagens”. *Op. Cit.* p. 375.

<sup>394</sup> Sem Autor. “Considerações sobre as duas classes mais importantes de povoadores da capitania de Minas Geraes, como são as de mineiros e agricultores, e a maneira de as animar”. In. *Revista Trimensal do Instituto Historico, Geographico e Ethnographico do Brasil*. Tomo XXV. Rio de Janeiro: Typ. de D. Luiz dos Santos, 1862. p. 433.;

A indolência, aos olhos dos membros do IHGB, e daqueles que eles escolheram para publicar seus artigos nas revistas, se espalhava por todo o país, atingindo aqueles que viviam em contato direto com a natureza, pródiga em excesso, sendo esse mal perceptível principalmente nas “raças menos nobres” da espécie humana, e nos filhos nascidos das uniões destas com a raça tida como superior.

Nesse sentido, há uma série de exemplos que atestam essa percepção, citá-los, para fazerem quorum junto aos diversos já aqui elencados, ajuda a mostrar o alcance que essa noção alcançara em no período em que esses homens ligados ao IHGB escrevam, e mesmo em texto escrito por autores externos ao grêmio, mas selecionados para compor as publicações do instituto<sup>395</sup>.

---

Podemos ainda, nesse sentido, citar o seguinte trecho: “É habitada [a vila de Moira, no norte do Brasil] de muitos moradores brancos e Índios; porém assim aquelles como estes se entregam á ociosidade de tal maneira, que se não pôde verdadeiramente reconhecer qual é o genero de commercio ou de agricultura que exportam”. Cf. Sem autor. “Diario da viagem que fez á colonia hollandeza de Surinan o Porta Bandeira da Sétima Companhia do Regimento da cidade do (ilegível), pelos sertões e rios d’este Estado em diligência do Real serviço”. In. *Revista Trimensal de Historia e Geographia ou Jornal do Instituto Historico e Geographico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1846. p. 13.

<sup>395</sup> “Parece que muitos homens aborrecem aquillo mesmo que é a origem da sua existência [sobre a agricultura em Goiás] e principal base de sua sustentação. Inventando pretextos frívolos com que encobrem a sua preguiça, chamam que não podem dar sahida aos gêneros, e andam como mortos de fome. Não querem trabalhar, contentam-se com a mendicância, com o roubo, com a caça dos bosques, fructos das arvores e raízes da terra; e isto mesmo quando as acham com facilidade, pois que a defficultar-se-lhes, tomam como aliemento o mel de abelhas que encontram em algumas rochas, ou arvores. (...). A terra é a melhor possível; a gente é boa, mas a preguiça de quase toda chega a um grão inexplicável”. Cf. MATTOS, Raymundo José da Cunha. “Chorographia Historica da Provincia de Goyaz”. *Op. Cit.* pp. 287-289.; ou ainda: “d’elles [dos gentios] não me admiro tanto como dos proprios domesticados; toda a sua paixão e saudade é pelo mato que deixarão; ali o apetite animal é a lei dos costumes, ali são naturalmente preguiçosos, porque o mato naturalmente lhes subministra tudo o que de que necessitão. A necessidade tem sido a mestra da industria nos paizes cultos; elles, que a não receião, nem amão a industria nem a sujeição aos costumes, que são diversos dos seus”. FERREIRA, Alexandre Rodrigues. “Diário da viagem philosophica pela Capitania de São José do Rio Negro”. In. *Revista Trimensal do Instituto Historico, Geographico e Ethnographico do Brazil*. Tomo XLVIII. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert & C., 1885. pp. 98-99.; ou ainda: “A facilidade com que se obtêm os viveres de primeira necessidade torna os homens indifferentes a todos os outros trabalhos [sobre os habitantes do interior da provincia do Mato Grosso]”. Cf. WAEHNELDT, Rodolfo. “Exploração da província do Mato Grosso”. In. *Revista Trimensal do Instituto Historico, Geographico e Ethnographico do Brasil*. Tomo XXVII. Rio de Janeiro: Typ. de Domingos Luiz dos Santos, 1864. pp. 206-207.; ou ainda: “(...) toda a provincia [do Maranhão] esta coalhada de fazendas de criação de gado vaccum, em cujo trato e para a salga das carnes e couros se occupam cardumes de homens ociosos, sem domicilio certo, pela mór parte de uma raça cruzada de indios, brancos e negros, a que chamam de cafusos, os quaes são muito amantes d’esta vida meia errante, pouco dados a outros misteres e muito á rapida e á caça, distinguindo-se apenas dos selvagens pelo uso da nossa linguagem”. Cf. MAGALHÃES, Domingos José Gonçalves de. “Memoria Historica e Documentada da Revolução da Província do Maranhão. Desde 1839 até 1840”. In. *Revista Trimensal de Historia e Geographia ou Jornal do Instituto Histórico e Geographico Brasileiro*. Tomo X. Rio de Janeiro, 1870 (1848). p. 267.

Em meio a essa vasta amostra de exemplos que nos evidenciam uma relação entre climas quentes e a preguiça – não só no Brasil<sup>396</sup> – também encontramos exemplos que ligam o clima frio à atividade humana. O que nos evidencia ainda mais que as teorias de Hipócrates e seus seguidores possuíam grande inserção entre os membros do grêmio carioca:

“(…) deixemos por ora só em profecia que sendo Minas o estômago do Brazil, nunca será vigorosa e genuina litteratura, que d’ahi não tire as forças, o vigor, a origem. – Com effeito se está recebido em these que em paizes tropicaes nas chadas ou rechanos elevados tem os habitantes mais actividade, e o clima se presta mais ao trabalho do espirito, o que até se comprovaram os indigenas americanos, no México, Perú & c. (...)”<sup>397</sup>.

Ou ainda:

“O clima do Rio Grande não deixa de ser favorável, e de ordinário constitue robustos os seus moradores: é verdade que para isto não concorre menos o pouco melindre com que são creados, a maior parte do tempo expostos ao rigor d’elle, sem outro abrigo que o das insignificantes e dispersas habitações, que é notório”<sup>398</sup>.

Além disso, percebemos que na própria descrição dos imigrantes portugueses que vinham ao Brasil, considerados, em geral, dentro das publicações do IHGB como aptos ao trabalho assim como os demais europeus, como veremos, há uma gradação da atividade e inclinação ao trabalho, em uma descrição de suas características, que acompanha a variação climática de Portugal,

---

<sup>396</sup> Como nas referências aos polinésios, que assim como os brasileiros, viviam em meio a uma natureza tropical e provida: “são frouxos, dados à preguiça e a ociosidade”. Cf. DIAS, A. Gonçalves. “Brasil e Oceania”. *Op. Cit.* pp. 337-343.

<sup>397</sup> VARNHAGEN, F.A. de. “Biographia dos Brasileiros Distinctos por Letras, Armas, virtudes, etc... – Fr. José de Santa Rita Durão” In. *Revista Trimensal de Historia e Geographia ou Jornal do Instituto Historico e Geographico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1846. p. 276.

<sup>398</sup> CAMARA, Sebastião Xavier da Veiga Cabral da. “Reflexos sobre o estado actual do continente do Rio Grande de S. Pedro”. Apud. HOMEM DE MELLO, Francisco Marcondes (org.). “Documentos relativos á Historia da Capitania, depois província, de S. Pedro do Rio Grande do Sul”. In. *Revista Trimensal do Instituto Historico, Geographico e Ethnographico do Brasil*. Tomo XL. Rio de Janeiro: B.L.Garnier-Livreiro-editor, 1877. p. 252.

considerando os imigrantes oriundos das províncias mais frias do norte os mais industriais, sendo que esse vigor vai se diluindo à medida em que as latitudes também diminuem, e o clima do reino esquenta. Era a noção da relação entre o calor e a preguiça aparecendo, mesmo que de maneira sutil, no IHGB:

“As provincias de Portugal, que mais fornecêrão e fornecem ao Brazil são as do Minho, e Beira-alta; aqui para as partes do sul em geral, estas creaturas distinguem-se pela sua actividade no commercio de retalho, e serião o mesmo commercio em grosso, si houvessem recebido educação propria para isso; são bem activos, e industriosos, mas pouco inclinados a agricultura. Das outras provincias portuguezas a Estremadura é a que se segue na lista das que enviavão, e nos envião mais gente; não tem actividade dos anteriores, e dão-se mais a ofícios mecanicos. Os ilhéos são mais dados a agricultura, mas os seus trabalhos são lentos e vagarosos”<sup>399</sup>.

Era nessa dicotomia entre a abundância e o potencial da riqueza, e o anti-paraíso de suas gentes, que encontramos o dilema de nossos pensadores da nação. Enquanto persistisse a indolência e o gosto pela ociosidade tão vigorosa, como existia entre o povo brasileiro daqueles tempos, seria difícil explorar todo o progresso latente em nossa natureza:

“A fertilidade de seu solo [cidade de Antonina, no Paraná], garante-lhe todos os cereaes de nosso paiz, dos quaes ainda exporta as vezes para outros pontos da provincia. Saudavel, com ricas madeiras de construcção naval, urbana e de marceneria (...) necessita apenas para seu engrandecimento, que as artes e officios associados ás outras industrias,

---

<sup>399</sup> REBELO, Jozé Silvestre. *Op. Cit.* pp. 338-339.

despertem em sua população o amor constante do trabalho, inhexaurível  
fonte de riqueza de todos os povos civilizados do mundo”<sup>400</sup>.

Como podemos notar, uma suposta discrepância entre o potencial econômico armazenado nas formas naturais do Brasil e a pouca ação de seus habitantes é uma constante dentro das publicações do IHGB, sendo essa parca atividade, constantemente explicada pela ação do clima e da natureza tropical sobre os habitantes daqui. Nesse sentido, podemos considerar que um grande temor sobre ação dos trópicos nos homens no Brasil aparece latente nesses escritos. Raça e clima tropical eram os pesadelos daqueles homens que almejavam um futuro promissor, nos moldes europeus, para nós.

O apreço pela Europa e pelo europeu surge dessa forma, o que enfatiza que o clima da Europa acompanhava o apreço que tais intelectuais sentiam pelo continente como um todo. Nesse sentido, podemos considerar o artigo de Henrique Rebello, escrito em 1836, mas publicado em

---

<sup>400</sup> PITANGA, Epiphânio Candido de Sousa. “Itinerario do Reconhecimento do Estado da Estrada da cidade de Antonina á colônia militar do Jatahy, na Província do Paraná”. In. *Revista Trimensal do Instituto Historico, Geographico e Ethnographico do Brasil*. Tomo XXVI. Rio de Janeiro: Typ. de Domingos Luiz dos Santos, 1863. p. 539.; Essa disparidade entre o potencial de riqueza da natureza brasileira – “o paraíso” - e a população mestiça, negra ou indígena, em geral pouco apta ao progresso e desenvolvimento da nação – “o antiparaíso” – aparece com bastante destaque no IHGB do período estudado, como podemos constatar nos trechos a seguir, em diversas partes do Brasil: “ha muita preguiça e falta de industria, não se cuida d’este grande rammo de commercio [ no caso, as oliveiras, segundo o autor, pela demora no crescimento destas] que ao diante seria de muitas vantagens”. Cf. Sem Autor. “Almanack da Villa de Porto-Alegre com reflexões sobre o Estado da capitania do Rio-Grande do Sul”. In. *Revista Trimensal do Instituto Historico, Geographico e Ethnographico do Brasil*. Tomo XXX. Rio de Janeiro: B.L.Garnier-Livreiro-editor, 1867. p.56.; “Consistindo a maior felicidade do paiz na abundancia de pão, e demais viveres necessarios para a conservação da vida humana, e sendo as terras, de que se compoem este governo e capitánias annexas, das mais ferteis que se reconhecem, dous principios tem concorrido igualmente para a consternação e miseria, que n’ellas se tem experimentado. O primeiro é a ociozidade, vicio geral e insuperavel a todas as nações incultas, que sendo educadas nas densas trevas da sua rusticidade até lhes faltão as luzes do natural conhecimento da propria conveniencia”. Cf. CORRÊA, Filipe Neri. “Direção com que interinamente se devem regular os indios das novas villas e lugares erectos nas aldeias da capitania de Pernambuco e suas annexas”. In. *Revista Trimensal do Instituto Historico, Geographico e Ethnographico do Brasil*. Tomo XLV. Rio de Janeiro: Typographia Universal de H. Laemmert &C., 1882. pp. 131-132.; “O meu juizo a respeito da agricultura do logar é, que o que a terra pôde produzir de maniba, arroz, feijão e milho, e ainda de algodão e café, é sem conto, mas que o que de facto produz é muito pouco, porque o trabalho a fazer é muito, e as preguiça muito mais”. Cf. FERREIRA, Alexandre Rodrigues. *Op. Cit.* p.17.; ou ainda: “Si toda esta capitania situada debaixo do melhor ceo do mundo, e tão cheia de riquezas naturaes, fosse habitada por homens industriosos, e amigos do trabalho, em breve chegaria ao maximo de prosperidade; o povo seria feliz e abastado, e d’ella seria banida a mendicidade, que hoje tanto grassa á similhaça da Europa”. Cf. ANDRADE, Martim Francisco Ribeiro de. “Jornaes das viagens pela capitania de São-Paulo”. In. *Revista Trimensal do Instituto Historico, Geographico e Ethnographico do Brasil*. Tomo XLV. Rio de Janeiro: Typographia Universal de H. Laemmert & C., 1882. pp. 6-7.

1867 em revista do grêmio, como exemplar, pois mostra bem as distinções entre o aparente paraíso brasileiro, e a dura e inclemente natureza europeia, aspecto que, perduraria dentro do IHGB durante todo o período estudado<sup>401</sup>.

Nas revistas do IHGB percebemos que havia a noção de que o clima temperado – por sinal, o clima do nosso continente modelo: a Europa – era capaz de produzir homens fortes, graças a essa suposta dificuldade que ele impunha aos seus habitantes, tanto que, em geral, a presença desses homens imigrados em solo brasileiro e o suposto desenvolvimento que promovem, entra em contraste com o atraso e a morosidade dos mestiços e nativos daqui, marcados sob os signos dos trópicos.

Alemães e suíços são associados ao progresso e trabalho<sup>402</sup>. Quando brancos chegam em determinados lugares nota-se uma crescente no desenvolvimento do local<sup>403</sup>, se eles não estão lá,

---

<sup>401</sup> “A facilidade de achar trabalho, e de vender seus productos no Brasil, tem feito nascer a indolência: não sabemos, se esse é um defeito occasionado por circumstancias, ou por influencia do clima. Em o nosso paiz observa-se que, pela facilidade de manter-se a pobreza, e mesmo a classe trabalhadora, entregam ao ócio e a preguiça, enquanto dura o grande sustento, proveniente, ou do que tem adquirido por sua industria e trabalho, ou do que espontaneamente produz a natureza em nosso solo abençoado. (...). Na Europa perde-se o desejo do consorcio pela dificuldade de subsistência, no Brasil havendo favoraveis meios de subsistir, o individuo entrega-se a ociosidade. (...). No Brasil nenhum individuo morrerá de fome, querendo dar-se a um pequeno trabalho: os rios abundam em peixes; as florestas em caças innumeraveis espécies; as praias em mariscos saborosos de tamanhos variados”. É importante que frisemos que Rebello, apesar de acreditar nas forças da natureza na formação do caráter de um povo, como podemos notar a partir do trecho citado, não vê somente nessas tais forças a culpa por certos hábitos nocivos presentes no brasileiro. Rebello também cita o alto valor dos impostos, a imoralidade, o grande número de filhos nas famílias miseráveis, entre outros fatores, como entraves ao progresso no Brasil. Cf. REBELLO, Henrique Jorge. *Op. Cit.* p. 10-12.

<sup>402</sup> O que pode ser constatado nos trechos: “(...) posto que estes allemães mostrem o mesmo caracter e costumes que possuem os que habitam a fregezia de S. Pedro, é notável que aquelles têm a mais decidida inclinação ao trabalho, e quase nunca se entregam a divertimentos”. Cf. PAIVA, Joaquim Gomes d’Oliveira e. “Memória Histórica sobre a Colônia allemã de S. Pedro D’Alcantara, estabelecida na Província de Santa Catharina”. In. *Revista Trimensal de Historia e Geographia ou Jornal do Instituto Historico e Geographico Brasileiro*. Tomo X. Rio de Janeiro: Typ. de João Ignacio da Silva, 1870 (1848). p.515.; ou ainda: “A colônia dos suissos fundada em Nova Friburgo (...) é por assim dizer uma das que hoje existem em estado florescente, devido á índole da sua povoação, de que esta província tira não pequena vantagem, como era de esperar”. SILVA, Thomé da Fonseca e. “Breve Noticia sobre a colônia de suissos fundada em Nova Friburgo”. In. *Revista Trimensal de Historia e Geographia ou Jornal do Instituto Historico e Geographico Brasileiro*. Tomo XII. Rio de Janeiro: Typographia de João Ignacio da Silva, 1874 (1849). p. 142.

<sup>403</sup> O que pode ser verificado no trecho: “(...) Sem duvida se póde dizer que esta villa [de Moira] offerece hoje o mais importante objecto de commercio depois da cidade capital, sem que em outro tempo só tinha alli a sua residência a intriga e a preguiça, o que tudo se desterrou, vindo substituir-lhes o amor ao trabalho, e isto por motivo das ditas sabias e providentes ordens [do Sr. Dr. Francisco de Souza Coutinho, o governador e capitão geral de então], debaixo

ninguém faz o trabalho<sup>404</sup>. Assim, notamos que a noção de supremacia do clima temperado sobre o tropical, para a formação e desenvolvimento dos povos está presente em todo o período pesquisado, inclusive extrapolando-o, tanto no passado, quanto nos períodos posteriores ao recorte temporal da pesquisa.

No entanto, como nos demais temas aqui abordados, não há um consenso absoluto, apesar de percebermos que a maior parte dos relatos traz uma relação entre natureza pródiga marcada pela ação dos trópicos, e uma suposta inclinação de seus habitantes à indolência, há opiniões divergentes, ora por relativizar essa noção de preguiça no Brasil, ora por mesmo negá-la. Apesar de minoritárias e esporádicas, essas ideias também se encontram nas publicações do IHGB.

Gonçalves Dias, por exemplo, apesar de não negar os efeitos da generosa natureza tropical sobre a atividade do indígena, mostra que essa “não era tão extrema”, como queriam seus detratores, uma vez que eles poderiam, em caso de interesse, transformar-se em figuras de infatigável atividade<sup>405</sup>. Nessa mesma linha de pensamento, Couto de Magalhães também relativiza a preguiça indígena, ao afirmar que “não trabalham nas coisas em que nós trabalhamos porque não foram habituados nem sentem as mesmas necessidades”, porém mostram “extrema actividade na pesca, na caça e na guerra, únicos trabalhos cuja utilidade compreendem”<sup>406</sup>.

---

das quaes se tem alli ido estabelecer muitos moradores brancos”. Cf. Sem autor. “Diario da viagem que fez á colonia hollandeza de Surinan o Porta Bandeira da Sétima Companhia do Regimento da cidade do (ilegível), pelos sertões e rios d’este Estado em diligência do Real serviço”. *Op. Cit.* 7.

<sup>404</sup> O que fica evidente a seguir: “É a cidade mal provida de peixe, por não haver pescadores brancos, e so indios naturalmente preguiçosos com alguma especie de antipatia”. Vale ressaltar que esse artigo é de 1665, o que mostra que as concepções a respeito dessa relação entre as facilidades do trópico e a preguiça no Brasil já eram bastante antigas, isso porque, o autor vê na opulência das terras brasileira a origem desses males. Cf. ARANHA, Manoel Guedes. “Papel Politico sobre o Estado do Maranhão”. In. *Revista Trimensal do Instituto Historico, Geographico e Ethnographico do Brasil*. Tomo XLV. Rio de Janeiro: Typographia Universal de H. Laemmert &C., 1882. p.12.

<sup>405</sup> “Não era comtudo que fosse tão extrema essa indolencia como nol-a querem pintar os seus detractores: n’esses homens meridionaes, o que mais admirava era a passagem rápida e por assim dizer instantânea de um extremo ao outro, o contrasta da preguiça no seu auge, e logo transformada em infatigável actividade”. Cf. DIAS, A. Gonçalves. *Op. Cit.* 141.

<sup>406</sup> MAGALHÃES, José Vieira Couto de. “Ensaio de Anthropologia – Região e Raças Selvagens”. *Op. Cit.* p. 507.

Nesse sentido, há ainda a negação da preguiça indígena, sob o argumento de que há uma diferença na perspectiva de trabalho, mas tanto índios quanto brancos trabalham para satisfazer as necessidades que possuem:

“Dizem que são preguiçosos [os índio apinajés]. Que! Póde-se chamar preguiçoso a aquelle que trabalha para satisfazer as necessidades reaes e ficticias da vida? Poder-se-há qualificar como tal aquelle que, não conhecendo outra necessidade, senão a da conservação, trabalha para alimentar-se com o resultado do seu trabalho e defende-se quanto póde contra seus opressores? Não.”<sup>407</sup>

Encontramos ainda um artigo que refuta a teoria do clima<sup>408</sup>, e ainda alguns poucos que flertam com a ideia de possibilidade de homens laboriosos vindos dos trópicos<sup>409</sup>. Mas a verdade é que a grande maioria dos artigos publicados que tocavam na relação entre clima e preguiça no Brasil, viam um panorama deveras negativo, marcado pela presença de homens perdidos em meio a uma natureza exuberante e benevolente, ideal para se obter alimento fácil, mas que colocava a população brasileira perigosamente distante do almejado progresso aos moldes de Paris.

A verdade é que trópicos e preguiça andaram juntos durante muito tempo de nossa história, entrando em momentos avançados do século XX. Exemplo disso é Macunaíma, “herói solar e

---

<sup>407</sup> GOMES, Vicente Ferreira. “Itinerario da cidade de Palma, em Goyaz, á cidade de Belém no Pará, pelo rio Tocantins, e breve noticia do norte da província de Goyaz”. In. *Revista Trimensal do Instituto Histórico, Geographico e Ethnographico do Brazil*. Tomo XXV. Rio de Janeiro: Typ. De D. Luiz dos Santos, 1862. p.494.

<sup>408</sup> OLIVEIRA, Antonio Rodrigues Velloso de. *Op. Cit.* pp. 187-188.

<sup>409</sup> Como no trecho a seguir, no qual Teixeira de Mello, em sua busca pela refutação da ideia da pouca atividade dos brasileiros, usa trechos de Balthazar Lisboa para corroborar sua opinião: “<<os habitantes supposto fossem cheios de um espírito inquieto e dados à preguiça que apenas se ocupavão. Na criação do gado que conduzião para o Rio de Janeiro, comtudo desde aquella época de 1752 se entregarão ao amor do trabalho, e desenvolvimento de todo o genero de agricultura, a que prodigiosamente forão levados os habitantes que a cultivão com todo affinco>>”. Cf. MELLO, José Alexandre Teixeira de. *Op. Cit.* p. 861.; ou ainda: “Dos povos do Brasil o cuyabano é o que mais se assemelha por seus caracteres phisicos ao povo paraguay. Grandes cantores e amigos de dansa como todos os povos proximamente unidos ao indígena, elles não têm a indolencia de nossas populações mestiças; activos, laboriosos, emprehendedores, são dignos herdeiros dos paulistas que lhes descobriu o solo”. Nesse trecho, podemos observar que, apesar de a maior parte das impressões sobre os mestiços serem positivas, havia exemplos que afirmavam o contrário. Cf. MAGALHÃES, José Vieira Couto de. “Ensaio de Anthropologia – Região e Raças Selvagens”. *Op. Cit.* pp. 376-377.

mestre da preguiça”, no qual Mário de Andrade encarnou a preguiça por um viés positivo, assumindo e fazendo festa a uma das primeiras e mais difundidas inscrições sobre o corpo do habitante nativo do novo mundo<sup>410</sup> – e depois também para os frutos de povos imigrados.

Mário de Andrade se apoia na valorização da preguiça como algo essencial à criação artística. A preguiça, tão presente em Macunaíma, era então eleita como o elemento diferenciador do brasileiro. Tal “herói sem nenhum caráter” pode ser situado no âmbito do projeto intelectual de Oswald de Andrade no *Manifesto da poesia pau-brasil*, na qual o personagem de Mário de Andrade é a expressão de um ideal que buscava amalgamar “a cultura nativa e a cultura intelectual renovada, a floresta com a escola num composto híbrido que ratificava a miscigenação do povo brasileiro”<sup>411</sup>.

Na construção desse personagem chave da identidade nacional, Mário de Andrade bebeu dos estereótipos que distinguiam lugares propícios à preguiça e ao direito ao ócio, representados pelas regiões de climas quentes, dos lugares marcados pela ideologia do trabalho, representados, por exemplo, pelos grandes centros e pelos lugares de clima temperado<sup>412</sup>. No entanto, o que deixa evidente a força, e o temor que esses estereótipos causavam no século XIX, e em períodos anteriores, e posteriores a ele – como é o caso em que surge Macunaíma – é a aparente recusa dos trópicos e suas gentes por parte de um Mário de Andrade político, e não escritor.

A verdade era que a realidade presente no interior do Brasil, de um sertanejo marcado pela doença e indolência, era tão horrenda, que se sobrepunha às vantagens criativas do ócio. Há tempos, viajantes, escritores e cronistas – como nos casos tratados aqui, retirados das revistas do IHGB – se debruçaram sobre as regiões do interior do país e sobre as condições de vida dos tipos

---

<sup>410</sup> SOUZA, Eneida Maria de. “A Preguiça - Mal de Origem”. *Op. Cit.* pp. 77-83.

<sup>411</sup> LIMA, Nísia Trindade. *Um Sertão chamado Brasil: intelectuais e representação geográfica da identidade nacional*. Rio de Janeiro: REVAN, IUPERJ, UCAM, 1999. p. 144.

<sup>412</sup> SOUZA, Eneida Maria de. “A Preguiça - Mal de Origem”. *Op. Cit.* p. 72.

humanos que a habitavam. Como nos diz Nísia Trindade Lima, “isolamento, ignorância e ociosidade” eram os termos mais comuns expressos por esses autores<sup>413</sup>.

Nísia Trindade Lima nos traz um panorama em que, apesar das diferenças regionais quanto à posse da terra e as condições de vida e trabalho, ocorriam semelhanças nas descrições dos hábitos dos sertanejos do Nordeste, caucheiros do Norte ou caipiras do Vale do Paraíba. Nesse caso, a partir dos relatos encontrados nas revistas do IHGB, podemos ainda incluir os indígenas nesse rol, pois, como veremos, tanto o sertanejo, mestiço por excelência, como o indígena, apresentam modos de representação que variam intensamente no que se refere à valorização à vida positiva ou negativa desses tipos humanos e da vida no interior.

Abordagens tão distantes entre si, que iam desde a valorização de elementos como a força, a autenticidade e a comunhão com a natureza - caso muito comum na literatura romântica -, até o retrato negativo e sombrio que encontramos, por exemplo, nos textos de Saint-Hilaire, Monteiro Lobato, Gustavo Barroso e Euclides da Cunha<sup>414</sup> – e que também encontramos majoritariamente nas publicações do IHGB.

O caipira era então, na virada do século XIX e primeiras décadas do século XX visto como indolente, imprevidente e parasita, um “piolho da terra”, que segundo Nísia Trindade Lima, alcançou seu ponto culminante com o personagem Jeca Tatu, de Monteiro Lobato.

Um “terrível fazedor de desertos”, nas palavras de Euclides da Cunha, que assim como Monteiro Lobato, denunciara as práticas de queimada comuns a essas populações do interior, destrutivas, e que representavam uma feia vertente daquele estilo de vida exaltado por certo autores contemporâneos e de tempos passados<sup>415</sup>.

---

<sup>413</sup> LIMA, Nísia Trindade. *Op. Cit.* p. 134.

<sup>414</sup> Idem, *Ibidem*.

<sup>415</sup> Idem, pp. 137-138.

Nesse sentido, encontramos nesse período de virada de século, portanto, posterior ao recorte temporal de nossa pesquisa, o exemplo da mandioca<sup>416</sup>, considerada por Monteiro Lobato um dos grandes obstáculos a uma desejada regeneração do caboclo, pois, para o autor, o vigor das raças humanas estava na razão direta com que o ambiente lhes era hostil<sup>417</sup>.

Diante desse quadro, que se mostrava ainda mais aterrador devido ao cada vez mais penetrante e presente discurso sanitarista, a crítica, na forma satírica, a uma condenação do homem brasileiro por sua miscigenação e indolência, representadas por Macunaíma não resistem a uma visão mais pragmática de Mário de Andrade.

O Mário de Andrade político, colaborador do Ministério da Educação de Capanema, em São Paulo, não consegue sustentar a beleza da preguiça de seu herói. Mário se mostra atraído pela “racionalidade analítica”, e pelo avanço técnico dos países desenvolvidos. O então culto à preguiça, às formas lentas e prazerosas de produção, que seguiam o tempo de duração poético, paciente e lento, experimentadas e aclamadas pelo escritor<sup>418</sup>, deve então ser substituído.

O sistema cultural brasileiro, marcado pela prática do improviso e pelo valor conferido à inteligência e ao brilho pessoal, deverá guiar-se pelo exemplo do saber europeu, adquirido por meio da lentidão – nesse sentido, como algo feito com cuidado, e não devagar – e do processo de amadurecimento da experiência<sup>419</sup>. Nesse contexto, vale lembrar que Mário de Andrade acreditava, como era comum em seu tempo, em uma associação entre calor e preguiça, capaz de explicar o comportamento descompromissado e intuitivo característicos dos habitantes das

---

<sup>416</sup> Crítica que podemos encontrar ainda em tempos anteriores. Cf. Sem Autor. “Considerações sobre as duas classes mais importantes de povoadores da capitania de Minas Geraes, como são as de mineiros e agricultores, e a maneira de as animar”. In. *Revista Trimensal do Instituto Historico, Geographico e Ethnographico do Brasil. Op.Cit.* p. 433.

<sup>417</sup> LOBATO, Monteiro. “Urupês”. In. LOBATO, Monteiro. *Obras Completas de Monteiro Lobato*. v. 1. São Paulo:Brasiliense, 1957. p. 284.

<sup>418</sup> SOUZA, Eneida Maria de. “A Preguiça - Mal de Origem”. *Op. Cit.* pp. 80-81.

<sup>419</sup> SOUZA, Eneida Maria de. *A pedra mágica do discurso*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999. p. 184.

regiões quentes, em contraposição à propensão ao trabalho, seriedade e moral – o avesso de Macunaíma, portanto – que caracterizavam os habitantes de regiões mais temperadas<sup>420</sup>.

Essa crença, em mente de um homem ligado à política nacional, faz Mário de Andrade criticar a escolha da calorenta cidade do Rio de Janeiro como capital nacional. Como permitir que aquela cidade de clima tropical, que convida seu habitante, a todo o momento, à preguiça e a atitudes sexuais irresponsáveis seja a “cabeça de civilização” do Brasil? Deveria o Brasil ser comandado por gaúchos, paulistas e mineiros, os brasileiros de climas temperados, e, conseqüentemente, mais inclinados ao trabalho e à produtividade<sup>421</sup>.

Nem o criador do “herói solar e mestre da preguiça”, e defensor da ociosidade e da lentidão, em prol da criatividade e identidade brasileira, acreditava com afincamento na preguiça. Macunaíma, nascido sob o signo dos trópicos era apto para representar o elemento brasileiro, mas não era apto a governar o país, pois era tropical demais, e tal tarefa, portanto, deveria ser executada por seus compatriotas mais propícios a isso, no caso, os vindos de climas mais temperados<sup>422</sup>.

Tal explanação tem o intuito de mostrar a força que tal concepção da relação entre o clima tropical e a preguiça alcançaram no século XIX e início do XX – para não adentrarmos em períodos ainda anteriores. Como vimos através dos artigos publicados no IHGB, tal imagem parece algo bastante sólido dentro do século XIX, e, graças ao alcance de tais premissas, tornava-se um motivo sério de preocupação para nossos pensadores da nação, desejosos de um futuro brilhante para o Brasil.

---

<sup>420</sup> Idem, p. 188.

<sup>421</sup> Idem, p. 200.

<sup>422</sup> No trecho a seguir, temos uma amostra desse apreço pela cultura lenta e racional, obtida dentro dos padrões europeus, em contraste com a produção cultural nascida sob o signo dos trópicos, marcada pelo imprevisto: “Uma inteligência mais lenta, baseada na cultura, incapaz de audácias cabotinas, pouco ou nada amigas do brilho e da virtuosidade; uma constante ausência desses elementos de brandura cariciosa, de sensualidade seresteira, de gostosura, que se poderia reunir pela palavra tropicalismo. Cf. ANDRADE, Mário de. “Os Gaúchos”. In. ANDRADE, Mário de. *Vida Literária*. São Paulo: HUCITEC:Edusp, 2003. 116.

Nesse sentido, Mary Louise Pratt, nos traz que tais categorizações dos humanos são explicitamente comparativas, e estão inseridas dentro do contexto de “naturalizar” o mito da superioridade europeia. Não se tratam apenas de discursos que vão de europeus para não europeus, mas também são discursos de mundos urbanos sobre mundos não urbanos, discursos burgueses e letrados, sobre mundos não letrados e rurais... Tudo isso, segundo Pratt, pode ser entendido como uma forma de desenhar o suposto atraso da América e legitimar intervenções da vanguarda capitalista a sociedades não capitalistas, carentes da exploração racionalizada trazida por europeus.

Dentro do discurso colonial, podemos encontrar a linguagem da missão civilizadora, na qual o europeu produz – para si mesmo – esses povos nativos como seres reduzidos e incompletos, que sofrem com a incapacidade de se tornar o que os europeus já são, ou de se transformar naquilo que os europeus pretendem que eles sejam<sup>423</sup>.

No caso do IHGB, podemos encontrar algo semelhante, pois também são discursos produzidos das cidades, das letras, da civilização, dos brancos, sobre o campo, os ignorantes, a barbárie e “pessoas de cor”. Trata-se de discursos produzidos por homens que creem ser representantes da cultura europeia, e o clima e a raça, e suas diversas consequências negativas, atuam como forma de rebaixar esses homens descritos, perante os que os descrevem e os que leem esses relatos.

Mas se os trópicos traziam males para os corpos de seus habitantes, para suas mentes também as expectativas não eram das melhores. A indolência era a marca tropical sobre seu físico, e a lascívia era a marca moral que os trópicos deixavam sobre aqueles que vivem sob seu sol escaldante, e respirava seus ares quentes e úmidos. Tudo isso, era, segundo uma tradição que

---

<sup>423</sup> PRATT, Mary Louise. *Op. Cit.* p. 262.

remonta aos tempos antigos, e perdurou até o início do século passado, um convite aos prazeres da carne.

Em períodos logo anteriores à descoberta do Novo Mundo, a Europa finalmente conseguira conquistar uma cristianização mais homogênea, algo que almejava por século e séculos. Se a cruzada contra o demônio se encerrara, ou pelo menos, perdera força no Velho Continente, ela não estava de todo terminada.

Com o advento da Cruz na Europa, hordas de demônios para cá voaram, e trouxeram consigo males que deveriam ser combatidos<sup>424</sup>. E entre os inúmeros pecados trazidos por eles, um dos que mais temores e estranhezas causaram nos olhos europeus foi a lascívia aqui encontrada, desde os tempo dos primeiros visitantes e colonizadores que aqui pisaram.

A nudez e a lascívia do nosso autóctone foi um traço que logo saltou aos olhos desses homens. Caminha, em seu relato inaugural sobre o Brasil, não deixou de mencionar que os homens nessas terras encontrados andavam “todos nus, sem coisa alguma que cobrisse as suas vergonhas”<sup>425</sup>. Vespúcio, em carta escrita a Lorenzo de Médici, relatou que os índios daqui possuíam quantas mulheres queriam, e que filho se unia à mãe, irmão à irmã<sup>426</sup>. Jerônimo Rodrigues, ao visitar os índios carijós, em 1602, disse que esse povo era “sujíssimo no vício

---

<sup>424</sup> Podemos visualizar essa ideia da luta entre o Bem e o Mal – representados, respectivamente pelo cristianismo e pelo demônio –, por exemplo, no trecho a seguir de Fr. Vicente de Salvador: “O dia que o capitão-mor Pedro Álvares Cabral levantou a cruz (...) era a 3 de maio, quando se celebra a invenção da Santa Cruz em que Cristo Nosso Redentor morreu por nós, e por esta causa pôs o nome à terra que havia descoberto de Santa Cruz e por este nome foi conhecida muitos anos. Porém, como o demônio com o sinal da cruz perdeu todo o domínio que tinha sobre os homens, receando perder também o muito que tinha sobre em os desta terra, trabalhou que se esquecesse o primeiro nome e lhe ficasse o de Brasil, por causa de um pau assim chamado de cor abrasada e vermelha com que tingem panos, que o daquele divino pau, que deu tinta e virtude a todos os sacramentos da Igreja (...)”. Cf. SALVADOR, Frei Vicente de. *História*. Apud. MELLO e SOUZA, Laura de. *Inferno Atlântico: demonologia e colonização: séculos XVI-XVIII*. Op. Cit. pp. 31-32.; Vale ainda ressaltar que, segundo Mello e Souza, tais tradições que contrapunham esse embate entre o bem e o mal pode ser encontrada em seguidores do Frei Vicente de Salvador, como é o caso de Pêro de Magalhães Gândavo, João de Barros e Rocha Pita, que traziam o fato ímpar de entre tantas terras coloniais, o Brasil seria a única a trazer tal tensão inscrita no próprio nome, que remetia às chamas vermelhas do inferno. Idem, p. 30.

<sup>425</sup> CASTRO, Silvio. Op. Cit. p. 91.

<sup>426</sup> VESPÚCIO, Américo. *Novo Mundo*. Porto Alegre: LPM, 1984. p. 94.

carne”, que “pais se uniam às filhas, os tios às sobrinhas, os avôs às netas, os homens com várias mulheres e até mulheres com dois maridos”. Gabriel Soares de Souza, descreveu “torpezas” como incesto, homossexualismo e sodomia, comuns aos povos que aqui encontrara<sup>427</sup>.

Se essas práticas sexuais e de nudez, pouco ortodoxas aos olhos europeus, chamaram a atenção desses viajantes acima descritos, sobre os religiosos que cá aportavam, tais repercussões era ainda mais negativas. O despudor na exibição dos corpos, acrescido de licenciosidade e apego àquela vida deveras promíscua para seus padrões, eram a prova da vassalagem de nossos habitantes aos demônios que para aqui haviam se trasladado<sup>428</sup>.

A nudez, por exemplo, de maneira isolada das práticas sexuais, era vista muitas vezes como inocente, aos olhos de certos europeus, mas não era tolerada por esses catequizadores. Manoel da Nóbrega, por exemplo, de tudo fazia para vestir os habitantes nus do Brasil, considerava um escândalo aquelas pessoas assistirem aos ofícios divinos com suas vergonhas expostas. Queria evitar a ofensa a Deus causada por toda aquela exposição não adequada, e, sobretudo, evitaria a excitação que as índia nuas causariam nos cristãos recém-chegados, ou recém-estabelecidos na colônia.

Tais preocupações de Nóbrega, no sentido de tentar evitar a libido nos recém-chegados cristão em terras tropicais, ao analisarmos seus relatos, faz bastante sentido, afinal, os “excessos de liberdade”, encontrados entre os nativos também passaram a ser frequentes nos portugueses – o que incluía muitos religiosos – aqui estabelecidos. Índios e brancos, pagãos e cristãos, todos ofendiam a Deus, nas libertinas terras brasileiras<sup>429</sup>.

---

<sup>427</sup> VAINFAS, Ronaldo. *Op. Cit.* p. 65.

<sup>428</sup> *Idem*, p. 64.

<sup>429</sup> VAINFAS, Ronaldo. *Op. Cit.* pp. 64-66.

As terras brasileiras pareciam ser mesmo as terras do pecado, a crença do *Ultra aequinocialem non peccari* parecia ser mesmo verdade<sup>430</sup>, e essa lascívia desenfreada e extremada era um dos agentes formadores do nosso antiparaíso das gentes que aqui viviam, perdidas em meio ao nosso paraíso tropical<sup>431</sup>.

Se as terras além da linha do equador já eram vistas como lugar do pecado da carne, tais noções só ganharam mais força durante o século XVIII. Montesquieu concluíra, em *O Espírito das Leis*, que havia toda uma gradação da sensibilidade para o prazer e para a dor entre as pessoas oriundas de climas frios e de climas quentes, gradação essa que aumentava à medida que mais quente ele ficava<sup>432</sup>.

Se o clima tropical afrouxava os músculos dos homens que sob ele viviam, deixando-os mais relaxados fisicamente, o que resultava na aclamada preguiça do homem tropical, o mesmo ocorria com suas faculdades morais, o que gerava a lascívia descontrolada nos trópicos<sup>433</sup>.

Dentro do IHGB, tais relações entre a lascívia e o clima tropical não são frequentes, apesar de aparecerem. Talvez, dos traços negativos gerados pelo clima tropical, e tão difundidos entre seus difamadores, tenha sido o que menos preocupações despertava entre nossos homens de letras e ciências do instituto. Teria o Brasil herdado a voluptuosidade dos portugueses que tantos pregaram?

Encontramos referências que apontam o clima como um dos fatores da nudez indígena, mas não há uma condenação veemente desse hábito. Alexandre Rodrigues Ferreira, por exemplo, que, apesar de não ser membro do instituto, teve seu texto publicado nas revistas, vê a nudez indígena mais como uma amostra da sua indolência do que como um ato de lascívia:

---

<sup>430</sup> HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Op. Cit.* p.33.

<sup>431</sup> SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O Sol do Brasil: Nicolas-Antoine Taunay e as desventuras dos artistas franceses na corte de D. João.* *Op. Cit.* 24.

<sup>432</sup> BRESCIANI, Maria Stella Martins. *Op. Cit.* p. 75.

<sup>433</sup> ARNOLD, David. *Op. Cit.* p. 141.

“Parece (diz o inglez Robertson), que a mesma natureza se descuidou de ensinar aos d’esta parte da America quanto lhes era indecente o apparecerem nús. Porém como elles, debaixo de um céu benigno, nenhuma necessidade sentem de reparar as suas carnes contra as injurias do tempo, antes a sua mesma indolencia os convida a pouparem-se a toda qualquer espécie de trabalho, que lhes não é ordenado por uma extrema necessidade”<sup>434</sup>.

Há impressões que o clima tropical realçava a sensualidade no Brasil. O clima brasileiro era um convite ao desejo, como nos mostra o trecho a seguir:

“A agua aqui [refere-se ao Mato Grosso] em tempo de sêcca é longe, e varias vezes encontrei com jovens indians conduzindo cantaros (...) vestidas unicamente com suas julatas<sup>435</sup> que sem deixam parte do seio descoberto: seus comprido cabellos (pretos como ébano), arrançados com gosto e ornado com flores e outros enfeites, me fez recordar os templos classicos da antiga Grecia. Imaginei por um momento que estava na ilha de Chypre encontrando com as nymphas de Venus quando iam buscar aguas ás fontes da Idalia. Tudo aqui respira languidez e a voluptuosidade do clima: o mesmo Paraguay parece que participa de taes sentimentos, rolando lentamente suas aguas pacificas por entre meio de campos cobertos de uma eterna verdura”<sup>436</sup>.

---

<sup>434</sup> Cf. FERREIRA, Alexandre Rodrigues. Op. Cit. p.11; Encontramos ainda, no trecho seguinte, a mesma explicação de Alexandre Ferreira para a falta de roupa dos indígenas: “Vivem sem roupas [os índios apinajés], em casas que pouco abrigo oferecem, porque o clima, a ignorancia a isto os habituou; porque ainda não experimentaram os commodos da vida social, que depois seriam reputados necessidades reaes”. Cf. GOMES, Vicente Ferreira. *Op. Cit.* p. 494.

<sup>435</sup> Uma espécie de lençol.

<sup>436</sup> ELLIOT, João Henrique. Op. Cit. p. 171.; Podemos ainda aqui citar esse efeito (aqui abordado de maneira nada positiva) do clima tropical sobre a lascívia humana no trecho a seguir, que não cita seu autor, e que provavelmente foi escrito nos inícios do século XIX: “Taxam nos de lascivos. E rendamos á verdade mais esta homenagem, que a acção do clima d’entre os tropicos é, se não deve dizer, invencivel, sobremaneira poderosa: cada paiz tem defeitos

Gonçalves Dias nos dá mostras de que as teorias setecentistas que colocavam a lascívia como fruto da ação do clima tropical estavam presentes dentro do IHGB ao citar a “quazi irresistível força do clima”<sup>437</sup> atuando sobre as nossas supostas amazonas, o que gerava relatos como os do Pe. Christovão da Cunha, presente em seu texto:

“em certa quadra do anno, vinham ter uns índios com as Amazonas. Ellas ao vel-os se alvoroçavam, sahiam fora de suas trinxeiras, armadas em guerra, e depois de uma breve simulação de combate, corriam todas ás canoas dos hospedes bem vindos, e cada qual desprendia uma das redes que estes índios traziam armadas nas canoas, e voltavam triunfantes para armalas em suas habitações, onde vinham os donos procural-as. Em festas e contentamentos se passavam dias até que no tempo marcado se retiravam os hóspedes”<sup>438</sup>.

Encontramos relatos de conquistadores que se entregaram à vida lasciva e que se esqueceram da religião<sup>439</sup>, relatos que exaltam o fascínio que nossas indígenas despertavam perante os olhos europeus ou europeizados que as viam<sup>440</sup>. Mas a verdade é que a relação entre os

---

moraes, que á maneira das enfermidades phisicas, se podem chamar de endemicos”. Cf. ”. Cf. Sem autor.

“Descobrimto de Minas-Geraes”. In. *Revista Trimensal do Instituto Historico, Geographico e Ethnographico do Brasil*. Tomo XXIX. Rio de Janeiro: B.L.Garnier-Livreiro-editor, 1886. p. 111.

<sup>437</sup> DIAS, A. Gonçalves. “Amazonas”. In. *Revista do Instituto Historico e Geographico do Brazil*. Tomo XVIII. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1896. pp. 34-35.

<sup>438</sup> Idem. pp. 33-34.

<sup>439</sup> Como observamos no seguinte trecho: “(...) contrabalançado fortemente pela concuspencia dos conquistadores, que não só se esqueceram da religião, em que haviam sido criados, como se entregaram a todos os desregramentos de uma vida lasciva e libertina, e para cumulo de vergonha até seus excessos alardeavam”. Cf. SILVA, Joaquim Noberto de Souza. “Memoria historica e documentada das aldeas de índios da província do Rio de Janeiro”. In. *Revista do Instituto Historico e Geographico do Brazil*. Tomo XVII. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1894 (1854). p. 92.

<sup>440</sup> Como podemos observar nos trechos a seguir: “o mesmo Martin Afonso deixou ali dous homens, e diz Pedro Lopes, que a gente da terra era toda alva, e que as mulheres não erão inferiores em formozura ás da rua nova de Lisboa [referindo-se à então Bahia, onde foi encontrado Caramurú]. Cf. REBELO, Jozé Silvestre. p. 333.; ou ainda: “é gente muito linda [índios apiacás], e se vestissem uma índia á portuguesa antes de ser pintada, pouca diferença teria de uma branca; ellas são muito alvas, cabelo muito fino e macio, nariz afilado, dentadura muito bonita e bem arranjada, olhos grandes etc., não arrancam as pestanas nem as sobranceilhas como costumam fazer as outras nações; finalmente é a mais bonita que se póde encontrar”. Cf. OLIVEIRA, J.J. Machado de (oferecedor). “Memoria da nova

trópicos e a lascívia pouca repercussão teve dentro do IHGB do período estudado, ao contrário da preguiça, muito apontada como característica negativa dentro das publicações do grêmio, como observamos.

Algo inesperado, uma vez que tal relação permeou durante muito tempo o pensamento social sobre o nosso país, permanecendo até períodos avançados do século XX. Paulo Prado, por exemplo, via justamente no sensualismo exacerbado uma das causas da condição triste em que se encontrava a sociedade brasileira de seu tempo. Segundo ele, dominava no conquistador português dois “pensamentos tirânicos”: a cobiça do ouro e o sensualismo exacerbado, sendo a história do Brasil o desenvolvimento desordenado dessas duas obsessões, que subjugavam o corpo e o espírito de suas vítimas<sup>441</sup>.

E essa profusão de sexualidade, geradora de tristeza para Prado, era ainda acentuada pelo clima tropical. Os portugueses, sensuais por natureza, sentindo a falta de mulheres brancas e solteiras, buscavam saciar suas necessidades sexuais com índias e negras, que, tendo a sensualidade aumentada pelo clima a isso propício, os acolhia logo no primeiro contato, o que ocasionava muitos casos de concubinação.

Do português descobridor, audacioso, sonhador e livres, passou-se a esse elemento colonizador da governança e da fradaria, na qual se deixou levar pelo sensualismo e pela paixão pelo ouro e pelo enriquecimento fácil. Tudo isso levou ao descaso para com o Brasil, que não trouxera riquezas momentâneas como o Peru para os espanhóis, ou o Oriente para os portugueses.

Dessa atmosfera nasceu, segundo Prado, o brasileiro, fruto de paixões de pura animalidade, um povo enfraquecido física e mentalmente, sem preocupações políticas, intelectuais, artísticas e

---

navegação do Rio Arinos até á Villa de Santarem, Estado do Grão-Pará”. In. In. *Revista do Instituto Historico e Geographico do Brazil*. Tomo XIX. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1898 (1856). p. 102.

<sup>441</sup> PRADO, Paulo. *Op. Cit.* p. 139.

estéticas, todas preteridas em favor daqueles dois únicos ideais que norteavam os nossos ancestrais: a luxúria e a cobiça<sup>442</sup>.

Mas como foi dito, na virada do século XIX para o XX, e nas primeiras décadas desse último século, a relação entre sensualidade exacerbada e clima tropical ainda possuíam grande destaque, no Brasil e em outras partes do mundo<sup>443</sup>. Gilberto Freyre é outro exemplo que atesta a força que a relação entre o clima tropical e a suposta exacerbção da lascívia exerceu em nosso pensamento social. Para ele, era inegável que o clima tropical aumentava os clamores pela carne. Freyre acreditava na “super-excitação sexual dos meninos e adolescentes”, produzida pelo clima tropical, além de nos trazer estudos que mostravam que uma mescla do clima e da raça levaram a uma precocidade da menstruação nas meninas do Brasil<sup>444</sup>.

Freyre dá vivas a essa sensualidade tropical, base da formação social brasileira. Mas como nos alerta Bresciani, tal sensualismo positivo, descrito por Freyre, está muito próximo ao sensualismo voraz do colonizador de Paulo Prado, “desenhado com as cores sombrias da tristeza”<sup>445</sup>.

Assim, vivíamos em um paradoxal paraíso marcado por gentes que nos remetiam a algo infernal. Trópicos da beleza e da feiura, da vida fácil e dos perigos, da abundância e dos desequilíbrios. Eram tempos em que o poder dos trópicos sobre as pessoas era inegável, mas era também o tempo em que soluções para os problemas advindos do clima pareciam ser curvar perante o poder do homem, com sua ciência e educação. Esses tempos por nós estudados eram tempos de orgulho perante cenários deslumbrantes, e tempo de temores, perante cenários aterradores. Mas também eram tempos de esperança, como veremos a seguir.

---

<sup>442</sup> KEULLER, Adriana T.A. Martins. *Op. Cit.* pp. 186-187.

<sup>443</sup> Prova disso é Ellen Semple, que em 1911 afirmava que a transferência de povos aos trópicos tendia a relaxar suas fibras mentais e morais. Cf. SEMPLE, Ellen Churchill. *Op. Cit.*

<sup>444</sup> FREYRE, Gilberto. *Op. Cit.* pp. 187-188.

<sup>445</sup> BRESCIANI, Maria Stella Martins. *Op. Cit.* p. 14.

## 4. Trópicos Reais, Trópicos Possíveis

### 4.1. *Seria um paraíso tropical?*

Os trópicos eram secularmente conhecidos como lugares do deleite e da abundância, do prazer e da preguiça, do lazer e das paixões. Desde tempos remotos, na Grécia Antiga, estavam associados ao paraíso, e também à fraqueza de suas gentes. Hipócrates, Heródoto, Montesquieu, Buffon, Huntington, Monteiro Lobato, entre muitos outros, nomes esses, alguns separados por distâncias tão grandes no tempo quanto no espaço, que em comum partilhavam da ideia de que os trópicos eram bons demais para com seus filhos, criando-os de maneira irresponsável, criando-os frouxos, pouco ativos física e mentalmente, inferiores aos seus primos, filhos das zonas temperadas.

Retomemos aqui, mais uma vez, a teoria de Hipócrates, que acusava as terras vislumbradas como ricas de serem débeis, isso porque, como produtoras de recursos humanos, haviam falhado, e continuariam falhando. Eram elas férteis demais, tinham águas potáveis demais, seu clima era ameno demais. Não havia necessidade de cobertores, nem de provisões de alimento, ou seja, não havia a necessidade de trabalho árduo, o que refletia, como já dissemos, em populações fracas mental e fisicamente.

Tal teoria correu e se desenvolveu através dos séculos, ganhando reelaborações e defensores, principalmente no decorrer dos séculos XVIII, XIX e início do XX, como já vimos. E tais descrições de Hipócrates e seus seguidores pareciam feitas sob medida para o Brasil, afinal, era aqui uma terra tropical, fértil, com abundância de rios piscosos, matas fartas de caça e madeiras, clima ameno. Seria o Brasil realmente esse paraíso?

A resposta é sim, e não. Afinal, todas as características positivas apontadas acima, e que já foram desenvolvidas no decorrer do trabalho, eram reais. O Brasil era um país naturalmente rico,

e a natureza exuberante era um elemento identificador do país, tanto que seu papel na historiografia, como elemento constituinte e essencial para a construção da identidade nacional brasileira é destacado. Através dos relatos que observamos anteriormente, notamos que tal opinião era partilhada por muitos, e podemos acreditar que o Brasil realmente poderia ser um paraíso terreal.

No entanto, a partir dos relatos presentes na revista do IHGB podemos notar que a resposta também pode ser não, afinal, poderia um paraíso ser tão calorento a ponto de causar desconfortos incríveis? Ou de contar com hordas de mosquitos e animais peçonhentos que atormentavam seus moradores e visitantes? Ou ainda ter períodos de secas intensas, que trazem a morte e a fome, alternados com períodos de chuvas também intensas, capazes de provocar doenças e, por consequência, mais mortes?

É nessa outra face do trópico, nessa face feia e rude, cruel com seus habitantes, que adentraremos agora, trópicos da desgraça, do mal e do inferno, que se misturam, se confundem e se alternam com aqueles trópicos da alegria e do orgulho nacional, que falamos há pouco.

#### *4.2 – Trópicos secos, quentes e duros.*

Um Brasil paradisíaco pairava sobre as mentes de nossos intelectuais. Verde, quente e úmido, repleto de vida, generoso como todo e qualquer tipo de vida, resplandecente em seu esplendor. Uma beleza tropical que abarcava todo o Brasil, capaz de unir todos em torno desse ideal de orgulho para a nação.

Mas em um território de proporções continentais como era o Brasil exceções poderiam ocorrer. Vimos o caso do sul do Brasil e das áreas de grandes altitudes, detentoras de climas distintos do restante do Brasil, tropical por excelência, mas que, acusados de serem portadores de

belezas naturais e de uma fartura de bens que em nada perdiam para as produzidas sob os trópicos, podiam bem ser enquadrados no projeto do IHGB, de unir todos os brasileiros em torno das maravilhas da natureza tropical de nosso país.

Agora veremos o caso de certas partes do sertão do que hoje conhecemos como região nordeste do Brasil, áreas tropicais, belas, mas sujeitas a períodos de secas capazes de quebrar com a ideia de fartura e vida fácil dos trópicos. Fenômenos que transformavam essas regiões em áreas mais similares às que sofriam as dificuldades do inverno europeu – dificuldades essas formadoras de homens fortes e bons, segundo gerações de pensadores – do que às descrições pertencentes ao *senso-comum* sobre os trópicos, que o identificavam como lugar de prazeres e vida fácil.

As secas já são há muito apontadas como um problema que eventualmente pode ocorrer nessa parte do Brasil – e não só nela, como veremos. Fernão Cardim, em 1583 nos deixou o primeiro relato sobre esse fenômeno, relato esse que narra os dissabores e as mazelas trazidos pela seca:

“No ano de 1583 houve tão grande seca e esterilidade nesta província (cousa rara e desacostumada, porque é terra de contínuas chuvas) que os engenhos d’água não moeram muito tempo. As fazendas de canaviais e mandioca muitas se secaram, por onde houve grande fome, principalmente no sertão de Pernambuco, pelo que desceram do sertão apertados pela fome, socorrendo-se aos brancos, quatro ou cinco mil índio”<sup>446</sup>.

No entanto, apesar de ser o relato acima o primeiro a trazer a seca de maneira específica, podemos notar que desde os primórdios da colonização dessa região do Brasil a seca foi personagem sempre presente e traço marcante na vida dos indígenas e conquistadores. Isso se

---

<sup>446</sup> CARDIM, Fernão. *Op. Cit.* p. 199.

mostra perceptível através dos relatos de deslocamentos de grandes contingentes de populações autóctones por essas regiões, e também pelas disputas existentes entre esses e os conquistadores por fontes de água e locais úmidos<sup>447</sup>.

Os diversos relatos sobre as secas e seus efeitos sobre as populações humanas são horríveis, e vêm a corroborar essa ideia de que, pelo menos essa parte do Brasil, em determinados períodos, poderiam estar mais próximas da ideia de um inferno tropical, do que de um paraíso tropical, como podemos observar a partir do relato de Rocha Pita:

“Abravava o sol com excessivo ardor toda a nossa América, secando as águas, estragando os frutos, esterelizando as lavouras e matando os gados, de forma que, além da falta de todos os víveres, era maior o da farinha de mandioca, que é o pão comum dos moradores deste estado (...). Os vizinhos das províncias do Ceará e do Rio Grande do Norte se ausentaram das praças, e foram habitar às margens dos rios por não acabarem ao rigor da sede”<sup>448</sup>.

Assim, notamos que terríveis eram as consequências para os viventes sob esse outro clima tropical<sup>449</sup>. Dentro da revista publicada por aqueles homens interessados em promover a

---

<sup>447</sup> Durval Muniz de Albuquerque Júnior, sobre esse aspecto, nos traz um rico quadro, no qual traz detalhadamente informações sobre todas as secas registradas desde o século XVI até o século XIX. Cf. ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. *Falas de astúcia e de angústia: a seca no imaginário nordestino – de problema a solução (1877 – 1922)*. Campinas, SP: [s.n.], 1988. pp. 16-19.

<sup>448</sup> PITA, Sebastião da Rocha. *História da América Portuguesa*. Apud. VILLA, Marco Antonio. *Vida e morte no sertão: História das secas no Nordeste nos séculos XIX e XX*. São Paulo: Ática, 2000. p. 19; há ainda uma série de outros relatos que tocam a essa temática, podemos ainda, aqui exemplificar com o relato extraído das *Memórias* do Pe. José Joaquim Pereira, sobre a seca de finais do século XVIII, que nos ajuda a dimensionar o tamanho das mazelas ocorridas durante as secas nordestinas: “famílias inteiras a pé, em busca dos agrestes do beira-mar distante 50 léguas, morrendo a fome pela estrada, enterrando-se pelos matos com filhinhos às costas; isto por decurso de meses. Os que ficaram e não se retiraram, entraram a descobrir raízes e frutas de plantas agrestes para o seu sustento, (...) outros usaram de couros crus torreados ao fogo para o seu sustento”. Cf. Idem, p.20.

<sup>449</sup> Para corroborar isso, podemos observar os dados trazidos por Durval Muniz de Albuquerque Jr: “Com a morte de 1/3 da população de Pernambuco, em 1793, o que estimamos em 86.755 mortos, ou mesmo da morte diária de 10 a 20 pessoas só na cidade de Sousa (PB) na secca de 1845, o que daria uma cifra aproximada de 2.400 a 4.800 mortos numa cidade nos oito meses que teria durado o fenômeno”. detalhadamente informações sobre todas as secas

identidade e a união nacionais, o problema das secas não passou incólume. Tal fenômeno natural foi apontado e levantado em uma série de relatos, produzidos por seus membros ou selecionados por eles para compor a revista, a partir de tais fenômenos impressões que quebravam a ideia de trópicos benevolentes:

“No mez de dezembro no Ceará, começam as apprehensões de secca.

Em parte alguma do Brasil, essa palavra tem a significação cruel, que os factos lhe têm dado n’esta provincia. Ella é para todos uma preocupação mortificante, uma lembrança contristadora.

A ultima secca, que flagelou a provincia foi em 1845, milhares de pessoas morreram á fome, e as estradas ficaram alastradas de cadaveres de velhos, crianças, e mulheres, que corriam para o littoral, em busca de socorros”<sup>450</sup>.

A partir do relato mostrado acima, podemos enxergar aquele paraíso que relatamos quando tratamos do uso dos trópicos como elemento de comunhão e unidade nacionais? As imagens são distintas, são outros trópicos, trópicos alegres e tristes, trópicos reais.

Podemos encontrar, dentro das revistas do IHGB, relatos nos quais as secas dificultam a agricultura em solos já pobres e de difícil cultivo<sup>451</sup>, que necessitava muito do trabalho, para

---

registradas desde o século XVI até o século XIX. Cf. ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. *Falas de astúcia e de angústia: a seca no imaginário nordestino – de problema a solução (1877 – 1922)*. Op. Cit. p. 24.

<sup>450</sup> Cf. MELLO, Francisco Ignácio Marcondes Homem de. “Excursões pelo Ceará, S. Pedro do Sul, e S. Paulo”. Op. Cit. pp. 86-87.

<sup>451</sup> Como podemos notar no trecho: “O povo queixa-se muito d’este novo tributo, allegando o estado da pobreza do paiz, onde os fazendeiros estão sempre a principiar a vida por causa das sêccas frequentes, da pouca fertilidade do solo e da baixa consideravel que tem soffrido os gêneros do paiz, gados e cavallos”. Cf. THEBERGE, Dr. “Extractos dos assentos do antigo senado de Iço, desde 1738 ate 1835. Do itinerario do presidente José Mariano em 1832. Breve noticia sobre a capitulação do juiz. Dita sobre a marcha de Tristão em 1824. Ditas sobre as antiguidades do Cariri”. In. *Revista Trimensal do Instituto Historico, Geographico e Ethnographico do Brasil*. Tomo XXV. Rio de Janeiro: Typ. de D. Luiz dos Santos, 1862.p. 66.

produzir até mesmo a mandioca<sup>452</sup>, raiz já acusada de ser uma das causas dos vícios e indolência dos brasileiros, provocando imagens como as abaixo:

“Encontram-se n’este caminho alguns espaços aridos e seccos, especialmente nos sertões de Pernambuco, aonde é tão trivial e sensível a falta de chuvas, que tem por muitas vezes feitos os ultimos estragos nos seus proprios habitantes, tirando a vida áquelles que logo immediatamente se não retiram, porque se tardam em o fazer, não vencem mais os caminhos, e ficam pelo meio d’elles mortos e insepultos”<sup>453</sup>.

E não era apenas o que hoje corresponde à região Nordeste do Brasil que sofria com problemas similares, Goiás<sup>454</sup>, Pará<sup>455</sup>, Maranhão<sup>456</sup> – este que apesar de estar próximo geograficamente das províncias mais sujeitas às secas, não faz parte do que hoje chamamos de

---

<sup>452</sup> “Emfim, todo o sertão do Brasil é muito esteril, de pouco mato e terra desaventurada, que com trabalho dá a mandioca que os negros plantam como bacêllos”. Cf. GOUVÊA, Pedro Christovão de. Op. Cit. p. 7.

<sup>453</sup> RIBEIRO, Francisco de Paula. “Roteiro da Viagem que fez o capitão Francisco de Paula Ribeiro ás fronteiras da capitania do Maranhão e de Goyaz no anno de 1815 em serviço de S.M.Fidelissima”. In. *Revista Trimensal de Historia e Geographia ou Jornal do Instituto Historico e Geographico Brasileiro*. Tomo X. Rio de Janeiro: Typ. de João Ignacio da Silva, 1870 (1848). p. 56.; Sobre as terríveis situações a que os habitantes das zonas sujeitas a esse fenômenos passavam, podemos citar ainda o relato: “Acontece muitas vezes ficar interceptada a communição entre o Joazeiro e o litoral por causa das sêccas, que também deterioram o gado, principal riqueza das numerosas famílias do interior da província, e fazem emigrar todos os entes vivos para os lugares em que ainda há alguma água estagnada já corrupta, cheia de vermes, e ainda mesmo n’esse estado procurada com avidez”. Cf. PRZEWODOWSKI, André. “Comunicação entre a Cidade da Bahia e a Villa de Joazeiro”. In. *Revista Trimensal de Historia e Geographia ou Jornal do Instituto Historico e Geographico Brasileiro*. Tomo X. Rio de Janeiro: Typ. de João Ignacio da Silva, 1870 (1848). p. 378.

<sup>454</sup> “Com vinte e quatro dias de trabalhosa viagem de sertão, por adoeceram muitos soldados, e outros que desertaram, achando-se muito agreste e falto de água, pelas poucas chuvas que houveram este anno n’este continente, o grande numero de enfermos nos obrigou a ter muitos dias de falhas”. Cf. FONSECA, José Pinto da. “Copia da carta que o Alferes José Pinto da Fonseca escreveu ao Exmo. General de Goyazes, dando-lhe conta do descobrimento de duas nações de Índios, dirigida do sitio onde portou”. *Revista Trimensal de Historia e Geographia ou Jornal do Instituto Historico e Geographico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1846. p. 376.

<sup>455</sup> “A abundancia das aguas de inverno e a grande seccura de verão fazem com que o gado vadêe a procurar remédio aos incommodos de uma e outra estação(...). Cf. CARVALHO, José Simões. “Noticia sobre a Ilha de Joannes”. In. *Revista Trimensal de Historia e Geographia ou Jornal do Instituto Historico e Geographico Brasileiro*. Tomo XII. Rio de Janeiro: Typographia de João Ignacio da Silva, 1874 (1849). p. 363.

<sup>456</sup> “Andei seis léguas por rumo oeste por dilatados campos despídos de arvores sombrias, sertão de fastidiosa jornada até as margens d’aquelle rio, atravessando repetidos bancos de arêa solta, que atola a meia perna das cavalgaduras, e ás vezes com poucas aguas para saciar ao menos as sedes que promovem em semelhantes jornadas os calores do sol do meio dia”. Cf. RIBEIRO, Francisco de Paula. “Roteiro da Viagem que fez o capitão Francisco de Paula Ribeiro ás fronteiras da capitania do Maranhão e de Goyaz no anno de 1815 em serviço de S.M.Fidelissima”. Op. Cit. p.13.

polígono das secas – também aparecem nos relatos publicados nas revistas do IHGB. Eram os trópicos idealizados aparecendo bem reais, frente aos seus visitantes.

Apesar de antigo, o problema das secas, segundo a historiografia sobre o tema, só ganhou repercussão nacional a partir da grande seca de 1877-79, que fez com que o problema do “norte” chegasse até o “sul” do Brasil. A partir de então, ambas as regiões passaram a buscar juntas – não sem problemas, como nos mostra Albuquerque Jr.<sup>457</sup> – para resolver esse grave problema que atingia parte da jovem nação brasileira.

Não que antes soluções não foram buscadas, em 1859, por exemplo, o cearense Thomaz Pompeo de Sousa Brasil escreveu a *Memória sobre a conservação das matas, e arboricultura como meio de melhorar o clima da província do Ceará*, alertando sobre a necessidade de se acabar com os “terríveis efeitos da devastação de nossas matas”, defendendo o replantio de mudas e a reconstituição de florestas como meios de se evitar as secas. Posição essa muito parecida com a defendida pelo IHGB, quase 20 anos antes da grande seca de 1877, já buscava as causas e possíveis soluções para diminuir sua extensão e efeitos:

“A devastação das florestas expondo o terreno posto a descoberto á acção directa do sol, foi diminuindo o grau relativo da humidade atmospherica que ellas entretinham; o que produziu á final o deseccamento das fontes que nascendo das montanhas molhavam seus valles. Extensões de terreno outr’ora cobertas de ricos vegetaes acham-se hoje mudadas em aridos desertos sem o menor vestigio de água... Pois bem, esse mal será ou não remediavel? (...). São estas outras questões de não menor interesse que deve occupar a atenção da comissão, maxime quando tendem a salvar uma

---

<sup>457</sup> Cf. ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. *A invenção do Nordeste e outras artes*. São Paulo: Cortez Editora, 1999. pp. 57-62.

das nossa mais bellas provincias do flagello da secca e da fome; -  
consequencia fatal de primeira!”<sup>458</sup>.

O trecho acima trata da instrução que a então Comissão Científica de Exploração<sup>459</sup> recebeu do Presidente do IHGB, o senhor Visconde de Sapucaí, a fim de diminuir os problemas das secas que assolavam o Ceará. A Comissão Científica de Exploração então deixou relatos e sugestões sobre as secas, que não as negam como fenômeno natural, mas também não as culpam como única responsável pelas pelo estado de miséria e calamidade que o Ceará e outras províncias do “norte” se encontravam. Mais uma vez, o elemento forjado sob a indolência e imprevidência dos trópicos surgia como agente ativo das causas das mazelas brasileiras.

A partir do relato de Giacomo Gabaglia, membro da Comissão Científica de Exploração, acreditava, assim como outros membros da comissão, que os sertanejos cearenses trabalhavam pouco e como consequência das secas, adquiriram o hábito de esmolar. Segundo o cientista, os efeitos das secas eram provocados pelas:

“irregularidades atmosféricas, abandono de preceitos de agricultura,  
ignorância dos princípios de agricultura, falta de disciplina do povo para o  
trabalho, e as vantagens prodigamente concedidas pela natureza”<sup>460</sup>.

---

<sup>458</sup> SAPUCAHY, Visconde de. “17<sup>a</sup> Sessão em 28 de novembro de 1856”. In. *Revista do Instituto Histórico e Geographico do Brazil*. Tomo XIX. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1898 (1856). p.91.

<sup>459</sup> Trata-se da primeira expedição científica brasileira realizada, entre os anos de 1859 e 1861. Idealizada pelo IHGB e patrocinada pelo Governo Imperial, tal expedição percorreu regiões do nordeste brasileiro, principalmente o Ceará. Apesar de mal falada e de reputação duvidosa, a ponto de receber apelidos pejorativos como “Comissão das Borboletas” e “Comissão defloradora”, segundo Lorelai Kury, a expedição conseguiu, de certo modo, pôr em prática os ideais do que seria uma ciência nacional. Cf. KURY, Lorelai. “A Comissão Científica de Exploração (1859-1861). A ciência imperial e a musa cabocla”. In. HEZER, Alda & VIDEIRA, Antonio Augusto Passos. *Ciência, Civilização e Império nos trópicos*. Rio de Janeiro: Acces, 2001. pp. 29-31.

<sup>460</sup> GABAGLIA, Giacomo R. A. “A questão das secas na província do Ceará”. In. ROSADO, Vingt-Un (org). *Livro das Secas*. Brasília:ESAM/CNPq, 1985. p.18; Não era só Gabaglia que imputava ao sertanejo a responsabilidade pela miséria do sertão, outros membros da comissão pensavam o mesmo, como era o caso do Barão de Capanema: “Parece que este estado desolador em aparência se deve atribuir à prodigiosa fertilidade daqueles terrenos: penetrando os agentes atmosféricos por esta terra seca e porosa, contribuem para a decomposição de seus elementos, que servem depois de adubo. Em outros lugares com trabalho se revolve a terra, arando-a profundamente para expô-la à acção do ar; aqui a natureza encarregou-se disso por processo diverso chegando ao mesmo fim. As secas do Norte são úteis debaixo de todos os pontos de vista; não são elas as causas das grandes calamidades, mas a

Voltamos assim à questão do homem tropical, que mesmo forjado em meio hostil, bem à moda de Hipócrates, não conseguira realmente alcançar um grau avançado de desenvolvimento físico e moral. Mais uma vez a questão racial se confundia com a questão do meio, e nesse caso, a sobrepujava. Forjado em terras benévolas ou hostis, percebemos que, apesar das diversas mostras de euforia para com os mestiços, dentro e fora do IHGB, ainda pairavam ideias de condenação para aqueles vindos de cruzamentos de “raças” distintas. Clima e raça condenavam juntos o Brasil pela sua gente<sup>461</sup>.

E não era só nas secas que os trópicos mostravam esse seu outro lado, cruel e opressor, contra seus filhos, os relatos de calores extenuantes, de norte a sul do país, são diversos, e ajudam a minar essa ideia de “paraíso tropical”, como nos mostra o trecho do inglês Morrel:

“A Bahia do Rio de Janeiro é talvez a mais bella do mundo, assim como é a mais vasta e segura; e se não fosse o calor da atmosphaera, que ahi é incommodo, o paiz circundante seria um verdadeiro paraíso”<sup>462</sup>.

Mudanças bruscas de temperatura que alternavam calor e frio extremos<sup>463</sup>, tormentas e ventos furiosos<sup>464</sup>. Entre todos esses infortúnios, os mosquitos e animais peçonhentos são um

---

imprevidência da gente, que não sabe tirar proveito da abundante produção de seu solo que as secas perpetuam”. Cf. BRAGA, Renato. *História da Comissão Científica de Exploração*. Fortaleza: Imprensa Universitária, 1962. p. 294.

<sup>461</sup> Podemos encontrar essas questões sobre a inércia dos homens do “norte”, mestiços por excelência, por exemplo, nas obras: RODRIGUES, Nina. *Os africanos no Brasil*. São Paulo: Nacional; Brasília: Editora da UNB, 1982; ou ainda, VIANNA, Oliveira. *Evolução do Povo Brasileiro*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1952.

<sup>462</sup> MORREL, *Viagem á América Apud.*. Cf. SOUZA, Augusto Fausto de. *Op. Cit.* 290. Sobre esse aspecto capaz de transformar uma visita ao Brasil a uma visita ao inferno, temos ainda uma série de relatos que vão nessa direção, tais como: “O local da povoação não é desagradavel, mas o excessivo calor, que alli se observa, que chegou ao sol a 120° (na escala fahrenheit) a sombra é constante até 92 e de noite a 77, obrando sobre 8 a 10 leguas de superficie alagada, barrentas aguas, e não sustento de pequenos peixes, tudo isto torna S. Helena [no Maranhão] durante nove meses um lugar de penúria e doença”. Cf. LAGO, Antonio Bernardino Pereira do. “Itinerário da Província do Maranhão”. In. ”. In. *Revista Trimensal do Instituto Historico, Geographico e Ethnographico do Brasil*. Tomo XXXV. Rio de Janeiro: B.L.Garnier-Livreiro-editor, 1872. p. 394; ou ainda: “Sente-se que aqui no Rio Preto, que já se pisam as vertentes equinociaes, onde os ventos do Cabo Horn, com sopro amortecido, não podem mais temperar o clima abrasador. Contra os ardores estivaes virá d’ora em diante o único recurso das trovoadas e das convulsões da atmosphaera[caminho entre o Mato Grosso e o Grão-Pará]”. Cf. FLORENCE, Hercules. “Esboço da viagem feita pelo Sr. De Langsdorff no interior do Brasil, desde setembro de 1825 até março de 1829”. In. *Revista Trimensal do Instituto Histórico, Geographico e Ethnographico do Brasil*. Tomo XXXVIII. Rio de Janeiro: B.L. Garnier-Livreiro-editor, 1875. p. 271.

caso a parte, serpentes<sup>465</sup> que matavam o gado e mesmo o homem, empestevam o Brasil. Afinal, em qual paraíso o homem sofreria tais tormentos como esse?

“Não havia remedio senão dormir em rêde e dentro do mosquitoeiro, sob o qual sentiamos dobradamente o calor d’aquelle clima abrasado. (...). Impossivel me fora exprimir o sofrimento que diariamente nos causam os enxames de mosquitos. É praga capaz de trazer o abandono a uma região inteira por quem não tenha a constancia do selvagem. Em tal quantidade nos cercavam, tão teimosos se precipitavam sobre nós para sugar-nos, que o ar em redor parecia escuro”<sup>466</sup>.

---

<sup>463</sup> Como por exemplo: “Seu clima [da Vila de Miranda, na então província do Mato Grosso], geralmente muito quente, apresenta transições bruscas, uma das causas mais frequentes das molestias do lugar”. Cf. PITANGA, Epiphanio Candido de Sousa. “Diário da viagem do Porto do Jatahy á Villa de Miranda, compreendendo os Rios Tibagy, Parapanema, Paraná, Samambaia, Ivinhema e Brilhante, o Varadouro de Neox, e os Rios Neox e Miranda”. In. ”. In. *Revista Trimensal do Instituto Historico, Geographico e Ethnographico do Brasil*. Tomo XXVII. Rio de Janeiro: Typ. de Domingos Luiz dos Santos, 1864. pp. 191-192.; ou ainda: “O clima d’esta região [refere-se ao Mato Grosso] se averiguará ser quente e secco, e n’elle é summamente irregular o tempo nas suas mutações; porque reduzido o anno sómmente a inverno e verão, é este tão intemperado, que desde o mez de Abril, em que principia, até o de setembro, em que acaba, padece aquelle território uma interpelação de calor, como costuma haver de ordinario na zona torrida, em que jaz; e frio tão desordenado, como em Portugal se experimenta no janeiro mais desabrido”. Cf. <sup>463</sup> OLIVEIRA, Antonio Rodrigues Velloso de. *Op. Cit.* pp.352-353.

<sup>464</sup> “É este territorio [no Maranhão] muito sujeito ás trovoadas durante o tempo das chuvas, e de ordinario se observam por toda a parte os seus efeitos no estrago de muitas e grossas arvores que tambem não resistem as formidáveis pés de vento ou redemoinhos que alli aparecem de maio até julho (...)”. Cf. RIBEIRO, Francisco de Paula. “Descripção do territorio de Pastos Bons, nos sertões do Maranhão; propriedades dos seus terrenos, suas producções, character dos seus habitantes colonos, e estado actual dos seus estabelecimentos”. *Op. Cit.* p. 49.; ou ainda: “Hoje porém é menos freqüentada a sua navegação por se haver descoberto outro melhor, mais seguro, e breve caminho, pela margem direita do Amazonas, e por entre as muitas ilhas, que servem de abrigo ás canôas contro os furiosos ventos que em certos tempos alli reinam(...)”. Cf. Sem autor. “Diario da viagem que fez á colonia hollandeza de Surinan o Porta Bandeira da Sétima Companhia do Regimento da cidade do (ilegível), pelos sertões e rios d’este Estado em diligência do Real serviço”. *Op. Cit.* p. 5.

<sup>465</sup> Como nos mostram os relatos: “É proprio tambem [da região de Caxias e Pastos Bons, no Maranhão] de muitos animaes nocivos a criação dos gados, e ainda aos mesmo homens (...). Acham-se também grande numero de serpentes venenosas, cuja picada incurável tira em poucas horas a vida; e em quase todos os rios que nomeei, maiormente nos do Tocantins e Araguaia, se encontrão tão formidáveis, que de um só golpe devoram inteiro um boi”. RIBEIRO, Francisco de Paula. “Roteiro da Viagem que fez o capitão Francisco de Paula Ribeiro ás fronteiras da capitania do Maranhão e de Goyaz no anno de 1815 em serviço de S.M.Fidelissima”. *Op. Cit.* p. 70.; ou ainda: “(...) reconhecem e adoram [os índios orizes] por Deus a coruja (...) e o motivo de sua adoração consiste no beneficio que recebem d’esta ave, que, naturalmente inimiga das cobras, numerosissimas n’aquelle paiz, as espia nos matos, e lhes tira a vida, quando mais engolfadas no seu descuido. Como esses animaes são peçonhetissimos, e infestam todos aquelles campos, percebeu a sua rudeza que deviam culto a quem os livraria d’elles”. Cf. MASCARENHAS, Joseph Freyre de Monterroyo. *Op. Cit.* p. 498.

<sup>466</sup> FLORENCE, Hercules. *Op. Cit.* pp. 427-435.

Não queremos dizer que essas áreas, principalmente às referentes ao atual sertão nordestino quebram por completo às referências a um Brasil *bonito por natureza*, são trópicos bonitos, mas sujeitos a eventos que o metamorfoseiam de paraíso a inferno em questão de momentos. Mesmo as áreas sujeitas a essas secas que relatamos, não estavam de fora do projeto de integrar o Brasil em torno de uma natureza tropical bela. O trecho abaixo, nos mostra que mesmo os “sertões dilatados” podem ser “excelentes”:

“Em todas as terras sujeitas ao domínio de Portugal se reputa pela mais excellente Pernambuco. (...). Comprehende dilatados sertões, em que se recolhe numeroso povo de gente, numerável criação de gado, que os fazem parecer um nono mundo. O Clima é o mais salutífero”<sup>467</sup>.

Como nos diz F. Alves de Andrade, esse contraste entre o seco e o úmido, entre o clima ardente e o temperado de altitude, entre a vegetação densa e a escassa, entre os rios perenes e os intermitentes, todos esses contrastes ajudam a formar essa região que hoje chamamos de Nordeste<sup>468</sup>, tropical e linda, como as outras do país, mas sujeita a ações que trazem a desgraça e a morte, e aspectos duros da vida sob os trópicos saltam aos olhos de forma muito mais nítida que em outras regiões do Brasil.

Os trópicos reais, palpáveis, pelo o que observamos, era o paraíso dos viajantes franceses que aqui aportaram no século XVI, como também era o antiparaíso dos missionários jesuítas horrorizados com o canibalismo e a idolatria das gentes que aqui encontraram. Era o trópico inebriante e dos prazeres, que formava os homens fracos de Montesquieu, e era o trópico rude, duro, que formava o sertanejo forte de Euclides da Cunha.

---

<sup>467</sup> NETTO, Felipe Lopes. “Gerra Civil ou Sedições de Pernambuco”. In. *Revista Trimensal do Instituto Historico e Geographico do Brazil*. Tomo XVI. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1894 (1853). p. 5.

<sup>468</sup> ANDRADE, F. Alves. “O secular problema das secas do Nordeste Brasileiro”. In. ROSADO, Vingt-Un. *Memorial da Seca*. Coleção Mossoroense – Volume CLXIII, 1981. p. 231.

Os trópicos eram ambivalentes, nem bons, nem maus, eram uma mistura do mais baixo com o mais elevado, do céu com o inferno. Enfim, a vida sob o seu sol era uma vida real, com alegrias e problemas, que fugiam a qualquer idealização, seja ela positiva ou negativa.

#### 4.2. *Trópicos da doença e da civilização*

Lugar de pestilência, de febres, de perigos, de morte, de dor, de doença, esses também eram os trópicos. Que essas quentes regiões nunca foram uma unanimidade já é sabido, afinal, as serpentes, as feras, os mosquitos, os nativos e seus hábitos, o calor escaldante, as secas, as tormentas, entre outras tantas visões nada paradisíacas trouxeram o horror aos olhos daqueles que primeiro aqui aportaram. No entanto, como vimos anteriormente, essas visões negativas dos trópicos não eram dominantes, pelo menos nos primeiros séculos de encontro entre europeus e americanos, mas sim representavam apenas reverses em meio ao paraíso. Os trópicos tinham seus pontos negativos, mas eram um lugar de vida longa.

Isso começou a mudar principalmente a partir do século XVIII, quando a doença a insalubridade passaram a ser lugares comuns nos relatos daqueles que escreviam sobre essa região do globo<sup>469</sup>. Nas histórias referentes aos trópicos, incluindo as ficções<sup>470</sup>, representações da morte passaram a ser freqüentes, e se o europeu sucumbia e sofria nessas regiões, se ele parecia inadaptável a ela, eram as doenças as principais responsáveis.

Assim, a questão da saúde nos trópicos passou a ser um ponto importante nos debates acerca das baixas latitudes, principalmente no que toca à inserção da civilização nessas regiões. Há séculos na Europa já havia a noção de que o homem europeu se degenerava próximo ao

---

<sup>469</sup> ARNOLD, David. Op. Cit. pp. 137-138.

<sup>470</sup> Podemos citar aqui como exemplo *Robinson Crusoe*, de Daniel Defoe, ou *O Coração das Trevas*, de Joseph Conrad, no qual ambos trazem a África como um lugar de perigos, onde os homens podem facilmente sucumbir frente à uma floresta tropical que guarda inúmeros perigos. Cf. Idem, p. 138.

Equador<sup>471</sup>, no entanto, foi no século XVIII que essas teorias ganharam força e pintaram os trópicos como regiões deletérias, impróprias à civilização, como vimos anteriormente.

David Arnold nos traz o exemplo da guinada presente na literatura acerca das Antilhas, produzida pelos viajantes. Nas primeiras obras de história natural, que tratavam das enfermidades sobre as ilhas, como é o caso das obras de Thomas Trapham, de 1679, e de Hans Sloane, de cerca de 30 anos depois, o Caribe era apresentado como uma região salubre, na qual nada de ameaçador se observa em relação à saúde humana. No entanto, em 1759, quando William Hillary escreveu sua obra de medicina *Observations in Barbadoes*, Arnold já notou um contraste delineado entre os climas temperado e tropical, no que toca à suas enfermidades<sup>472</sup>.

A partir de então, uma série de tratados médicos surgiram acerca da relação entre clima e doença nessa região do mundo<sup>473</sup>, aparecendo o termo “tropical” para demonstrar uma alternativa negativa ao clima temperado, considerado como salubre. Desta maneira, segundo David Arnold, a relação dos trópicos com as enfermidades serviu como mais um elemento para marcar a diferença entre a Europa e as regiões tropicais, o próprio surgimento da “medicina tropical”, em finais do século XIX, que tinha como objeto de estudo as “doenças tropicais” é exemplo disso, afinal, em termos epidemiológicos, era difícil justificar estudos focados nas “doenças tropicais”, uma vez que poucas enfermidades eram realmente peculiares da zona tropical. Assim, podemos entender que a ciência médica do século XIX apoiava a ideia da diferença tropical<sup>474</sup>.

Leis que relacionavam o ambiente com as enfermidades começaram a surgir a partir de observações, e assim constatações a esse respeito foram traçadas, como por exemplo, a ausência

---

<sup>471</sup> Vale mais uma vez aqui reiterar que, apesar de as teorias que traziam os trópicos como um lugar de malefícios terem ganhado força nos setecentos, elas já estavam presentes na Europa desde a Antiguidade.

<sup>472</sup> ARNOLD, David. Op. Cit. p. 138.

<sup>473</sup> Podemos citar aqui como exemplos: *Observations on the Diseases of the Army in Jamaica*, de John Hunter, publicado em 1788, e *Treatise on Tropical Diseases and on the climate of the West Indies*, de Benjamin Moseley, de 1787. Cf. Idem, pp. 138-139.

<sup>474</sup> Idem, p.140.

da raiva nas localidades de clima tórrido, ou ainda o fato de que nas localidades onde o calor convive com regiões pantanosas, a incidência de cólera é maior<sup>475</sup>.

E segundo tais observações, guardavam os trópicos duas das características climáticas mais nocivas para a saúde humana, o calor e a umidade, que combinados, tornavam a zona tórrida um lugar de doença. O médico francês Jean Pierre George Canabis, por exemplo, em inícios do século XVIII proferia que temperaturas extremas produziam efeitos negativos aos corpos e a saúde dos indivíduos, sendo responsáveis por alterações indesejáveis tanto físicas quanto morais. Fatores esses que poderiam ser revertidos quando o calor estivesse associado ao ar seco, mas irreversíveis quando associados à umidade<sup>476</sup>.

Outros ainda escreveram sobre essas características tão marcantes, tão fundamentais aos trópicos, que eram o calor e a umidade. Ribeiro Sanches, por exemplo, importante referência acerca dos estudos da medicina e higiene em Portugal e em seus domínios ultra-marinos, descrevia as regiões sujeitas às inundações como lugares privilegiados para as “febres podres”, as disenterias, entre outras doenças causadas supostamente pela decomposição dos corpos vegetais e animais. Situação essa que tendia a piorar com o clima quente, como era o caso da América Portuguesa, da Índia e da África<sup>477</sup>.

O francês Joseph François Sigaud, um dos mais destacados estudiosos as enfermidades no Brasil oitocentista via na umidade o mais importante dos fatores da patologia tropical, uma vez

---

<sup>475</sup> CAPONI, Sandra. “Sobre la aclimatación: Boudin y la geografía médica”. Op. Cit. p. 29.

<sup>476</sup> O temor de Canabis em relação à combinação de calor com umidade fica evidente no trecho a seguir: “Unida al calor, la humedad de aire debilita de um modo más profundo y mucho más radical. Esta combinación fatal del calor y la humedad produce una vejez precoz y afecciones hipocondríacas desesperantes”. Cf. CANABIS, Jean Pierre George. *Rapports du physique et du moral de l’homme*. Apud. CAPONI, Sandra. “Clima, Cérebro y degeneración em Canabis”. In. *História, Ciência, Saúde: Manguinhos*. V.16. n.4 (jul-out. 1994) - Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, Casa de Oswaldo Cruz, 2007. p. 964.

<sup>477</sup> SANCHES, Antonio Nunes Ribeiro. *Tratado de Conservação da Saúde dos Povos*. Apud. ABREU, Jean Luiz Neves. “A colônia enferma e a saúde dos povos: a medicina das ‘luzes’ e as informações sobre as enfermidades na América Portuguesa”. In. *História, Ciência, Saúde: Manguinhos*. V.1. n.1 (jul-out. 1994) - Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, Casa de Oswaldo Cruz, 2007. pp. 771-772.

que influenciava tanto diretamente no homem, ou seja, nos mecanismos de respiração e excreção, ou indiretamente, através da decomposição da matéria orgânica, transformando-se assim no principal agente das febres intermitentes<sup>478</sup>.

Assim, os trópicos foram revestidos, em geral, com uma aura negativa na Europa, pois, além de produzirem mazelas morais em seus viventes, produzia também danos físicos, o que dificultava o assentamento de culturas europeias e supostamente civilizadas em suas terras.

Vale lembrar ainda que para esse fenômeno que trouxe o trópico como local de doença nos séculos XVIII e XIX contribuiu para o retorno das teorias hipocráticas, no qual as relações entre o homem e o ambiente são determinantes para a sua saúde e suas doenças<sup>479</sup>. Nesse sentido, Sandra Caponi assinala que há uma ideia “mais ou menos aceita” da existência de uma continuidade entre os textos de Hipócrates e a associação entre o clima e a doença, no qual se apóia a geografia médica desse período que compreende finais dos setecentos e os oitocentos. No entanto, Caponi nos alerta que devemos nos lembrar que em fins do XVIII e início do XIX, o conceito de meio era referido a entidades completamente distintas em interação com os processos fisiológicos radicalmente estranhos à fisiologia humoral<sup>480</sup>.

A partir de finais do século XVIII, o meio-ambiente passaria a ser entendido fundamentalmente como um conjunto de fatores físicos mensuráveis e interconectados. Ainda que muitas das ideias hipocráticas permaneçam, como a preocupação com a temperatura, o regime dos ventos, a altitude, a astronomia, os pântanos, os diferentes tipos de raças e a influência que o meio exerce sobre a enfermidade e o espírito daqueles que nele vivem. Portanto, novas variáveis estavam em jogo nos estudos da biologia e da medicina desse período em relação

---

<sup>478</sup> EDLER, Flávio Coelho. “A Escola Tropicalista Baiana: um mito de origem da medicina tropical no Brasil”. In. *História, Ciência, Saúde: Manguinhos*. V.1. n.1 (jul-out. 1994) - Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, Casa de Oswaldo Cruz, 2007. p. 367.

<sup>479</sup> ARNOLD, David. Op. Cit. p. 139.

<sup>480</sup> CAPONI, Sandra. “Sobre la aclimatación: Boudin y la geografia médica”. Op. Cit. pp. 17-18.

aos estudos de Hipócrates, como a pressão atmosférica, o movimento, o calor, os elementos químicos, entre tantos outros<sup>481</sup>.

Esse turbilhão de informações vindas da Europa não poderia ser descartado, afinal, vinha da Europa, nosso continente modelo. No entanto, nossos homens de letras e ciências do IHGB escreviam e publicavam engajados em um projeto de criar uma identidade nacional para o Brasil, e como vimos, os trópicos deveriam surgir como algo positivo, dignos de orgulho.

Assim, havia a necessidade de se trazer trópicos do bem, em meio a notícias pavorosas que vieram com ele, e nesse sentido, percebemos que as visões negativas dos trópicos, com seus miasmas, suas carneiradas, febres terçãs e pestilências estavam presentes nos relatos, e a combinação calor e umidade também pesava sobre aqueles que percorriam nosso país nos oitocentos, estrangeiros ou não.

Vale ressaltar que no campo das ciências médicas, também se travou uma batalha pela nacionalidade, na qual a defesa dos trópicos foram questões importantes. Nesse sentido, Flavio Coelho Edler nos traz o exemplo da chamada Escola Tropicalista Baiana, um grupo que, contrariando as ideias de medicina tropical forjadas na Europa, construíram uma definição de medicina tropical baseada na crença otimista sobre a questão da condição tropical brasileira, no qual o Brasil se apresentava como um lugar propício à civilização, apesar de seu clima considerado não adequado, e de sua gente miscigenada<sup>482</sup>.

Edler traz o exemplo da Escola Tropicalista Baiana como um exemplo da recusa do estereótipo dos trópicos como uma região deletéria para o europeu, informação essa bastante disseminada, principalmente a partir do século XVIII, como podemos observar. Nesse sentido, segundo Flavio Edler e Maria Raquel de G. Fróes, através de novas abordagens nas quais um

---

<sup>481</sup> Idem, pp. 17-18.

<sup>482</sup> EDLER, Flávio Coelho. Op. Cit. pp. 358-361.

novo modelo científico era empregado por esses médicos brasileiros, tirava-se o foco do meio ambiente como causa de doenças individuais e específica<sup>483</sup>.

Assim, ainda segundo Edler, médicos brasileiros do período, como os da Escola Tropicalista Baiana, da Academia Imperial de Medicina, entre outros, quebraram velhos estigmas que se amparavam em determinismos raciais e climáticos, e, a despeito da crença de que no Brasil oitocentista nossos médicos eram apenas reprodutores do conhecimento europeu, esses estudiosos da saúde produziram uma avaliação positiva dos trópicos brasileiros, nos quais algumas das patologias mais temidas como a febre amarela e a cólera não tinham espaço<sup>484</sup>.

Desta maneira, os estudiosos da medicina no Brasil do século XIX lançaram uma avaliação na qual constatava que, apesar de problemas, o país apresentava uma boa condição sanitária, como podemos observar na obra de Sigaud, um dos mais amplos estudos produzidos sobre o Brasil no período. E as avaliações positivas, que traziam o Brasil tropical como um lugar de saúde e vida longa abundaram as revistas do IHGB, o que mostra que as proposições dos médicos brasileiros, que combatiam as premissas difamatórias europeias ganharam espaço no século XIX.

Imagens de trópicos salubres apareciam nas publicações da revista, e mesmo naquelas regiões mais quentes e úmidas, as mais “deletérias”, segundo os europeus da época, ainda que percalços existissem, era possível se desfrutar de trópicos saudáveis:

“O clima por causa de ser a terra baixa, e privada dos ventos marítimos do Leste que embatem na grande serra, ou já vão mais tepidos, por terem corrido larga extensão de terras é demasiadamente quente de agosto por diante, porém sadio tirando das carneiradas das vasantes, e n’este paiz [Minas Gerais] observam-se com frequencia homens de

---

<sup>483</sup> Cf. EDLER, Flávio Coelho. Op. Cit. pp. 358-361; FRÓES, Maria Raquel de G. *A única ciência é a pátria: o discurso científico na construção do Brasil e do México (1770-1815)*. Tese (Doutoramento). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996. p. 11

<sup>484</sup> Idem, pp.357-368.

extraordinária idade e ageis. É também bastante humido, e por essa razão fertilíssimo em monstros principalmente de cobras de extraordinária grandeza”<sup>485</sup>.

Ou ainda:

“Um facto que me parece singular é a salubridade d’esta região [atual Corumbá]. As carneiradas, que tanto estrago fazem, n’esta mesma provincia, nas paludosas margens do Guaporé, e dos outros tributarios do Amazonas, são desconhecidas nas do Paraguay e seus affluentes. Rarissimas vezes são os navegantes e os habitantes das povoações accommetidos por sezões, e outras enfermidades proprias de paizes, como este, baixos, humidos, e onde se opera continua decomposição de animaes e vegetaes”<sup>486</sup>.

A imagem de um Brasil tropical, quente, úmido e sadio estava presente nas revistas do grêmio carioca, o que mostra que as proposições daqueles médicos oitocentistas, que combateram as visões estrangeiras e negativas sobre a zona tórrida, ganhavam espaço entre aqueles que buscavam construir uma nação brasileira, ainda que pautada por noções importadas da Europa. De norte a sul abundavam relatos que traziam um Brasil salubre. As quentes terras do Maranhão<sup>487</sup>, de Pernambuco<sup>488</sup>, do Ceará<sup>489</sup>, do Espírito Santo<sup>490</sup>, do Mato Grosso<sup>491</sup>, do

---

<sup>485</sup> Sem Autor. “Considerações sobre as duas classes mais importantes de povoadores da capitania de Minas Geraes, como são as de mineiros e agricultores, e a maneira de as animar”. Op. Cit. p. 431.

<sup>486</sup> LEVERGER, Augusto. “Roteiro da navegação do Rio Paraguay desde a Foz do S. Lourenço até o Paraná”. In. . *Revista Trimensal do Instituto Histórico, Geographico e Ethnographico do Brazil*. Tomo XXV. Rio de Janeiro: Typ. De D. Luiz dos Santos, 1862. p.219.

<sup>487</sup> Como podemos observar nos seguintes relatos: “Os seus ares [terras atravessadas pelo rio Manoel Alves Grande, no Maranhão] são saudáveis. Suas águas saborosas, abundam de peixe e recebem do nordeste as águas do rio Sereno, muito pouco importante”. Cf. RIBEIRO, Francisco de Paula. Op. Cit. p. 32.

<sup>488</sup> “Em todas as terras sujeitas ao domínio de Portugal se reputa pela mais excellente Pernambuco. (...). Comprehende dilatados sertões, em que se recolhe numerosos povo de gente, numeravel criação de gado, que os fazem parecer um novo mundo. O clima é o mais salutar”. Cf. NETTO, Felipe Lopes.. Op. Cit. p.5.

Amazonas<sup>492</sup>... As já mais temperadas de São Paulo<sup>493</sup>, de Minas Gerais<sup>494</sup>, do Paraná<sup>495</sup> e do Rio Grande do Sul<sup>496</sup>. Enfim, em todo Brasil, era possível viver sob um regime climático propício à saúde, o que contrariava as nefastas previsões europeias.

No entanto, nesse embate entre trópicos positivos e negativos, entre o paraíso e o inferno, entre a barbárie e a civilização, nenhuma concepção estava só, se existiam aqueles que relatavam a salubridade dos trópicos e contrariavam as versões europeias sobre uma civilização em terras quentes, havia também aqueles que concordavam com elas, e desenhavam os trópicos como um lugar de doença e de morte, bem aos moldes europeus.

---

<sup>489</sup> “Tem poucos rios navegáveis, mas infinitas ribeiras, immensas serras de prodigiosa produção de todos os generos, especialmente de algodões, excellentes aguas, saborosos fructos; e os seus ares talvez sejam os melhores d’este continente, como se comprova do grande numero de pessoas que tem de avançada idade”. Cf. MENEZES, Luiz Barba Alardo de. “Memoria sobre a capitania do Ceará”. In. *Revista Trimensal do Instituto Historico, Geographico e Ethnographico do Brasil*. Tomo XXXIV. Rio de Janeiro: B.L.Garnier Livreiro-editor, 1871. p. 259.

<sup>490</sup> “Seus ares são benignos, o terreno fertil produz todos os gêneros próprios do Reino da Europa”. Cf. RUBIM, Braz da Costa. p. 162.

<sup>491</sup> “Foi esta povoação [atual Corumbá] fundada a 50 annos pelo capitão general Luiz de Albuquerque. A sua posição é tão vatajosa como aprazivel; o clima é sadio; o solo fértil, tem bons matos e proporções para a criação de gado”. Cf. LEVERGER, Augusto. Op. Cit. p. 219.

<sup>492</sup> “O Amazonas. (...). Sadio pela água que se bebe e o ar que se respira. (...). O clima é sadio pois vê-se entre os Mura e outros gentios muita propagação”. Cf. SOUZA, André Fernandes de. “Noticias Geographicas da Capitania do Rio Negro no Grande Rio Amazonas. Exornadas com varias noticias históricas do paiz, do seu governo civil e político, e de outras cousas dignas de attenção: dedicadas ao Imperador do Brasil o senhor D. Pedro I pelo cônego André Fernandes de Souza”. In. *Revista Trimensal de Historia e Geographia ou Jornal do Instituto Histórico e Geographico Brasileiro*. Tomo X. Rio de Janeiro, 1870 (1848). pp. 416-427.

<sup>493</sup> “Mas como se poderá comprehender, dirá alguém, que um paiz dotado de grande fertilidade, d’um clima tão ameno e saudavel, cujos habitantes e naturaes são fortes e vigorosos, e amigos do trabalho, não tenha podido fazer algum progresso memoravel na carreira da fortuna, que lhe prometia a agricultura?”. Cf. OLIVEIRA, Antonio Rodrigues Velloso de. “Memória sobre o melhoramento da província de S. Paulo applicavel em grande parte ás províncias do Brasil”. In. *Revista Trimensal do Instituto, Historico, Geographico e Ethnographico do Brasil*. Tomo XXXII. Rio de Janeiro: B.L. Garnier-Livreiro-editor, 1868. p. 54.

<sup>494</sup> “O clima é temperado e sadio. Em algumas partes d’esta comarca [ S. João d’El Rei], a mais prolífica e povoada, se dá muito bem o trigo”. Cf. Sem autor. “Descobrimto de Minas-Geraes”. Op. Cit. p. 25.

<sup>495</sup> “A cidade de Castro [na então província do Paraná] (...) faz digna de honrosa menção pela salubridade de seu clima, onde se desconhecem moléstias endêmicas e epidêmicas, pela ferilidade de seu solo; pela riqueza de suas matas, e por suas famosas criações de gado”. Cf. PITANGA, Epiphanyo Candido de Sousa. “Itinerario do Reconhecimento do Estado da Estrada da cidade de Antonina á colônia militar do Jatahy, na Província do Paraná”. Op. Cit. p. 560.

<sup>496</sup> “A compleição de cada um [dos alunos da escola alemã visitada na passagem de Homem de Mello pelo Rio Grande do Sul] revela a benignidade d’este clima, e o bom tratamento havido em sua criação e educação”. Cf. MELLO, Francisco Ignácio Marcondes Homem de. “Excursões pelo Ceará, S. Pedro do Sul, e S. Paulo”. Op. Cit. p. 147.

Nesse sentido, assim como os relatos da salubridade tropical abundavam nas publicações do IHGB, aqueles que mostravam seu oposto, ou seja, trópicos doentios e pestilentos, perigosos àqueles que tentavam nele se instalar, e avessos à civilização. Na mesma medida que os trópicos se mostravam como lugares da saúde e vida longa, também se mostravam como lugares de doença e morte.

Se, como dissemos, para os europeus estudiosos da geografia médica do XIX havia uma noção que dentre os fatores ambientais mais prejudiciais à saúde estavam as altas temperaturas e a alta umidade, características essas determinantes dos trópicos, nossos autores do período, vorazes consumidores da literatura - o que incluía a médica - europeia, não deixaram de demonstrar seus medos, suas apreensões sobre as mais diversas regiões do Brasil, um país no qual predominava esse indesejável quadro. Sendo assim, se a imagem de trópicos sadios se propagava, a de trópicos doentios também, na mesma medida.

A linha que separava esses dois mundos distintos, ambos tropicais, era muito tênue, como podemos observar no Maranhão, descrito abaixo, no qual bastava chegarem as chuvas, para ver seus ares passarem de medicinais a pestilentos:

“São turvas e lodosas as suas aguas [Rio Itapucurú, no Maranhão], tão quentes no verão durante a noite que amanhecem fumegando: utilizam então muito os seus banhos, porque são medicinaes; porém logo que lhe succedem as chuvas, ou que no fim d'estas principiam suas barreiras a descobrir-se tornam-se ellas perniciosas, e até perigosos os seus ares para respirar. Assim o mostrou, além de outras vezes, a experiencia, em o anno de 1805, a cuja invernada, que inundou léguas de centro, se seguiu a

epidemia maior que ainda teve o Itapucurú, e que foi a mais fatal para os habitantes”<sup>497</sup>.

Os relatos de Francisco Paula Ribeiro sobre a condição sanitária do Maranhão mostram que o principal problema para saúde de seus habitantes era decorrente das “fermentações”, que transformavam a região em local pestilento:

“Da villa de Caxias para cima são raras as suas ribanceiras, e em muita parte faceis de alagar o terreno; o que, dando motivos ás innundações centraes no tempo das invernadas, faz com que estas aguas, varrendo para o rio toda a espécie vegetal e animal, a que foram fataes, inundem sua corrente: sendo que d’esta causa (segundo o que parece a mim) se lhes seguem as enfermidades que em certos tempos soffrem d’alli para baixo os habitantes das suas margens (...) porque fermentados aquelles objectos a passar n’nestes lugares, e susceptiveis da podridão naturaes circunstances, infeccionam os ares e formam as epidemias”<sup>498</sup>.

O Brasil inteiro, principalmente as regiões mais setentrionais, notadamente mais sujeitas aos efeitos das altas temperaturas e da alta umidade, sofriam com as doenças decorrentes dessa

---

<sup>497</sup> RIBEIRO, Francisco de Paula. “Roteiro da Viagem que fez o capitão Francisco de Paula Ribeiro ás fronteiras da capitania do Maranhão e de Goyaz no anno de 1815 em serviço de S.M.Fidelissima”. Op. Cit. p. 18.

<sup>498</sup> Idem, pp. 22-23; É interessante, que nos relatos de Francisco Paula Ribeiro acerca do Maranhão, a condição salubre e insalubre do lugar se entremeiam, pois, se ele começou citando a província como detentora de um lugar medicinal, de cura, que com as chuvas se torna pestilento, no decorrer do texto, ele volta a citar o Maranhão, agora terras atravessadas por outro rio, como salubres, o que mostra que as visões de salubridade e insalubridade dos trópicos andavam juntas nas concepções oitocentistas. Cf. : “Os seus ares [terras atravessadas pelo rio Manoel Alves Grande, no Maranhão] são saudáveis. Suas águas saborosas, abundam de peixe e recebem do nordeste as águas do rio Sereno, muito pouco importante”. Cf. RIBEIRO, Francisco de Paula. Op. Cit. p. 32.

condição, ou seja, da própria condição tropical. E quadros como o observado no trecho acima, eram relatados a partir de todo o país.

A febre fazia grandes estragos na Bahia<sup>499</sup>, as águas infeccionavam os ares de uma província de Goiás saudável<sup>500</sup>, da mesma forma que fazia com Mato Grosso<sup>501</sup>. O Rio de Janeiro sofria com os elementos paludosos decorrentes de suas águas estagnadas<sup>502</sup>, assim como a região amazônica<sup>503</sup> e o Espírito Santo<sup>504</sup>, para não citarmos ainda outras regiões do Brasil.

---

<sup>499</sup> “As terras por onde passam este rio [Peruípe, no sul da Bahia] são baixas até S. José, e d’ahi principam-se a elevar-se: a febre faz ahí grandes estragos (...)”. Cf. ALMEIDA, Hermenegildo Antonio Barboza de. “Viagem ás villas de Caravellas, Viçosa, Porto Alegre, de Mucury e aos rios Mucury e Peruhipe”. In. *Revista Trimensal de Historia e Geographia ou Jornal do Instituto Historico e Geographico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1846. p. 448.

<sup>500</sup> “O seu clima é saudavel, á exceção de alguns lugares paludosos e visinhos de rios, que na sua enchente arrastam os despojos das arvores e muitas impurezas, que arrojadas á margem e corrompidas inficcionam o ar (...)”. Cf. SOUZA, Luiz Antonio da Silva e. “Memória sobre o descobrimento, governo, população e cousas mais notaveis da capitania de Goyaz”. In. *Revista Trimensal de Historia e Geographia ou Jornal do Instituto Historico e Geographico Brasileiro*. Tomo XII. Rio de Janeiro: Typographia de João Ignacio da Silva, 1874 (1849). p. 430; Ainda sobre a condição sanitária de Goiás: “As montanhas elevadas formam valles profundos e pouco espaçosos. Estes valles no tempo das chuvas são quase intransitaveis: os correjos ficam como rios, e os rios como mares e toda a terra circunvizinha coberta de agua. N’este tempo as molestias fazem grandes estragos”. Cf. MATTOS, Raymundo José da Cunha. “Chorographia Historica da Provincia de Goyaz”. Op. Cit. p. 6.

<sup>501</sup> “A villa de Miranda, edificada de palha e telha, em terreno sensivelmente plano, por causa das enchentes do rio e dos pantanos que a rodeiam, não é muito saudavel, mas não é completamente doentia, como se tem apregoado (...) Seu clima, geralmente muito quente, apresenta transições bruscas, uma das causas mais frequentes das molestias do lugar”. Cf. PITANGA, Epiphanio Candido de Sousa. “Diario da viagem do Porto do Jatahy á Villa de Miranda, compreendendo os Rios Tibagy, Paranapanema, Paraná, Samambaia, Ivinhema e Brillhante, o Varadouro de Neox, e os Rios Neox e Miranda”. Op. Cit. pp. 191-192.

<sup>502</sup> “Devido a estar assentada [Campo dos Goytacazes] num terreno nimiamente paludoso, como se deprehede da simples enumeração de suas lagoas e brejos; tendo no seu perimetro pequenos depositos d’agua estagnada, permanentes ou formadas pelas chuvas, e sem nenhum declive para o seu natural escoadouro, o rio Parahyba, é a cidade de Campos sujeita a febres palustres, a hepatites e splenites chronicas, á anemia (que é mais geral do que se cuida) e a complicarem-se todos os outros estados morbidos com o elemento paludoso. Grande parte do município padece do mesmo mal”. Cf. MELLO, José Alexandre Teixeira de. Op. Cit. p.45.

<sup>503</sup> “É esta povoação [freguesia do Carvoeiro], que me dizem ser a mais atacada das febres intermitentes, devidas talvez aos muitos vegetaes que com a vazante ficam em putrefação, e ao cemitério, que todos os annos é inundado (...)”. Cf. GURJÃO, Hilario Maximiano Antunes. “Descripção da viagem feita desde a cidade da Barra do Rio Negro pelo rio do mesmo nome”. Cf. In. *Revista do Instituto Historico e Geographico do Brazil*. Tomo XVIII. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1896 (1855). p. 187; ou ainda: “É constante que a atmosphaera entre os trópicos é quente e humida, e que estes paizes são regados de innumeraveis e caudalosos rios. Elles são cobertos de altissimos arvoredos, e pela maior parte tão espessos que quase sempre se não deixam penetrar tanto dos raios do sol, como da quantidade de ar, que é capaz de sacudir e ventilar os miasmas podres, de que a atmosphaera se acha carregada. (...). O ar pela sua parte, com os effeitos do seu calor, causa diversas enfermidades (...). Si a chuva comtudo é diminuto, e o vento cessa, fica o ar muito mais quente e a terra exhala de si um terrivel cheiro; e da fermentação que padecem os corpos procedem as diarrehas de sangue, e passam ás de desynterias, tenesmos, fluxo hepatico, e etc.”. Cf. FERREIRA, Alexandre Rodrigues. “Diario da Viagem Philosophica pela Capitania de São - José do Rio Negro”. In. *Revista Trimensal do Instituto Historico e Geographico Brasileiro*. Tomo LI. Rio de Janeiro: Typographia, Lithographia e Encadernação a vapor de Laemmert & C., 1888. pp. 136-139.

Ficava cada vez mais evidente que o calor e a umidade característicos da zona tropical eram entendidos como fontes de doença, e os estudiosos brasileiros do período, seguindo os passos de seus mentores europeus, corroboravam essa noção, de que quanto mais houvesse água em regiões quentes, mais enfermos surgiriam. Era um dilema tropical, o mesmo sol e as mesmas águas que traziam a vida aos trópicos, traziam também a morte:

“O caracter d’este anno [1810] foi sadio, e é experiencia feita, que n’este paiz a saude é na razão inversa da muita chuva, ao mesmo passo que na razão directa d’esta cresce a fertilidade e abundancia”<sup>505</sup>.

A união da água com o calor, muito comum no Brasil, era geradora de expectativas nebulosas. Onde houvesse tal combinação, miasmas, fricções, febres paludosas, e toda sorte de doenças tropicais eram esperados:

“Todos os reservatorios d’agua são causa de grandes molestias, porque sendo as lagoas pouco profundas, o terreno argiloso brando, o sol intenso, apodrecem as folhas dos arbustos, que ha dentro d’ellas, morre muito gado atolado, e de tudo sahem miasmas tão malignos que affectam a atmospheria [da província de Goiás]”<sup>506</sup>.

Ou ainda:

---

<sup>504</sup> “Com tão multiplicadas correntes de agoa fora de conjecturas que este paiz é em grande parte alagado, e por isso insalubre; mas seguindo a maior parte dos rios o seu curso por estreitos valles, batidos as agoas pelas continuadas quedas que proporcionam os accidentes do terreno, unicamente nas planicies do littoral se estedem as agoas inundantes, e formam extensos alagados que accasioanam febres intermittentes”. Cf. RUBIM, Braz da Costa. Op. Cit. 198.

<sup>505</sup> LAGO, Antonio Bernardino do. Op. Cit. p. 63.

<sup>506</sup> MATTOS, Raymundo José da Cunha. “Chorographia Historica da Provincia de Goyaz”. Op. Cit. pp. 393-394.

“A influencia que esta constituição geologica<sup>507</sup> tem sobre o clima [da província do Mato Grosso] é extremamente notavel e nociva, pois que a agua, que gyra entre estas duas camadas, sujeita á acção evaporação constante, em tempo de intenso calor de 90° á sombra, produz febres paludosas nos mezes calmosos do anno. No inverno é local mais ou menos sadio”<sup>508</sup>.

A partir dos relatos presentes nas publicações do IHGB, observamos que as descrições a respeito do estado sanitário da região sul e das áreas altas, lugares onde o calor é mais brando, são muito mais positivas. O Rio Grande do Sul, por exemplo, aparece sempre relatado como um lugar sadio, onde as doenças que tanto assombravam o Brasil não tinham vez<sup>509</sup>, isso porque, já não sofria com os assombros de um calor tropical atuando sobre suas águas e seus restos animais e vegetais:

“O clima é o melhor do mundo, ares muito puros e sadios, de modo que, morrendo immensos animaes continuadamente pelos campos e estradas, ficando estes sempre ao tempo, até o mesmo tempo e as aves os

---

<sup>507</sup> Trata-se, segundo os autores, de um terreno formado por duas camadas de solo, sendo a primeira formada por uma pedra branca impermeável, chamada por eles de bolha de sabão, que conduz a água vinda dos chapadões vizinhos, e sobreposta a ela há uma camada de conglomerado de ferro, e que é porosa. Cf. CHICHORRO, Joaquim Pinto & FRAGOSO, João da Rocha. “Relatório Geral da Comissão de engenheiros junto ás forças em expedição para a Província de Matto Grosso (1865 - 1866)”. In. *Revista Trimensal de Historia e Geographia ou Jornal do Instituto Historico e Geographico Brasileiro*. Tomo XII. Rio de Janeiro: Typographia de João Ignacio da Silva, 1874. p. 134.

<sup>508</sup> Idem, *Ibidem*.

<sup>509</sup> Podemos observar isso nos seguintes trechos: “O Rio Grande do Sul é sem duvida dos lugares mais sadios do continente”. Cf. CAMARA, Sebastião Xavier da Veiga Cabral da. “Reflexos sobre o estado actual do continente do Rio Grande de S. Pedro”. Apud. MELLO, Francisco Marcondes Homem de (org.). “Documentos relativos á Historia da Capitania, depois província, de S. Pedro do Rio Grande do Sul”. Op. Cit. p. 244.; ou do há pouco citado relato: <sup>509</sup> “A compleição de cada um [dos alunos da escola alemã visitada na passagem de Homem de Mello pelo Rio Grande do Sul] revela a benignidade d’este clima, e o bom tratamento havido em sua criação e educação”. Cf. MELLO, Francisco Ignácio Marcondes Homem de. “Excursões pelo Ceará, S. Pedro do Sul, e S. Paulo”. *Op. Cit.* p. 147.

consumirem, sem se sepultarem, jamais têm havido epidemias algumas, das que pelo mesmo caso costumam haver em outros paizes”<sup>510</sup>.

Mas o Rio Grande do Sul, e as demais regiões onde as temperaturas altas não produziam os tão temidos miasmas<sup>511</sup> eram uma minoria nesse Brasil do século XIX, em que a maior parte do país sofria com os problemas causados pela putrefação decorrentes das altas temperaturas e da alta umidade, o que preocupava nossos homens de letras e ciências do IHGB, preocupados com os destinos da nação. Esse perigo proporcionado pelos trópicos precisava ser estudado, tanto que em 1856, o IHGB deu bases para que suas comissões científicas não deixassem essa questão da salubridade de lado em seus estudos, uma vez que, sob os trópicos a putrefação de animais e vegetais era “mil vezes mais perigosa que em outras zonas”, segundo os próprios membros do IHGB:

“Estudar também sobre os logares onde costumam manifestar-se em certas épocas mortíferas epidemias, a influencia que exercem a constituição do districto sob relações de clima, de terreno, alternativa entre os alagamentos e secca dos terrenos, a putrefação das materias animaes e sobretudo vegetaes (que sobre os trópicos é mil vezes mais perigosa que em outras zonas) sobre a organização da pobre humanidade (...)”<sup>512</sup>.

---

<sup>510</sup> Cf. Sem Autor. “Almanack da Villa de Porto-Alegre com reflexões sobre o Estado da capitania do Rio-Grande do Sul”. Op. Cit. pp. 54-55.

<sup>511</sup> Não que essas regiões não apresentassem doenças. Há, por exemplo, o relato do sofrimento causado por doenças relacionadas ao frio no sul de Minas Gerais, no entanto, esses eram muito mais raros que os causados pelos efeitos do calor e da umidade: “Esta mudança subita do calor para o frio [de 78°F a 47°, em menos de dois dias, em 1859] observou-se em 1859 pelas endoenças, e isto muito tem influído no estado sanitário do povo, apresentando logo bronchites e anginas; e na passagem do frio para o calor, em setembro reinão as pleurizes e pneumonias”. Cf. SILVA, Jozé Franklin da. “Panorama do Sul de Minas”. Op. Cit. p. 434.

<sup>512</sup> “17º Sessão em 28 de Novembro de 1856”. In. *Revista do Instituto Histórico e Geographico do Brazil*. Tomo XIX. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1898 (1856). p.81.

Assim, encontramos uma imagem dos trópicos que ora mostrava-se benigna, ora se mostrava aterradora. Tratava-se, portanto, de trópicos reais, de um lugar que fugia às idealizações daqueles que sonhavam com um Brasil forjado em meio ao paraíso terreal, e que também fugia das detrações daqueles que viam o outro, localizado em zonas climáticas distintas, como inferior e necessitado de sua civilização, era uma mistura de ambos, do bom e do ruim, do paraíso e do inferno, da saúde e da doença, enfim eram trópicos reais.

E se esse Brasil tropical tinha problemas - e ele realmente os tinha! - eles não eram necessariamente impedimentos ao sucesso da jovem nação, isso porque, novas maneiras de ver esses problemas, e de tentar solucioná-los, também chegavam ao Brasil em meio às tantas teorias vindas da Europa, meios e métodos de driblar esses efeitos negativos, aplicáveis mesmo nas regiões mais quentes e úmidas, como era o caso do nosso país. Através da ciência, trópicos possíveis se desenhavam...

Isso porque, desde o período das Luzes, no século anterior, cada vez mais a medicina se voltava para os cuidados com a saúde da população, e se transformava em um instrumento a serviço do Estado<sup>513</sup>. Cada vez mais estudiosos do assunto substituíam a explicação climática como causas principais das doenças para fenômenos sociais<sup>514</sup>, como a pobreza ou as condições de vida<sup>515</sup>, além de, cada vez mais, os médicos defenderem alterações no meio ambiente como

---

<sup>513</sup> Exemplo que corrobora isso foi a reforma dos Estatutos da Universidade de Coimbra, durante a administração pombalina, no século XVIII, no qual a consciência da importância da prevenção das enfermidades ficou mais nítida com a valorização dos assuntos referentes à higiene, presentes nos Estatutos. Cf. ABREU, Jean Luiz Neves. Op. Cit. pp. 762-765.

<sup>514</sup> Sandra Caponi vê como razão para essa mudança de concepção a respeito da saúde nos trópicos de fenômenos climáticos para fenômenos sociais a diferença no poder de atuação dos médicos em ambas as possibilidades, uma vez que, enquanto nos hábitos sociais tinham os higienistas uma real capacidade de intervenção, isso era muito escasso no que se referia às questões climáticas. Como nos disse Aeckernecht: “No se puede reformar el clima pero si se pueden reformar las condiciones sociales!”. Cf. AECKERNECHT, E. La médecine hospitalière à Paris. Apud. CAPONI, Sandra. “Sobre la aclimatación: Boudin y la geografía médica”. Op. Cit. p. 16.

<sup>515</sup> Idem. p. 16.

forma de combater os males causados pelas doenças na zona tórrida<sup>516</sup>. Os trópicos pareciam perder o combate contra a civilização, e através de mudanças sociais ou ambientais, podia ter seus efeitos negativos anulados, ou pelo menos, minimizados.

Como dissemos, a partir de finais do século XVIII, uma série de novas variáveis entrou em jogo nos estudos referentes ao meio-ambiente, sendo ele cada vez mais sujeito a mensurações e cálculos que permitiam cada vez mais avaliações sobre a possibilidade de modificá-lo, além de permitir simulações e previsões de como essas alterações responderiam sobre os organismos, particularmente sobre o controle das enfermidades mais frequentes nos climas tórridos<sup>517</sup>.

A umidade e o calor tinham sua parcela de culpa nas enfermidades que assolavam os trópicos, mas não eram os únicos responsáveis pela situação em que se encontravam os trópicos, a educação, os hábitos, as ações governamentais, a falta de assistência médica, entre tantos outros fatores “humanos”, também tinham sua parcela de culpa, que não era pequena. Se os trópicos eram problemáticos, no que se referia à saúde de seus habitantes, isso poderia ser revertido ou minimizado, e esse vislumbre do homem vencendo a natureza, graças aos aparatos fornecidos pela civilização, também se encontravam nas publicações do IHGB. Nossos homens de letras e ciências do século XIX, também enxergavam soluções para certos problemas tropicais.

Febres poderiam ser combatidas com obras que evitassem inundações, ou se alagados fossem esgotados, bastava empenho da população e do governo, para uma melhora no quadro sanitário do Brasil se operar. Viver nos trópicos, não era necessariamente estar à mercê de seus infortúnios:

---

<sup>516</sup> ARNOLD, David. Op. Cit. pp. 139-140.

<sup>517</sup> CAPONI, Sandra. “Sobre la aclimatación: Boudin y la geografía médica”. Op. Cit. pp. 17-18; Não que isso fosse exatamente uma novidade, desde a antiguidade, já há relatos de tentativas de se eliminar ou minimizar os efeitos das doenças a partir das alterações no meio-ambiente, como é o caso da drenagem e o aterro de pântanos ou o suprimento de água limpa e potável, como forma de evitar enfermidade. Cf. UJVARI, Stefan Cunha. *A História e suas epidemias - A convivência do homem com os microorganismos*. Rio de Janeiro: Editora Senac Rio: Editora SENAC São Paulo, 2003. p. 25.

“Tão insalubre clima [da província do Maranhão] poder-se-hia tornar melhor, se grande parte d’aquelles alagadiços se esgotassem, e se os fogos se augmentassem, o que demanda um excedente de população, que ainda por muitos tempos faltará. É todavia aqui necessaria sempre alguma força disponivel e um bom commandante, que póde residir nas chapadas (e até para alli mudar-se a povoação, estabelecendo-se na Mangabeira a 1 ½ legua para o interior, onde o clima é já muito melhor, e que tem boa agua. (...). Os Campos até S. Francisco Xavier, que alagam em partes, não era difficil esgotal-os em grande parte, se houvesse mais energia nos moradores, porém d’alli até a lagoa S. Jeronymo seria de muita difficuldade por serem terrenos muito baixos, e só teriam lugar os diques que cercassem diversos quadrados, e estes dentro cortados por canaes de esgoto, e então alguma cousa melhoraria o clima (...)”<sup>518</sup>.

O clima perdia importância frente à ação humana, e levar uma vida saudável nos trópicos, a despeito do que diziam os europeus, era possível, seja porque já eram esses lugares saudáveis, ou porque a ação humana poderia vencer os obstáculos por eles impostos.

Em finais desse século, esse projeto de reverter os efeitos do clima tropical no Brasil ganha corpo, isso porque, cada vez mais a doença era vista como um dos entraves ao desenvolvimento do país. A medicina cada vez mais acreditava que bastava um projeto sanitário para sanar todas as

---

<sup>518</sup> Cf. LAGO, Antonio Bernardino Pereira do. “Itinerario da Província do Maranhão”. Op. Cit. pp. 395-396; Podemos citar ainda, o seguinte trecho, no qual as febres causadas pelas condições climáticas, caso houvessem, poderiam ser controladas a partir de ações empreendidas pelos homens: “Suas aguas[da Villa da Cachoeira, na Bahia] são excellentes; sendo falso o que acerca d’ellas menciona a Corographia Brasilica dizendo que não devem ser bebidas antes de 24 horas depois de tomadas. Os moradores de suas adjacencias são sadios e robustos, e não são como affirma a citada Corographia, frequentemente atacados por febres, a que nem sempre resistem; o que se assim fosse seria facil prevenir evitando innundações, e por via de bons encanamentos”. Cf. ARNIZÁU, José Joaquim de Almeida e. “Memória topographica, historica, comercial e política da Villa da Cachoeira da Província da Bahia”. In. *Revista Trimensal do Instituto Histórico, Geographico e Ethnographico do Brazil*. Tomo XXV. Rio de Janeiro: Typ. de D. Luiz dos Santos, 1862. p.516. p. 129.

ambiguidades da formação brasileira. A observação dos níveis de educação, das condições de moradia, dos costumes e das manifestações culturais, juntamente com a atuação nas questões ambientais, traria a chave para se desvendar as causas dos problemas que assolavam o Brasil e seu povo, e a solução para resolvê-los<sup>519</sup>.

Cada vez mais se acreditava que, com a saúde resgatada do brasileiro, agora cheio de vigor físico e detentor de grande capacidade produtiva, nasceria a consciência dos deveres e direitos que possuía, o bem-estar e o prazer em viver, provando assim que não era um homem inferior racialmente, e nem que vivia sob um clima tão inóspito assim<sup>520</sup>.

Essas premissas ganharam destaque principalmente nas primeiras décadas da República, quando uma série de programas sanitários foi implantada no Brasil, e a questão da doença que assolava o país ganhou ares de problema nacional. No entanto, em finais do Império, como mostra o trecho abaixo, fica evidente que a questão da necessidade de se empreender políticas públicas já para reverter o quadro sanitário do Brasil já se fazia presente no pensamento intelectual da época, e que nem só o clima, mas também os hábitos e a educação eram os culpados pela situação sanitária que se encontrava grande parte da população brasileira do período:

“Cabe aqui perguntar si não é possível attribuir também á falta de um regimen hygienico, á carencia completa do uso de legumes, ao excessivo abuso, se assim posso dizer, de comidas e bebidas oleosas e fermentadas e de peixe quasi exclusivamente, ao immoderado habito do alcool, essa miséria physiologica que lavra na Amazonia,e ahi provoca, ou pelo menos favorece, em tão larga escala o desenvolvimento das febres e anemias, que

---

<sup>519</sup> MOTA, André. *Quem é bom já nasce feito: sanitarismo e eugenia no Brasil*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. p. 20.

<sup>520</sup> Idem, pq. 21.

lhe estiolam e atrophiam a população indígena e afugentam o estrangeiro, e não somente ao clima que um naturalista inglez, Bates, que aqui residio annos, capitula de delicioso?”<sup>521</sup>.

No decorrer do século XIX, o clima foi perdendo espaço como fator explicativo das doenças, e a medida que provou-se que os parasitas e outros seres biológicos, muito mais que o clima tropical, eram as principais causas das enfermidades, até que no início do século XX, foi praticamente deixado de lado como fator explicativo de doenças. O que não significou que os trópicos deixaram de ser objetos de explicação sobre os defeitos morais de seus habitantes, algo se só aconteceria décadas mais tarde, como vimos anteriormente<sup>522</sup>.

Os trópicos, dessa maneira, pareciam ter encontrado adversários à altura, e em finais do século XIX, e já não representava mais o perigo, pelo menos aos corpos humanos que representou tempos atrás. Eles ainda estavam presentes, deixando suas marcas, principalmente no modo de ser brasileiro, julgado a partir de modelos baseados em lugares comuns como a preguiça e a sensualidade ainda por anos, e talvez até os dias de hoje, mas a verdade é que, como nos disse Gilberto Freyre, ele já não era o “senhor-deus-todo-poderoso”<sup>523</sup> de outrora, e cada vez mais seu reinado importâncias, significações, implicações e estereótipos seria diminuído, para ocupar um lugar nem bom nem ruim, mas real.

Assim, esse capítulo vem concluir nosso trabalho, mostrando que as imagens a respeito do clima tropical pensadas e propagadas no século XIX dentro das revistas do IHGB foram

---

<sup>521</sup> VERISSIMO, José. Op. Cit. pp. 385-386.

<sup>522</sup> BROWNE, Janet. “A coleta na história natural e a tradição biogeográfica”. *História, Ciências, Saúde - Manguinhos*, vol. VIII (suplemento).2001. pp.959-969.

<sup>523</sup> Trecho completo: “Embora o clima já ninguém o considere o senhor-deus-todo-poderoso de antigamente, é impossível negar-se a influência que exerce na formação e no desenvolvimento das sociedades, senão direta, pelos efeitos imediatos sobre o homem, indireta, pela sua relação com a produtividade da terra, com as fontes de nutrição e com os recursos de exploração econômica acessíveis ao povoador (...) De modo que o homem já não é o antigo mané-gostoso de carne abrindo os braços ou deixando-os cair, ao aperto do calor ou do frio”. Cf. FREYRE, Gilberto. Op. Cit. pp. 13-14

marcadas pela ambivalência, ora tendendo a idealização, ora a detração. Sobre os trópicos foram depositadas esperanças e alegrias, mas nunca absolutas, nunca a ponto de eximir aqueles pensadores preocupados com os futuros da nação de práticas caras à civilização.

Do mesmo modo que se sobre os trópicos foram depositados medos e desconfianças, entre aquelas visões que afastavam o Brasil tropical - construído sob forte calor e por gentes tropicais, ou tropicalizadas, em sua pele e moral - de um modo viável de civilização de padrões europeus também surgiam belas paisagens, riquezas e potenciais a serem explorados e desfrutados. Os trópicos podiam trazer apreensões, mas não deixavam de trazer também perspectivas positivas, e principalmente, perspectivas de melhora.

Por fim, aqui vimos que os trópicos brasileiros para aqueles homens de letras e ciências do grêmio carioca oitocentista eram mais que idealizações vindas do além-mar, era um lugar real, sujeito às durezas e belezas que unidas dão vida à lugares que antes estavam apenas em planos teóricos.

## **Considerações Finais**

Nesse trabalho, visitamos as revistas do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro a fim de se compreender como o clima brasileiro, tropical por excelência, foi trabalhado por aqueles “homens de letras e ciência” que compunham esse grêmio carioca dentro do contexto de construção de uma identidade nacional para o país no século XIX.

A partir da análise dos artigos publicados nas revistas do IHGB, podemos notar que o clima tropical desempenhou papel importante nessa empreitada rumo a uma identidade nacional para o então jovem país que era o Brasil. Se desde os primeiros europeus que aqui aportaram já havia alardes que apontavam o clima tropical como uma das mais marcantes características de nosso país, entre os intelectuais do IHGB não foi diferente, os trópicos emergiram em seus escritos como um elemento próprio e característico da então emergente nação brasileira.

Notamos que o clima tropical atendia aos interesses daqueles engajados na busca por uma identidade capaz de unir todos os brasileiros, dispersos nas enormes e mal comunicadas extensões de terras do Brasil oitocentista, pois era um elemento do qual os países europeus, as paradoxais referências nas quais o Brasil deveria se espelhar e ao mesmo tempo se distinguir, não partilhavam. Se os envolvidos na busca por uma identidade nacional estavam em busca de símbolos capazes de causar comoção entre os nacionais e inveja entre os estrangeiros, encontraram no clima tropical, e em todas as suas decorrências na natureza brasileira, um elemento capaz de atender a esses ideais, afinal, qual dentre as então consideradas grandes nações do globo se construíra sobre um suposto paraíso tropical?

O clima tropical brasileiro foi então exaltado, vangloriado e defendido nas revistas do IHGB, e principalmente, foi assumido. Pela primeira vez, brasileiros, ou expatriados que aqui se assentaram, assumiram-se como tropicais, como filhos de uma nação majoritariamente cunhada

sob o calor da zona tórrida. O clima brasileiro foi então utilizado como elemento constituinte da identidade nacional brasileira. Ser brasileiro também implicava em ser tropical, para o bem ou para o mal.

Para o bem, porque viver nos trópicos poderia ser algo próximo à vida em um paraíso terreal, de águas mornas, de terras férteis, de pouca roupa, enfim, de vida fácil. Para o mal, porque viver nos trópicos também poderia ser próximo à vida no inferno, com seus mosquitos e serpentes, seus nativos ferozes, suas doenças, e aquela preguiça que fadava o Brasil a não se desenvolver plenamente em suas capacidades civilizatórias.

Assim, observamos nesse trabalho que o clima tropical brasileiro realmente desempenhou um papel importante no contexto da construção de uma identidade nacional para o país, mas não que isso tenha ocorrido sem tensões. Erigir uma nação sob o calor dos trópicos poderia acarretar muitos problemas, afinal, havia toda uma literatura, muito lida e bem avalizada dentro do Brasil, que trazia os trópicos sob um viés negativo. Lugar de preguiça e luxúria exacerbadas, de pestilências e de morte, ou então, de gozo e vida fácil, mas avesso à civilização.

E foi essa tensão entre dois pólos antagônicos que se construiu essa identidade tropical brasileira. A ambivalência tropical estava por toda parte, entre aqueles que defendiam e se vangloriavam dessa condição climática característica para um país que buscava um lugar no rol das grandes nações havia temores, e entre aqueles que difamavam essas paragens, também havia admiração.

Conclui-se dessa forma que a identidade tropical brasileira foi construída sob o signo da ambivalência, sob a noção de que poderia sim ser o Brasil um paraíso terreal, mas um paraíso terreal ambíguo, lotado de perigos e carregado de visões nada alentadoras. Enfim, percebemos que as visões sobre os trópicos no XIX, escapam às idealizações, pois eram calcadas em

experiências que ora aproximavam-no do paraíso, ora do inferno, ora do bem, ora do mal, ora do orgulho, ora da vergonha.

Portanto, ser tropical, para aqueles que escreveram ou foram publicados nas revistas do IHGB do século XIX, era algo que escapava a tudo de bom, ou ao tudo de ruim, era viver em um lugar aprazível, sujeito a intempéries, ou em um lugar ruim, sujeito a esperanças. Eram trópicos reais, com todas as alegrias e desgostos que algo real está sujeito, e avessos a generalizações.

Toda essa ambiguidade acerca do ser tropical pode ser acompanhada no decorrer de todo o trabalho, desde o próprio paradigma sobre os trópicos vigentes nos oitocentos que trazia visões positivas, declamadas por aqueles que primeiro aqui pisaram (o que não significa que mesmo entre esses os trópicos era uma unanimidade absoluta), permeadas de estigmas negativos e persistentes vindos da Europa setecentista (não que tenham vindo somente de lá), tudo isso misturado e formador de imagens de trópicos capazes de atender aos interesses daqueles que buscavam símbolos do orgulho nacional, mas sempre nuançadas do terror e do desalento que esses mesmos trópicos cantados até então por europeus carregavam.

Mesmo nos momentos de maior defesa dos trópicos, das maiores demonstrações de apreço a essa condição genuinamente brasileira, os temores dos trópicos apareciam, nas entrelinhas, nos momentos em que se vangloriavam essas terras quentes, mas que se notava um desejo de partilhar das características climáticas europeias, que se mostravam como opções menos arriscadas na marcha civilizacional, o que ficou evidente no capítulo *Os Alegres Trópicos*.

Mas o oposto também era válido e presente, se o capítulo seguinte, intitulado *Os Tristes Trópicos*, era para ser dedicado a retratar os reveses e efeitos maléficos dos trópicos, principalmente em ação sobre as gentes brasileiras, as opiniões acerca dos efeitos negativos, aqui multiplicadas pelas vigentes controversas raciais, também não eram unânimes, havendo amostras

de que nem todos acreditavam no poder maléfico dos trópicos sobre as pessoas, nem todos partilhavam das ideias que condenavam o Brasil a um futuro de fracassos graças a essas gentes, formadas entre raças consideradas como inferiores, e crescidas sob as implicações de uma vida sob os trópicos.

Tal ambiguidade se mostra de maneira mais direta, no capítulo *Trópicos Reais, Trópicos possíveis*, no qual fica evidente a negação das generalizações e idealizações, pois aqueles trópicos que para alguns eram bons, tendendo ao paradisíaco, se mostravam com problemas reais, mas problemas esses não tão graves a ponto de não poderem ser contornados, a ponto de minar as esperanças.

Desta maneira, nesse trabalho, podemos dizer que não encontramos uma única visão sobre os trópicos dentro das revistas do IHGB, e nem esse era a perspectiva da pesquisa, visto a heterogeneidade da fonte, mas sim se encontrou uma série de visões, que como dissemos, tendiam ora para a idealização, ora para a detração, visões opostas que juntas e misturadas, que legaram ao Brasil do século XIX a visão de um clima nem só bom, nem só ruim, mas ambivalente.

## Fontes e referências bibliográficas

### Fontes: Revistas do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1839-1889)

ABRANTES, Visconde de. “Programma: Qual a origem da cultura e commercio do anil entre nós e quaes as causas do seu progresso e da sua decadência”. In. *Revista do Instituto Historico e Geographico do Brazil*. Tomo XV. Rio de Janeiro: (ver editor), 1888 (1852).

ALLEMÃO, Francisco Freire. “Quaes são as principaes plantas que hoje se acham aclimatadas no Brazil”. In. *Revista do Instituto Historico e Geographico do Brazil*. Tomo XIX. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1898. (1856).

ALMADA, Manoel da Gama Lobo de. “Descripção relativa ao Rio Branco e seu território”. In. *Revista Trimensal do Instituto Historico, Geographico e Ethnographico do Brasil*. Rio de Janeiro: Typ. de S. Luiz dos Santos, 1861.

ALMEIDA, Hermenegildo Antonio Barboza de. “Viagem ás villas de Caravellas, Viçosa, Porto Alegre, de Mucury e aos rios Mucury e Peruhipe”. In. *Revista Trimensal de Historia e Geographia ou Jornal do Instituto Historico e Geographico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1846.

ANDRADE, Martim Francisco Ribeiro de. “Jornaes das viagens pela capitania de São-Paulo”. In. *Revista Trimensal do Instituto Historico, Geographico e Ethnographico do Brasil*. Tomo XLV. Rio de Janeiro: Typographia Universal de H. Laemmert & C., 1882.

ARANHA, Manoel Guedes. “Papel Politico sobre o Estado do Maranhão”. In. *Revista Trimensal do Instituto Historico, Geographico e Ethnographico do Brasil*. Tomo XLV. Rio de Janeiro: Typographia Universal de H. Laemmert & C., 1882.

ARNIZÁU, José Joaquim de Almeida e. “Memória topographica, historica, comercial e política da Villa da Cachoeira da Província da Bahia”. In. *Revista Trimensal do Instituto Histórico, Geographico e Ethnographico do Brazil*. Tomo XXV. Rio de Janeiro: Typ. de D. Luiz dos Santos, 1862. p.516.

BARBOSA, Januário da Cunha & MATTOS, Raymundo José da Cunha. “Breve Notícia sobre a criação do Instituto Historico e Geographico Brasileiro”. In. *Revista do Instituto Historico e Geographico Brasileiro*. Tomo I. Rio de Janeiro: Typographia Universal Laemmert, 1856 (1839).

BARBOSA, Januario da Cunha. “Discurso”. In. *Revista do Instituto Historico e Geographico do Brazil*. Tomo I., 1856 (1939).

BARRETO, Domingos Alves Branco Moniz. “Plano sobre a civilização dos índios do Brazil e principalmente para a capitania da Bahia, com uma breve noticia da missão que entre os mesmos índios foi feita pelos prosriptos jesuitas”. In. *Revista do Instituto Historico e Geographico do Brazil*. Tomo XIX. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1898 (1856).

BLAZQUEZ, Antonio. “Cartas do Padre Antonio Brasquez sobre o Brasil (1556-65)”. In. *Revista Trimensal do Instituto Historico, Geographico e Ethnographico do Brazil*. Tomo XLIX. Rio de Janeiro: Typographia, Lithographia e Encadernação a vapor de Laemmert & C., 1886.

CARVALHO, José Simões. “Noticia sobre a Ilha de Joannes”. In. *Revista Trimensal de Historia e Geographia ou Jornal do Instituto Historico e Geographico Brasileiro*. Tomo XII. Rio de Janeiro: Typographia de João Ignacio da Silva, 1874 (1849).

CERQUEIRA e SILVA, Ignácio Accioli. “Dissertação Historica, Ethnographica e politica sobre quaes eram as tribus aborigenes que habitavam a província da Bahia, ao tempo em que o Brasil foi conquistado; que extensão de terreno occupavam; quaes emigraram e para onde; e, em fim, quaes existem ainda e em que estado? Qual a parte da mesma provincia que já a esse tempo era desprovida de matas; quaes são os campos nativos, e qual o terreno coberto de florestas virgens; onde estas tem sido destruidas, e onde se conservam; quaes as madeiras preciosas de que abundavam, e que qualidades de animaes as povoaram?”. In. *Revista Trimensal de Historia e Geographia ou Jornal do Instituto Historico e Geographico Brasileiro*. Tomo XII. Rio de Janeiro: Typographia de João Ignacio da Silva, 1849.

CHICHORRO, Joaquim Pinto & FRAGOSO, João da Rocha. “Relatório Geral da Commissão de engenheiros junto ás forças em expedição para a Província de Matto Grosso (1865 - 1866)”. In. *Revista Trimensal de Historia e Geographia ou Jornal do Instituto Historico e Geographico Brasileiro*. Tomo XII. Rio de Janeiro: Typographia de João Ignacio da Silva, 1874.

COELHO, Filipe José Nogueira. “Memórias Chronologicas da capitania de Mato-Grosso: principalmente da provedoria da Fazenda Real e Intendencia do Ouro”. *Revista Trimensal de Historia e Geographia ou Jornal do Instituto Histórico e Geographico Brasileiro*. Tomo XIII. Rio de Janeiro, 1872 (1850).

CORRÊA, Filipe Neri. “Direção com que interinamente se devem regular os indios das novas villas e lugares erectos nas aldeias da capitania de Pernambuco e suas annexas”. In. *Revista Trimensal do Instituto Historico, Geographico e Ethnographico do Brazil*. Tomo XLV. Rio de Janeiro: Typographia Universal de H. Laemmert &C., 1882.

CUNHA, Jacinto Rodrigues da. “Diário da Expedição de Gomes Freire de Andrada ás missões do Uruguay”. In. *Revista Trimensal do Instituto Historico e Geographico do Brazil*. Tomo XVI. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1894 (1853).

DIAS, A. Gonçalves. “Amazonas”. In. *Revista do Instituto Historico e Geographico do Brazil*. Tomo XVIII. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1896 (1855).

DIAS, A. Gonçalves. “Brasil e Oceania”. *Revista Trimensal do Instituto Historico, Geographico e Ethnographico do Brazil*. Tomo XXX. Rio de Janeiro: B.L.Garnier-Livreiro-editor, 1867.

ELLIOT, João Henrique. “Itinerário das viagens exploradoras empreendidas pelo Sr. Barão de Antonina para descobrir uma via de communicacão entre o porto de villa Antonina e o Baixo-Paraguay na província de Mato-Grosso; feitas nos annos de 1844 a 1847 pelo sertanista o Sr.

Joaquim Francisco Lopes, e descriptas pelo Sr. João Henrique Elliot”. In. *Revista Trimensal de Historia e Geographia ou Jornal do Instituto Histórico e Geographico Brasileiro*. Tomo X. Rio de Janeiro, 1870 (1848).

FERREIRA, Alexandre Rodrigues. “Diário da viagem philosophica pela Capitania de São José do Rio Negro”. In. *Revista Trimensal do Instituto Historico, Geographico e Ethnographico do Brazil*. Tomo XLVIII. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert & C., 1885.

\_\_\_\_\_. “Diario da Viagem Philosophica pela Capitania de São - José do Rio Negro”. In. *Revista Trimensal do Instituto Historico e Geographico Brasileiro*. Tomo LI. Rio de Janeiro: Typographia, Lithographia e Encadernação a vapor de Laemmert & C., 1888.

FIGUEIREDO, Carlos Honorio de. “Memoria sobre a fundação das faculdades de direito no Brasil”. In. *Revista Trimensal do Instituto Historico, Geographico e Ethnographico do Brasil*. Tomo XXII. Rio de Janeiro: Typ. Imparcial de J.M.N. Garcia, 1859.

FILGUEIRAS, Caetano Alves de Sousa. “Sessão Magna Anniversaria do Instituto Historico e Geographico do Brasil no dia 15 de Dezembro de 1860 – Relatorio do Segundo Secretário”. In. *Revista Trimensal do Instituto Historico, Geographico e Ethonographico do Brasil*. Tomo XXIII. Rio de Janeiro: Typ. de Domingos Luiz dos Santos, 1860.

FLORENCE, Hercules. “Esboço da viagem feita pelo Sr. De Langsdorff no interior do Brasil, desde setembro de 1825 até março de 1829”. In. *Revista Trimensal do Instituto Histórico, Geographico e Ethnographico do Brasil*. Tomo XXXVIII. Rio de Janeiro: B.L. Garnier-Livreiro-editor, 1875.

FONSECA, José Pinto da. “Copia da carta que o Alferes José Pinto da Fonseca escreveu ao Exmo. General de Goyazes, dando-lhe conta do descobrimento de duas nações de Índios, dirigida do sitio onde portou”. *Revista Trimensal de Historia e Geographia ou Jornal do Instituto Historico e Geographico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1846.

GOMES, Vicente Ferreira. “Itinerario da cidade de Palma, em Goyaz, á cidade de Belém no Pará, pelo rio Tocantins, e breve noticia do norte da província de Goyaz”. In. *Revista Trimensal do Instituto Histórico, Geographico e Ethnographico do Brazil*. Tomo XXV. Rio de Janeiro: Typ. De D. Luiz dos Santos, 1862.

GOUVÊA, Pedro Christovão de. “Summario das armadas que se fizeram e guerras que se deram na conquista do Rio Parahyba”. *Revista do Instituto Historico, Geographico e Ethnographico do Brasil*. Tomo XXXVI. Rio de Janeiro: B.L.Garnier-Livreiro-editor, 1873.

GURJÃO, Hilario Maximiano Antunes. “Descripção da viagem feita desde a cidade da Barra do Rio Negro pelo rio do mesmo nome”. Cf. In. *Revista do Instituto Historico e Geographico do Brazil*. Tomo XVIII. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1896 (1855).

LAGO, Antonio Bernardino do. “Observações meteorologicas feitas na Villa do Recife de Pernambuco nos annos de 1808, 1809 e 1810”. In. *Revista Trimensal do Instituto Historico*,

*Geographico e Ethnographico do Brasil*. Tomo XLV. Rio de Janeiro: Typographia Universal de H. Laemmert &C., 1882.

\_\_\_\_\_. “Itinerário da Província do Maranhão”. In. *Revista Trimensal do Instituto Historico, Geographico e Ethnographico do Brasil*. Tomo XXXV. Rio de Janeiro: B.L.Garnier-Livreiro-editor, 1872.

LEVERGER, Augusto. “Roteiro da navegação do Rio Paraguay desde a Foz do S. Lourenço até o Paraná”. In. *Revista Trimensal do Instituto Histórico, Geographico e Ethnographico do Brazil*. Tomo XXV. Rio de Janeiro: Typ. De D. Luiz dos Santos, 1862.

LOPES, Joaquim Francisco. “Itinerário de Joaquim Francisco Lopes: encarregado de explorar a melhor via de comunicação entre a provincia de S. Paulo e a de Matto-Grosso pelo Baixo Paraguay”. In. *Revista Trimensal de Historia e Geographia ou Jornal do Instituto Histórico e Geographico Brasileiro*. Tomo XIII. Rio de Janeiro, 1872 (1850).

MAGALHÃES, Domingos José Gonçalves de. “Memoria Historica e Documentada da Revolução da Província do Maranhão. Desde 1839 até 1840”. In. *Revista Trimensal de Historia e Geographia ou Jornal do Instituto Histórico e Geographico Brasileiro*. Tomo X. Rio de Janeiro, 1870 (1848).

MAGALHÃES, José Vieira Couto de. “Um episodio da Historia Pátria (1720)”. In. *Revista Trimensal do Instituto Histórico, Geographico e Ethnographico do Brazil*. Tomo XXV. Rio de Janeiro: Typ. De D. Luiz dos Santos, 1862.

\_\_\_\_\_. “Ensaio de Anthropologia – Região e Raças Selvagens”. In. *Revista Trimensal do Instituto Historico, Geographico e Ethnographico do Brasil*. Tomo XXXVI. Rio de Janeiro: B.L.Garnier-Livreiro-editor, 1873.

MAIA, Emilio Joaquim da Silva. “José Bonifácio de Andrada – Elogio Histórico”. In. *Revista Trimensal de Historia e Geographia ou Jornal do Instituto Historico e Geographico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1846.

MARTIUS, Carlos Frederico Ph. de. “Como se deve escrever a história do Brasil” In. *Revista Trimensal de Historia e Geographia ou Jornal do Instituto Historico e Geographico Brasileiro*. Tomo VI, 1865 (1844).

MASCARENHAS, Joseph Freyre de Monterroyo. “O Orizes Conquistadores ou noticia da conversão dos indômitos Orizes Procazes, povos habitantes e guerreiros do sertão do Brazil, novamente reduzidos á Santa fé catholica, e á obediência da coroa portuguesa, com a qual se descreve tambem a aspereza do sitio de sua habitação, a cegueira da sua idolatria e barbaridade dos seus ritos”. In. *Revista Trimensal de Historia e Geographia ou Jornal do Instituto Historico e Geographico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1846.

MATTOS, Raymundo José da Cunha. “Chorographia Historica da Provincia de Goyaz”. In. *Revista Trimensal do Instituto Historico, Geographico e Ethnographico do Brasil*. Tomo XXXVII. Rio de Janeiro: B.L.Garnier-Livreiro-editor, 1874.

MELLO, Francisco Ignácio Marcondes Homem de. “Discussão Histórica – O que se deve pensar do Systema de Colonisação adoptado pelos portuguezes para povoar o Brasil?”. In. *Revista Trimensal do Instituto Historico, Geographico e Ethnographico do Brasil*. Tomo XXXIV. Rio de Janeiro: B.L.Garnier Livreiro-editor, 1871.

\_\_\_\_\_. “Excursões pelo Ceará, S. Pedro do Sul, e S. Paulo”. In. *Revista Trimensal do Instituto Historico, Geographico e Ethnographico do Brasil*. Tomo XXXV. Rio de Janeiro: B.L.Garnier-Livreiro-editor, 1872.

\_\_\_\_\_. “Documentos relativos á Historia da Capitania, depois província, de S. Pedro do Rio Grande do Sul”. In. *Revista Trimensal do Instituto Historico, Geographico e Ethnographico do Brasil*. Tomo XL. Rio de Janeiro: B.L.Garnier-Livreiro-editor, 1877.

MELLO, José Alexandre Teixeira de. “Campos dos Goytacazes”. In. *Revista Trimensal do Instituto Historico, Geographico e Ethnographico do Brazil*. Tomo XLIX. Rio de Janeiro: Typographia, Lithographia e Encadernação a vapor de Laemmert & C., 1886.

MENEZES, Luiz Barba Alardo de. “Memoria sobre a capitania do Ceará”. In. *Revista Trimensal do Instituto Historico, Geographico e Ethnographico do Brasil*. Tomo XXXIV. Rio de Janeiro: B.L.Garnier Livreiro-editor, 1871.

MORCOVO, J.D. de Attaide & LISBOA, Bento da Silva. “Parecer sobre 1 e 2 volume da obra intitulada Voyage Pittoresque au Brésil, ou séjour d’un artiste français au Bresil, depuis 1816 jusqu’em 1831 inclusivement. Par J.B. Debret”. *Revista Trimensal de Historia e Geographia ou Jornal do Instituto Historico Geographico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Tupographia de D. L. dos Santos, 1841.

NASCIMENTO, José Francisco Thomaz do. “Viagem feita por José Franscisco Thomaz do Nascimento pelos desconhecidos sertões de Guarapuava, Provincia do Paraná e relações que teve com os índios coroados mais bravios daquelles lugares”. In. *Revista Trimensal do Instituto Historico, Geographico e Ethnographico do Brazil*. Tomo XLIX. Rio de Janeiro: Typographia, Litographia e Encadernação a vapor de Laemmert & C., 1886.

NETTO, Felipe Lopes. “Gerra Civil ou Sedições de Pernambuco”. In. *Revista Trimensal do Instituto Historico e Geographico do Brazil*. Tomo XVI. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1894 (1853).

OLIVEIRA, Antonio Rodrigues Velloso de. “A Igreja no Brasil ou informação para servir de base á divisão dos bispados, projectada no anno de 1819, com a estatística da população do Brasil, considerada em todas as suas diferentes classes, na conformidade dos mappas das

respectivas províncias, e numero de habitantes”. In. *Revista Trimensal do Instituto Historico, Geographico e Ethnographico do Brasil*. Tomo XXIX. Rio de Janeiro: B.L.Garnier-Livreiro-editor, 1866.

\_\_\_\_\_. “Memória sobre o melhoramento da província de S. Paulo applicavel em grande parte ás províncias do Brasil”. In. *Revista Trimensal do Instituto, Historico, Geographico e Ethnographico do Brasil*. Tomo XXXII. Rio de Janeiro: B.L. Garnier-Livreiro-editor, 1868.\

OLIVEIRA, J.J. Machado de (oferecedor). “Memoria da nova navegação do Rio Arinos até á Villa de Santarem, Estado do Grão-Pará”. In. *Revista do Instituto Historico e Geographico do Brazil*. Tomo XIX. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1898 (1856).

PAIVA, Joaquim Gomes d’Oliveira e. “Memória Histórica sobre a Colônia allemã de S. Pedro D’Alcantara, estabelecida na Província de Santa Catharina”. In. *Revista Trimensal de Historia e Geographia ou Jornal do Instituto Historico e Geographico Brasileiro*. Tomo X. Rio de Janeiro: Typ. de João Ignacio da Silva, 1870 (1848).

PINHEIRO, J.C Fernandes. “O Brazil Hollandez”. *Revista Trimensal do Instituto Historico, Geographico e Ethnographico do Brasil*. Tomo XXIII. Rio de Janeiro: Typ. de Domingos Luiz dos Santos, 1860.

\_\_\_\_\_. “A França Antarctica. Bosquejo historico do estabelecimento dos francezes no Rio de Janeiro e sua expulsão no seculo XVI e das suas novas invasões no XVIII”. In. *Revista Trimensal di Instituto Historico, Geographico e Ethnographico do Brasil*. Tomo XXII. Rio de Janeiro:”Typ. Imparcial de J.M.N.Garcia, 1859.

\_\_\_\_\_. “Pareceres de Commissões ou commisarios especiaes”. In. *Revista Trimensal do Instituto Histórico, Geographico e Ethnographico do Brasil*. Tomo XXIX. Rio de Janeiro: B.L.Garnier-Livreiro-editor, 1866.

\_\_\_\_\_. “Relatorio do 1º secretario interino Cônego Dr. J.C. Fernandes Pinheiro – Sessão Magna Anniversaria do Instituto Historico e Geographico o Brazil. No dia 15 de Dezembro de 1859”. In. *Revista Trimensal do Instituto Historico, Geographico e Ethnographico do Brazil*. Tomo XXII. Rio de Janeiro: Typ. Imparcial de J.M.N. Garcia. 1859.

PITANGA, Epiphanio Candido de Sousa. “Diário da viagem do Porto do Jatahy á Villa de Miranda, compreendendo os Rios Tibagy, Paranapanema, Paraná, Samambaia, Ivinhema e Brillhante, o Varadouro de Neox, e os Rios Neox e Miranda”. In. *Revista Trimensal do Instituto Historico, Geographico e Ethnographico do Brasil*. Tomo XXVII. Rio de Janeiro: Typ. de Domingos Luiz dos Santos, 1864.

\_\_\_\_\_. “Itinerario do Reconhecimento do Estado da Estrada da cidade de Antonina á colônia militar do Jatahy, na Província do Paraná”. In. *Revista Trimensal do Instituto Historico, Geographico e Ethnographico do Brasil*. Tomo XXVI. Rio de Janeiro: Typ. de Domingos Luiz dos Santos, 1863.

PORTA-ALEGRE, Manoel de Araujo. “16<sup>a</sup> Sessão em 14 de Novembro de 1856 – Secção ethnographica e narrativa de viagem”. In. *Revista do Instituto Historico e Geographico do Brazil*. Tomo XIX. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1898 (1856).

\_\_\_\_\_. “Relatorio do Primeiro Secretario o Sr. Manoel de Araujo Porto Alegre”. In. *Revista do Instituto Histotico e Geographico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 1930 (1858).

PRZEWODOWSKI, André. “Comunicação entre a Cidade da Bahia e a Villa de Joazeiro”. In. *Revista Trimensal de Historia e Geographia ou Jornal do Instituto Historico e Geographico Brasileiro*. Tomo X. Rio de Janeiro: Typ. de João Ignacio da Silva,, 1870 (1848).

REBELLO, Henrique Jorge. “Memoria e consideração sobre a população do Brasil”. In. *Revista Trimensal do Instituto Historico, Geographico e Ethnographico do Brasil*. Tomo XXX. Rio de Janeiro: B.L.Garnier-Livreiro-editor, 1867.

REBELO, Jozé Silvestre. “Povoação do Brazil relativamente á origem e influencia dos primeiros povoadores portuguezes nos costumes nacionaes”. In. *Revista Trimensal do Instituto Historico, Geographico e Ethnographico do Brasil*. Tomo XLV. Rio de Janeiro: Typographia Universal de H. Laemmert & C., 1882.

RIBEIRO, Francisco de Paula. “Descripção do territorio de Pastos Bons, nos sertões do Maranhão; propriedades dos seus terrenos, suas producções, caracter dos seus habitantes colonos, e estado actual dos seus estabelecimentos”. In. *Revista Trimensal de Historia e Geographia ou Jornal do Instituto Historico e Geographico Brasileiro*. Tomo XII. Rio de Janeiro: Typographia de João Ignacio da Silva, 1874.

\_\_\_\_\_. “Roteiro da Viagem que fez o capitão Francisco de Paula Ribeiro ás fronteiras da capitania do Maranhão e de Goyaz no anno de 1815 em serviço de S.M.Fidelissima”. In. *Revista Trimensal de Historia e Geographia ou Jornal do Instituto Historico e Geographico Brasileiro*. Tomo X. Rio de Janeiro: Typ. de João Ignacio da Silva, 1870 (1848).

RUBIM, Braz da Costa. “Memorias historicas e documentadas da Provincia do Espirito Santo”. In. *Revista Trimensal do Instituto Historico, Geographico e Ethnographico do Brasil*. Tomo XXIII. Rio de Janeiro: Typ. de Domingos Luiz dos Santos, 1860.

SAPUCAHY, Visconde de. “17<sup>a</sup> Sessão em 28 de novembro de 1856”. In. *Revista do Instituto Histórico e Geographico do Brazil*. Tomo XIX. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1898 (1856).  
- \_\_\_\_\_. “Falla do Exmo. Sr. Visconde de Sapucahy – Sessão Magna, em 15 de dezembro de 1856”. In. *Revista do Instituto Histórico e Geographico do Brazil*. Tomo XIX. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1898 (1856).

Sem Autor. “Almanack da Villa de Porto-Alegre com reflexões sobre o Estado da capitania do Rio-Grande do Sul”. In. *Revista Trimensal do Instituto Historico, Geographico e Ethnographico do Brasil*. Tomo XXX. Rio de Janeiro: B.L.Garnier-Livreiro-editor, 1867.

Sem Autor. “Considerações sobre as duas classes mais importantes de povoadores da capitania de Minas Geraes, como são as de mineiros e agricultores, e a maneira de as animar”. In. *Revista Trimensal do Instituto Historico, Geographico e Ethnographico do Brasil*. Tomo XXV. Rio de Janeiro: Typ. de D. Luiz dos Santos, 1862.

Sem autor. “Descobrimento de Minas-Geraes”. In. *Revista Trimensal do Instituto Historico, Geographico e Ethnographico do Brasil*. Tomo XXIX. Rio de Janeiro: B.L.Garnier-Livreiro-editor, 1886.

Sem autor. “Diario da viagem que fez á colonia hollandeza de Surinan o Porta Bandeira da Sétima Companhia do Regimento da cidade do (ilegível), pelos sertões e rios d’este Estado em diligência do Real serviço”. In. *Revista Trimensal de Historia e Geographia ou Jornal do Instituto Historico e Geographico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1846.

Sem autor. “Viagem do Presidente Dr. Alfredo de Escragnole Taunay ao Rio Iguassu (Provincia do Paraná) em março de 1886”. In. *Revista Trimensal do Instituto Histórico e Geographico Brasileiro*. Tomo L. Rio de Janeiro: Typographia, Lithographia e Encadernação a vapor de Laemmert & C., 1887.

SILVA, Joaquim Noberto de Souza. “Biographia dos Brasileiros illustres por Armas, Letras, Virtudes, Etc. – Casimiro de Abreu”. In. *Revista Trimensal do Instituto, Historico, Geographico e Ethnographico do Brasil*. Tomo XXXII. Rio de Janeiro: B.L. Garnier-Livreiro-editor, 1869.

\_\_\_\_\_. “Extracto do Ensaio Politico e Historico Chronologico de Frei Manoel Joaquim da Mãe dos Homens precedido de uma noticia sobre o auctor e sua obra”. In. *Revista do Instituto Historico e Geographico do Brazil*. Tomo XIX. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1898 (1856).

\_\_\_\_\_. “Extractos do Ensaio Político e Historico Chronologico de Frei Manoel Joaquim da Mãe dos Homens precedido de uma noticia sobre o auctor e a sua obra”. In. *Revista do Instituto Historico e Geographico do Brazil*. Tomo XIX. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1898 (1856).

\_\_\_\_\_. “Memoria historica e documentada das aldeas de índios da província do Rio de Janeiro”. In. *Revista do Instituto Historico e Geographico do Brazil*. Tomo XVII. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1894 (1854).

\_\_\_\_\_. “Sobre o descobrimento do Brazil: o descobrimento do Brazil por Pedro Alvarez Cabral foi devido a um mero acaso ou teve elle alguns indicios para isso?”. In. *Revista do Instituto Histórico e Geographico do Brazil*. Tomo XV. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1888. (1852).

SILVA, José Vieira de Carvalho e. “Viagem ás Caxoeiras de Paulo Affonso”. In. *Revista Trimensal do Instituto Histórico, Geographico e Ethnographico do Brasil*. Tomo XXII. Rio de Janeiro: Typ. Imparcial de J.M.N.Garcia, 1859.

SILVA, Jozé Franklin da. “Panorama do Sul de Minas”. *Revista Trimensal do Instituto Historico, Geographico e Ethnographico do Brasil*. Tomo XLV. Rio de Janeiro: Typographia Universal de H.Laemmert & C., 1882.

SILVA, Thomé da Fonseca e. “Breve Noticia sobre a colônia de suissos fundada em Nova Friburgo”. In. *Revista Trimensal de Historia e Geographia ou Jornal do Instituto Historico e Geographico Brasileiro*. Tomo XII. Rio de Janeiro: Typographia de João Ignacio da Silva, 1874 (1849).

SOUZA e MENDONÇA, Elias Paes de. “Registro dos Autos da criação da villa de Montemor-o-novo do Grão-Pará”. In. *Revista Trimensal do Instituto Historico, Geographico e Ethnographico do Brasil*. Tomo XXXV. Rio de Janeiro: B.L.Garnier-Livreiro-editor, 1872.

SOUZA, André Fernandes de. “Noticias Geographicas da Capitania do Rio Negro no Grande Rio Amazonas. Exornadas com varias noticias históricas do paiz, do seu governo civil e político, e de outras cousas dignas de attenção: dedicadas ao Imperador do Brasil o senhor D. Pedro I pelo cônego André Fernandes de Souza”. In. *Revista Trimensal de Historia e Geographia ou Jornal do Instituto Histórico e Geographico Brasileiro*. Tomo X. Rio de Janeiro, 1870 (1848).

SOUZA, Augusto Fausto de. “A Bahia do Rio de Janeiro: sua historia e descripção de suas riquezas”. In. *Revista Trimensal do Instituto Historico, Geographico e Ethnographico do Brasil*. Tomo XLIII. Rio de Janeiro: Typographia Universal de E.&H.Laemmert, 1880.

SOUZA, Luiz Antonio da Silva e. “Memória sobre o descobrimento, governo, população e cousas mais notaveis da capitania de Goyaz”. In. *Revista Trimensal de Historia e Geographia ou Jornal do Instituto Historico e Geographico Brasileiro*. Tomo XII. Rio de Janeiro: Typographia de João Ignacio da Silva, 1874 (1849).

THEBERGE, Dr. “Extractos dos assentos do antigo senado de Iço, desde 1738 ate 1835. Do itinerario do presidente José Mariano em 1832. Breve noticia sobre a capitulação do juiz. Dita sobre a marcha de Tristão em 1824. Ditas sobre as antiguidades do Cariri”. In. *Revista Trimensal do Instituto Historico, Geographico e Ethnographico do Brasil*. Tomo XXV. Rio de Janeiro: Typ. de D. Luiz dos Santos, 1862.

VARNHAGEN, F.A. de. “Biographia dos Brasileiroz Distinctos por Letras, Armas, virtudes, etc... – Fr. José de Santa Rita Durão” In. *Revista Trimensal de Historia e Geographia ou Jornal do Instituto Historico e Geographico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1846.

VERISSIMO, José. “As populações indígenas e mestiças da Amazonia: sua linguagem, suas crenças e seus costumes”. In. *Revista Trimensal do Instituto Historico e Geographico Brasileiro*. Tomo L. Rio de Janeiro: Typographia, Lithographia e Encadernação a vapor de Laemmert & C., 1987.

## Bibliografia

- ABREU, Jean Luiz Neves. “A colônia enferma e a saúde dos povos: a medicina das ‘luzes’ e as informações sobre as enfermidades na América Portuguesa”. In. *História, Ciência, Saúde: Manguinhos*. V.1. n.1 (jul-out. 1994) - Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, Casa de Oswaldo Cruz, 2007.
- ABREU, Regina. *O enigma de Os Sertões*. Rio de Janeiro: Funarte;Rocco, 1998.
- ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. *A invenção do Nordeste e outras artes*. São Paulo: Cortez Editora, 1999.
- \_\_\_\_\_. *Falas de astúcia e de angústia: a seca no imaginário nordestino – de problema a solução (1877 – 1922)*. Campinas,SP: [s.n.], 1988.
- ALENCAR, José de. *O Guarani*. Rio de Janeiro: Cia. Aguilar Editora, 1964.
- ANDERSON, Benedict. *Comunidades Imaginadas: Reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. São Paulo: Cia. Das Letras, 2008.
- ANDRADE, F. Alves. “O secular problema das secas do Nordeste Brasileiro”. In. ROSADO, Vingt-Un. *Memorial da Seca*. Coleção Mossoroense – Volume CLXIII, 1981.
- ANDRADE, Mário de. *Vida Literária*. São Paulo: HUCITEC:Edusp, 2003.
- ARNOLD, David. *La Naturaleza como Problema Histórico: El medio, la cultura y la expansión de Europa*. México D.F.: Fondo de Cultura Económica, 2000.
- AYOADE, J. O. *Introdução à climatologia para os trópicos*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.
- BANTON, Michael. *A idéia de Raça*. Lisboa: Edições 70, 1977.
- BARBATO, Luis Fernando Tosta. “Natureza, Ciência e Progresso: A natureza brasileira no debate letrado do IHGB (1839-1845)” In. *Aedos. Revista do Corpo Discente do Programa de Pós-Graduação em História da UFRGS*. Vol. 2, N° 3, 2009.
- \_\_\_\_\_. “Os Perigos do Paraíso: a visão trágica da natureza brasileira no século XIX”. In: *Anais do V Encontro de História da Arte – Unicamp*. Campinas/SP, 2009.
- BAUER, Otto. “A nação”. In. BALAKRISHNAN, Gopal. *Um mapa da questão nacional*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.
- BELLUZZO, Ana Maria. “A propósito d’O Brasil dos viajantes”. In. *Revista USP*. São Paulo: USP, CCS, 1989.

BENATTI, Antonio Paulo. “História, Ciência, Escritura e Política” In RAGO, Margareth & GIMENES, Renato Aloizio de Oliveira (orgs.). *Narrar o Passado, Repensar a História*. Campinas-SP: UNICAMP, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2000.

BORDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

BOUDIN, Jean. *Traité de géographie et de statistique médicale*. Paris: Baillières, 1857.

BRAGA, Marco; GUERRA, Andreia; REIS, José Cláudio. *Breve História da Ciência Moderna: Vol. 4: A belle-époque da ciência (séc. XIX)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008.

- BRANDÃO, Ambrósio Fernandes. *Diálogo das Grandezas do Brasil*. Rio de Janeiro: Dois Mundos Editora, s.d.

BRAUDEL, Fernand. *O Mediterrâneo e o mundo mediterrânico na época de Filipe II*. Lisboa: Martins Fontes Editora, 1983.

BRESCIANI, Maria Stella Martins. “Identidades Inclonclusas no Brasil do séc. XX – Fundamentos de um lugar comum”. In. BRESCIANI, Maria Stella Martis. & CAPELARI, Márcia Regina Naxara (orgs.). *Memória e (res)sentimento: indagações sobre uma questão sensível*. Campinas-SP: Editora da Unicamp, 2001.

\_\_\_\_\_. *O Charme da Ciência e a Sedução da Objetividade: Oliveira Vianna entre Intérpretes do Brasil*. São Paulo: Editora UNESP, 2007.

BROWNE, Janet. “A coleta na história natural e a tradição biogeográfica”. *História, Ciências, Saúde - Manguinhos*, vol. VIII (suplemento).2001.

BURKE, Peter. *A Revolução Francesa da Historiografia: a Escola dos Annales (1929-1989)*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1991.

CALLARI, Cláudia Regina. “Os Institutos Históricos: do Patronato de D. Pedro II à construção de Tiradentes”. In. *Revista Brasileira de História*. São Paulo: ANPUH/Humanitas Publicações, Vol. 21, nº 40, 2001.

CAPONI, Sandra. “Clima, Cérebro y degeneración em Cannabis”. In. *História, Ciência, Saúde: Manguinhos*. V.16. n.4 (jul-out. 1994) - Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, Casa de Oswaldo Cruz, 2007.

\_\_\_\_\_. “Sobre la aclimatación: Boudin y la geografía médica”. In. *História, Ciência, Saúde: Manguinhos*. V.1. n.1 (jul-out. 1994) - Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, Casa de Oswaldo Cruz, 2007.

CARDIM, Fernão. *Tratado da Terra e gente do Brasil*. São Paulo: Cia. Editora Nacional-MEC, 1978.

CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial. Teatro das sombras: a política imperial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

CASTRO, Silvio. *O Descobrimento do Brasil: A Carta de Pero Vaz de Caminha*. Porto Alegre: L&PM Editores, 1985.

CHACHAM, Vera. “Passado e natureza nas narrativas de viagem ao Brasil e ao Oriente (século XIX)”. In. *Em Tese*. V. 7, Belo Horizonte, 2003.

COLOMBO, Cristóvão. *Diários da Descoberta da América: as quatro viagens e o testamento*. Porto Alegre: L&PM, 1984.

DECCA, Edgar Salvadori de. “Cidadão, mostre-me a identidade!”. In. *Caderno Cedes*, Campinas, V.22, nº 58. 2002.

\_\_\_\_\_. “Tal pai, qual filho? Narrativas histórico-literárias da identidade nacional”. In. *Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-graduados em História e do Departamento de História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo*. São Paulo, nº 24, 2002.

DIAS, Gonçalves. “Canção do Exílio”. In: DE NICOLA, José e INFANTE, Ulisses. *Análise e interpretação de poesia*. São Paulo: Scipione, 1995.

DOMINGOS, Simone Tiago. *Política e Memória: A polêmica sobre os jesuítas na Revista do IHGB e a política imperial (1839-1886)*. Campinas,SP: [s.n.], 2009.

EDLER, Flávio Coelho. “A Escola Tropicalista Baiana: um mito de origem da medicina tropical no Brasil”. In. *História, Ciência, Saúde: Manguinhos*. V.1. n.1 (jul-out. 1994) - Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, Casa de Oswaldo Cruz, 2007.

FELDMAN, Ariel. “A construção do Estado e da Nação no Brasil: Identidades políticas e imprensa no período regencial (1831-1840)” In *Revista Aulas* Nº 2, 2006.

FERRAZ, J. Sampaio. “A meteorologia no Brasil”. In. AZEVEDO, Fernando de (org.). *As ciências no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1994.

FRANCO JÚNIOR, Hilário. *Cocanha: a história de um país imaginário*. São Paulo: Cia. Das Letras, 1998.

FREYRE, Gilberto. *Casa-Grande & Senzala: Formação da família brasileira sob o regime de economia patriarcal*. Rio de Janeiro: Schimidt Editor, 1936.

FRÓES, Maria Raquel de G. *A única ciência é a pátria: o discurso científico na construção do Brasil e do México (1770-1815)*. Tese (Doutoramento). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996.

GABAGLIA, Giacomo R. A. “A questão das secas na província do Ceará”. In. ROSADO, Vingt-Un (org). *Livro das Secas*. Brasília:ESAM/CNPq, 1985.

GÂNDAVO, Pero de Magalhães. *A Primeira história o Brasil: história da Província Santa Cruz a que vulgarmente chamamos de Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004.

GEORGE, Pierre. *Diccionario de Geografia*. Madrid: Akal Ediciones, 1991.

GERBI, Antonello. *O Novo Mundo – História de uma polêmica 1750 -1900*. São Paulo: Cia das Letras, 1996.

GLACKEN, Clarence. *Traces on the Rhodian Shore: Nature and Culture Western Thought from Ancient Times to the End of the Eighteenth Century*. Berkeley, 1967.

GOULD, Stephen Jay. *A falsa medida do homem*. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. “Debaixo da imediata proteção de Sua Majestade Imperial: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838-1889)” In *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, nº 388, 1995.

\_\_\_\_\_. “O Império de Santa Cruz: a gênese da memória nacional”. In. *Revista Brasileira de História*. São Paulo: ANPUH/Humanitas Publicações, Vol. 21, nº 40, 2001.

\_\_\_\_\_. “O Tribunal da Posteridade”. In. PRADO, Maria Emilia(org.). *O Estado como vocação: idéias e práticas políticas no Brasil oitocentista*. Rio de Janeiro: Acces, 1999.

GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. "Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional". In: *Estudos históricos*, nº 1, 1988.

\_\_\_\_\_. “Para reescrever o passado como história: o IHGB e a Sociedade dos Antiquários do Norte”. In. HEZER, Alda & VIDEIRA, Antonio Augusto Passos. *Ciência, Civilização e Império nos trópicos*. Rio de Janeiro: Acces, 2001.

HALBWACHS, Maurice. *A Memória Coletiva*. São Paulo: Vértice, Ed. Revista dos Tribunais, 1990.

HALL, Stuart. “Quem precisa de Identidade?” In. SILVA, Tomaz Tadeu (org.); WOODWARD, Kathryn; HALL, Stuart. *Identidade e Diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis, RJ; Vozes, 2000.

\_\_\_\_\_. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

HOBBSAWM, E. J. *Nações e nacionalismos desde 1870 – programa mito e realidade*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1990.

HOBSBAWM, Eric & RANGER, Terence(orgs.). *A Invenção das Tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1984.

HUE, Sheila Moura. *Primeiras Cartas do Brasil (1551 – 1555)*. Rio de Janeiro: Jorge Zaluar, 2006.

JANOTTI, Maria de Lourdes Mônico. *A Balaiada*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

JUNQUEIRA, Mary Anne. *Ao Sul do Rio Grande. Imaginando a América Latina em Seleções: Oeste, Wilderness e Fronteira (1942-1970)*. São Paulo: Departamento de História, USP, 1998.

KEULLER, Adriana T.A. Martins. “Retrato do Brasil: uma análise da tristeza pradiana”. In. COSTA, Ricardo; PEREIRA, Valter Pires (orgs.). *História: Revista do Departamento de História da UFES*. Vitória: EDUFES, 2001.

KURY, Lorelai. “A Comissão Científica de Exploração (1859-1861). A ciência imperial e a musa cabocla”. In. HEZER, Alda & VIDEIRA, Antonio Augusto Passos. *Ciência, Civilização e Império nos trópicos*. Rio de Janeiro: Acces, 2001.

LADURIE, Emmanuel Le Roy. “O clima: a história da chuva e do bom tempo”. In LE GOFF, Jacques & NORA, Pierre. *História: Novos objetos*. Rio de Janeiro: Francisco Alves Editora, 1988.

LÉRY, Jean de. *Viagem à terra do Brasil*. São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1980.

LIMA, Luiz Costa. *Terra Ignota: a construção de Os Sertões*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1997.

LIMA, Nísia Trindade. *Um Sertão chamado Brasil: intelectuais e representação geográfica da identidade nacional*. Rio de Janeiro: REVAN,IUPERJ,UCAM, 1999.

LOBATO, Monteiro. *Obras Completas de Monteiro Lobato*. v. 1. São Paulo:Brasiliense, 1957.

LOURENÇO, Eduardo. *Mitologia da saudade: seguido de Portugal como destino*. São Paulo: Cia. Das Letras, 1999.

MAGNOLI, Demétrio. “O Estado em busca do seu território” In JANCSÓ, Istvan. *Brasil: Formação do Estado e da Nação*. São Paulo: HUCITEC; Ed. Unijuí; Fapesp, 2003.

MARCO, Valéria de. *A perda das ilusões: O romance histórico de José de Alencar*. Campinas-Sp: Editora da Unicamp, 1993.

MELLO E SOUZA, Laura de . *O Diabo e a Terra de Santa Cruz: feitiçaria e religiosidade popular no Brasil colonial*. São Paulo: Cia. Das Letras, 1986.

\_\_\_\_\_. *Inferno Atlântico: demonologia e colonização: séculos XVI-VXIII*. São Paulo: Cia. Das Letras, 1993.

MENDONÇA, Francisco & DANNI-OLIVEIRA, Inês Moresco. *Climatologia: Noções Básicas e climas do Brasil*. São Paulo: Oficina de Textos, 2007.

MONTEIRO, Pedro Meira. *A queda do aventureiro: aventura, cordialidade e os novos tempos em Raízes do Brasil*. Campinas,SP: Editora da Unicamp, 1999.

MOTA, André. *Quem é bom já nasce feito: sanitarismo e eugenia no Brasil*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

MOTA, Carlos Guilherme. *Nordeste 1817: estruturas e argumentos*. São Paulo: Perspectiva – Ed. USP, 1972.

MOTA, Lourenço Dantas. (org.) *Introdução ao Brasil: um banquete no trópico*. São Paulo: SENAC, 2001.

NAXARA, Márcia Regina Capelari. “Natureza e Civilização: Sensibilidades românticas e representações do Brasil no século XIX” In BRESCIANI, Stella & NAXARA, Márcia(orgs.). *Memória e (re)Sentimento: Indagações sobre uma questão sensível*. Campinas.SP: Editora da Unicamp, 2001.

\_\_\_\_\_. *Sobre o Campo e a Cidade - olhar, sensibilidade e imaginário: em busca de um sentido explicativo para o Brasil no século XIX*. Campinas: [s.n.], 1999.

NEVES, Lucia Maria Bastos P. “Intelectuais brasileiros nos oitocentos: a constituição de uma “família” sob a proteção do poder imperial (1821-1838)”. In. PRADO, Maria Emília (org.). *O Estado como vocação: idéias e práticas políticas no Brasil oitocentista*. Rio de Janeiro: Access, 1999.

ODÁLIA, Nilo. “Oliveira Vianna: a teoria do Estado”. In. BASTOS, Elide Rugai & MORAES, João Quartim de. (orgs). *O pensamento de Oliveira Vianna*. Campinas,SP: Unicamp, 1993.

OLIVEIRA, Cêurio de. *Dicionário Cartográfico*. Rio de Janeiro: IBGE, 1980.

ORTIZ, Renato. *Cultura Brasileira e Identidade Nacional*. São Paulo: Editora Brasiliense, 2006.

PARKER, Richard. *Corpos, prazeres e paixões: A cultura sexual no Brasil contemporâneo*. São Paulo: Editora Best Seller, 1991.

PAZ, Francisco de Moraes. *Na poética da História: a revitalização da Utopia Nacional Oitocentista*. Curitiba: UFPR, 1996.

PERRONE-MOISÉS, Leyla. “Alegres trópicos: Gonneville, Thevet e Lery” In *Revista USP*. São Paulo: USP,CCS, 1989.

PITA, Sebastião da Rocha. *História da América Portuguesa*. Salvador: Livraria Progresso Editora, 1950.

PRADO, Maria Ligia Coelho. *América Latina no Século XIX: Tramas, Telas e Textos*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1999.

PRADO, Paulo. *Retrato do Brasil: ensaio sobre a tristeza brasileira*. São Paulo: Cia. Das Letras, 1997.

PRATT, Mary Louise. *Os olhos do império: relatos de viagem e transculturação*. Bauru/SP:Edusc, 1999.

REIS, José Carlos. *As identidades do Brasil: de Varhagen a FHC*. Rio de Janeiro: FGV, 2007.

\_\_\_\_\_. *As identidades do Brasil 2: de Calmon a Bonfim: a favor do Brasil: direita ou esquerda?* Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. São Paulo: Cia. Das Letras, 1995.

RODRIGUES, Nina. *Os africanos no Brasil*. São Paulo: Nacional; Brasília: Editora da UNB, 1982.

SAID, Edward. *Cultura e Imperialismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SAINT-HILAIRE, Isidore Geoffroy. *Acclimatation et domestication des animaux utiles*. Paris: Librairie Agricole de la Maison Rustique, 1834.

SANT’ANNA NETO, João Lima. “História da climatologia no Brasil: Gênese e Paradigmas do clima como fenômeno geográfico”, in *Cadernos Geográficos/Universidade Federal de Santa Catarina*. Nº 1. Florianópolis: Imprensa Universitária, 1999.

SANTIAGO, Silviano (org.). *Intérpretes do Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2002.

SCHIAVINATTO, Iara Lis. “Imagens do Brasil: Entre a natureza e a História” In JANCSÓ, Istvan. *Brasil: Formação do Estado e da Nação*. São Paulo: HUCITEC; Ed. Unijuí; Fapesp, 2003.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O Espetáculo das Raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)*. São Paulo: Cia. Das Letras, 1993.

\_\_\_\_\_. *O Sol do Brasil: Nicolas-Antoine Taunay e as desventuras dos artistas franceses na corte de D. João*. São Paulo: Cia. Das Letras, 2008.

SEMPLE, Ellen Churchill. *Influences of Geographic Environment on the Basis of Ratzel's System of Antropo-Geography*. Londres, 1911.

SKIDMORE, Thomas E. *Preto no Branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1976.

\_\_\_\_\_. *Uma História do Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 2000.

SMITH, Anthony D. “O nacionalismo e os historiadores”. In. BALAKRISHNAN, Gopal. *Um mapa da questão nacional*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.

SOUZA, Eneida Maria de. “A Preguiça - Mal de Origem” In. *Revista ALCEU*. V.1, nº 2, Rio de Janeiro, 2001.

\_\_\_\_\_. *A pedra mágica do discurso*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

SÜSSEKIND, Flora. *O Brasil não é longe daqui: o narrado, a viagem*. São Paulo: Cia. Das Letras, 1990.

TATHAM, George. “A Geografia no Século XIX”. In. *Boletim Geográfico*. Nº 157, 1960.

TOCQUEVILLE, Alexis de. *A Democracia na América*. São Paulo: EDUSP, 1987.

UJVARI, Stefan Cunha. *A História e suas epidemias - A convivência do homem com os microorganismos*. Rio de Janeiro: Editora Senac Rio: Editora SENAC São Paulo, 2003.

VAINFAS, Ronaldo. *Trópicos dos Pecados: Moral, Sexualidade e Inquisição no Brasil Colonial*. Rio de Janeiro: Campus, 1989.

VENTURA, Roberto. *Estilo Tropical: História Cultural e Polêmicas literárias no Brasil 1870 – 1914*. São Paulo: Cia. Das Letras, 1991.

VESPÚCIO, Américo. *Novo Mundo*. Porto Alegre: LPM, 1984.

VIANNA, Oliveira. *Evolução do Povo Brasileiro*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1952.

VILLA, Marco Antonio. *Vida e morte no sertão: História das secas no Nordeste nos séculos XIX e XX*. São Paulo: Ática, 2000.

WOODWARD, Kathryn. “Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual”. In. SILVA, Tomaz Tadeu (org.); WOODWARD, Kathryn; HALL, Stuart. *Identidade e Diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis, RJ; Vozes, 2000.